

excellence

REVISTA CIENTÍFICA

www.excellenceeduc.com

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE V. 13. N. 01. MAIO. 2022

**GESTÃO
ESCOLAR:**
como educar
e garantir
uma **gestão
compartilhada**
frente à **era
digital?**



ISSN 2595-8704



EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Editor Chefe

Prof^o. Pós-Doutorado Cristiano de Assis Silva

Vice Editor

Prof^a. Dr^a. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Presidente

Weberth Martins Dos Santos

Coordenador de Extensão

Prof^a. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

Secretária de Assuntos Educacionais

Prof^a. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

Jornalista Responsável

Cleilton Bastos Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação

Inova Editora

JUNTA EDITORIAL

Artur Quixona Finda

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

Claudia Simões Cardoso

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social - Anchieta – E. S.

Claudia Batista Ferreira

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E. S.

Dilzerly Miranda Machado Tinoco

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy – E. S.

Karla dos Santos Leal

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

Fátima Agrizzi Ceccon

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

Salatiel Elias de Oliveira

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apiacá – E. S.

Tânia Mara Fontana Correa

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E. S.

Gilsete Lopes

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

Rusley Hilário Medeiros Miorim

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E. S.

Hilário Jebeson Viana da Costa

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

Regilane Ribeiro Sansão

Avaliadora do MEC

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Pós-Dr^a Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Doutorado Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorado Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutoranda Regilane Ribeiro Sansão
- Dr^a. Alexandra dos Santos Oliveira
- Dr^a. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr. Rinaldo Pevidor Pereira
- Dr^a. Betijane Soares de Barros
- Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Dr^a. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Artur Quixona Finda
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Dr^a. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Dr^a. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr. Michell Pedrucci Mendes de Araújo
- Dr^a. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Doutoranda Mariana Nascimento
- Doutoranda Cristiana Ana Lima
- Doutoranda Claudia Regina Stelzer Moraes
- Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Doutoranda Thalyta Botelho Monteiro
- Doutoranda Melina Barbosa Peixoto
- Mestra Débora Buriel Rocha Ribeiro
- Mestra Nilza Claudina Dionísio
- Mestra Noslaine da Conceição Sant'Anna Celestino
- Mestre Bruno de Freitas Santos
- Mestre Rusley Hilário Medeiros Miorim
- Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Mestranda Gislaine Pereira Souza
- Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Mestranda Marlúcia Betini
- Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Especialista Gilsete Lopes
- Especialista Silvia Rodrigues de Andrade

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE

Departamento Acadêmico Instituto
Weberth Martins dos Santos
CNPJ: 31.655.465/0001-04

Endereço de correspondência:

Rodovia do Sol, Km 25. Ponta da Fruta, Vila Velha – Espírito Santo – BR. Cep: 29129-015
E-mail: revista@excellenceeduc.com | **Site:** www.excellenceeduc.com

APRESENTAÇÃO

A **Revista Científica Excellence** é um periódico multidisciplinar bimestral, concebido pela **Excellence Group** e **Inova Editora**, destinado à divulgação de produção científica e acadêmica referentes às Ciências da Educação, Direito, Administração, Tecnologia, Saúde e outros.

Seu **objetivo** é disseminar as comunicações técnicas e difundir as experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento e regiões do Brasil e países de língua portuguesa. Além de referendar instituições, que **primam por difundir conhecimentos produzidos com maestria de seus inúmeros**

discentes e docentes.

A Revista Científica Excellence possui uma plataforma que reúne vários periódicos eletrônicos, e divulga artigos acadêmico-científicos. De acesso gratuito, este veículo está disponível a todos os leitores interessados em acompanhar as práticas de pesquisa desenvolvidas em diversas áreas, em suas diferentes linhas. A multidisciplinaridade que orienta a elaboração do periódico tem como propósito salientar os pontos de contato existentes entre os campos de investigação.

A escolha do meio eletrônico para a publicação se fundamenta na democratização da era digital. Além do acesso pleno dos leitores aos conteúdos publicados,

proporciona aos pesquisadores uma oportunidade a mais para a divulgação de seus trabalhos.

Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da assessoria científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

Este projeto visa promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, sua formação, políticas públicas, saúde, educação, tecnologia, história, políticas, formação de professores e etc.

Torne sua **pesquisa reconhecida** e se conecte com **autores do Brasil e do mundo.**



PREFÁCIO

A pandemia agravou as desigualdades educacionais. Essa é uma das frases que mais temos ouvido dos especialistas ao longo do último ano, ao comentarem os impactos da pandemia na Educação.

Quando olhamos para as taxas de abandono escolar, reprovação e distorção idade-série, atentando principalmente aos recortes de raça, gênero, classe, bioma, as desigualdades ficam mais evidentes.

A tecnologia está dominando o ambiente escolar e professores precisarão estar preparados para essa evolução, utilizando metodologias inovadoras, buscando alcançar melhores resultados na aprendizagem do aluno.

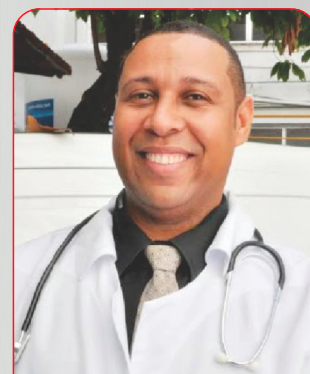
Esse editorial, apresentamos análise, reflexão, crítica e esforços coletivos de **pesquisadores de países de Língua Portuguesa** que atuam em diversas áreas da ciência da educação, saúde, tecnologia e direito, tecendo aprofundar de ideias com a temática: *gestão escola na era digital*.

A ciência colabora com o desnudamento de diferentes realidades que nos circulam, e tem como objetivo estudar as culturas humanas, suas

histórias, modo de vida, comportamentos individuais, sociais, proporcionando a compreensão de diferentes grupos, contextualizando hábitos e costumes na estrutura de valores inerentes.

Espera-se que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo de iniciação, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

Boa leitura!



Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva
Editor-Chefe



**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



**REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE
INOVA EDITORA**

V. 13, N. 01.MARÇO. 2022 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN (eletrônico): 2595-8704

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na
Revista Científica Excellence
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.
Todos os direitos de reprodução,
tradução e adaptações estão
reservados com identificação
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-atual/>>

ISSN 2595-8704



SUMÁRIO

PREFÁCIO	04
EMÍLIA FERREIRO E SEU REPRESENTANTE PENSAMENTO CONSTRUTIVISTA <i>Antonio Kleber Cardoso da Silva & Antonio Pimentel Carvalho & Gessé Feitosa da Costa</i>	09-16
CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DE IGARAPÉ GRANDE-MARANHÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR <i>Antonio Kleber Cardoso da Silva & Antonio Pimentel Carvalho & Gessé Feitosa da Costa</i>	17-26
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ PARÁ – BRASIL <i>Francelina Duarte Siqueira & Luciane Pereira Duarte & Jacineide de Souza Vinente &</i>	27-43
AQUISIÇÃO DA ESCRITA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: AS PRÁTICAS METODOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA MARANHÃO <i>Cibele Coelho Santos Pavão & Darlene Coelho Rodrigues & Walquíria de Lourdes Costa</i>	44-52
MAL-ESTAR NA EDUCAÇÃO – AS ANGUSTIAS DA DOCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE DO PROFESSOR NO ENSINO PÚBLICO EM ESCOLAS MILITARES NA CIDADE DE SÃO LUÍS – MARANHÃO – BRASIL <i>Cibele Coelho Santos Pavão & Darlene Coelho Rodrigues & Walquíria de Lourdes Costa</i>	53-61
ATIVIDADES LÚDICAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: A VIVÊNCIA LÚDICA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO <i>Cibele Coelho Santos Pavão & Darlene Coelho Rodrigues & Walquíria de Lourdes Costa</i>	62-70
A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PARTICULAR DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO <i>Nelson Soares da Silva Neto & Greice Lanna Sampaio do Nascimento</i>	71-82
A EDUCAÇÃO INOVADORA SUSTENTÁVEL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR <i>Edilson Silva Diniz & Fabricio Rigui Botega & Helen Márcia Ferreira Marques</i>	83-99
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: A COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL <i>Edilson Silva Diniz & Fabricio Rigui Botega & Helen Márcia Ferreira Marques</i>	100-110
GESTÃO POR PROCESSOS: SUA APLICABILIDADE NA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO ALUNO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS <i>Edilson Silva Diniz & Fabricio Rigui Botega & Helen Márcia Ferreira Marques</i>	111-124
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E SUAS ESPECIFICIDADES: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DA NOVA REALIDADE <i>Greice Lanna Sampaio do Nascimento & Nelson Soares da Silva Neto</i>	125-132
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRÁTICA DOCENTE COM OS ALUNOS DEFICIENTES NAS ESCOLAS <i>Luciane Pereira Duarte & Francelina Duarte Siqueira & Jacineide de Souza Vinente</i>	133-146
USO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PARA POTENCIALIZAR AS VENDAS DE CURSOS GRADUAÇÃO EAD <i>Dátolly Cortez Grippe & Willson Carlos Neves Chagas & Rodrigo Lima Chagas</i>	147-156

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: A REALIDADE NO DISTRITO FEDERAL, O ESTADO DA CAPITAL DO BRASIL <i>Rodrigo Lima Chagas & Willson Carlos Neves Chagas & Dáttolly Cortez Grippe</i>	157-164
GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO DE CONFLITOS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS NA CAPITAL DO BRASIL <i>Rodrigo Lima Chagas & Willson Carlos Neves Chagas & Dáttolly Cortez Grippe</i>	165-175
POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO EM PRINCESA ISABEL/PB: TENSÃO DOS OPOSTOS ENTRE 2000-2008 <i>Clodoaldo José de Lima</i>	176-187
GESTÃO PÚBLICA NA ACESSIBILIDADE DO IDOSO AO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO: UMA AVALIAÇÃO NA RODOVIÁRIA CENTRAL DE BRASÍLIA, A CAPITAL DO BRASIL <i>Carlos Augusto Ribeiro Silva & Edson Júnior Santana</i>	188-195
IMPACTO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE – FCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE GOIÁS: UM ESTUDO MULTICASOS NO ESTADO DE GOIÁS – BRASIL <i>Edson Júnior Santana & Carlos Augusto Ribeiro Silva</i>	196-206
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA COMUNITÁRIA RURAL MUNICIPAL SÃO JOÃO BOSCO (ECORM) DE JAGUARÉ-ES <i>Samuel Jorge Messias</i>	207-219
METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PROCESSO DE ESCRITURA - ORIXIMINÁ-PARÁ <i>Jacineide de Souza Vinente & Francelina Duarte Siqueira & Luciane Pereira Duarte</i>	220-236



Os **artigos** publicados são de total **responsabilidade** dos autores;

A Revista Científica Excellence não se responsabiliza pelas **opiniões, ideias e conceitos** emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É **reservado aos editores** o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas da publicação.

EMILIA FERREIRO E SEU REPRESENTANTE PENSAMENTO CONSTRUTIVISTA**EMILIA FERREIRO AND HER REPRESENTATIVE CONSTRUTIVIST THINKING****Antonio Kleber Cardoso da Silva**¹**Antonio Pimentel Carvalho**²**Gessé Feitosa da Costa**³**RESUMO**

O presente artigo está focado no pensamento da psicolinguista Emília Ferreiro, que causou grande impacto no meio educacional brasileiro ao lançar, no Brasil, seus livros a partir dos meados da década de 1980. Sua ideia teve muita repercussão sobre a concepção que se tinha sobre a alfabetização, que era centrada no método tradicional de ensino. O objetivo deste trabalho é apresentar o legado construtivista da autora que se tornou um tipo de referência na educação brasileira e passou a ser associada ao construtivismo que é uma forma de conceber o conhecimento baseado nos conceitos do biólogo suíço Jean Piaget. Procurando verificar o modo como acontece o processo de apreensão da leitura e da escrita pela criança, tem-se em conta que o conhecimento exposto nesse artigo seja de importância vital para todo educador que busca entender mais sobre a alfabetização.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetização; construtivismo; educação; leitura; escrita.

ABSTRACT

This article focuses on the thinking of the psycholinguist Emilia Ferreiro, who caused a great impact in the Brazilian educational environment when she launched her books in Brazil in the mid 1980s. Her idea had much repercussion on the conception of the literacy, which was centered on the traditional method of teaching. The aim of this work is to present the constructivist legacy of the author who became a reference type in Brazilian education and came to be associated with constructivism that is a way of conceiving the knowledge based on the concepts of the Swiss biologist Jean Piaget. Looking to verify how the process of apprehension of reading and writing by the child happens, it is taken into account that the knowledge exposed in this article is of vital importance for any educator who seeks to understand more about literacy.

KEYWORDS: literacy; constructivism; education; reading; writing.

¹ Mestre em Ciências da Educação, pela ESEJD (Portugal). Graduado em Letras, pela Faculdade de Educação São Francisco (FAESF). Bacharelado em Direito, pela Faculdade CET de Teresina – PI. Especialista em Língua Portuguesa, pela Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED), Especialista Língua Inglesa, pela Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED). Especialista em Gestão e Supervisão Escolar, pela Faculdade de Teologia Hokemãh Fateh (FATEH). Formação em Mediação e Arbitragem, pela CMA/OAB-PI/ESA. Professor na Rede Estadual e Municipal de Educação do Maranhão. Proficiente na seara educacional com relevo em Educação Básica e Superior, Metodologia da pesquisa científica, Linguística, Língua e Literatura Brasileira, Língua e Literatura Inglesa. Técnico em Contabilidade. Poeta e Escritor. **E-mail:** poetakleber@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Educação pela ESEJ (Portugal). Graduado em matemática pelo CEFET (Centro Federal De Educação Tecnológica Do Maranhão). Pós- graduado em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio com ênfase em Química pela Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia Darwin. Especialista em Gestão e Supervisão Escolar, pela Faculdade de Teologia Hokemãh Fateh (FATEH). Professor na rede municipal de educação nas áreas de matemática e língua estrangeira (inglês). **E-mail:** pimentelcarvalho08@gmail.com

³ Mestre em Ciências da Educação pela ESEJ (Portugal). Graduado em Letras pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. Especialista em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (Inglês) pela Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó (FACEC). Especialista em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade de Teologia Hokemãh – (FATEH). Professor da rede municipal na cidade de Igarapé Grande- MA. **E-mail:** ges_sefeitosa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A educação infantil é considerada a primeira etapa do ensino básico. É um estágio muito importante para a formação do cidadão, pois é a fase na qual ele dá início a convivência fora do seio familiar e onde ele aprende a conviver com as diferenças e tem o primeiro contato sistematizado com a leitura e escrita. Nessa delicada fase da criança, é muito considerado o modo como ela vai se apropriar dos códigos linguísticos.

Considerando que na educação infantil é primordial o assunto da alfabetização, o objetivo deste trabalho é mostrar o legado construtivista de Emília Ferreiro no que diz respeito a compreensão do sujeito frente ao universo linguístico, pois esta autora trouxe novas maneiras de encarar o desenvolvimento da escrita. Com seus estudos em parceria com Ana Teberosky, percebe-se que o sujeito aprendiz passa por etapas até chegar a entender de forma satisfatória a escrita, e que o professor necessita estar preparado para acompanhá-lo e fazer o processo ocorrer de modo natural, ao contrário da forma tradicional de alfabetização em que o professor era considerado o verdadeiro dono do conteúdo e via o aluno como um simples receptor coagido a decorar sílabas, se tornado um recebedor mecânico e não se apropriando de experiências interativas que lhe dão licença para olhar e dar significado à sua produção textual. As práticas pedagógicas no viés da filosofia tradicional, atualmente, não são bem vistas para aqueles que se centram em uma pedagogia progressista.

Neste trabalho é mostrado um pouco da vida de Emília Ferreiro com ênfase em sua obra *Psicogênese da Língua escrita* que traz verdadeiras contribuições acerca de como alfabetizar, assunto que constantemente deveria ser olhado com mais relevância no meio educacional.

UM POUCO DE EMÍLIA FERREIRO

Emília Beatriz Maria Ferreiro Schavi (1937 -) é uma argentina nascida na cidade de Buenos Aires. É formada em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires e fez seu doutorado na Universidade de Genebra, onde foi orientada por Jean Piaget, como também mais tarde, nesta mesma instituição trabalhou como pesquisadora-assistente do estudioso suíço. Começou seus trabalhos na Argentina em parceria com Ana Teberosky. Transferiu-se para a Cidade do México, onde passou a dar aulas no Instituto Politécnico Nacional. Ela foi uma exímia escritora. *Psicogênese da Língua Escrita* (1986) foi seu primeiro livro traduzido no Brasil, obra que trouxe uma enorme revolução nos conceitos relacionados à alfabetização.

Em 1979, publica o livro *Los Sistemas de Escritura em el Desarrollo del niño*. Em 1982, publica com Margarida Gómez Palácio o livro *Nuevas Perspectivas sobre los Procesos de Lectura y Escrituras*. Em 1985, é lançado *La alfabetización em Proceso* e em 1989 é a vez de *Los Hijos del Analfabetismo*.

O pensamento de Ferreiro foi decisivo para a hegemonia do construtivismo. De acordo com Revah:

A maioria dos trabalhos acadêmicos considera a obra de Piaget e os trabalhos de Emília Ferreiro como a primeira e legítima fonte de tudo o que merece ser chamado de construtivismo. E eles sem dúvida, constituem a mais importante fonte teórica dos discursos pedagógicos construtivistas, a sua fonte científica, com a forte inscrição que essa marca deixa. Sem ela não seria possível falar do construtivismo. Piaget, Emília Ferreiro, construtivismo e ciência fazem parte de um mesmo discurso e nele são termos intercambiáveis, pois fixam e ocupam o mesmo lugar. (Revah, 2004, p. 107)

A citação acima destaca ambos os pensadores como ícone dos discursos construtivistas, pois são reconhecidos no meio pedagógico por suas ideias inovadoras constantemente na busca de um olhar ideal para sanar as deficiências encontradas no ensino. As

concepções deles são guiadas pelo princípio de que o aluno tem um papel ativo no processo de aprendizagem, que para ser compreendido existe uma fonte científica que elucida a formação de novas propostas pedagógicas a fim de trazer uma luz à ação docente.

O movimento Escola Nova pregava a valorização da atividade da criança, focando em uma educação que fosse investigadora das mudanças ocorridas na sociedade. Para formular suas propostas, Ferreiro degustou dos ideais escolanovistas e principalmente das teorias de Piaget que enxergava o aluno como um sujeito ativo. Como ela mesma relata no início do seu livro *Alfabetização em processo* (2006, p.9) “Em todas as minhas apresentações e publicações anteriores tenho afirmado que a teoria de Piaget foi minha principal fonte de inspiração para a pesquisa sobre leitura e escrita.”

O CONSTRUTIVISMO NA ALFABETIZAÇÃO: PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

A alfabetização foi um assunto muito discutido na América Latina nos anos 1980. Em 1986, Emília Ferreiro juntamente com Ana Teberosky lança um livro chamado *Psicogênese da Língua Escrita* que segundo Azenha (2006, p.43) “Foi uma grande revolução conceitual nas referências teóricas que se tratava de alfabetização até então.” Nesta obra está contida uma coerência com a realidade educacional existente nos países latinos americanos. Nele é exposto que os setores marginalizados da sociedade são os mais atingidos de modo cruel pelo fracasso do ensino primário.

As autoras trazem um tema que Piaget não se centrou: o aprendizado da língua escrita. De acordo com Azenha (2006, p.43) “Do ponto de vista teórico, as pesquisas de Ferreiro e Teberosky trazem uma contribuição original. Tomam como objeto de estudo um conteúdo ao qual Piaget não se dedicava.” O objetivo delas é trazer uma nova ótica para o ensino dessa área. Suas pesquisas colocam o aluno no âmago do processo educativo, sendo assim, elas acreditam que ele possui seu

próprio mecanismo de observar a escrita. Com isso, a criança antes de adentrar a escola já possui hipóteses sobre o código escrito.

Na primeira edição da *Psicogênese da língua escrita* as autoras dizem:

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que, além dos métodos, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição do conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia.

Seus estudos foram fundamentados em elementos psicolinguísticos. As autoras querem quebrar a concepção linear que se faz do processo de aprendizagem. De acordo com seus ideais a escrita é tida como um objeto de conhecimento, de construção, de investigação e dinâmico. Logo, vê-se que o construtivismo ligado a Ferreiro não se reduz a um método, mas se deixa guiar pelo caminho que leva o aluno a construir seu próprio conhecimento. Como relembra Silva (2017, p.27) “Ela ressaltou a importância da escola e mudou o foco da educação centrado no “como se ensina” para o “como se aprende.” Ferreiro edificou uma proposta pedagógica com foco na camada mais pobre da sociedade, porque para ela a educação é a chave para uma mudança social. Em 1989, ela fala a Revista Nova Escola do grande valor de se ater ao tema alfabetização em condições de pobreza como uma chance de mudança social. A revista pergunta a ela por que seu trabalho é conduzido especialmente aos menos favorecidos, quando a classe média também apresenta déficit de aprendizagem. E ela responde:

Há muitas experiências interessantes e benéficas em escolas de classe média que também me interessam. Mas quero

assinalar o seguinte: 1990 será o Ano Internacional da Alfabetização e quando se analisa a distribuição do analfabetismo no nosso continente encontramos sempre o mesmo fenômeno. A maior quantidade de analfabetos se localiza nos setores rurais, nos setores indígenas e nos setores mais pobres da população. (Ferreiro, 1989).

Ainda é muito grande o número de crianças que não sabem distinguir o desenho das letras, e isso na maioria das vezes está relacionado à crianças de classe baixa que não tem acesso a livros, jornais e revistas. É a esse público menos privilegiados que a estudiosa centralizou seu estudo, que se tornou uma crítica ao ensino verticalizado, cujo cerne está na predominância do autoritarismo, deixando a margem os processos cognitivos e suas relações psicossociais.

Na metodologia tradicional o professor passa o conteúdo aos alunos baseado na união de simples sílabas, sons memorizados e cópia. Esta maneira torna o aluno passivo, ou seja, não participante do processo de conhecimento. Agindo desta forma, os professores não estão aptos a entender as dificuldades que as crianças têm ao tentar tomar para si a leitura e a escrita. O trabalho com a educação infantil requer que o professor tenha uma competência polivalente, isto significa que ele tem que saber lidar com assuntos de natureza diversas que abarcam os cuidados essenciais e até os conhecimentos particulares de várias disciplinas. Este ar polivalente exige que os docentes tenham uma formação profissional que deve torná-lo também aprendiz, refletindo de quando em quando sua prática, e assim buscar informações precisas para o seu ofício. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998, p.41) “São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças: a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.” Sabe-se que é de maneira heterogênea que a criança faz crescer suas capacidades, pois a educação cria condições para seu desenvolvimento. E para alcançá-lo é preciso uma atuação que dar margem as capacidades de ordem

física, afetiva, cognitiva, ética, interpessoal e social. A capacidade física está ligada ao aprimoramento das potencialidades corporais e a aplicação do corpo na expressão da emoção. A habilidade cognitiva está focada no ato de pensar e usar o pensamento para a resolução de problemas. A afetividade está centrada na edificação autoestima e ao convívio social, como também a compreensão de si mesmo e dos seus semelhantes. A estética é a representação artística e a apreciação desta. A capacidade interpessoal diz respeito às condições para o conviver social, ou seja, é preciso saber entender as diferenças. A inserção social é a capacidade que cada criança de se reconhecer como participante de um grupo ou de uma comunidade. De acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil (1998, p.13) “Para que essas habilidades possam contribuir para o exercício da cidadania, é preciso que elas estejam embasadas em princípios.”

Como todo ser humano a criança é um ser social e histórico e faz parte de uma família que está introduzida em uma sociedade. Seu primeiro ponto de referência é a família. É com as interações que elas revelam um esforço para entender o mundo que a cerca, utilizando as mais diversas linguagens e exercendo a habilidade de terem um pensamento acerca daquilo que desejam aprender. Nesta linha, é a partir das interações com outras pessoas e com o meio em que atuam é que a criança dá significado ao seu mundo. “Ao dar significação ao seu pequeno universo é que ela desenvolve a sua autoestima, que se origina da interiorização da estima que se tem por ela e da confiança da qual é alvo.” (Referencial Curricular da Educação Infantil, 1998, p.30). Nesse processo é necessário que um adulto deposite confiança nela e crie situações educativas que possam transparecer suas capacidades em todas as áreas do currículo escolar.

A aquisição da linguagem tem ocupado a mente de muitos estudiosos. Para o linguista norte-americano Noam Chomsky a linguagem é inata e está acima de qualquer outra habilidade humana, segundo ele, o meio

ambiente só oferece o *imput* linguístico à criança. No inatismo de Chomsky, todos nós possuímos um mecanismo que faz desabrochar o que já está internalizado. O canadense Steven Pinker, influenciado pela ideia de Chomsky colocou a aprendizagem da linguagem como um instinto. Na qualidade de cognitista, ele descreve a linguagem como uma faculdade psicológica, um órgão mental ou um módulo computacional.

A aprendizagem da língua escrita não é um processo linear, há evoluções e involuções no desenvolvimento de cada criança. Os gestos são muito significantes no aprendizado, eles são modos de simbolizar atos e sentimentos dentro do imaginário. Conforme Vygotsky, 1998, p.141) “O gesto é o signo visual inicial que contém a futura escrita, assim como uma semente contém um orvalho.” A criança desde que nasce começa a estabelecer relação com o mundo que a cerca. É na inteligência interpessoal que ela vai se comunicando, em princípio por uma linguagem que se concretiza no choro, gestos, etc. É na fase que Luria chama de marcas tipográficas que o sujeito vai registrando rabiscos no papel, esses registros ainda não são signos, mas podem ajudar no entendimento da informação. Nesta perspectiva, o desenho ocupa o lugar da palavra. Tomando como base o desenvolvimento da escrita pela criança, Luria diz:

O que o desenvolvimento da escrita na criança prossegue ao longo de um caminho que podemos descrever como a transformação de um rabisco não diferenciado para um signo diferenciado. Linhas e rabiscos são substituídos por figuras e imagens, e que estas dão lugar a signos. Nesta sequência de acontecimentos está todo o caminho do desenvolvimento da escrita tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança. (Luria, 1986, p.161)

É primordial que o professor conheça como se dá o processo de construção da escrita, para assim fazer

mediações necessárias a fim da criança se apropriar do sistema escrito, pois ela nasce com uma aptidão para aprender com seus iguais e com pessoas da geração adulta, uma vez que somos um ser social e a experiência em sociedade é fonte de progresso. Como ressalta Dewey (1979, p.4) “Os homens vivem em comunidade em virtude das coisas que tem em comum. E a comunicação é o meio que chegam a possuir coisas comuns.”

As psicolinguísticas Emília Ferreiro e Ana Teberosky deram início em 1974 uma pesquisa sobre alfabetização partindo da ideia que o nascimento do conhecimento se dá através da interação do sujeito com o objeto a ser conhecido. Por meio desse estudo elas evidenciam que a criança antes de adentrar à escola, já faz hipóteses sobre a escrita e essas hipóteses são descritas em estágios linguísticos que seguem a criança até a aquisição da leitura e da escrita. Essas ideias foram divulgadas através da obra **Psicogênese da Língua Escrita**. Em uma mensagem preliminar da obra citada, as argentinas se pronunciam:

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitos caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que psicologia lecto-escrita esqueceu. (Ferreiro; Teberosky, 1986, p.11)

A pesquisa de Ferreiro e Teberosky tiveram como fundamento a psicolinguística, buscando nessa área o alicerce para a investigação. Elas partem da ideia que todo conhecimento tem uma constituição e

mostram as formas iniciais do conhecimento da língua, como também as formas últimas do domínio da escrita. Com a exposição desses conceitos a criança é tida como um agente construtivista que tem na memória símbolos organizados. Com a noção de como o aluno infantil domina a escrita, Ferreiro pergunta como se dar o domínio da escrita pelo adulto.

No México, em 1983 Ferreiro publica o livro *Los adultos no alfabetizados y sus conceptualizaciones del sistema de escritura* (A Construção da escrita pelos adultos). Partindo da concepção que se encontra saberes da língua escrita na criança que ainda não frequentam a escola, os adultos analfabetos do mesmo modo poderiam possuir alguma hipótese acerca da escrita. Nesse viés se percebe que o adulto não alfabetizado não é uma placa em branco, ou uma tábua rasa, ele tem uma patente noção que se escreve é com letras e qual a importância de dominar o código linguístico.

Paulo Freire é uma referência no mundo da alfabetização, principalmente quando se refere a jovens e adultos. Ele diz que para que a compreensão do texto seja alcançada é cabível a união do próprio texto com o contexto. (Freire, 1989, p.11). Conectado com a visão de Freire, fica deduzido que ler não significa só decodificar palavras, mas uma ação que dá chances ao sujeito de se sentir consciente e agente de um espaço em constante transformação. Ele fala de uma metodologia que aborda coisas que fazem parte não somente do universo do professor como também do educando. Foi essa premissa que o educador falou em palavras geradoras para ensinar a ler com consciência.

É perceptível a similaridade entre as propostas de Paulo Freire, Emília Ferreiro e Piaget. A tríade salienta a necessidade de considerar os conhecimentos prévios dos alunos, porque a aprendizagem vem dos atos vivenciados e de olhar o aprendiz como um aluno que age e dar significado ao seu próprio andar a caminho de uma ação construtivista.

Ferreiro em parceria com Teberosky afirmam que para se chegar ao domínio dos signos linguísticos o

sujeito passa por quatro fases: pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética. Há conflitos para passar de uma fase para outra em consequência do contato com a escrita de outras crianças ou de um adulto.

Depois da publicação desta ideia aqui no Brasil o olhar em torno da alfabetização teve uma mudança significativa. Esta afirmação de torna evidente nos Parâmetros Curriculares nacionais de Língua Portuguesa (PCN):

No Brasil dos anos 80, começaram a circular, entre educadores, livros e artigos que davam conta de uma mudança na forma de compreender o processo de alfabetização; deslocavam a ênfase habitualmente posta em como se ensina e buscavam descrever como se aprende. Tiveram grande impacto os trabalhos que relatavam resultados de investigação, em especial a psicogênese da língua escrita. (Brasil, 1997, p.20).

A Psicogênese da língua escrita foi vista aqui no Brasil como uma solução para os problemas educacionais, logo o estado de São Paulo procurou utilizá-la em suas escolas através de cursos de formação para os professores. Neste estado e no Rio Grande do Sul, a Psicogênese recebeu o nome de “Didática do nível pré-silábico” devido as atividades didáticas organizadas e desenvolvidas por Esther Pillar Grossi, em seu livro: *Didática do nível pré-silábico*, no qual ela põe em evidência sua utilização da teoria de Ferreiro:

A didática do nível pré –silábico se caracteriza pela criação de um ambiente rico de materiais e atos de leitura e escrita.[...] não há seleção e ordenação de letras ou palavras para vivenciar [...] as crianças tomam contato com todas as letras e com qualquer palavra [...] alfabetizar-se é muito mas do que manejar a correspondência entre sons e letras. (Grossi, 1985, p.5)

O livro *Aprender a Ler e Escrever* de Ana Teberosky e Tereza Colomer, é resultado que as ideias que as crianças desenvolvem problemas conceituais semelhantes ao que os seres humanos se colocaram ao

longo da história da escrita. (Revista Nova Escola, Anderson Moço, 01 de março de 2009).

HIPÓTESES DAS SÍLABAS

Na hipótese pré-silábica a criança está a frente de um longo caminho a ser percorrido, porque ela não tem ainda noção da ligação entre a língua falada e suas representações. Nessa fase, os traços no papel não têm a intenção de concretizar o registro que busca correspondência sonora, ou seja, não é compreensível o elo entre registro gráfico e o aspecto sonoro da fala. Conforme Silva (2017, p.32) “Cada criança lê em seus rabiscos aquilo que quis escrever e essa leitura é um ato particular dela, mas que ela quer compartilhar.” Este é o momento que somente o proprietário sabe interpretar a sua produção. O pensamento do sujeito nesse estágio é de que ele pode escrever com desenhos e rabiscos pensando que a palavra escrita deste modo representa a coisa a que ele se refere. No instante em que ele perceber a quantidade de vezes que abrimos a boca para dizer uma palavra, ela vai tendo uma breve compreensão da quantidade de letras que merecem ser registradas no papel. Azenha (2006, p. 71) diz que “O uso da hipótese-silábica indica apenas a existência de uma concepção da criança quanto ao caráter da representação realizada pela escrita distante da indicação do evento sonoro da língua escrita.” As características marcantes desta fase é as pseudoletas e o realismo nominal, que se caracteriza pela associação da quantidade de letras ao tamanho real do objeto. Ferreiro (1998, p.198) destaca que “a dificuldade de diferenciar as atividades de escrever e desenhar é apenas momentânea.” O professor com educandos nesse nível está diante da desafiadora tarefa de planejar e produzir atividades que possa atendê-los dentro dessa hipótese que não leva em conta a sonoridade da palavra.

A hipótese silábica é onde é feita a relação entre letras e sons. Uma característica que não está presente no nível anterior. O meio utilizado pela criança é de dar a

cada letra ou marca escrita o registro de uma sílaba que é pronunciada, dessa maneira ela tem uma superação global entre a escrita e a oralidade.

Quando chegada a fase silábico-alfabética há uma mudança: a criança une a hipótese anterior à análise da escrita como fonemas. Comparando com a escrita que segue as normas convencionais, as produções podem representar várias omissões no registro das letras. Esse fenômeno muitas vezes é visto como patológico, indicando que a criança estava com deficiência visual. De acordo com Azenha (2006, p.91) “Se compararmos tais escritas com aquelas decorrentes da concepção silábica, poderemos enxergar a existência de acréscimo de letras à escrita, tentando aproximar-se do princípio alfabético, em que os sons da fala são registrados pelo uso de mais uma letra.”

Os educandos na hipótese silábico-alfabética já têm a noção que a escrita é representação da fala e começam a fazer uma ligação entre grafemas e fonemas. É nessa fase que Ferreiro diz haver um revezamento grafônico, isto é, a criança reveza o uso de duas letras para demonstrar a mesma emissão sonora. O educador tem que olhar esse fenômeno de maneira construtiva, em que paulatinamente o proprietário das palavras vai sendo conduzido a um entendimento mais profundo em relação a sua forma de escrever.

Na hipótese alfabética, a criança já superou os empecilhos que a cercava nos níveis anteriores. Azenha (2006, p. 94) enfatiza que “O que a criança terá alcançado aqui não significa a superação de todos os problemas.” Nessa etapa o educando lança um olhar mais apurado sobre as vogais e consoantes acreditando que a escrita deve representar as palavras faladas com todas as suas letras e sons.

MÉTODO

A metodologia é o caminho percorrido pelo pensamento e envolve ao mesmo tempo o método e a criatividade de quem pesquisa. Como reforça Minayo

(1994, p.16) Ela “ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que o método é a alma da teoria.” Referindo-se a esta parte do trabalho, a autora ainda completa: Nela “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo.” (1994, p. 16).

Este artigo foi desenvolvido através dos estudos bibliográficos e apresenta características diretamente pertencentes a um estudo qualitativo. Ele está ancorado nas palavras de Chizzoti (2006, p.19), ao dizer que “A pesquisa qualitativa reconhece o saber acumulado na história e se investe de interesse em aprofundar as análises e fazer novas descobertas em favor da vida humana.”

O estudo permite aprofundar e discutir determinado assunto, dando ao leitor as dimensões que se destacam em tempos e lugares variados. É através da abordagem qualitativa que os fatos e sua historicidade são conhecidos fazendo com que o sujeito se sinta munido ideias sobre determinado assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança é um ser curioso e toma como sua as práticas do mundo que a cerca. Desde muito cedo, ela manifesta um desejo de aprender e isso se mostra nas indagações que faz aos seus semelhantes. Na mais tenra idade, o educando é inserido na linguagem, em consequência, chega o interesse de estudiosos que focam seu estudo no desafio da alfabetização, fase esta fundamental para o desenvolvimento do discente, uma vez que o permite adentrar em um caminhar intenso de aprendizado, convidando-o à uma reflexão sobre a importância do ato de ler e sua ligação com a liberdade. O objetivo deste artigo foi compreender a herança construtivista de Emília Ferreiro no que se refere ao conceito de alfabetização. A atenção a este assunto se tornou efetiva por está diretamente relacionado à área do nosso curso de mestrado, como também por achar de

grande valia para todo educador que se encontra na seara do ensino infantil.

É prontamente compreensível que as concepções trazidas por Ferreiro quebraram paradigmas e deixou eufóricos os educadores da época, por se tratar de representação que contradiz a concepções existentes no seio da sociedade que acreditava na pedagogia tradicional para libertar o reino infantil da escuridão que o esconde do mundo letrado.

A produção deste trabalho nos torna ainda mais ciente do quanto é importante perceber a trajetória realizada por alguém que está começando a se familiarizar com a sistematizada vereda linguística.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: de Piaget a Emília Ferreiro**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. –Brasil: MEC/SEF, 1998. 3 v.

CAMPOS, Nascimeto...[et. al.]; **Saberes pedagógicos e atividade docente**. Selma Garrido Pimenta. (Organização) – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 15. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. – São Paulo: Ática, 1994.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. – São Paulo: Saraiva, 2009.

GROSSI, E. P. **Alfabetização em classes populares: didática do nível pré-silábico**. São Paulo: SE/CENP, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVEDRA, Vera Lucí Alves. **Difusão da perspectiva construtivista na FaE – UFPel (Décadas 80-90)**. Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp038613.pdf>

SILVA, T.T. **Desconstruindo o construtivismo pedagógico. Educação e realidade**. Porto Alegre. 1993.

CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DE IGARAPÉ GRANDE-MARANHÃO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

CONCEPTION OF MATHEMATICS TEACHERS IN IGARAPÉ GRANDE-MARANHÃO ABOUT THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE

Antonio Kleber Cardoso da Silva ¹

Antonio Pimentel Carvalho ²

Gessé Feitosa da Costa ³

RESUMO

O presente artigo é uma inserção de um contexto bibliográfico de uma investigação que tenciona vislumbrar a concepção dos professores de matemática de Igarapé Grande – MA. Este trabalho acadêmico tem como linha de pesquisa o objetivo de identificar as opiniões como também as preocupações sobre a Base Nacional Comum Curricular a BNCC, dos professores de Matemática, que atuam nos anos finais do ensino fundamental do município já mencionado. Sua justificativa está inserida no discurso polêmico da BNCC, com intenção de contribuir com os professores através das concepções do ponto de vista da implantação deste documento com a prática adotada em sala de aula, está intenção é avaliar suas dificuldades como também suas preocupações e pontos positivos, observados pelos conteúdos praticados em sala de aula e, contudo, refletir a relação da implantação de uma BNCC. A metodologia que foi utilizada durante a fase investigativa, é baseada na qualitativa. Os dados levantados foram obtidos de um questionário de pesquisa aplicada aos professores de Matemática. Após recebidos os questionários e analisados resultados, mostra de modo geral os posicionamentos e as dificuldades enfrentadas, bem como opiniões e seus pontos de vistas com relação à implementação da BNCC.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular; Professores de Matemática; Concepções de professores.

ABSTRACT

This article is an insertion of a bibliographic context of an investigation that will show the point of view of the Teachers of math from Igarapé Grande – MA. This scholarly work has as research aimed at identifying the views and the concerns about the National Curriculum the BNCC Common Base of teachers of Mathematics, which act in the final years of the elementary school of the municipality of Bayou Grande in the State of Maranhão. Your justification is inserted in the controversial discussion of the BNCC, with intention to contribute with teachers through the conceptions from implanting the same with the practice adopted in the classroom, it's intent is to assess their difficulties as well as your concerns and positive points noted by content practiced in the classroom and, however, reflect the relationship of deploying a BNCC. The methodology that was used during the investigative phase, is based on qualitative. The data were obtained from a questionnaire for applied research to teachers of Mathematics. After received the questionnaires and analyzed results, shows generally the positions and the difficulties faced, as well as thoughts and viewpoints regarding the implementation of the BNCC.

KEYWORDS: Common National Curricular Basis; Math teachers; Teachers conceptions

¹ Mestre em Ciências da Educação, pela ESEJD (Portugal). Graduado em Letras, pela Faculdade de Educação São Francisco (FAESF). Bacharelado em Direito, pela Faculdade CET de Teresina – PI. Especialista em Língua Portuguesa, pela Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED), Especialista Língua Inglesa, pela Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED). Especialista em Gestão e Supervisão Escolar, pela Faculdade de Teologia Hokemãh Fateh (FATEH). Formação em Mediação e Arbitragem, pela CMA/OAB-PI/ESA. Professor na Rede Estadual e Municipal de Educação do Maranhão. Proficiente na seara educacional com relevo em Educação Básica e Superior, Metodologia da pesquisa científica, Linguística, Língua e Literatura Brasileira, Língua e Literatura Inglesa. Técnico em Contabilidade. Poeta e Escritor. **E-mail:** poetakleber@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Educação pela ESEJ (Portugal). Graduado em matemática pelo CEFET (Centro Federal De Educação Tecnológica Do Maranhão). Pós- graduado em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio com ênfase em Química pela Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia Darwin. Especialista em Gestão e Supervisão Escolar, pela Faculdade de Teologia Hokemãh Fateh (FATEH). Professor na rede municipal de educação nas áreas de matemática e língua estrangeira (inglês). **E-mail:** pimentelcarvalho08@gmail.com

³ Mestre em Ciências da Educação pela ESEJ (Portugal). Graduado em Letras pela Faculdade de Educação São Francisco – FAESF. Especialista em Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (Inglês) pela Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó (FACEC). Especialista em Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade de Teologia Hokemãh – (FATEH). Professor da rede municipal na cidade de Igarapé Grande- MA. **E-mail:** ges_sefeitosa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Diante dos compromissos assumidos na esfera internacional nos anos 90, como também várias fases de melhorias nos processos educacionais, fizeram que alavancassem uma nova ampliação das discussões e também iniciativas a respeito da necessidade de uma nova definição da Base Nacional Comum, com novos conteúdos buscando criar uma nova reforma curricular no contexto nacional. Desta forma com aprovação da Lei das Diretrizes Bases da Educação, conhecida pela mídia de LDB 9.394/96, em que foram desenvolvidos com a publicação dos parâmetros curriculares nacionais, esses tiveram como objetivo realizar uma promoção de reformulação curricular nas escolas. Desta forma diante de um contexto negativo dos estudantes, apresentados pelo índice do desenvolvimento da educação brasileira o IDEB, o ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental, teve um novo horizonte onde o ensino e aprendizagem confrontou-se com uma concepção que desafiava e instigava a organização do currículo, onde o professor e o aluno, buscaram nesse momento assumir novas responsabilidades dentro da sala de aula, onde o tratamento dos conteúdos curricular orientava a desenvolver a prática da construção do conhecimento onde a clareza e a assimilação do significado dos conceitos matemáticos eram testados.

Desta forma na definição de suas propostas pedagógicas, como também documentos internos, no caso o regimento, as escolas com isso iniciam o compartilhamento dos princípios e das responsabilidades diante de um contexto onde a flexibilidade teórica e metodológica das ações pedagógicas em que o planejamento desenvolvido junto com avaliação dos processos educacionais revela a qualidade, respeito e a equidade dos direitos e deveres dos alunos e professores.

Com a elaboração e a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a casa ministerial da educação propôs um norte para educação das escolas

brasileiras, garantindo com isso que respeito e as diversidades culturais, regionais, éticas, religiosas e políticas pudessem atravessar diante de uma múltipla sociedade, estratificada e também complexa uma educação atuante e decisiva no processo da construção da cidadania, e como meta principal de seu começo e construção de uma oportunidades de igualar o justo entre os cidadãos, constituídos pelos princípios democráticos.

E desta forma a igualdade necessariamente implica no acesso em sua totalidade de todos os bens públicos, onde o grupo dos conhecimentos adquiridos são socialmente importantes. Desta forma entende-se que os parâmetros curriculares devem agregar um funcionamento catalisador das ações, buscando de forma consistente de certa forma a melhoria da qualidade da educação, mas é bem verdade que esta sintonia de pensamentos não deverá resolver de modo algum, os problemas que vem afetando a qualidade do ensino e da aprendizagem do Brasil.

Conforme comenta Brasil (2016) que a BNCC é um conteúdo fundamental para o desenvolvimento da educação básica no Brasil, com objetivos de direcionar os sistemas educacionais dos Estados e Municípios no desenvolvimento de suas propostas curriculares, com intuito de considerar o direito no desenvolvimento e na aprendizagem acordado com o Plano Nacional de Educação - PNE e também com a Conferência Nacional da Educação – CONAE.

Já Cossio (2014) diz que a proposta da BNCC tem um lado muito complexo e também polêmico, pois aborda de forma plena, onde mostra que a sociedade possui um novo modelo de projeto de educação para as instituições de ensino.

Segundo Zanoello e Groenwald (2015), mostra que os conteúdos são os mais importantes elementos do currículo, onde são elaborados e promovidos pelo Ministério da educação junto as secretarias municipais, com a participação da comunidade escolar. O mesmo comenta também que atualmente com o PNC e o plano

nacional dos livros didáticos – PNLD, estes influenciam de certa forma na escolha dos tópicos a serem criados nas escolas do ensino fundamental.

Neste entendimento, propomos através deste artigo identificar as preocupações e opiniões dos professores de matemática atuantes nos anos finais do ensino fundamental do município de Igarapé Grande – MA, sobre os fundamentos da BNCC no seu dia-dia em sala de aula. Justificamos também a importância desta pesquisa por estar de uma forma indireta, inserida e integrada ao tema da BNCC, onde pretende-se auxiliar os professores de matemática, gerando indagações nos seus pontos de vista em relação a proposta de implantação da BNCC até a prática em sala de aula, desta forma buscando entender como as dificuldades, as opiniões, as preocupações, e finalmente os pontos positivos são enfrentados pelos professores durante as abordagens dos conteúdos em sala de aula, e levantar uma reflexão sobre a implantação de uma BNCC.

REVISÃO DA LITERATURA:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

O Ministério da Educação (MEC) convocou pesquisadores, formadores de professores e representantes de associações como a Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação) e Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) para a criação da base nacional comum dos currículos, os quais dispõem de metas e estratégias definidas, bem como, a elaboração do documento preliminar com o objetivo de promover um debate nacional, segundo a diretoria da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM, 2015).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definirá os conteúdos necessários para cada ano e segmento da Educação Básica, sendo descrito saberes e os conteúdos que serão utilizados nas escolas públicas e privadas (BRASIL, 2015).

O MEC iniciou o debate nacional sobre a BNCC para a Educação Básica em julho de 2014, quando a Secretária de Educação Básica (SEB) recebeu o documento elaborado pela Diretoria de Currículos e Educação Integral, o qual desencadeou a discussão acerca do currículo nacional (CÓSSIO, 2014).

No mês de setembro de 2015 ocorreu o lançamento da primeira versão da BNCC, por intermédio do MEC, mediante consulta pública culminando em mais de 12 milhões de contribuições. Já em maio de 2016, sucedeu a apresentação da segunda versão, sendo o Consed e a Undime instituições responsáveis por articular e organizar seminários estaduais para discussão desta versão, segundo informações da Undime (2017).

Ainda em 2016, no mês de setembro a BNCC foi entregue uma versão ao MEC, pelas duas instituições, após participação em seminários, contribuições e o posicionamento de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas assim como entidades de educação. Em abril de 2017 ocorreu a entrega da terceira e última versão da BNCC, a ser implantando em 2017 (BRASIL, 2015; 2016).

Na prática a construção da BNCC prevê que seja composta de 60% dos conteúdos mínimos trabalhados em sala de aula os quais reúne direitos e objetivos de aprendizagem relacionados às quatro áreas do conhecimento; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Linguagens e Matemática, e seus respectivos componentes curriculares, sendo que, os 40% restantes ficam a critério de cada sistema educacional de cada estado brasileiro (BRASIL, 2015).

Para tanto, conceber e difundir a BNCC são processos vistos como oportunidades ímpares de promoção de avanços, não perdendo a chance de uma contribuição para o desenvolvimento das práxis em Educação Matemática na Educação Brasileira (SBEM, 2015).

Quanto à definição de currículo, segundo NCTM (2014), este se constitui como sendo: padrões são declarações de que os alunos devem aprender. As

normas são as extremidades. Um currículo é o programa usado para ajudar os alunos, a fim de cumprir as normas, incluindo materiais educacionais, atividades, tarefas, unidades, lições e avaliações. O currículo é o meio (NCTM, 2014, p.70).

Neste contexto, o currículo é definido como um programa que auxilia o aluno no processo de ensino e aprendizagem através de meios que os auxiliem, como tarefas, atividades, lições e avaliações.

De acordo com Groenwald e Nunes (2007), o currículo educacional retrata o resumo de conhecimento e valores, que identificam os processos sociais, expressos através do desenvolvimento pedagógico praticado nas escolas.

Segundo Zanoello e Groenwald (2015), o processo de ensino e aprendizagem ocorre pela orientação e organização do currículo, o qual define os conteúdos que serão trabalhados e avaliados bem como os objetivos a serem alcançados. Sendo assim, a BNCC serve de referência tanto para as escolas quanto para a elaboração do currículo nos sistemas de ensino para construção do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2015).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a BNCC mediante o Parecer CNE/CEB nº 07/2010 é compreendida como (BRASIL, 2010):

Os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; nos movimentos sociais (BRASIL, 2010, p. 66).

Nesta perspectiva, os componentes que constituem o currículo (língua portuguesa, Matemática, Arte, na Educação Física e no Ensino Religioso)

organizam-se através dos sistemas educativos, gerando com isto conhecimentos, saberes e valores.

Dessa forma, a BNCC tem como objetivo sinalizar percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, compreendida pela Educação

Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), e Ensino Médio, capazes de garantir, aos sujeitos da Educação Básica, como parte de seu direito à educação (BRASIL, 2015).

O CONHECIMENTO MATEMÁTICO SEGUNDO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Segundo Santos (2010), as atividades matemáticas sempre se fizeram presentes em relação às formas de convivência entre o homem e o mundo físico, social e cultural. A matemática pode ser vista como um campo científico diversificado e extenso, bem como uma fonte de modelos para outras áreas (SANTOS, 2010).

Os PCN retratam a construção da prática propiciando o acesso ao conhecimento matemático mediante a inserção dos estudantes como cidadãos, no ambiente profissional, cultural e social (BRASIL, 1998, p.59).

Os PCN revelam ainda que, a Matemática se faz presente na vida de todos, ou seja, ao passo que através da Matemática podemos calcular, quantificar, localizar um objeto no espaço, fazer leitura de gráficos e mapas, bem como previsões. Assim, percebe-se que o surgimento da Matemática aconteceu com o intuito de dar respostas tanto as necessidades como também às preocupações de diferentes meios (BRASIL, 1998, p.59).

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2015), a evolução do conhecimento matemático visto como Ciência está acompanhada de um agrupamento em eixos tais como Geometria, Álgebra, Operações Aritméticas, dentre outros, os quais servem como elementos que facilitam a compreensão dos estudantes na área da Matemática (BRASIL, 2015).

Outro fator importante é a valorização do conhecimento que os estudantes trazem de suas práticas sociais cotidianas. É necessário que haja conhecimentos prévios por parte dos estudantes, e estes por sua vez, são trazidos com eles em uma diversidade de conhecimentos matemáticos que auxiliam como ponto de partida para as aprendizagens (BRASIL, 2015).

Dessa forma, se faz importante instigar o estudante, em sala de aula, para que este explicita esses conhecimentos, os quais devem estar permanentemente associadas aos conhecimentos escolares trabalhados (BRASIL, 2015).

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE IGARAPÉ GRANDE – SEMED E A IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NAS ESCOLAS

As Diretrizes Curriculares, construídas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica MEC-PNUD-SEMED/Igarapé Grande/MA, por técnicos da Secretaria, tem como finalidades os seguintes pontos:

- a) a elevação do nível de aprendizagem dos/as alunos/as,
- b) a universalização da matrícula dos alunos,
- c) a redução do analfabetismo,
- d) a melhoria da gestão institucional
- e) a institucionalização do regime de colaboração.

A implantação das Diretrizes Curriculares é de grande importância uma vez que são definidos padrões de aprendizagem e de ensino que devem ser atingidos por meio das práticas nas escolas da rede Municipal de ensino. Para tal, as escolas pesquisadas, realizaram, no início do ano letivo, uma atividade de acolhimento dos estudantes com a mobilização de todos sobre a implantação das novas Diretrizes Curriculares.

De acordo com a SEMED/Igarapé Grande (2018), a implantação das Diretrizes curriculares no município será de grande importância na região, pois nela são contidos os padrões mínimos de aprendizagem e de ensino que deverão ser atingidos pelas práticas

realizadas nas escolas da rede municipal de ensino. Foram pesquisadas escolas no início do ano letivo com objetivo de mostrar a todos os estudantes a importância sobre a implantação das novas Diretrizes Curricular.

Comenta o secretário da SEMED (2018) que as escolas da rede municipal de Igarapé Grande, para que possam obter os melhores resultados quanto ao desempenho escolar dos alunos devem compartilhar uma só diretriz curricular em sua proposta pedagógica, desta forma para que a mesma possa obter um resultados efetivo, serão necessários a construção como também a socialização pelas escolas do município, ofertando as orientações necessárias quanto as práticas pedagógicas que devem ser desenvolvidas em suas escolas, principalmente quanto a modelagem da forma do entendimento e a organização do processo de ensino e da aprendizagem, alinhados pela competência e as habilidades necessárias ligada a cada área do conhecimento e também aos componentes de suas respectivas áreas.

Para Saviani, (2007), o conceito de educação é apresentado como uma metáfora da ciência onde se mostra como um fenômeno humano, onde o mesmo coloca com suas palavras que “é a transformação do homem em ser biológico para ser histórico-social é tarefa do trabalho educativo”. Sendo assim, “a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”. (Saviani, 2007, p.19).

Onde Marchiorato (2003) comenta que o currículo é um conjunto de atividades radioativas que se distribuem no espaço e tempo escolar. Isso implica a dizer que os objetivos reais são precisos para que a educação possa cumprir o esperado com bastante êxito e sua função é bastante específica. O fato é que a estruturação curricular deve ser organizada com os processos pedagógicos com intuito de apropriar o saber sistematizado.

Conforme documentos normatizados pela SEMED (2018), mostra que as Diretrizes curricular do município de Igarapé Grande, estão fundamentadas conforme o

direito à aprendizagem, assegurados pelas regulamentações legais tanto na esfera nacional, quanto a estadual e municipal. Tal fato tem o entendimento que o trabalho na educação das escolas municipais, deve buscar a possibilidade para os alunos se apropriar do saber sistematizado, onde a premissa é garantir o acesso e a permanência, como também o sucesso dos estudantes em toda a sua vida escolar.

Assim temos como o principal objetivo das diretrizes curriculares do município de Igarapé Grande a contribuição para o princípio da democracia escolar, com isso possibilitando o incentivo para a construção dos seus próprios projetos pedagógicos, para a conquista dos padrões de qualidade tanto esperados em todo o município.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE IGARAPÉ GRANDE – SEMED E A IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NAS ESCOLAS

As Diretrizes Curriculares, construídas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica MEC-PNUD-SEMED/Igarapé Grande/MA, por técnicos da Secretaria, tem como finalidades:

- a) a elevação do nível de aprendizagem dos/as alunos/as,
- b) a universalização da matrícula dos alunos,
- c) a redução do analfabetismo,
- d) a melhoria da gestão institucional
- e) a institucionalização do regime de colaboração.

A implantação das Diretrizes Curriculares é de grande importância uma vez que são definidos padrões de aprendizagem e de ensino que devem ser atingidos por meio das práticas nas escolas da rede Municipal de ensino. Para tal, as escolas pesquisadas, realizaram, no início do ano letivo, uma atividade de acolhimento dos estudantes com a mobilização de todos sobre a implantação das novas Diretrizes Curriculares.

Para que as escolas da rede de ensino Municipal de Igarapé Grande possam alcançar melhores resultados quanto ao desempenho escolar dos alunos, é

fundamental que todas comunguem numa mesma Diretriz Curricular em suas propostas pedagógicas, assim, para que as Diretrizes Curriculares se efetivem de forma satisfatória, é necessária a construção e a socialização pelas escolas que compõem a rede Municipal de ensino, oferecendo orientação quanto às práticas pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas, principalmente, quanto à forma de entender e organizar o processo de ensino e de aprendizagem, direcionado pelas competências e habilidades necessárias à cada área de conhecimento e aos componentes curriculares de suas respectivas áreas.

Para Saviani, (2007, p.19), o conceito de educação como um fenômeno próprio dos seres humanos, pode-se dizer que “é a transformação do homem em ser biológico para ser histórico-social é tarefa do trabalho educativo”. Sendo assim, “a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”.

Concebe-se, então o currículo como a organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Isso implica definir objetivos reais e precisos para que a educação escolar cumpra, com o êxito esperado, sua função específica. Assim, a estruturação do currículo deve organizar os processos pedagógicos para a apropriação do saber sistematizado. (MARCHIORATO, 2013).

As diretrizes curriculares desse Município estão fundamentadas no direito à aprendizagem, conforme asseguram as regulamentações legais tanto na esfera nacional quanto estadual e municipal. Porém, é com esse entendimento que o trabalho educacional nas escolas da rede municipal de ensino busca possibilitar aos alunos a apropriação do saber sistematizado, tendo como premissa garantir o acesso, a permanência e o sucesso do estudante em toda a sua vida escolar.

O principal objetivo das diretrizes curriculares da rede municipal de ensino de Igarapé Grande é contribuir com o princípio democrático das escolas, possibilitando e incentivando, a construção dos seus próprios projetos

pedagógicos, para que conquistem os padrões de qualidade esperados em todo o município.

MÉTODO

A metodologia que buscamos a utilizar para esta investigação, foi baseada em uma pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, onde a primeira possui um caráter exploratório com objetivos de estimular os entrevistados na liberdade de expressão para com o tema da pesquisa, e a segunda busca através dos dados numéricos transportar uma análise de forma estatística. Desta forma na utilização das duas técnicas, faremos o cruzamento das diversas informações levantadas onde terão efeito de produzir dados qualitativos no final.

Segundo Santos Filho e Gamboa (2002, p. 105):

Essas categorias modificam-se, complementam-se e transformam-se uma na outra e vice-versa, quando aplicadas a um mesmo fenômeno. De fato, as duas dimensões não se opõem, mas se inter-relacionam como duas fases do real num movimento cumulativo e transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las uma sem a outra, nem uma separada da outra (SANTOS; GAMBOA, 2002, p. 105).

Isto mostra que na utilização das duas abordagens, sendo uma qualitativa e outra quantitativa as modificações ocorridas nas duas dimensões são interrelacionadas através das modificações como também das transformações que se completam uma na outra para um mesmo fenômeno. Os dados tratados foram constituídos através dos questionários aplicado com os professores de matemática que atuam na rede municipal de Igarapé Grande.

Desta forma foram foi realizada esta pesquisa com 12(doze) professores de matemática, lotados nos anos finais do ensino fundamental do município de Igarapé Grande, utilizamos um questionário com perguntas abertas, onde buscamos identificar de maneira rápida, mas necessária o perfil de todos os

participantes onde buscamos de forma geral perceber suas concepções a respeito dos seus entendimentos quanto a BNCC. Também realizamos entrevista de forma direta, buscando entender e analisar para futuros auxílio nos programas pedagógicos das escolas no processo de ensino da aprendizagem da disciplina de matemática do 6º a 9º ano do ensino fundamental e avaliando as repercussões surgidas pela a implantação da BNCC.

Destacamos que os resultados obtidos foram extraídos de uma análise dos dados recebidos com as respostas dos professores de matemática e triangulados com a pesquisa bibliográfica.

No que se refere a dados educacionais do município de Igarapé Grande, do ano de 2015, são 17 escolas municipais do Ensino Fundamental que possuem na sua estrutura, séries finais. Onde o quadro de professores do município é constituído de 34 profissionais, sendo 12 destes atuam no ensino de Matemática. Conforme apresenta em seus dados interno na Secretária

Municipal de Educação de Igarapé Grande, o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, no ano de 2018, foram de 2.340, sendo que destes alunos, 1.650 estão nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme apresentado pelo (IBGE, 2015).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após aplicada a metodologia em sua praticidade, este tópico abre a análise e discussão dos resultados. Cabe ressaltar que aqui se faz uma análise geral de todo o resultado obtido nas pesquisas, sendo a discussão feita de maneira geral e abstrata. De acordo com o pesquisado ficou perceptível depreender que: o professor tem o papel de mediador na construção social do conhecimento do aluno, protagonista, do processo de ensino e aprendizagem. E que o ponto de partida pedagógico deve ser os conhecimentos dos alunos, para que estes alcancem um nível mais elevado de aprendizagem, proporcionado pelos planos de ensino.

Para tanto, o planejamento dos conteúdos disciplinares e temáticos precisa estabelecer sequências didáticas que favoreçam a apropriação dos conhecimentos e, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno, ajudando, assim, que a escola cumpra sua função social: instrumentalizar alunos(as) para uma prática cidadã, bons rendimentos nos estudos, qualificação para o trabalho e outros, ... O professor propõe situações desafiadoras que valorizem a aprendizagem inicial dos alunos(as), de forma encadeada e com graus crescentes de complexidade.

Assim, a Proposta Pedagógica da Escola deve ser reelaborada com base nas Diretrizes Curriculares, deve primar por metodologias de ensino que enfatizem a participação interativa, comunicativa, participativa e observadora dos estudantes na construção dos seus próprios conhecimentos, em síntese, o processo de aprendizagem favorece a construção de novos conceitos das práticas sociais, ampliando o universo cultural dos alunos.

Como disciplina, a matemática surgiu no currículo das escolas de Educação Básica, a partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos. Esse fato pode ser comprovado nos documentos da época, em que se encontram registros de objetivos para o ensino daquela disciplina (LOPES; MACEDO, 2002). Nesse período, já existia o dilema entre científico e cotidiano, que foi se desfazendo no contexto da legislação. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 5.692/71 (BRASIL, 1996), as disciplinas relacionadas às ciências – a Matemática, por exemplo, firma-se como componentes curriculares, permanecendo até a atualidade.

Assim, o contexto de abrangência do estudo da Matemática no Ensino Fundamental ajusta-se à perspectiva, contemplada nos PCNEM (BRASIL, 1999) e nas Diretrizes Curriculares, (MARANHÃO, 2014), assegurar aos alunos condições de aprendizagem nesse componente curricular, permitindo-lhes construir uma visão de mundo mais articulada e menos fragmentada,

de modo que eles se vejam como sujeitos principais de um mundo em contínuas transformações (BRASIL, 1999).

Como a Matemática possui uma linguagem específica, cabe ao professor, ao trabalhar os conteúdos desse componente, proceder de forma a inter-relacioná-los e aproximá-los à realidade dos estudantes, envolvendo-os em um processo ativo de leituras de problemas, reflexão e construção dos próprios conhecimentos, de modo a alcançarem o nível de tomada de decisões e desenvolvimento do senso crítico, chegando ao crescimento pessoal e ao processo de transformação social.

Como ciência, a matemática é atividade humana que vem se desenvolvendo e evoluindo ao longo da história, abrangendo diferentes contextos: educacionais, tecnológicos, sociais e ambientais. Segundo Sardella e Mateus (1990, p. 257), “Matemática é a Ciência que estuda as quantidades, o espaço, as relações abstratas e lógicas aplicadas aos símbolos. Nesses termos, a Matemática apresenta segmentos multifacetados, nos quais se objetiva a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais trazem um acervo de normas doutrinárias a respeito de princípios, embasamentos e métodos na Educação Básica que norteiam as instituições escolares na organização, integração, incremento e ação avaliativa de suas propostas pedagógicas. Entre os vários conceitos de currículo, as Diretrizes optam pelo de Moreira e Candau (2006) em razão de sua amplitude e sua preocupação com a cultura: “conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais.”

As Diretrizes Curriculares Nacionais são normas obrigatórias para a Educação Básica que têm como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteando seus currículos e conteúdos mínimos. Assim, as diretrizes asseguram a formação básica, com base na Lei de Diretrizes e Bases

da Educação (LDB), definindo competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. (MILIES, 2008, p.21)

É preciso rever atentamente a forma de ministrar aulas na atualidade, uma vez que se observa uma fuga do que é preestabelecido pelas diretrizes, como se estas fossem descartáveis, mas não são. Tais normas vigentes por meio destas diretrizes são obrigatórias, diferente das dicas apresentadas nos PCNs que não possuem obrigatoriedade, mas apenas servem de apoio, como sugestões de especialistas.

Trazendo essa questão para o âmbito do desenvolvimento de aulas de matemática no Brasil, convém salientar que as diretrizes são contundentes em defender um trabalho interdisciplinar, alternativa esta que contempla boa parte deste documento chamado Diretrizes Curriculares.

Além da contextualização, as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio propõem uma relação dos conteúdos matemáticos com situações de práticas de aprendizagem, essa relação deve ser feita através da interdisciplinaridade, aplicando os conceitos matemáticos nas outras disciplinas. (NOÉ, 2015, p.1)

As declarações acima deixam claro que a escola precisa se reorganizar para que o exercício das suas prerrogativas se ache condizentes com a natureza de trabalho educativo imposto pelas diretrizes e sua conjuntura. Espera-se que tal trabalho se volte para o coletivo, integrando saberes de diversas áreas, a fim de dar mais credibilidade e aplicabilidade aos conteúdos matemáticos.

Os professores de uma mesma classe devem realizar a interdisciplinaridade através da elaboração de um projeto voltado para a investigação, intervenção e realização de atividades. É preciso saber identificar os conteúdos de outras disciplinas que serão trabalhados em parceria com a Matemática, a fim de descrever, explicar, prever soluções e executar as ações. Devemos compreender a interdisciplinaridade como uma ferramenta articuladora, e não um mecanismo que irá

diluir as disciplinas e exigir do professor uma postura “pluriespecializada”. (NOÉ, 2015, p.1)

Com base nesses argumentos, não resta mais dúvida de que a matemática precisa se comunicar mais com outros campos do conhecimento humano, tais como geografia, física, artes, e até mesmo a história. Ora, trabalhar a história da matemática como um recurso estratégico tem se mostrado alternativa promissora nestes tempos modernos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a tal realidade apresentada, os resultados levantados mostraram que a tal implantação de uma Base Nacional Comum Curricular no município, poderá trazer bons frutos, porém estará mostrando que este ponto positivo fará com que as dificuldades encontradas em suas inquietações e preocupações serão vivenciadas pelos professores de matemática de maneira, mas firme, mostrando que a implantação desta base nacional comum dos currículos, trará de vez respostas, mas concretas.

Conforme a demonstração dos dados dos professores pesquisados, foram apresentados pela maioria que possuem um bom conhecimento sobre o assunto da BNCC, onde posicionaram-se a favor também do desenvolvimento para a educação em relação a BNCC.

Quanto aos problemas e dificuldades levantados pela pesquisa, mostrou que a maioria dos professores se mostrou contrária ao que diz respeito com a metodologia desenvolvida em sala de aula para a construção conforme dita o BNCC, sendo um grande problema aos professores atuantes, no que tange a utilização dos livros didáticos que são utilizados, os quais não se mostra acordados conforme o disposto na BNCC.

Outro ponto relevante na entrevista observada, foi o assunto levantado sobre a igualdade dos alunos, pois nenhum é igual ao outro, porém discordaram que na implantação de uma base comum de conteúdo, não significa que os problemas podem acabar, quando o

assunto está relacionado com a aprendizagem dos alunos, também são categóricos em suas afirmativas que os professores perdem muito tempo trabalhando com as avaliações e recuperações paralelamente.

Por fim, quando levantamos pontos de vista dos professores de matemática sobre as opiniões de seu entendimento sobre o assunto da BNCC, mostrou-se um percentual bem relativo quanto seus questionamentos e inquietações, mas boa parte dos mesmos mostraram-se a favor da implementação do BNCC nas escolas do município, quanto à relação ao percentual de 60% em relação ao conteúdo que são obrigatórios a desenvolver em sala de aula, também mostraram-se a favor.

De modo geral está pesquisa mostra que os professores de matemática possuem um posicionamento firmado com a base curricular, como também mostram existência de dificuldades ainda a serem enfrentadas, bem como opiniões e seus pontos de vistas com relação à implementação da BNCC.

REFERÊNCIAS

- BRASIL; PCN, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **PARECER CNE/CEB Nº: 7/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. MEC. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 29 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em: 29 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Construção da base**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-construcao-da-base> Acesso em: 02 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plataforma Brasil**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> Acesso em: 05 mai. 2019.
- CÓSSIO, M. F. **Base Comum Nacional: Uma discussão para além do currículo**. Revista e- Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1570 - 1590 out./dez. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430460&idtema=156&search=rio-grande-do-sul|canoas|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015> Acesso em: mai. 2019.
- GROENWALD, C. L., NUNES, G. S. **Currículo de matemática no ensino básico: a importância do desenvolvimento dos pensamentos de alto nível**. *Relime Vol. 10*, Núm. 1, março, 2007, pp. 97-116.
- NCTM. National Council of Teachers of Mathematics. **De los principios a la acción: para garantizar el éxito matemático de todos**. Va.: NCTM, 2014.
- QEdU. **Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. 2015. Disponível em: <http://www.qedu.org.br> Acesso em: abr. 2019.
- SANTOS, F. J.; GAMBOA (org.) S.; S. **Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade**. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 42).
- SANTOS, M. C., LIMA, P. F. **Considerações sobre a Matemática no Ensino Fundamental**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.
- SBEM, Sociedade Brasileira de Educação Matemática. **Contribuições da SBEM para a Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF, 2015. Disponível em: <http://www.sbem.com.br/files/bncc_doc.pdf> Acesso em: 02 mai. 2019.
- UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. 2017. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/06-04-2017-18-25-undime-participa-da-entrega-da-base-nacional-comum-curricular-ao-conselho-nacional-de-educacao> Acesso em: abr de 2019.
- ZANOELLO, S. F., GROENWALD, C. L. **CURRÍCULO DE MATEMÁTICA: Conhecendo a realidade das escolas de Ensino Fundamental da 15ª CRE**. 2015.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ PARÁ – BRASIL

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF ORIXIMINÁ PARÁ - BRAZIL

Francelina Duarte Siqueira ¹

Luciane Pereira Duarte ²

Jacineide de Souza Vinente ³

RESUMO

Este estudo objetivou identificar a realidade das escolas quilombolas da região do rio Erepecurú e Alto Trombeta II com a publicação da Lei 10.639/3- que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e a Resolução CNE 08/2012 – Diretrizes Curriculares Quilombola, para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa de campo através de questionários abertos e fechados aplicados aos gestores, professores, alunos e comunitários para verificar a opinião sobre a Educação Escolar Quilombola. A partir da análise de dados foi possível perceber que a Educação escolar quilombola aos poucos está se adequando conforme a legislação, pois os gestores e professores, na sua maioria, são oriundos de comunidades quilombolas e estão recebendo formação continuada para a EEQ, os alunos percebem através das práticas educativas os saberes locais inseridos nos conteúdos em sala de aula e os comunitários partilhando seus conhecimentos através da oralidade, músicas e danças mediando seus saberes aos alunos e assim mantendo a memória da comunidade viva e valorizando os costumes e cultura local. As comunidades quilombolas receberam melhorias nos prédios escolares, mas vale ressaltar que ainda falta reparos e adequação conforme previsto nas leis, quanto a merenda as escolas já recebem uma merenda diferenciada, mas também precisando adaptar a culinária local, falta mais apoio dos órgãos educacionais nas elaborações de resoluções e pareceres municipais específicas para atender as necessidades locais. Enfim, por meio de todo o estudo realizado e das sugestões apresentadas foi possível confirmar de que as políticas públicas devem se concretizar de fato no chão da escola. A criação de espaço de formação continuada seria oportuna para o enriquecimento, a valorização e compreensão da educação escolar quilombola, em que os saberes e os fazeres dos docentes se orientem pelas legislações e orientações curriculares para essa modalidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação quilombola; Práticas Educativas e Contexto Sociocultural.

ABSTRACT

This study aimed to identify the reality of quilombola schools in the region of the Erepecurú River and Alto Trombeta II with the publication of Law 10.639/3- which makes the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in public schools mandatory and Resolution CNE 08/ 2012 – Quilombola Curriculum Guidelines, therefore, field research was used as a method for data collection through open and closed questionnaires applied to managers, teachers, students and community members to verify the opinion on Quilombola School Education. From the data analysis, it was possible to perceive that the Quilombola School Education is gradually adapting itself according to the legislation, since the managers and teachers, for the most part, come from Quilombola communities and are receiving continuing education for the EEQ, the students realize through educational practices, local knowledge inserted into the contents in the classroom and the community sharing their knowledge through orality, songs and dances, mediating their knowledge to students and thus keeping the memory of the community alive and valuing local customs and culture. The quilombola communities received improvements in the school buildings, but it is worth mentioning that repairs and adaptation are still lacking as provided for in the laws, as for the school meals, schools already receive a differentiated meal, but also needing to adapt the local cuisine, there is a lack of support from educational bodies in the preparations. of specific municipal resolutions and opinions to meet local needs. Finally, through all the study carried out and the suggestions presented, it was possible to confirm that public policies must actually be implemented on the school floor. The creation of a space for continuing education would be opportune for the enrichment, appreciation and understanding of quilombola school education, in which the knowledge and actions of teachers are guided by legislation and curricular guidelines for this teaching modality.

KEYWORDS: Quilombola Education; Educational Practices and Socio-Cultural Cont.

¹ Francelina Duarte Siqueira, graduada em Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil ULBRA, especialista em Psicopedagogia Institucional – Faculdade Rio Sono e em Docência Superior e Gestão Educacional – Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João de Deus. **E-mail:** francelinaduarte14@gmail.com.

² Jacineide de Souza Vinente, graduada em Pedagogia em Letras- Universidade Federal do Pará -UFPA, especialista em Metodologia de Língua Portuguesa e Literatura- Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão -IBPEX e Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João. **E-mail:** jacinente@hotmail.com.

³ Luciane Pereira Duarte, graduada em Pedagogia – Faculdade Latino-Americano – FRATED e em Biologia e Química – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, especialista em Docência Superior e Gestão Educacional – Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João de Deus. **E-mail:** luarte.orixi@gmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com o levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, aponta a existência de 1.209 comunidades remanescentes de quilombos certificadas e 143 áreas com terras já tituladas. Existem comunidades remanescentes de quilombos em quase todos os estados, exceto no Acre, Roraima e no Distrito Federal. Os que possuem o maior número de comunidades remanescentes de quilombos são Bahia (229), Maranhão (112), Minas Gerais (89) e Pará (81). Tendo por base este contexto, o artigo procurará refletir sobre a educação nas escolas quilombolas da Região Oeste do Estado Pará, especificamente em Oriximiná nas comunidades remanescentes quilombola da Serrinha e Moura e com elas possibilitar uma maior discussão sobre o assunto, favorecendo assim para que os diversos grupos acadêmicos e sociais verifiquem a importância do tema.

Desta forma a pesquisa faz uma compreensão da escola quilombola, de acordo com a aplicação da Lei Nº 10.639/2003, e de como vem sendo aplicada as atividades de acompanhamento e assessoramento da formação dos docentes nas escolas quilombolas de Oriximiná no estado do Pará, tendo como áreas de pesquisa os quilombos do Rio Erepecuru e Alto Trombeta II.

Este artigo será desenvolvido em pesquisa de campo e de revisão bibliográfica. Seu processo de elaboração constatará de leituras dos textos, reflexões e principalmente por entrevistas com a equipe responsável pelas Escolas Quilombolas do Município de Oriximiná, visitas às comunidades. Nosso foco de observação serão as escolas localizadas nas comunidades Quilombola próximas aos Rios Erepecurú e Trombetas II, onde se concentra uma grande população de afrodescendentes. Atende a Educação Básica e o EJA (Educação de Jovens e Adultos). A comunidade é caracterizada também como muito carente quanto à assistência pública, encontrando em área de exclusão

social, dificultando também o desenvolvimento de outros tipos de atividade.

O interesse em abordar o tema Educação escolar Quilombola e o Currículo Escolar histórico-cultural, se deve a uma necessidade sentida durante os estudos relacionada as políticas educacionais referentes ao currículo escolar quilombola, pois é uma temática que vem conquistando seu espaço aos poucos na política-governamental, tem um pouco menos de uma década em que as leis foram sancionadas e introduzida no debate público e acadêmico tendo visibilidade na temáticas a diversidade na educação através da Lei Nº10.639/03, mas ainda nem todas as comunidades quilombolas tem esse conhecimento das diretrizes que norteiam a educação escolar quilombola que integram currículo escolar e sua cultura.

Como as políticas educacionais desenvolvida pela Secretaria de Educação do Município de Oriximiná (SEMED) nas comunidades quilombolas e como esta prática está sendo desenvolvida nas escolas quilombolas de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola. Como a secretaria está organizada com seus profissionais para atender as necessidades das escolas quilombolas de acordo com as legislações vigentes. Conhecer a realidade cultural das comunidades quilombolas e como elas estão inseridas no contexto escolar.

PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Considerando que a Educação é um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, podemos assim dizer que a Educação Quilombola é aquela própria de um povo, diversa e vinculada a uma especificidade cultural. Enquanto a Educação Quilombola procura a possibilidade de agregar um aprendizado associado ao desenvolvimento de valores como solidariedade, comunidade e afetividade, a Escola tradicional,

historicamente, traz como possibilidade um saber alheio ao sujeito e muitas vezes distante do seu cotidiano. Existe a dicotomia entre escola e educação no espaço quilombola, onde o sujeito está distante da sua realidade como se ele não fizesse parte de sua própria história e assim distanciando da sua cultura de origem, sendo que o aluno negro precisa, desde a mais tenra idade infância, formar sua identidade e essa identidade negra também é construída na escola. A escola tem a responsabilidade social e educacional de compreender sua complexidade.

Nesse sentido, a Proposta Pedagógica Quilombola apresenta-se como uma construção dialógica a partir dos anseios e interesses das comunidades quilombolas. Maclaren (1997) defende que uma proposta curricular se faz por meio da afirmação das vozes dos oprimidos e dos marginalizados e que ao se focalizar superficialmente a diversidade, pode-se estar reforçando o discurso dos privilegiados. Segundo Maclaren (1997),

A reforma curricular precisa reconhecer a importância de espaços de encorajamento para a multiplicidade de vozes em nossas salas de aula e de se criar uma pedagogia dialógica na qual as pessoas vejam a si e aos outros como sujeitos e não como objetos. Quando isso ocorre os estudantes tendem a participar da história, em vez de tornarem-se suas vítimas” (Maclaren, 1997, p.145),

Nessa perspectiva, a educação escolar quilombola pressupõe que o currículo escolar esteja vinculado com as dimensões culturais e simbólicas e o saber historicamente acumulado, que compõem os conteúdos escolares, mas tem que entrelaçar esses conhecimentos, provocar questionamentos e reflexões, utilizar os conhecimentos escolares na perspectiva do fortalecimento e desenvolvimento local.

Uma grande conquista para a preservação da cultura Quilombola e enquadramento de sua memória coletiva é a criação do primeiro Curso de Licenciatura Plena em Educação Quilombola - a Faculdade Kalunga –

que será implantado no país. Conforme estudos antropológicos da Dra. Mari Baiocchi, o negro, por longos anos, sobreviveu em uma situação de silêncio e esquecimento como se “houvesse a necessidade de apagá-los da história da terra”. (Baiocchi, 1983). Somente a partir de 1900 alguns estudiosos se debruçaram sobre o tema, tais como: Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Donald Pierson, Roger Bastide, Pierre Verger, Oracy Nogueira, Zoroastro Artiaga, entre outros.

Na década de 70 o tema começou a ser abordado no âmbito acadêmico e atualmente existe uma grande quantidade de pesquisas e estudos sobre a temática negra, além da preocupação de preservar a memória e identidade afro-brasileira. Há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, conforme Pollack defende. Considerando o processo interativo da construção da memória, faço uso da Ação Comunicativa de Habermas na busca do enquadramento da memória coletiva das Comunidades Quilombolas. A partir de meados de 1980 a comunidade começou a ser identificada e estudada e saindo de uma situação de isolamento, hoje é reconhecida e valorizada pela sociedade como um riquíssimo patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Historiadores da educação do negro, dentre eles Fonseca (2002) e Cunha (1999), registram que, nos fins do século XIX, se esboçaram os primeiros movimentos pela inclusão educacional do negro, no entanto, estas primeiras iniciativas não passaram de intenção. As marcas políticas que existiram não foram pensadas visualizando a inserção do negro na sociedade livre, cujo processo estava em curso, mas como afirma Fonseca (2002, p.183) “no centro das práticas educativas foram colocados elementos que, ao longo da escravidão, haviam sido permanentemente acionados como estratégias de dominação sobre os negros: o trabalho e a religiosidade”.

Apesar de todos os avanços conquistados pelos movimentos negros no âmbito social, da política e da educação a sociedade brasileira ainda predomina uma

visão, preconceituosa e historicamente construída a respeito do negro e, em contrapartida uma identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização tem por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre o negro. No caso das políticas educacionais, notas-se uma fixidez de comportamento negativo frente proposta de implementação de políticas de ação afirmativas. No eixo das políticas educacionais é no planejamento da gestão escolar que são definidos os recursos destinados a formação continuada de professores, a elaboração e a distribuição de materiais didáticos e paradidáticos; as prioridades e as temáticas a serem abordados no decorrer de sua gestão.

Para que a temática étnico-racial seja contemplada, identifica-se a necessidade de um corpo técnico com conhecimento e, sobretudo, as ideias atreladas as ideologias racistas, impedem a elaboração de uma agenda de políticas educacionais para o respeito e a valorização da diversidade cultural. A educação como um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente de seu pertencimento racial, é destacada pela Constituição Federal, em seu artigo 205, assevera –se que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Em seu artigo 206, ratificam – se princípios de igualdade e de padrão de qualidade:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade”

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, p.134)

A Constituição, em conformidade com os princípios de equidade e justiça para a educação, refere-se ainda à necessidade garantia e valorização da diversidade cultural presente na sociedade, no artigo 210: “Será fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Falar de educação quilombola requer conhecer a luta, que esse povo travou ao longo de sua história perpassando de geração em geração até chegar aos dias atuais, tais lutas tomaram forças nos movimentos sociais, exigindo do estado e da sociedade civil mais visibilidade para o povo quilombola e com essas mobilizações tiveram sua primeira conquista em 1980 no cenário político chegando à culminância no ano de 1988 com a matéria constitucional dos quilombos. Tornando donos de suas terras através da titulação concedida pelo estado como consta no artigo. 68 da constituição Federal, mas é na década de XX que se deu o debate e a garantia dos direitos civis para as comunidades quilombolas.

Diante das reivindicações acerca da educação quilombola como política educacional, lideradas pelos movimentos negros nas comunidades negras, apesar de maneira lenta e complexa a educação quilombola no âmbito das políticas educacionais teve uma conquista concreta que é o artigo 26- A da LDBEN introduzida pela Lei Nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do estudo da história da África e da cultura afro-brasileira, através das legislações garantida sobre a educação quilombola em âmbito geral definiu que a educação quilombola é da responsabilidade do governo federal, estadual e municipal os

seguintes deveres: garantir legislação específica para educação quilombola; assegurar alimentação e infraestrutura escolar quilombola respeitando sua cultura; garantir a participação de representantes quilombolas em Conselhos referentes a educação e dentre outros que tem a mesma relevância.

Para se tornar eficaz a educação quilombola e para efetivar esse processo de democratização foram realizados vários seminários nacionais e regionais para a construção das diretrizes curriculares da educação quilombola, onde norteará em todos os âmbitos da educação escolar é servindo como alicerce para incorporar o diálogo aos conhecimentos da realidade local dos mesmos tendo uma visão global para que o currículo tenha como eixo principal o trabalho, a cultura, a memória, as lutas pela terra e pelo território e sua sustentabilidade seguindo uma orientação transdisciplinar através da vivência sócio-histórica construindo aprendizagem no fazer quilombola.

Diante dos fatos não se pode esquecer a formação dos professores com relevância as relações étnico-raciais respeitando as diferenças étnica, religiosa, a sexualidade, dentre outros. A prática docente, sustentada pelas relações étnico-raciais tem um espaço privilegiado para a realização de uma educação menos preconceituosa inserindo uma nova concepção de educação superando a visão estática, continuísta no sentido de romper com a história oficial. Tanto professor quanto a gestão administrativa e pedagógica tem que ter uma visão centrada nas relações étnico-raciais que possa interagir com a sociedade e romper com o modelo centralizado e autoritário com formas individualizada e dependente.

No entanto, a educação quilombola requer a superação de uma visão diminuída, simplificadora e reprodutiva por novos olhares de igualdade, oportunidades e participação na construção do currículo da educação quilombola, onde todos possam ser protagonistas da sua própria história, e assim desconstruindo todo esse paradigma preconceituoso e

discriminatório acerca do povo quilombola que está enraizado no seio da sociedade brasileira.

Nesse cenário de luta para garantir os direitos civis do povo quilombola surgiram as reivindicações pela educação escolar quilombola enquanto política educacional. Denunciada constantemente pelo movimento negro e setores da sociedade que exigem a educação pública e de qualidade para todos (BRASIL, 2011). Conforme o relatório Unicef BRASIL (2003) sobre a situação da infância e adolescência brasileira:

“31,5% das crianças quilombolas de sete anos nunca frequentaram bancos escolares; as unidades educacionais estão longe das residências e as condições de estrutura são precárias, geralmente as construções são de palha ou de pau a pique; poucas possuem água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. O acesso à escola para estas crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os alunos quilombolas veem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são capacitados adequadamente, o seu número é insuficiente para atender a demanda e, em muitos casos, em um único espaço há apenas uma professora ministrando aulas para diferentes turmas” (BRASIL, 2003, p. 15)

Essa realidade, por muito tempo, ficou desprezada pelo Estado. Com a agenda das lutas dos movimentos e as conquistas das políticas públicas e dos programas federais, mesmo que de maneira lenta e complexa, foi-se tornando um pouco mais visível a necessidade de uma educação escolar específica para a população quilombola, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira. Pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 todo sistema de ensino precisará providenciar “Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como os remanescentes de

quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais” (BRASIL, 2003, p.9). Em 2001, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em Brasília, debateu, em âmbito geral, a diversidade no campo da política educacional.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: ÂMBITO NACIONAL

A história recente do Ministério da Educação caminha no sentido de seguir estes vários princípios. O MEC na década de 1990 incorporou, ainda que de maneira incipiente, a temática étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mais especificamente no tema transversal Pluralidade Cultural. Os PCNs representaram à época uma tentativa evidenciar as diferenças culturais e raciais, com perspectiva de integrá-las ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações dos movimentos negros. O programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), por sua vez, sinaliza um diálogo inicial sobre política pública afirmativa nos âmbitos da Educação. Na seção sobre educação, propõe Brasil (1996) ressalta:

[...] desenvolver o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à diversidade e às áreas de tecnologia de ponta [...] formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra [...] e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva. (Brasil, 1996, p.30)

Em 1999, o MEC, respondendo à reivindicação dos movimentos sociais negros e a críticas severas de pesquisadores negros, publica um livro sobre a temática étnico-racial, *superando o racismo na escola*. Essa obra, em seus artigos, evidencia a ausência de materiais didáticos pedagógicos voltados para a temática em questão, bem como a diferença abismal entre negros e brancos nos sistemas de ensino. A necessidade de políticas de ações e afirmativas destaca a educação como

chave para a ruptura do racismo estrutural brasileiro, o MEC por meio de um contrato de empréstimo entre o governo Federal e Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) realizou, em 2002, uma experiência-piloto sob o título Projeto Diversidade na Universidade Acesso à Universidade na educação Desfavorecidos.

Em novembro de 2002, a Lei Nº10.558 oficializou a criação do Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente a população negra e indígena.

A partir de 2003, sob a orientação do governo Lula e em um novo quadro institucional, as políticas educacionais para a diversidade étnica racial passaram por uma nova reflexão. A lei de Diretrizes e Bases da Educação foi alterada, a partir da promulgação, em 9 de janeiro de 2003, da Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório, no currículo oficial da Rede de Ensino, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Com a promulgação desta lei, o Estado brasileiro contempla diretamente uma solicitação presente no plano de Durban, expressamente no que diz respeito ao caráter imperioso de os Estados promoverem a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afrodescendentes no currículo educacional.

Em fevereiro de 2004, o Ministério da Educação sob orientação do ministro Tarso Genro, na perspectiva de estabelecer uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade educacional do país, instituiu uma nova secretaria: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). A Secad surge com o desafio de desenvolver e implementar políticas de inclusão educacional, considerando as especificidades das desigualdades brasileiras e assegurando o respeito valorização dos múltiplos contornos de nossa

diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional.

A SECAD procura desenvolver várias dimensões de uma política pedagógica da diversidade e, em particular, tem estabelecido parcerias com os sistemas de ensino para a implementação da Lei Nº 10.639/03. No que se refere à questão da diversidade étnico-racial, seus objetivos centrais são:

[...] combater as desigualdade raciais e étnicas de acesso e continuidade da escolarização no sistema educacional em todos os níveis e modalidades de ensino; promover ações que ampliem o acesso ao sistema educacional dos diversos grupos étnico-raciais; propor estratégias de implementação de políticas educacionais afirmativas para a excursão de uma educação de valorização e respeito à diversidade cultural e racial brasileira; contribuir para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, especialmente de populações afro-brasileiras e indígenas; elaborar plano de Ação para a inserção da temática História e Cultura Africana _Brasileira.(Art.26 da Lei nº 9.394/96).

Nesta perspectiva, o MEC pretende implantar e dar continuidade a uma série de ações afirmativas, sobretudo as que se referem ao acesso e à permanência dos estudantes nos sistemas de ensino, em particular na educação superior; às opções de estudo para egressos das escolas públicas; a mudanças das diretrizes curriculares, considerando a inclusão de afro-brasileiros; e à formação de professores e gestores. A agenda programática do Ministério da Educação procura desenvolver um conjunto de iniciativas com objetivo de promover a equidade de acesso e permanência das populações afrodescendentes, indígenas e de outros grupos tradicionalmente excluídos do direito à educação.

Nesta linha, sua ação visa a combater o racismo institucional, bem como racismo individual, por meio de uma ampla política que deva necessariamente considerar cinco eixos estruturante da política, a saber: formação de professores; formação de gestores;

elaboração e distribuição de material didático; paradidáticos; currículo escolar e projeto político pedagógico.

PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A escola deve-se construir como um espaço de diálogo entre o conhecimento e a realidade local, portanto o Projeto Pedagógico Participativo é um instrumento de luta por um ideal sócio cultural, a partir disso, é necessário reconhecer a importância de incluir a Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira no currículo, não apenas pela necessidade de cumprir a Lei Nº 10.639, mas como estratégia da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e incluyente, reconhecendo esses povos como alguns dos formadores da sociedade e cultura brasileira.

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo – que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Então, compreender a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é um recorte do processo educativo mais amplo. Na perspectiva da escolarização quilombola existe pouca informação oficial sobre as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento, ou seja, indicadores sobre a educação em comunidades quilombolas.

No entanto, é possível afirmar - a partir da relação com as organizações quilombolas, que na maioria das comunidades falta escola, e as que existem funcionam precariamente. Considerando que a educação é um dos direitos humanos básicos para a formação da pessoa, os quilombolas estão lutando para conquistar não só o direito ao acesso, mas principalmente as condições de permanência e bom aproveitamento e poder atuar para a construção de uma escolarização que contemple sua identidade, sua cultura, seus valores. Diante disso,

percebe-se que a educação quilombola segue a proposta política de um currículo construído, baseado nos saberes, conhecimentos e respeito a suas matrizes culturais. Trata-se de uma educação diferenciada em que se trabalha a realidade a partir da luta e resistência desses povos bem como dos seus valores civilizatórios. A educação escolar quilombola está fundamentada na vivência e organização coletiva, valores ancestrais, relação da terra e com o sagrado, dos quais precisam ser incorporados no espaço escolar das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes quilombolas.

A Lei 10.639/2003 institui no Brasil um marco legal para que se inclua no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Esta Lei, apesar de não ser específica para Quilombos, apresenta a possibilidade de se construir propostas de escolarização para quilombolas, pois não se pode falar de História e Cultura Afro-Brasileira sem abordar a formação dos Quilombos.

FORMAÇÕES PARA PROFESSORES

Dentro do Programa Brasil Quilombola um dos eixos contemplados se refere à educação. Podemos perguntar qual educação pode responder a demanda em jogo dos grupos quilombolas. A princípio, a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (Secad) tem organizado as ações dirigidas às comunidades quilombolas, em: formação de professores, material didático, melhoria das escolas e capacitação de agentes representativos das comunidades.

E em 2004 o Conselho Nacional de Educação implanta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de Histórias e Cultura Afro-brasileira e Africana. Diretrizes que foram trabalhadas em três dimensões: a) formação docente com curso de qualificação; b) revisão do currículo escolar e materiais didáticos; c) a construção

das diretrizes curriculares via os Conselhos Municipais de Educação.

É necessário compreender a realidade das escolas quilombolas no campo, onde hoje estão as escolas públicas. A escola pública, neste contexto, nem sempre está identificada com os interesses dos trabalhadores quilombolas. Além disso, são profissionais muitas vezes, não identificados com a luta pela terra, e não representam os direitos e necessidades dos sujeitos que vivem nestas comunidades. Dessa forma a escola pública do campo, faz parte do Estado, que representa os interesses dos grupos dominantes.

MÉTODO: LÓCUS DA PESQUISA

Os locais escolhidos para desenvolvimento desta pesquisa foram as escolas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Boa Vista da II URGE quilombola do rio do Alto Trombetas II e as escolas Baldoíno Melo e Nossa Senhora Aparecida da III URGE quilombola do rio Erepecurú, que fazem parte da Rede de Ensino Municipal que ao longo dos anos, vem aperfeiçoando o ensino público de acordo com as leis, resoluções e pareceres para a educação escolar quilombola em sintonia com as demandas do povo quilombola. Além disso, vem adequando a infraestrutura das escolas, qualificando os professores, profissionais administrativos e pedagógicos capacitando para atender a qualidade de ensino dos alunos, pois aos poucos estão adequando a educação quilombola no currículo EEQ de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombolas amparados pela resolução 08/2012 e para desenvolvimento de novos métodos pedagógicos, no treinamento de professores e em infraestrutura de apoio. As escolas são ideais para o teste sendo 50% da amostra de cada área, garantindo assim um resultado mais próximo da realidade da região e posteriormente base para novos estudos em outras áreas quilombolas.

A segunda Unidade Regional de Gestão Escolar – URGE, situada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, está localizada à margem direita do Alto Rio Trombetas na área quilombola da comunidade do Lago do Moura, a qual constitui-se de 125 (cento e vinte e cinco) famílias miscigenadas.

A comunidade limita-se ao norte com a comunidade do Palhal, ao sul com a comunidade Boa Vista, ao leste com a comunidade do Ajudante e ao oeste com a Floresta Nacional Sacará Taquera. Atualmente esta Unidade Regional está formada por quatro escolas, as quais se localizam dentro da área quilombola (Boa Vista, Boa Esperança, Santa Maria e Santo Antônio do Jamari).

Portanto, saber-se-á que em sua formação escolar está concentrada em Remanescentes Quilombolas, com títulos de propriedades coletivas, que conserva costumes e tradições de seus ancestrais como os festejos religiosos, as danças culturais e os artesanatos socioculturais. Vale ressaltar também, que a escola recebe alunos oriundos de outras localidades, como também do próprio Município de Oriximiná. Constitui uma inflexão no pensamento educacional, fruto das mudanças ocorridas em nossa sociedade devido às ações e demandas dos movimentos sociais, dos grupos sociais e étnicos. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros uma educação hierarquizada desenvolvida no interior de nossa sociedade.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas.

Esta escola funciona nos dois turnos, matutino com início das 8h às 12h e Vespertino com início das aulas às 14h às 18h40min e para as outras escolas com funcionamento somente no turno vespertino com início das 8h às 12h e pelo turno da tarde com o funcionamento

do Projeto do Governo Federal Mais Educação. Dessa forma, a grande maioria dos nossos discentes utilizam embarcações fluviais que embarcam nos portos de suas residências até à escola e vice-versa.

Nossas escolas se abastecem de água proveniente de poços artesanais, como também se utiliza de energias elétricas por gerador a diesel.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Perpétuo Socorro, está localizada à margem direita do Alto Rio Trombetas na área quilombola da comunidade do Lago do Moura, a qual constitui-se de 125 (cento e vinte e cinco) famílias miscigenadas.

A comunidade limita-se ao norte com a comunidade do Palhal, ao sul com a comunidade Boa Vista, ao leste com a comunidade do Ajudante e ao oeste com a Floresta Nacional Saracá -Taquera.

O nome da referida escola adveio, segundo relatos de antigos comunitários, devido à sugestões dos próprios, por serem estes, bastante ligados à Igreja Católica, tendo à frente de tal decisão os senhores: Manoel Valério dos Santos, Manoel Crizonel e Sebastião Siqueira, a qual denominaram-na de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde a construção da mesma, deu-se através dos esforços e força de vontade de pais, sendo que sua estrutura era toda em madeira com cobertura de palha, após passou a ganhar uma razoável modificação no pequeno prédio, na primeira administração municipal do prefeito Antônio Calderaro Filho.

A partir de então, a referida escola passou ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Até o presente momento, não há registros precisos do dia e mês da fundação da referida escola, pois comunitários foram bastante convictos ao ano de tal fundação, sendo este, o ano de 1987.

O educandário já obteve vários profissionais, os quais muito contribuíram no processo de ensino-aprendizagem, onde Maria Nogueira (primeira professora), Gessi (primeira coordenadora), dando prosseguimento com Francelina Duarte Siqueira,

Adailson Almeida Vieira, Marluce Cristina Gato e vários professores e funcionários que muito contribuíram ao referido processo ao longo dos anos.

A escola é circundada pela cooperativa Cooper – Moura fundada em 30 de abril de 2003, pela Igreja Católica Nossa Senhora do Perpetuo do Socorro, Igreja Evangélica Assembleia de Deus e um lindo barracão comunitário.

A comunidade conta com assistência médica mensal da Fundação Esperança mantida pela Mineração Rio do Norte e Prefeitura de Oriximiná e Agente Comunitário de Saúde o senhor Amaro Régis Xavier e alguns promotores voluntário entre comunitário e alguns do educandário, vale ressaltar que os promotores valorizam o trabalho voluntário, onde o mesmo é orientado pelos funcionários de saúde da Fundação Esperança de Santarém. A escola conta também com a rede de esgoto e sanitário.

A referida escola atual possui uma estrutura toda em alvenaria, de seis salas de aula, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de funcionários, umas copas/cozinha, um depósito de alimento, dois banheiros de alunos e uma área coberta que funciona como refeitório e espaço para realizações de eventos como reuniões, eventos pedagógicos e outros.

Pois ela atende uma demanda de 130 (cento e trinta), alunos regularmente matriculados, funcionando desde a educação infantil até o 9º ano, em dois turnos sendo manhã e tarde e que a mesma está inserida a escola diretoria do Campo, das águas e das florestas, com modalidade de ciclos de formação.

Atualmente a escola está sobre a coordenação de Ormezinda dos Santos Souza, o qual conta com a colaboração de uma professora e diretora, uma secretária educacional, sete professores e dois auxiliares de serviços gerais, os quais todos estão inseridos no desenvolvimento de processo de ensino- aprendizagem dos alunos.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Boa Vista está localizada à margem direita do Alto Rio Trombetas no Município de Oriximiná Estado do Pará, na área quilombola da Comunidade Rural Boa Vista que é constituída por aproximadamente duzentas famílias entre negros, brancos e índios.

A comunidade limita-se a Leste com o Lago do Moura, ao Norte com o Rio Trombetas e Lago do Ajudante e ao Sul com a Floresta Nacional Saracá-Taquera.

O nome da escola deu-se por estar inserida na Comunidade Quilombola Boa Vista, a qual foi denominada pelo primeiro morador, Sr. Antônio Honório dos Santos, africano que após uma longa observação do local, chegou a conclusão desse nome.

A Instituição é circundada pela sede de Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Boa Vista (ACRQBV). Fundada no dia vinte e dois de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, pela igreja católica de São José, igreja Evangélica Assembleia de Deus e o Projeto da Mineração Rio do Norte (M.R.N).

O serviço de saúde da comunidade é feito através do Agente Comunitário de Saúde local tendo a colaboração de palestrantes, funcionários do Hospital de Porto Trombetas (Pró-Saúde). O saneamento é feito na escola com a coleta seletiva diária do lixo, que é transportada para a vila de Porto Trombetas, que segue para a Usina de Compostagem dos mesmos para serem reciclados; a escola conta também com rede de esgoto e sanitário.

A instituição foi construída na gestão do Excelentíssimo Sr. Luiz Souza Silva e fundada no dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e um, funcionando em prédio próprio.

Hoje o prédio conta com a estrutura de quatro salas de aula, uma biblioteca, uma sala de professor com o banheiro, uma sala que funciona a diretoria, uma que funciona a secretaria, uma copa/cozinha, um depósito de alimento, uma sala de almoxarifado, dois banheiros masculinos e dois femininos, um banheiro para alunos de

Educação Infantil, um para os funcionários e duas áreas cobertas.

Atualmente a escola atende uma clientela de noventa e três alunos, distribuídos em dois turnos sendo que o horário de funcionamento no primeiro turno é das 7:00h às 11:00 horas e no 3º turno é das 13:00h às 17:00horas.

O quadro de funcionários é constituído de seis professores, uma coordenadora, duas agentes de alimentação e dois barqueiros, todos os profissionais relacionados são qualificados e comprometidos com a comunidade em formar cidadãos críticos e responsáveis com a formação social.

A Terceira Unidade Regional de Educação – URGE Quilombola - Baixo Rio Erepecuru/ Baldoíno Melo funciona com um turno matutino, com as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil (04 e 05 anos), Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano). E as escolas anexas a esta urge são: Nossa Senhora da Piedade – Arancuã de Baixo desempenha suas atividades escolares no mesmo horário da Terceira URGE Quilombola, também ensino de Educação Infantil ao nono ano, a São João Varre Vento, Nossa Senhora de Fátima – Bacabal, Nossa Senhora das Graças – Água Fria funcionam no primeiro turno com o ensino de Ed. Infantil ao quinto ano do fundamental I trabalhando assim, o primeiro Ciclo e multiano (4º e 5º ano) - Nossa Senhora Aparecida. Ao longo dos anos, a instituição de ensino sempre obteve excelentes profissionais em seu quadro funcional. A URGE Quilombola tem 53 funcionários distribuídos entre gestores, docentes e agentes educacionais entre efetivos e temporários.

A Escola Municipal Ensino Fundamental Nossa Aparecida, está localizada à margem esquerda do Rio Cuminã em área remanescente de quilombo na Comunidade Boa Vista, a qual se constitui de 52 (cinquenta e duas) famílias miscigenadas.

Segundo os moradores a mesma foi autorizada a funcionar na gestão do então Prefeito Municipal

Raimundo José Figueiredo de Oliveira, em 11 de agosto de 1984. Em 1984, devido à necessidade e a carência dos moradores da Comunidade Boa Vista – Cuminã, Dilena Viana Pinheiro sensibilizada com a situação se interessou em ministrar as aulas de 1ª a 4ª série contando com o apoio dos comunitários.

O nome da referida escola adveio, segundo relatos de antigos comunitários, devido às sugestões dos próprios, por serem estes, bastante ligados à Igreja Católica, a qual a denominaram de Nossa Senhora Aparecida, nome da santa padroeira da comunidade, onde a construção da mesma deu-se através dos esforços e força de vontade de pais e comunitários, sendo que sua estrutura era toda de inajá, com cobertura de palha e piso no chão. Após passou a ganhar uma razoável modificação em um pequeno prédio de madeira contendo quatro dependências sendo: duas salas de aulas, uma copa/cozinha e uma secretaria na primeira administração municipal do Prefeito Antônio Calderaro Filho.

A partir de 17 de março de 2006 a referida escola passou aderir o ensino infantil e as series finais do ensino fundamental (5ª a 8ª). O antigo prédio não deu para suprir as necessidades imediatas, portanto foi necessário se expandir até o barracão comunitário, onde funcionavam 04 salas de aulas.

O educandário já obteve vários profissionais, os quais muito contribuíram no processo de ensino-aprendizagem, Dilena Viana Pinheiro (1ª professora) Maria Alice Martins Tavares (1ª coordenadora), até 2014 e vários professores e funcionários que muito contribuíram ao referido processo ao longo dos anos.

A referida escola atual possui uma estrutura toda em alvenaria, de oito salas de aula, sendo duas utilizadas para outros fins(sala de leitura e sala do Programa Mais Educação) uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professores, uma copa/ cozinha, um deposito de merenda, um deposito de material de limpeza, um deposito de material de custeio, dois banheiro de alunos divididos em quatro compartimentos, um banheiro de

funcionários e uma área coberta que funciona como refeitório e espaço para realizações de eventos como reuniões, eventos pedagógicos e outros.

Pois ela atende uma demanda de 107 (cento e sete), alunos regularmente matriculados, funcionando desde a educação infantil até o 9º ano, em um turno sendo pela parte manhã e que a mesma está inserida a diretoria do Campo, das águas e das florestas, com modalidade de ciclos de formação.

Atualmente a escola está sobre a coordenação de Irene Maria Viana Pinheiro, a qual conta com a colaboração de 16 profissionais entre professores e demais funcionários, os quais todos estão inseridos no desenvolvimento de processo de ensino- aprendizagem de qualidade.

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Considerando que o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas próximos aos Rios Erepecurú e Trombetas II, onde se concentra uma grande população de afrodescendentes do município de Oriximiná no estado do Pará e fortemente marcado pela participação de instituições do Estado a seguintes perguntas se coloca como questões de investigação:

1. Como se apresenta a educação escolar quilombola com a realidade sociocultural das comunidades de Oriximiná – Pará?
2. Quais as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos quilombolas mediante o cenário educacional na região

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

ANALISE DOS DADOS: PESQUISA DE CAMPO PARA VERIFICAR A OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

QUESTÃO PARA ANÁLISE - RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

QUESTÃO 1

Art. 39 § 3º os sistemas de ensino, em regime de colaboração, estabelecerão convênios e parcerias com instituições de Educação Superior para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombolas.

De acordo com os entrevistados os gestores das escolas quilombolas desta URGE recebem formação continuada para a EEQ conforme a legislação.

QUESTÃO 2

Art. 31 O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações: IV - ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar.

De acordo com os entrevistados a escola possui “sim” o PPP, mas precisa atualizar e adequar a realidade local.

QUESTÃO 3

Art. 37 O currículo na Educação Escolar Quilombola pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

De acordo com os entrevistados o plano de curso ainda “não” se adequa a legislação específica da EEQ.

QUESTÃO 4

Art. 32 § 2º I - os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola.

Comentário Diretor da Escolas (2019) “De acordo com a necessidade a escola faz-se o possível para manter os saberes tradicionais com a interação das comunidades envolvida no processo ensino aprendizagem dos discentes envolvendo os pais e comunitários nas socializações dos projetos, reuniões, festivais dentre outros”. (Gestor)

PESQUISA DE CAMPO PARA VERIFICAR A OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

QUESTÃO 1

A primeira questão trata de uma análise a respeito do Art.8, dispõe: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 1988).

De acordo com os entrevistados, na maioria responderam “sim”, ou seja, 94,7%, e apenas 5,3% dos interrogados responderam que “não”.

Com base nos dados apresentados percebe-se que os alunos nasceram em comunidades quilombolas.

QUESTÃO 2

A segunda questão trata de uma análise a respeito do Art. 1º § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: V deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade.

De acordo com os entrevistados, a maioria, ou seja, 55% responderam “músicas e danças”, em seguida de 45% a “culinária e contadores de história”.

Com base nos dados apresentados percebe-se que os conhecimentos do dia a dia dos alunos estão inseridos no contexto da sala de aula.

QUESTÃO 3

A terceira questão trata de uma análise a respeito do Art. 1º § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: h) da territorialidade.

De acordo com os entrevistados, a maioria, ou seja, 78% responderam “sim”, e apenas 21% responderam “não”.

Com base nos dados apresentados percebe-se que o estudo sobre territorialidade está inserido nos conteúdos em sala de aula.

QUESTÃO 4

A quarta questão trata de uma análise a respeito do Art. 1º § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I -

organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: A) da memória coletiva.

De acordo com os entrevistados, a maioria dos entrevistados respondeu “sim”, ou seja, 90% “conhecem a história de sua comunidade”, somente 10% responderam que “não”.

Com base nos dados apresentados percebe-se que a memória da comunidade permanece viva entre o povo quilombola.

QUESTÃO 5

A quinta questão trata de uma análise a respeito do Art. 1º § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: A) da memória coletiva.

De acordo com os entrevistados, a maioria dos entrevistados, ou seja, 95% “conhecem ou já ouviram falar dos fundadores da comunidade”, e apenas 5% dos interrogados “nunca ouviram falar”.

Com base nos dados apresentados percebe-se que as memórias das pessoas mais velhas continuam viva nas novas gerações.

PESQUISA DE CAMPO PARA VERIFICAR A OPINIÃO DOS COMUNITÁRIOS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

QUESTÃO 1

A primeira questão trata de uma análise a respeito do Art. 205. da CF/88. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com os entrevistados, a maioria, ou seja, 88,9 % “tem filhos que estudam”, em seguida de 11,1% “não tem”. Com base nos dados apresentados percebe-se a importância da educação escolar para as crianças e adolescentes das comunidades quilombolas

QUESTÃO 2

A segunda questão trata de uma análise a respeito do Art. 7º - II – da resolução 08/12

direitos à educação pública, gratuita e de qualidade.

De acordo com os entrevistados, a maioria, ou seja, 81,8% responderam “sim”, em seguida de 18,2% “não”.

Com base nos dados apresentados percebe-se os pais estão satisfeitos com a educação escolar de seu filho.

QUESTÃO 3

A terceira questão trata de uma análise a respeito do olhar, Pacheco (2005) entende que o principal meio de ligação entre currículo e sociedade é a cultura, e é neste âmbito que o conteúdo escolar se torna uma das questões marcantes da teorização curricular.

De acordo com a Figura 47, a maioria dos entrevistados, ou seja, 100% responderam que “sim”.

Com base nos dados apresentados percebe-se a interface entre realidade sociocultural e práticas educativas.

QUESTÃO 4

A quarta questão trata de uma análise a respeito do Art.35 da resolução 08/12. Quanto ao currículo escolar. V - Garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo.

De acordo com os entrevistados, a maioria, ou seja, 85,7% responderam que “sim”, seguida de 14,3% “não”.

Com base nos dados apresentados percebe-se que o conhecimento no espaço escolar está articulado com os saberes tradicionais e as práticas socioculturais do povo quilombola.

QUESTÃO 5

A quinta questão trata de uma análise a respeito da afirmação de Silva (2005) “o importante papel do Movimento Negro frente os avanços da Educação Escolar para as comunidades quilombolas.

De acordo com os entrevistados, a maioria, ou seja, 100% responderam que “sim”.

Com base nos dados apresentados percebe-se a importância dos movimentos sociais para a EEQ.

ANÁLISE GERAL DAS DISCURSÃO DOS RESULTADOS

Pode-se observar que o intuito de discutir a respeito da interface dos saberes culturais das

populações quilombolas com as práticas educativas em seu espaço escolar, sendo este um ambiente de cultura, buscando abordar o contexto histórico de suas raízes, evidenciando o valor da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na sala de aula, a fim de demonstrar como essa temática dever ser explorada no espaço escolar quilombola. Então ao longo desse estudo levantaram-se discussões associadas à Educação Escolar Quilombola.

Tento como objetivo geral analisar a realidade das escolas quilombolas da região do rio Erepecurú e Alto Trombeta II com a publicação da Lei 10.639/3- que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e a Resolução CNE 08/2012 – Diretrizes Curriculares Quilombola. E como essas abordagens teóricas e intercaladas com a pesquisa em campo, entendemos que a escola é palco da construção e atuação das relações sociais e culturais principalmente por meio da relação entre conteúdos propostos nas diretrizes curriculares e nas práticas sociais entre alunos e educadores da comunidade.

Avaliar a formação dos professores com a Resolução CNE 08/2012. Ainda que as práticas educativas não estejam voltadas para uma prática educativa a contento de valorização sociocultural, os professores que ali trabalham compreendem essa importância, tanto que realizam atividades pedagógicas que envolvem a temática. Ainda convivem atualmente, com certo descaso em relação à cultura negra em práticas escolares relacionadas à diversidade brasileira principalmente nos currículos escolares. Sendo que suas formações estão pautadas na resolução CNE 08/2012.

Avaliar se os eixos temáticos dos saberes estão sendo praticados em sala de aula conforme a lei 08/2012. Por meio deste estudo, buscamos ainda evidenciar como os elementos associados à cultura, educação e identidade precisam ser relacionados as matrizes africanas em sala e aula, no sentido de contribuir na formação dos sujeitos. Assim após estudo em campo sobre o tema em tese e por meio

das categorias de análise, foram apresentados como os saberes sociais e as práticas dos professores quilombolas ajudam na sua construção social dos sujeitos quilombolas, sendo os professores mediadores nesse processo educacional nos quilombos.

Avaliar o cumprimento da lei 10.639/3 no plano de aula das escolas. A Educação escolar Quilombola é gerida por legislação própria específica para as comunidades quilombolas, resultante de inúmeras manifestações e contribuições do movimento negro, das lideranças quilombolas. É com base nesses aspectos aqui apresentados sobre a temática em questão que é feita uma abordagem sobre o currículo, pois é necessário que além do que está expresso em lei, às escolas e os órgãos de educação responsáveis, como as secretarias de educação construam um currículo escolar que possa de fato atender essa demanda da sociedade, como compreender como estão organizadas as escolas quilombolas, como está inserido em seus territórios e que práticas culturais são estabelecidas nesse espaço.

Verificar as conformidades dos PPPs das escolas com a Lei 10.639/3 e a Resolução CNE 08/2012. Investigar os procedimentos que têm sido adotados nas Escolas Quilombolas para a implementação do currículo escolar quilombola, previsto na legislação municipal e em documentos orientadores deste sistema de ensino.

Diante dos resultados da pesquisa sobre a Educação Quilombola, fica evidenciado que apesar do avanço na Educação Escolar quilombola, enquanto política que visa um projeto educativo pautado nos movimentos sociais, notou que apesar da busca em trabalhar os saberes culturais nas práticas educativas oriundos do povo quilombola pelos professores, ainda falta através dos órgãos educacionais responsáveis um apoio para que os professores das escolas quilombolas consigam realizar um trabalho conforme o que está previsto na legislação educacional.

Analisar se os conteúdos ministrados em sala de aula são contextualizados com os saberes locais. Vale destacar que ainda falta muito para que de fato a

Educação Escolar Quilombola atenda às necessidades e anseios dos povos remanescentes de quilombos, pois já se tem mais de uma década que as legislações foram sancionadas mesmo assim existe uma resistência por parte de quem é de direito gerir esses recursos destinado a essa modalidade de ensino que é desconhecida por quem é de direito usufruir de uma educação de qualidade. Nos dias atuais essa modalidade de ensino é atendida precariamente, pois seus currículos ainda não se adequa a realidade das comunidades quilombolas e tão pouco recebem recursos que é destinado pelo governo Federal para subsidiar uma educação de qualidade. Mesmo assim foi observado que a luta continua, gestores e professores trabalham para que aconteça uma educação diferenciada e específica como está dita nas leis para atende as escolas quilombolas e específica como está dita nas leis para atende as escolas quilombolas.

Sendo assim, desse modo, no contexto das análises aqui apresentadas é visto que a educação enquanto elemento de cultura, em específico no quilombo, conforme apresentada na proposta no estudo, possa ser implementada como assegura a legislação enquanto um instrumento de construção social, política, econômica e cultural no território quilombola, é necessário garantir que a política seja efetivada a partir da aplicação de um currículo escolar que de fato atenda o que está expresso nas diretrizes. Como previsto em lei compete ao Conselho de Educação municipal elaborar Diretrizes Curriculares municipais, em diálogo com os representantes de comunidades e associações quilombolas. Visto que se tenha mais benefícios no que tange a Educação Escolar Quilombola e que de fato a população das comunidades remanescentes de quilombo receba uma educação de qualidade e seja protagonista da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como acontece a interfase entre a educação escolar e a realidade sociocultural das comunidades quilombolas, mediante as normas das resoluções específica para essa modalidade de ensino e como está gerida no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

De modo geral, os gestores, professores, alunos e comunitários demonstram ter conhecimento mesmo que superficial sobre a Educação escolar Quilombola, percebem que no dia a dia da escola os saberes tradicionais estão inseridos nos conteúdos em sala de aula e de maneira parcial os professores trabalham os costumes e culturas local nas suas práticas pedagógicas e que as pessoas mais velhas da comunidade fazem parte dessa prática de ensino através das danças, artesanatos, músicas e histórias contadas. Sendo assim uma construção de currículo através dos ensinamentos de sua cultura.

Os alunos também demonstraram muito interesse pelo tema, pois percebem que os saberes locais fazem parte dos ensinamentos em sala de aula e que podem contribuir para que a memória da comunidade permaneça viva de geração em geração sem perder sua identidade e seus valores culturais.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem à formação continuada dos professores, que possam desencadear competências e habilidades para garantir um ensino de maior qualidade, que atendam as diferentes necessidades dos alunos e das comunidades a qual eles estão inseridos e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada para a Educação Escolar Quilombola.

Nesse sentido, a aplicabilidade das leis específica para os quilombolas, permitirá que os gestores, os professores, alunos e comunitários façam parte desse processo de construção do currículo escolar quilombola por meio da interfase práticas educativas e sociocultural de forma mais enriquecedora,

motivando todos os envolvidos a contribuir para uma educação significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**– ADCT. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Decreto Federal nº 4.887/03, de 20/11/2003**, Brasília: novembro, 2003.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: junho, 2005.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Resolução Nº 8, de 20 de Novembro de 2012**. Brasília: Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB).

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: abril, 2002.

_____. **Documento Final. Conferência Nacional de Educação – CONAE**, 2010.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb). **Documento final**. Brasília: MEC/SEA, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (Conae). **Construindo o sistema nacional articulado: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação**. Documento Final. Brasília: MEC/CONAE, 2010. 163p. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. **Relatório Técnico nº 083/2012. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.** Brasília: outubro, 2012.

_____. Resolução nº 7, 14 de dezembro. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica, 2010.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997. CANDAU, V. M. F. (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

_____. Resolução nº 7, 14 de dezembro. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica, 2010.

BARCELOS, de Silvânio Paulo. **XXVII Simpósio Nacional de História. “A educação quilombola”.**

BRASIL **Ministério da Educação. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador).** – Brasília: UNESCO. ISBN 978-85-60731-10-7394 p. - (Coleção Educação para Todos; vol. 5). (2005).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.**

BRASIL. **Ministério da Educação: (2005). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador).** – Brasília: (2012).

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.** Brasília, (2012):

BRASIL. **Ministério da Educação: Educação Anti – Racista: caminho abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Coleção Educação para todos.** Brasília. MEC e Unesco. 2005.

BRASIL. **Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília. (1996)

CAMPOS, Laís Rodrigues. **Educação Escolar Quilombola e o Currículo Escolar Histórico-cultural: Olhares sobre as práticas educativas de quilombo em São Miguel (PA).**

CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. **Quilombo, Território e Geografia.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/92/91>

AQUISIÇÃO DA ESCRITA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: AS PRÁTICAS METODOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA MARANHÃO - BRASIL 7

ACQUISITION OF WRITING IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS: THE METHODOLOGICAL PRACTICES OF ELEMENTARY EDUCATION I IN THE MUNICIPALITY OF ALCÂNTARA MARANHÃO – BRAZIL

Cibele Coelho Santos Pavão ¹
Darlene Coêlho Rodrigues ²
Walquíria de Lourdes Costa ³

RESUMO

A prática da escrita e da leitura é fundamental para a relação do sujeito no contexto social. Esta obrigação característica dos anos iniciais de escolaridade é complexa, pois existe um significativo número de crianças que não alcançam a compreensão necessária à atividade, não correspondendo às exigências indispensáveis à aprendizagem. Esse artigo tem o objetivo de analisar as estratégias metodológicas que possibilitam o melhor desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem da escrita pelas crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental I, do município de Alcântara – Maranhão – Brasil, bem como seus desafios para sua implementação. A análise desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, acompanhada de pesquisa de campo, utilizando ferramentas de entrevista semiestruturada e observação em sala de aula dos métodos de ensino utilizados pelos professores de português e matemática do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental I, junto aos educandos das duas escolas selecionadas entre as cinco melhores bem classificadas nas notas do Ideb de 2017. No decorrer da pesquisa foi possível constatar que os professores adotam procedimentos metodológicos que evidenciam várias técnicas de ensino para a escrita, mas de forma não planejada. Por isso, é necessário realizar um trabalho de educação continuada aos professores, objetivando que a escola e o poder público possam colher bons frutos no futuro, com uma educação de qualidade na região.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Aprendizagem. Leitura. Escrita.

ABSTRACT

The practice of writing and reading is fundamental for the relationship of the subject in the social context. This obligation characteristic of the initial years of schooling is complex, because there is a significant number of children who do not reach the necessary understanding of the activity, not meeting the indispensable requirements for learning. This article aims to analyze the methodological strategies that enable the best development in the teaching process of writing by children from the 1st to 3rd grade of elementary school I, from the municipality of Alcântara - Maranhão - Brazil, as well as their challenges for its implementation. The analysis was developed from a bibliographical research, accompanied by field research, using semi-structured interview tools and classroom observation of the teaching methods used by teachers of Portuguese and mathematics of the 1st, 2nd and 3rd grade of elementary school I, together with the students of the two schools selected among the five best classified in the IDEB grades of 2017. During the research, it was possible to verify that teachers adopt methodological procedures that evidence various teaching techniques for writing, but in an unplanned way. Therefore, it is necessary to carry out a work of continuing education to teachers, aiming that the school and the public authorities can reap good results in the future, with a quality education in the region.

KEYWORDS: Teaching. Apprenticeship. Reading. Writing.

¹Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** cicicoelho80@gmail.com.

²Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** darlybidhu@hotmail.com.

³Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** walquiria.lourdes@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O título poderá direcionar o leitor sobre as práticas relacionadas às estratégias pedagógicas educacionais utilizadas no cotidiano da sala de aula, partindo do pressuposto que a alfabetização é um grande desafio escolar. O objetivo é mostrar a importância do desenvolvimento da criança durante o processo de alfabetização no que tange a aquisição da escrita. A preocupação em compreender como o sujeito aprende foi objeto de estudo entendendo que a escola passou a ser questionada quanto a sua função social. Assim, buscou-se entender quais as condições externas e internas que influenciam o processo ensino aprendizagem, tornando-se este um dos principais fatores para uma boa prática de ensino.

Nesse artigo é possível compreender quais os procedimentos metodológicos utilizados pelas professoras do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, justificando a importância de investigar como o processo da aquisição da escrita ocorre de maneira a ensinar corretamente as crianças que se encontram nessa fase do ensino, considerando que a escola, nos seus anos iniciais, é a base do processo de aprendizagem e o aluno bem orientado terá maior possibilidade de um bom desempenho. Isso proporcionará às escolas a qualidade no ensino.

REVISÃO DA LITERATURA

Os princípios metodológicos observados referem-se aos objetivos e questões de investigação do estudo, os instrumentos utilizados na recolha de dados. São ainda apresentados os intervenientes que participaram na investigação em sala de aula com o método de observação, fornecendo desta forma informação relevante a ser tratada e analisada para posteriores conclusões.

O contexto histórico da alfabetização no Brasil apresenta relatos envolvendo o tema sobre a aquisição

da escrita no processo de alfabetização. Assim, autores como Ferreiro & Teberosky (1999) tem contribuído muito com discussões acerca do tema, pois, consideram a evolução da escrita de forma construtiva realizada com crianças em processo de alfabetização, observaram que em crianças da classe média que são habituadas com lápis e papel encontrados em casa pode se registrar tentativas claras de escrever. Elas apresentam este estudo de forma diferenciada afirmando que a criança evolui passando por vários níveis na construção da leitura e da escrita.

MÉTODO

Optou-se por desenvolver a pesquisa do tipo etnográfico, utilizando fontes diferentes, com intuito de estabelecer o método de triangulação no processo de análise. Dessa forma, além dos dados de observações das interações orais em sala de aula e notas de campo, utilizou-se também guias e roteiros de análise para identificar os itens de inspeção durante as aulas. Para essa investigação foram utilizadas as técnicas de recolha de dados, como: Análise documental; Inquérito por entrevista e Observação de aula.

As técnicas utilizadas para análise de dados estruturaram-se em observações realizadas com base num guião que continha questões previamente formuladas com o objetivo de responder às perguntas de partida. Estas foram disponibilizados com autorização dos observados, e depois transcritas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para concretizar qualquer espécie de investigação, são necessários um levantamento minucioso das informações, buscando sempre desenvolver a modelagem textual de forma ética e acima de tudo, credível para obter a validação do estudo pesquisado. Deste modo, o método de coleta de

dados se baseou na realização da observação em sala de aula, utilizando listas de verificação e grelhas montadas para avaliação do cenário atual. Com isso, seguiu a análise na íntegra de três escolas da rede pública do município de Alcântara – Maranhão, sendo elas: Escola Municipal Governador Newton de Barros Bello, Unidade Integrada Presidente John Kennedy e Escola Municipal Senador Archer.

No contexto do universo da amostra foi realizada a caracterização global, a apresentação textual e o tratamento dos dados. Estes dados foram analisados e posteriormente realizados interpretação e descrição. Foi apresentado a discussão dos resultados alcançados por meio da ferramenta de coleta de dados, o inquérito por roteiro de acompanhamento da aula, com lista de verificação e grelha de observação focada nas interferências em sala de aula e estratégias de ensino. Foi observado de forma detalhada os aspectos mais evidentes e úteis, mencionados na apresentação dos resultados.

Conforme a observação das interferências em sala de aula percebe-se que as escolas investigadas não têm recursos didáticos disponíveis nas salas de aulas, pois os alunos não estão sentados e distribuídos de maneira apropriada, levando em conta a divisão da turma. As escolas não disponibilizam de equipamentos. É perceptivo a escassez de materiais didáticos. A Secretaria de Educação de Alcântara não dar o suporte didático necessário à execução das atividades escolares e mesmo assim as professoras tentam desenvolver o trabalho dentro das possibilidades ofertadas. Entretanto, não foi observado a complementação dos recursos didáticos para reforçar a aprendizagem dos alunos. Com relação às estratégias de ensino, Bzuneck (2010) mostra em seu trabalho uma série de estratégias que visam assegurar um grau de motivação muito bom para o aprendizado. O autor relata entre linhas que as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula precisam buscar a valorização das tarefas reais de

aprendizagem e também possuir um grau médio para as dificuldades desafiando sempre o aluno.

Bordenave e Pereira (2002) fazem sua explanação sobre o assunto, onde falam que para ensinar é necessário que sejam realizados ao mesmo tempo, o planejamento, a orientação e o controle da aprendizagem dos alunos. Sendo que as estratégias de ensino precisam estimular as diversas capacidades do sujeito. Também comenta que o aluno precisa liderar grupos e ter autonomia na realização das suas atividades, delegando a eles formas de responsabilidades. Assim, fazê-los expor seus trabalhos, executar as tarefas com roteiro estabelecido, podem servir de alternativas importantes para o desenvolvimento dos docentes, garantindo ao aluno o aprendizado mais significativo.

Após análise dos autores citados acima, observou-se de acordo com as estratégias metodológicas de ensino que as professoras se expressam bem, tanto oralmente como por escrito, pois fornecem instruções de forma clara e concisa aos alunos. Observou-se que não são utilizadas as experiências, as ideias e os conhecimentos prévios dos alunos. É perceptivo que as professoras demonstram captar a atenção dos alunos por um determinado tempo, pois explicam os conteúdos difíceis mais de uma maneira para que o aluno alcance a compreensão. Demonstram reagir e adaptar-se às alterações de atenção dos alunos. Proporcionam a oportunidade aos alunos para que apliquem os conhecimentos recebidos em sala de aula durante a execução das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo da realização deste artigo, apresentado por intermédio de uma pesquisa qualitativa, foi observado em sala de aula algumas vivências e práticas em 3 (três) Escolas do Ensino Fundamental I da rede pública do município de Alcântara – MA. Neste escopo, foram observadas as práticas pedagógicas dos

docentes em busca de analisar melhores práticas e entender os desafios para sua implementação em alunos com deficiência na escrita que ingressam nos Anos Iniciais do Fundamental I.

Durante a pesquisa de observação nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, notou-se como relevante que a maioria dos professores não apresentam procedimentos metodológicos bem definidos na prática de ensino. Desta forma, foi identificado apenas uma professora das turmas observadas a utilizar o método silábico e método fônico, cuja essência está em gerar resultados positivos e imediatos ao processo ensino aprendizagem. Ou seja, os métodos sobreditos, constituem-se em destacada estratégia de ensino e grande aliada para sanar situações problemas no processo de aprendizagem. Bem utilizada na vida escolar da criança gera uma reação positiva que pode levar ao sucesso.

Percebe-se, ainda, que a maioria dos professores precisam ser estimulados, motivados e capacitados para fazer parte de um processo de ensino consolidado. Enquanto isso não acontecer por intermédio da Gestão Municipal de Educação de Alcântara a maioria dos professores tendem a ficar sem o devido gerenciamento para melhor aplicar as metodologias necessárias e eficazes, posto que os docentes não conseguem identificar um norte para trilhar e definir qual metodologia e/ou estratégia melhor se aplica na prática de ensino. Ou seja, sem um direcionamento bem definido os resultados no processo de ensino aprendizagem tendem a continuar sendo desfavoráveis.

É notório que a metodologia bem aplicada em sala de aula é o elemento por meio do qual se concretiza uma boa aplicação da estratégia. Neste aspecto, é de fundamental importância que o professor reflita em sua prática em sala de aula visando o preparo do aluno. Pois os métodos de ensino quando aplicados adequadamente durante o processo de aprendizagem facilitam o conhecimento e ajudam a corrigir os erros.

Por conseguinte, o aluno pode se apropriar da escrita e se alfabetizar por diversos métodos de ensino, desde que seja bem direcionado, com estratégias bem definidas durante o processo ou prática da construção de conhecimentos.

Destarte, com base na pesquisa, percebemos que os nossos professores (ao menos na faixa amostral) precisam, com brevidade, serem dotados de capacitação para atuarem com mais propriedade e segurança, assim possibilitando um nível de conhecimento elevado. Desta forma, pode-se agregar valor às boas práticas em sala de aula, ou seja, não ter apenas experiência profissional, mas buscar constante aperfeiçoamento somado ao devido direcionamento estratégico para implementar de forma eficaz e eficiente a aquisição da escrita.

A Gestão Municipal de Educação precisa ser continuamente conscientizada da necessidade de ofertar capacitação aos professores de forma a contemplar aos educadores da zona rural, pois, foi evidente durante a pesquisa de campo (observação) que os educadores da zona rural não dispõem da mesma atenção dedicada aos profissionais da zona urbana. Tal fato implica a defasagem da qualidade do ensino nas escolas do interior do município.

Tamanha é a relevância do desenvolvimento cognitivo dos alunos durante o processo de construção da escrita, que os gestores municipais precisam se debruçar sobre os óbices no intuito de superar os diversos desafios que os educadores, notadamente, os da zona rural, precisam superar para proporcionar um ensino de qualidade. É notório que a Gestão Municipal precisa atuar junto as escolas de maneira eficaz e permanente. Um dos principais obstáculos alegados pelo corpo gerencial é a distância entre a Zona Urbana e a Zona Rural, além da precariedade das estradas de acesso a essas comunidades, o que torna as escolas dos desses povoados comumente desassistidas, ocasionando

ainda mais desafios a serem superados por aqueles educadores no processo ensino aprendizagem.

Neste sentido é necessário que o professor seja de fato estimulado por intermédio de cursos de formação continuada a fim incentivar a apresentação de novas estratégias e didáticas para uma boa prática de ensino, no intuito de promover, além de maior interesse dos alunos, o abandono de velhas práticas. Ou seja, é fundamental quebrar paradigmas e ir além do quadro de giz e cópias descontextualizadas.

O aluno tende a ser melhor estimulado quando percebe que as práticas adotadas pelo professor pertencem ao universo de conhecimento por ele vivenciado. Desse modo, a exploração do meio no qual o aluno está inserido facilita a implementação de novas metodologias e, principalmente, torna o processo mais fluido na construção de hipóteses e transforma o discente em um ser ativo no processo, fazendo parte da construção do conhecimento e não só ouvido passivamente o educador. Ou seja, cabe aos gestores concomitantemente aos professores compreender o meio social no qual a escola está inserida e direcionar o processo de evolução do aluno a níveis superiores de aprendizagem na construção e aquisição da escrita.

Adicionalmente, é sabido que a criança ao entrar na escola traz consigo uma bagagem de conhecimentos que precisa ser explorada, fortalecida e lapidada, posto que certamente os alunos já puderam visualizar muitas escritas como cartazes, placas, jornais, faixas, revistas e embalagens. Isto é, o ambiente fora da escola é um propulsor nesse processo que, bem utilizado, pode levar o aluno ao melhor entendimento dos conceitos metodológicos e proporcionar significado ao mundo que o cerca.

Desse modo, percebe-se que as escolas observadas apresentam uma grande defasagem na disponibilidade do material didático adequado para professores e alunos. Nesse sentido, é necessário que haja gestões no sentido de alocar recursos – material de apoio pedagógico – para as escolas, tornando as

salas de aula um ambiente rico e receptivo para implementação do método. Tais recursos, quais sejam: livros infantis, gibis, jornais, fantoches, jogos e materiais diversos como: cartolina, cola, tesoura, giz, lá, tinta, entre outros, contribuem sobremaneira para contextualizar a prática de ensino.

Indubitavelmente pode-se afirmar que um ambiente favorável, dispondo dos recursos humanos e materiais necessários, contribui consideravelmente para aprendizagem da criança. Pois possibilita que ela crie situações nas quais possa questionar suas hipóteses e progredir nas escritas de maneira espontânea e natural.

Em que pese as grandes dificuldades que os professores encontram com a falta de recursos didáticos (cartolinas, folhas brancas, xerox, cola, tinta guache, etc.), alguns profissionais não poupam esforços para garantir aos seus alunos a melhor prática no processo de aprendizagem. De maneira criativa, buscam recursos recicláveis e eventualmente adquirem materiais com recursos próprios, a fim de suprir a ausência da Gestão Municipal e de algum modo suprir a carência dos alunos.

Percebe-se que a maioria dos professores estão desmotivados em sala de aula o que atrapalha a execução de boas práticas pedagógicas, pois o professor deve estimular a criança, visando o seu desenvolvimento emocional, cognitivo, afetivo e motor. Por consequência, fica evidente uma notável deficiência na produção textual nas turmas observadas uma vez que houve pouco estímulo no processo de aquisição da escrita.

Uma das significativas dificuldades constatadas na pesquisa de observação refere-se ao modelo de gestão adotado pelo Município de Alcântara, haja vista que a Coordenação Pedagógica não se faz presente nas escolas observadas com uma lenta resposta aos anseios dos educadores quando necessitam de esclarecimentos na aplicação do método e na prática

pedagógica, além de uma morosidade em disponibilizar o material didático necessário em sala de aula.

Ademais, há muitos professores com formação em áreas específicas ministrando aulas incompatíveis com sua formação, isto é, trata-se de preencher uma deficiência no quadro de efetivos da escola onde os professores não possuem qualificação. Entende-se então, que seus conhecimentos são deficientes e precisam de aprimoramento para aplicar de forma eficiente as melhores estratégias metodológicas de ensino e direcionar boas práticas pedagógicas para o público alvo do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental.

Por fim, constatou-se que existe uma notória falta de incentivo por parte de alguns professores para promover o estímulo na produção de textos aos alunos no Fundamental I. Não trabalham instigando a leitura crítica e também não foram observadas atividades que promovessem produções textuais do próprio aluno, na busca de avaliar as capacidades sobre o desenvolvimento de sua escrita. Resta ao gestor municipal o trabalho de, verdadeiramente, conscientizar a classe dos docentes municipais a desenvolverem novas práticas de ensino, que possam levar um melhor aprendizado nos aspectos da leitura e da escrita, sendo trabalhado maciçamente no ensino básico para fortalecer a trajetória que o aluno irá percorrer durante o processo de desenvolvimento da construção do pensamento, sentimentos e desejos. O que tende a propiciar o desenvolvimento global da criança e suas potencialidades dentro do contexto educacional.

Conclui-se, portanto, que estimular o aluno no Ensino Básico é fundamental, mas também se entende a sua importância para a aquisição de uma melhor performance da leitura como também para a aquisição da escrita. Entende-se que através das técnicas pedagógicas voltadas às observações do dia a dia e no acompanhamento das atividades individuais e coletivas, afirma-se que é um modelo desejável e eficaz

na prática estratégica da gestão escolar, com foco na qualidade do ensino. Portanto, pode-se entender que a evolução no processo de leitura como também na escrita, passa reformando a maneira de pensar e agir dos educadores como um fator determinante para que estes profissionais estejam constantemente inovando em suas práticas pedagógicas, com intuito de buscar uma eficiente e possível estratégia de ensino. Levadas a termo tais ações tendem a eliminar de forma significativa as deficiências de aprendizagem da escrita pelos alunos em sala de aula.

Por julgar o tema bastante relevante mas sem a pretensão de desejar esgotar toda a análise do assunto referente à aquisição da escrita entendo que foi percorrido os elementos essenciais propostos como desafio no presente estudo. Trata-se de um tema vasto e importante para o estudo pedagógico que desafia o professor a compreender continuamente as fases de evolução do aprendizado do aluno já no início da idade, o que, bem trabalhado, oportuniza bons resultados ao professor. Assim, afirma-se que bem aplicado as metodologias e estratégias de ensino, na prática em sala de aula, proporciona ao aluno uma infinidade de possibilidades, deixando-o com a mente fértil para a recepção de mais conhecimentos. A evolução da escrita é, sem dúvida, um fator determinante na construção de resultados positivos na educação dos alunos.

REFERÊNCIAS

- Abaurre, M. B. M. Cenas de aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.
- Ajuriaguerra, J. A Escrita Infantil – Evolução e Dificuldades. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Almeida, L.; Freire, T. Metodologias da investigação em psicologia e educação. 3.ed. Braga: Psiquilíbrios, 2008.
- Almeida, Maria Elizabeth Bianconcini de. Transformações no trabalho e na formação docente na educação a distância on-line. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 67-77, nov. 2010.

- Almeida, S. F. C. (2006). In: Machado, F. L. B. A. Sobre a atuação do psicólogo escolar. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde. Brasília, 2010. Disponível em . Acesso em 15 set. 2019
- Altunay, D. (2014). Language learning strategy used by distance learners of English: A study with a group of Turkish Distance Learners of EFL. *Turkish Online Journal of Distance Education-TOJDE*, 15(3).
- Antunes, Irlandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- Araújo, M. C. C. S. Perspectiva histórica da alfabetização. Viçosa: Imprensa Universitária, 1996.
- Aurélio, Francisco S. (Colaboradores: S.E. Ignácio, M. H. de M. Neves, B. N. de Oliveira, M.B. Bazzoli e M. C. C. Dezotti.), 2001. *Dicionário de Usos do Português do Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- Azenha, Maria das Graças, (1996). *Imagens e letras: Ferreiro e Luria, duas teorias psicogenéticas*. São Paulo: Ática.
- Barbosa, J. J. Leitura e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1990. Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.
- Bell, J. - *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997
- Bogdan, R.; Biklen, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994. Bordenave, J.D.; Pereira, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem – Petrópolis*, RJ: Vozes, 2002.
- Bordenave, J.D.; Pereira, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem – Petrópolis*, RJ: Vozes, 2002.
- Boruchovitch, E. A psicologia cognitiva e a metacognição: novas perspectivas para o fracasso escolar brasileiro. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n.110-111, p.
- Brandão, C. F.; PASCHOAL, J. D. (Org.). *Ensino Fundamental de Nove Anos: teoria e prática na sala de aula*. São Paulo, Avercamp, 2009.
- Brasil, Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) último acesso em 22 de nov de 2019.
- Brasil, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) último acesso em 22 de nov. de 2019.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 05 ago 2019.
- Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 03 nov. 2019.
- Brasil. Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidade beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: out. 2004.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Brasil. Ministérios da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: Terceiros e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Cagliari, Luiz Carlos. O ensino e a aprendizagem: os dois métodos. In: *Alfabetização sem o ba be-bi-bo-bu*. São Paulo. Scipione, 2014.
- Capistrano, C. C. O que nos indica a “língua da criança”: algumas considerações sobre a “língua”. In: DEL RÉ, A. (org). *Aquisição da linguagem. Uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Ed, Contexto, 2007, p. 183-200.
- Carvalho, M.C.M. (Org.) *Construindo o saber*. Campinas: Papirus Editora, 2002.
- Carvalho, Maria Angelica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (org.). *Práticas de Leitura e Escrita*. Brasília: Mec, 2006. 180 p.
- Carvalho, Marlene. *Guia prático do alfabetizador*. São Paulo, SP: Ática, 2002.

- Chahuán-Jiménez, K. Evaluación cualitativa y gestión del conocimiento. *Educación y Educadores*. Chia, v. 12, n. 3, p. 179-195, set./dez. 2009.
- Codo, W., & Gazzotti, A. A. (1999). Trabalho e afetividade. In W. Codo (Dir.). *Educação, carinho e trabalho* (3.ed., pp.48- 59). Petrópolis: Vozes.
- Contini, R. M. d. F. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Londrina: Núcleo Regional de Ensino de Londrina e Secretaria de Estado de Educação, 2008.
- Costa, E. R. & Boruchovitch, E. (2009). As estratégias de aprendizagem e a produção de textos narrativos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 173-180.
- Dantas, H. (1992) Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, em La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial Ltda.
- Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- Drouet, R.C. (2003). Distúrbios de aprendizagem. 4a. edição. São Paulo: Ática.
- Ericsson, K. A. Pro tocolan a lysis. In : Bechtel, W. ; Graham , G. (E d .): A companion to cognitive science. O x fo rd : Blackw e ll, 1 9 8 8 . p . 4 2 5 -4 3 2 .
- Farias, Isabel Maria Sabino de et al. Didática e Docência: Aprendendo a profissão. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2013.
- Fernandez, A. (1991). *A Inteligência Aprisionada: Abordagem Psicopedagógica Clínica da Criança e sua Família*. Porto Alegre: Artes Medicas.
- Ferreira, J.R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 19, n. 46, 1996.
- Ferreiro, E. e Teberosky, A. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- Ferreiro, E.; Teberosky, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- Ferreiro, E.; Teberosky, A. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- Ferreiro, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- Ferreiro, Emilia; Teberosky, Ana. *A Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.
- Fijalkow, E. (2003a). L'enseignement de la lecture-écriture au cours préparatoire, entre tradition et innovation. Paris, L'Harmattan.
- Fijalkow, J. (2003b). Préface: une longue histoire. In Fijalkow, E. L'enseignement de la lecture-écriture au cours préparatoire, entre tradition et innovation, Paris, L'Harmattan.
- Freire, M. (2008). *Educador, educa a dor*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. Considerações em torno do ato crítico de estudar. In: FREIRE, P. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9-12.
- Freire, P. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: EditoraUNESP, 2008.
- Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Freire, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 Freire, Paulo. *Cartas a Cristina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Coleção Leitura.
- Freitas, M. T. A. Tecnologias digitais: cognição e aprendizagem. In: 37a Reunião Nacional da Anped: Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira, 2015, Florianópolis. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-de-maria-teresa-de-assuncao-freitas-para-o-gt16.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2019.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Godoy, Ana Maria. Os materiais idealizados por Montessori para uma aprendizagem significativa. I Seminário da ANPAE. 2013.
- Gomes, Maria Aparecida Mezzalira; BORUCHOVITCH, Evely. Proficiência em leitura: um panorama da situação. In: SANTOS, Acácia Aparecida Angeli; BORUCHOVITCH, Evely; OLIVEIRA, Katya L. Cloze: um instrumento de diagnóstico e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- Graham, S., & Sandmel, K. (2011). The process writing approach: A meta-analysis. *Journal of Educational Research*, 104,396-407.

- Graham, S; Harris, R. K. & MacArthur, C. (1993). Improving the writing of students with learning problems: self-regulated strategy development. *School Psychology Review*, 22,657-669.
- Green, J. L.; Dixon, C. N. Zaharlic, A. Ethnography as a logic of inquiry. In: Flood, J.; Lapp, D. (Ed.) *Handbook of research on teaching in the communicative and visual arts*. NY:Macmillan, 1991. p. 181-202.
- Haguette, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Instituto Paulo Montenegro. INAF Brasil 2009: indicador de alfabetismo funcional: principais resultados. São Paulo, 2009.
- Japiassu, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- Kriegl, Maria de Lourdes de Sousa. Leitura: um desafio sempre atual. *Revista PEC, Curitiba*. V.2, n.1, p.1-12, jul. 2001-jul.2002.
- La Taille, Y; Oliveira, M. K; Dantas, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Sannus,1992.
- Lancillotti Samira Saad Pulchério. *Pedagogia Montessoriana: ensaio de individualização do ensino* Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 164-173, mai.2010.
- Lane AR, Smith DT, Schenk T. Clinical treatment options for patients with homonymous visual field defects. *Clin Ophthalmol* 2008; 2: 93–102
- Lopes, A. O. Aula expositiva: superando o tradicional. In: VEIGA, I. P. A. (org). *Técnicas de ensino: por que não?* 21. ed. Campinas: Papyrus, 2011.
- Luckesi, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Luria, A. R. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. 2. ed. Porto Alegre:Artes Médicas, 2001.
- Maluf, Ângela Cristina Munhoz. *Atividades lúdicas para a Educação Infantil- conceitos orientações e práticas*. 2ª edição- Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.
- Marcelli, Daniel. *Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra*. Tradução PatríciaChittoni Ramos. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- Marcuschi, L. A. *Análise da conversação*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- Maroco, J. & Bispo, R. (2005). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*. Lisboa:Climepsi Editores.
- Marôco, J. *Análise Estatística com a Utilização do SPSS*. 5. ed. Lisboa: Pero Pinheiro, 2011.
- Marrou, H. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: Herder, 1969.
- Mason, L. H.; Harris, K. R. & Graham, S. (2011). Self-Regulated Strategy Development for Students With Writing Difficulties. *Theory Into Practice*, 50,20-27
- Medel, Cássia Ravena Mulin de A. *Ensino Fundamental 1*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- Mendonça, O. S. e Mendonça, O. C. *Alfabetização - Método Sociolinguístico: consciência social, sílábica e alfabética em Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2007.
- Montessori, Maria. *Mente absorvente*. Rio de Janeiro, Portugália Editora (Brasil), s.d. 1961.
- Pessoa, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papyrus, 2017.
- Silva, A. L. & Sá, L. (1997). *Saber estudar e estudar para saber* (p. 79). 2ª ed. Cidade do Porto: Porto editora.
- Snyders, G. - "Alunos felizes: Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Teberosky, Ana. *Construção de escritas através da interação grupal: Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1948.
- Teixeira, A. R. & Alliprandini, P. M. Z. (2013). Intervenção no uso de estratégias de aprendizagem diante de dificuldades de aprendizagem, *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(2),279-288.
- Tuckman, B. *Manual de investigação em educação: como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. (Originalmente publicado em 1972).
- Vygotsky, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- Yin, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 200.

MAL-ESTAR NA EDUCAÇÃO – AS ANGÚSTIAS DA DOCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE DO PROFESSOR NO ENSINO PÚBLICO EM ESCOLAS MILITARES NA CIDADE DE SÃO LUÍS – MARANHÃO – BRASIL

DISEASE IN EDUCATION - THE ANGUISHES OF TEACHING: A LOOK AT TEACHER'S HEALTH IN PUBLIC EDUCATION IN MILITARY SCHOOLS IN THE CITY OF SÃO LUÍS - MARANHÃO – BRAZIL

Cibele Coelho Santos Pavão ¹
Darlene Coelho Rodrigues ²
Walquíria de Lourdes Costa ³

RESUMO

O referido estudo procura apresentar e meditar a respeito das ocorrências do mal-estar docente e os distúrbios que afetam professores que atuam nas séries finais, das escolas públicas Militares do Ensino Médio na Cidade de São Luís, no Estado do Maranhão - Brasil. Neste estudo, se deu prioridade a um enfoque metodológico qualitativo, em que foi considerada as narrações de docentes que atuam nas duas instituições militares na rede de ensino público. O esboço desponta, entre outras demandas, o episódio de um quadro de adoecimento, apontado como estresse, esmorecimento e agravos emocionais, ações de aflição, agonia, depressão e indiferença. A opção pela temática se deve, primeiramente, à minha trajetória profissional na área da Saúde como enfermeira Militar. Ao longo dos anos de formação e performance profissional, venho deparando com ocorrências, relatos e lamentações por parte dos docentes, de diferentes graus de ensino, a respeito de seus sentimentos de desencantamento, frustrações, incerteza e inadequações em relação ao seu ofício. Ao mesmo tempo, que se constata o aumento de ocorrências de enfermidade emocional, mental e física entre estes educadores, levantando indagações a respeito das condições de trabalho no magistério, e se os mesmos seriam responsáveis para o desdobramento desse quadro. Tendendo nomear e penetrar no debate a respeito do mal-estar docente, delineamos a seguir, os aportes das ponderações de determinados autores a propósito desta temática, em distintos países, e de determinadas investigações concretizadas neste âmbito. Desta forma, esse esboço busca delinear e ponderar como essa questão se desponta na rede de ensino público em escolas Militares, e em que aspectos as novas exigências da educação e as atuais condições de trabalho do docente colaboram para o mal-estar entre os educadores do ensino fundamental. Parto do pressuposto que as condições de trabalho desses docentes são, em geral, adversas e que suas prestações estão sendo efetivadas em ritmo demasiadamente intenso; o que pode estar colaborando para desencadear várias ocorrências de mal-estar docente ainda não estudadas nesta rede de ensino. O tema tem sido alvo de discussões nas quais são elencados inúmeros fatores responsáveis por deste mal-estar, que concerne diretamente.

PALAVRAS-CHAVE: Mal-Estar. Escola Militar. Docentes. Ensino Público

ABSTRACT

This study seeks to present and reflect on the occurrences of teacher malaise and the disturbances that affect teachers who work in the final grades of the Military Public High Schools in the City of São Luís, in the State of Maranhão - Brazil. In this study, priority was given to a qualitative methodological approach, in which the narrations of professors who work in the two military institutions in the public education network were considered. The sketch emerges, among other demands, the episode of an illness, pointed out as stress, weakening and emotional aggravations, actions of distress, agony, depression and indifference. The choice for the theme is due, firstly, to my professional trajectory in the area of Health as a Military Nurse. Over the years of training and professional performance, I have come across occurrences, reports and regrets from teachers, from different levels of education, regarding their feelings of disenchantment, frustrations, uncertainty and inadequacies in relation to their profession. At the same time, there is an increase in occurrences of emotional, mental and physical illness among these educators, raising questions about working conditions in the teaching profession, and whether they would be responsible for the unfolding of this situation. With the aim of naming and penetrating the debate on teacher malaise, we outline below the contributions of the considerations of certain authors on this subject, in different countries, and of certain investigations carried out in this scope. In this way, this sketch seeks to delineate and consider how this issue arises in the public education network in Military schools, and in what aspects the new demands of education and the current working conditions of the teacher contribute to the malaise among the educators of the elementary School. I start from the assumption that the working conditions of these professors are, in general, adverse and that their readiness is being carried out at an excessively intense pace; which may be collaborating to trigger several occurrences of teacher malaise not yet studied in this school system. The theme has been the subject of discussions in which numerous factors responsible for the presentification of this malaise, which it directly concerns, are listed.

KEYWORDS: Malaise. Military School. Teachers. Public Education

¹Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. E-mail: cicicoelho80@gmail.com.

²Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. E-mail: darlybidhu@hotmail.com.

³Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. E-mail: walquiria.lourdes@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O desígnio desta investigação é ponderar as ocorrências do mal-estar docente e os processos de enfermidades dos educadores do Ensino Médio, da rede pública nas Escolas Militares da cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, destacando os aspectos e os determinantes que mais colaboram para o nascimento desse fato, no exercício da ocupação docente.

A opção pela temática se deve, primeiramente, à minha trajetória profissional na área da Saúde como enfermeira Militar. Ao longo dos anos de formação e performance profissional, venho-me deparando com ocorrências, relatos e lamentações por parte dos docentes, de diferentes graus de ensino, a respeito de seus sentimentos de desencantamento, frustrações, incerteza e inadequações em relação ao seu ofício. Ao mesmo tempo, que se constata o aumento de ocorrências de enfermidade emocional, mental e física entre estes educadores, levantando indagações a respeito das condições de trabalho no magistério, e se os mesmos seriam responsáveis para o desdobramento desse quadro.

Oliveira (2007) comenta que no Brasil, repetidas vezes, são veiculadas por meio de comunicação social, notas e anais a respeito de educação, aonde são discutidos o sistema educativo, o estabelecimento escolar, o papel social e a performance do docente. A educação tornou-se uma questão a propósito do qual os múltiplos grupos sociais aspiram explicar, onde a mesma tem sido discutida por indivíduos que, de uma forma direta ou, indiretamente, estão envolvidos em seu contexto, e as opiniões emitidas por vezes, são exibidas sem dados empíricos sólidos, distante de uma fundamentação científica mais austera. Este debate ganha maiores proporções desde a grande expansão educacional advinda no Brasil, a partir dos anos 80, e que requereu a universalização do ensino fundamental, fato esse, que teve reflexo no crescimento da taxa de matrícula do ensino médio, onde se registrava 40,7% de

um salto para 76,6%. Daí por diante, as cobranças e as expectativas sociais em relação as tarefas docentes tem sido transformada e intensificadas, frente os problemas circunscritos nas escolas, para a elevação de um ensino básico de qualidade, levando em apreço a heterogeneidade sociocultural dos educandos que incidiram a ter ingresso à rede pública de educação.

REVISÃO DA LITERATURA

Trata-se de um estudo que será apresentado a fundamentação da pesquisa, conhecendo a história do mal-estar diante a educação, assim estaremos comentando-o sobre: o mal-estar no campo da Educação; profissão docente: a história do magistério no Brasil e contexto sociocultural contemporâneo; o ensino médio e suas especificidades de educandos e de educadores.

Desta forma, o referido estudo procura delinear, considerar e abranger como esta questão do mal-estar docente desponta na rede de ensino pública Militar, buscando quais conceitos, as atuais condições e as novas exigências da ocupação do educador do ensino fundamental, está contribuindo para desencadear diversos estados de mal-estar docente ainda não estudadas nesta rede de ensino.

Esteve (1999) comenta que no âmbito educacional, debates sobre um anseio de mal-estar peculiar da categoria docente principiaram a ser erguidas na dec. de 80, por estudiosos europeus que acusavam uma tensão no Ensino. Na Europa, um dos maiores indícios da tensão se referia à insuficiência de profissionais para preencher a ação de trabalho existente.

O mal-estar citado por Sigmund Freud constituiria na angústia perante a conformação do padrão de cultura, marcado pela aberração da convivência do contentamento pulsional integral do ser humano e a edificação serena e pacata da sociedade contemporânea,

e da aflição que brota em consequência da intervenção de um interesse psíquico responsável pela regulação do indivíduo frente às regras sociais.

MÉTODO

O presente capítulo está estruturado para explicar o conjunto de procedimentos metodológicos organizados, a partir dos objetivos traçados, que ajudaram na investigação do problema apresentado pela dissertação. Apresentam-se as pesquisas adotadas neste estudo, tendo em conta o método, a abordagem, os instrumentos de coleta de dados, de análise e interpretação dos resultados.

Nossa investigação exhibe traços da metodologia psicanalítica por se fundamentar em métodos interpretativos, e por invocar na averiguação do mal-estar a extensão simbólica e inconsciente dos indivíduos entrevistados. Por isso, a importância da visão psicanalítica para o mal-estar, bem como de uma escuta psicanalítica que dissolva o discurso demonstrado e que permita a edificação de caminhos até esse mundo emblemático.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O capítulo apresenta relatos de professores, analisados de forma textual, aplicados nos Colégios Militares da Cidade de São Luís nos Estados do Maranhão, onde buscou-se entender e compreender seus relatos referente seus adoecimentos com mal-estar dentro da escola, no exercício da docência, também buscaram levantar os principais fatores das condicionantes deste fenômeno. Outro ponto crucial durante as entrevistas foi o conhecimento e o aprendizado das características das manifestações dos adoecimentos causados por vários fatores ocupacionais.

Buscamos também, durante o período de entrevistas e observações realizadas através de contatos informais, a compreensão e a interpretação do sentido e

significado dos dados, pelos professores ao relacionar seu adoecimento com o exercício do Magistério.

Nessa perspectiva, buscou-se identificar também, fatores que desencadearam pontos negativos em sua vida pessoal e profissional decorrentes do adoecimento, causado pelos excessos de mal-estar e foram analisadas junto aos mesmos, suas perspectivas para o tratamento da doença e sua visão com o seu futuro profissional. Assim este capítulo apresentará alguns destaques e expectativas, como suas aspirações, seus encantos, seus protestos e desabafos em relação sua vida profissional e também pessoal.

Os resultados da pesquisa foram organizado de forma básica e realizado sua análise de dados, utilizando a forma de análise de conteúdo, que busca analisar o material qualitativo utilizado nesta pesquisa, compreendendo todos os aspectos, mas relevantes que foram explicitados pelos sujeitos entrevistados, neste caso os professores. Desta forma utilizou-se essa ferramenta de análise, organizando os discursos em categorias temáticas ligadas com as indagações da pesquisa e que estão apresentadas em subitens nos resultados desta pesquisa. Deste modo, Bardin (2008) comenta que: agrupados sob o título conceptual <<descontração>>, sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) [...]. (Bardin, 2008, p. 145).

Deste modo, optou-se gerar resultados, buscando organizar a estrutura deste capítulo, formando categorias temáticas ligadas com as indagações do problema a serem respondidos pela pesquisa, assim ocorreu a partir de observações de respostas em comum concedidas pelos participantes dos colégios militares deste estudo. Diante das narrativas dos professores com as questões da problemática levantada, foi possível correlacionar os temas com objetivo do trabalho: Manifestação do mal-estar e o adoecimento nos professores na rede pública do ensino médio dos colégios militares; Fatores do mal-estar e o adoecimento

dos professores do ensino médio dos Colégios Militares; a intensificação nos processos de trabalho nas escolas e o adoecimento do professor; iniciativas e estratégias dos professores mediante as situações de mal-estar e o adoecimento; ações de prevenção das instituições com o mal-estar dos professores

Assim, através desta organização de pensamentos, todo o processo de análise de dados, buscou seguir a seguintes sequencias no desenvolvimento textual: a) o desenvolvimento de toda transcrição das entrevistas semiestruturadas realizadas, identificação dos temas com as indagações levantadas nos problemas; agrupamento dos temas, dentro das categorias formadoras das questões de pesquisa e depois análise através de critérios de semelhanças de conteúdo.

Na esperança de agregar um conjunto de métodos complementares no procedimento de análise de dados, antecipa-se a alimentação das informações apresentadas por meio das entrevistas, das observações além dos apontamentos internos das instituições de ensino, que possam nos amparar a ter uma fundamentação de dados que nos permita uma exposição correta do material recolhido. Almeja-se utilizar, se necessário, a análise de conteúdo com o intento de entender a conclusão dos dados investigados. Por fim difundiremos que a análise de dados constituirá em acatar aos objetivos do esboço, procurando sancionar ou refutar as suposições da pesquisa, os quais se organizarão durante a ação de investigação, com vistas à preparação do relatório final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dissertativo buscou através da pesquisa qualitativa, analisar as situações do mal-estar dos docentes e os processos de adoecimento dos professores do Ensino Médio, da rede pública dos Colégios Militares na cidade de São Luís - MA, e também destacar quais os fatores e as condicionantes que mais

contribuíram para o surgimento dos fenômenos, no exercício da docência. Deste modo, buscou-se aprofundar as relações com os vínculos dos processos de trabalho desenvolvidos pelos docentes com os seus adoecimentos na escola.

Assim, após relatos e constatados pelas análises de conteúdo, foram observados, durante os discursos textuais, que os adoecimentos constatados nos professores dos colégios militares, diagnosticados por médicos que 90% dos entrevistados apresentam sintomas de stress, depressão e problemas emocionais. Também conforme relatos, os mesmos manifestaram de forma geral uma gama de situações provocada por sintomas relacionados com o emocional e físicos, com isso desencadeando vários adoecimentos, sendo eles levantados nos relatos como: crise de angustias, elevado grau de ansiedade, impaciência em sala de aula, crise de choro, aumento da irritabilidade, questões de desânimo e muitas vezes apatia.

Também foram relatadas, questões como sofrimento de insônia constantes, dores de cabeça diária, corpo sempre cansado, insatisfação constante, muita tensão, grau de nervosismo elevado, corpo agitado, indisposição para ir para o trabalho, desempenho profissional abaixo do previsto. Outras manifestações mostraram-se presentes nas escolas, mas de pouca agressividade como: concentração a baixo do normal, o sentimento de mau humor diário no ambiente de trabalho, aparecimento de hematomas pelo corpo e uma constante fadiga no corpo. Professores das duas escolas pesquisadas declaram-se usuários de remédios, até mesmos aqueles controlados, como os antidepressivos e ansiolíticos. Alguns fazem acompanhamento com médicos especialistas para tratar de suas doenças.

Entende-se que todo esse quadro observado pelas entrevistas e discutido pelos autores, somente reafirma que o processo de adoecimento da classe de professor destas duas instituições, de certa forma gera situações comprovadas pelo mal-estar, o esgotamento

físicos e emocionais, que podem ou está gerando efeitos patológicos como também danos psicológicos. Deste modo, podemos concluir que a profissão dos docentes de certo modo, está voltada para um elevado grau de exigências contido pela educação, seja ela nas questões de gestão como também no ensino-aprendizado e isto, está causando riscos físicos, mentais e emocionais.

Também foram constatados diversos fator ligado aos adoecimentos dos professores, além das condições de trabalho escolar, que se apresenta entre as principais causas. Assim, pode-se verificar ainda outras questões como: a dupla jornada de trabalho de alguns professores, a elevada sobrecarga de funções ligada a área administrativa e sala de aula, responsabilidades profissionais com metas e cronograma e os desgastes ao lidar com alunos indisciplinados.

Outra questão levantada, mas de baixa representação, é a questão salarial, citada como desencadeador também do processo de adoecimento nos professores nos colégios militares. Pois para alguns, acreditam que os baixos salários da classe, reduzem o poder de consumo que estão ligados para suprir as suas necessidades básicas, deste modo, temos como exemplos: na alimentação, na saúde, no vestuário e no lazer, onde este item último, pra eles é o que menos tem atendido. Assim, levando a buscarem de outro modo a preencher essas lacunas aumentando com isso o mal-estar emocional.

Uma questão voltada para a escola e ligada com a gestão escolar é o fator “pressão” apontada por alguns professores que a pressão sofrida, por parte da gestão escolar, é devida a imposição de documentos públicos, voltados a portarias e resoluções que estão gerando um clima de insatisfação com os professores. Pois a cobrança por resultados diferenciado na educação do Estado é muito cobrada, sendo as escolas apontadas pelas avaliações externas como a do Ideb na sua última avaliação, estando contidas na lista das melhores do Estado do Maranhão, primeiro e segundo lugar. Também citam de forma de indignação o real descaso e

irresponsabilidade, por parte da equipe gestora do Estado com o adoecimento real dos professores com os diversos fatores ocasionados pelo mal-estar na escola. De certo modo, sentem que estão sozinhos e desamparados, gerando frustrações constantes, pois acreditam que poderiam fazer muito mais pelos seus alunos e pela escola.

Pontos citados para as questões da gestão escolar, influenciadora também, para o adoecimento, ocasionado pelo e mal-estar dos professores. Dentre os fatores em destaque no exercício das suas funções de docente, foram encontrados os seguintes pontos: salas de aulas com elevado número de alunos; ausências frequentes de professores; o relacionamento interpessoal; à postura dos gestores escolares, como também o tipo de modelo de gestão por eles exercido, de forma autocrática e burocrática.

As estratégias levantadas pelos professores para amenizar o mal-estar dos docentes e seu adoecimento, estão direcionadas para o auxílio médico especialista, visando deste modo, tratar ou resolver de vez, seus problemas físicos e emocionais, através do uso de medicamentos e atividades físicas, conforme a demanda de necessidade.

Algumas docentes apontam receberem ajuda de suas famílias e amigos, como também se apegam nas religiões como tentativa de solucionar ou amenizar seu adoecimento.

Com tudo muitos docentes, perceberam a partir de suas experiências com o seu adoecimento, a vontade de adotar uma conduta mais voltada para si mesmos, onde poderiam estar executando alguma atividade que proporciona-se maiores satisfações e bem-estar, também buscando ser menos intransigente, consigo mesmo e com isso, reduzindo o seu envolvimento com a docência. Também o desejo de continuar com tratamentos encaminhados pelos médicos.

Contudo, este estudo apontou várias dificuldades e também uma realidade não conhecida pela sociedade maranhense, quanto a classe dos docentes que estão

inseridas nas escolas militares, pois mostra-se questões muito complexo diante dos bons resultados das avaliações externas e professores apresentando a presença de sintomas doentio. Deste modo, podemos levantar uma nova questão a essa problemática. A que custas os bons resultados das escolas militares no desempenho no Estado estão ligados a saúde dos professores? Pois os relatos da pesquisa mostrou-se uma convivência nas instituições com inúmeras dificuldades apresentadas, que acabaram afetando de forma visível a saúde dos mesmos e com isso gerando o mal-estar e seu adoecimento. Também, através dos resultados mostraram que não existe apenas um fator específico, mas sim um conjunto de elementos, formadores de situações desfavoráveis, que se foram a monteando ao longo dos anos.

Com isso entende-se, que a prevenção do mal-estar dos docentes necessita de um olhar mais criterioso de toda a sociedade em torno da escola, principalmente na classe docente; dependendo com isso, de políticas públicas voltadas para a saúde do professor, dos sindicatos, mas voltados as questões da saúde dos professores, do setor administrativo da escola controlando o fichário de saúde dos professores. Entende-se que este deve ser um trabalho realizado em conjunto, buscando favorecimento de um ambiente que propicie de modo saudável o desenvolvimento do trabalho docente de forma eficiente. Também que sejam, mas distribuídos os investimentos em infraestrutura e materiais didáticos que possibilitem com tudo, inovar as aulas e deixá-las mais agradáveis e atraentes para os alunos e professores, pois hoje, os profissionais precisam de muito tempo para a preparação das mesmas e às vezes não geram resultados significativos.

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor W. (1965). Tabus acerca do magistério. In: Adorno, Theodor W. Educação e Emancipação.

Tradução de Wolfgang Leo Mar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALODI, A. O homo e a pessoa humana. Assessorar, Francisco Beltrão, 1989.

Aguiar, R. M. R. & Almeida, S. F. C. de (2008). *Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores*. Curitiba: Juruá Almeida, Pedro Flávio Ferreira de & Miranda, Made Junior. A atividade ocupacional e sua influência na saúde do professor regente. Revista Estudos. Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás, v.32, n.3, março, 2005, p.443-453.

Almeida, S. F. C. de (2000). *Sintomas do mal-estar na educação: subjetividade e laço social*. Em L. de Lajonquière & M. C. M. Kupfer (Orgs.). *Psicanálise infância e educação* (pp. 95-106). Anais do III Colóquio do Lugar de Vida/LEPSI. São Paulo: USP.

Amiel, T. "Mistaking computers for technology: technology literacy and the digital divide". *AACE Journal*, v. 14, n. 3, 1980. Disponível em: < http://www.editlib.org/index.cfm?fuseaction=Reader.ViewAbstract&paper_id=6155 >. Cuban, L. *Teachers and machines: the classroom use of technology since 1920*. New York: Teachers College Press, 1986.

Andrade, Antônio dos Santos. (2002). Condição de vida, potencial cognitivo escola: um estudo etnográfico sobre alunos repetentes da primeira série do primeiro grau. São Paulo, 249p. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. USP.

Arroyo, M. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In. ABRAMOWICS, A.E Moll, J. (org) Para além do Fracasso Escolar. Campinas, Ed. Papyrus, 2004, 3ª edição.

Arroyo, Miguel. Ofício de mestre. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Bardin, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2000.

Bardin, L. (2008). Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

Berge, F. D. (1957). A estrutura fundamental do sentimento religioso à luz da psicologia experimental. A Ordem, 21, 125-150.

Birmam, Joel. Mal-estar na atualidade: psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- Bortoni-Ricardo, Stella Maris. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- Carvalho, Antônia Dalva França. Mal-estar ocupacional docente: stress e burnout em professores. 2000, 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina Chauí, Marilena de Souza. Profecias e tempo do fim. In: *A descoberta do homem e do mundo* [S.l: s.n.], 1998.
- Codo, Wanderley & Menezes, Ione Vasquez. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (Coord.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes/ Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho. 1999.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores (as) da educação básica. Brasília, 2003, 45 p. Relatório. Disponível em: <http://www.cncte.org.br/images/pdf/pesquisa_retrato_da_escola_3.pdf> Acesso em: 15 abril, 2019.
- Danelon, Márcio. As características do educador uma leitura nietzschiana à luz de Schopenhauer como educador. Filosofia e Educação, Uberlândia, v. 4, n. 1, abr./set. 2012.
- De paoli, Cynthia. Superego contemporâneo: exceção e regra. Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 37, 2005.
- Demo, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003
- Domingues, Dinéia Aparecida. Impactos do trabalho na saúde dos docentes. 1997. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais/FAE, Belo Horizonte.
- Dupont, P., Gingras, M. & Gonzalez, M. (1983). *L'éducation à la carrière* Esteve, José Manuel. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio (org.) Profissão professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.
- Esteve, José Manuel. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- Esteve, José M. et al. Los profesores ante el cambio social. Barcelona: Anthropos, 1995.
- Fonseca, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- Freedman, Sara. Teacher “burnout” and institutional stress. In: OZGA, Jenny. Schoolwork approaches to the labour process of teaching. Philadelphia, USA: Open University Press. 1988. p.133- 145.
- Freud, S (1912). Totem e Tabu Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud vol. II – Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1988f). O mal-estar na civilização (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930 [1929]).
- Farber, B. A. (1991). *Crisis in education. Stress and burnout in the american teacher*. São Francisco: Jossey-Bass Inc. Freudenberg, H. J. (1974). Staff burn – J. Social Iss., 30, 159 -165
- Frigotto, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- Giacon, B. D. M. In FAZENDA, I. C. A. (Org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- Giroux, Henry. Escola crítica e política cultural. São Paulo: Autores Associados, 1987.
- Hypolito, A.M. (1991). Processo de trabalho na escola: Algumas categorias para análise. *Teoria & Educação*. 4, 3-21.
- Hargreaves, A. (1998). Os professores em Tempos de Mudança. Amadora: Editora McGrawHill de Portugal, L.da
- Hargreaves, Andy. A intensificação: o trabalho dos professores – melhor ou pior. In: Hargreaves, Andy. Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna. Alfragide: Mc Graw-Hill Editora de Portugal, 1998.
- Herrmann, F. O que é psicanálise- para iniciantes ou não. São Paulo: Pique, 1999
- Herrmann, Fabio. Pesquisando com o método psicanalítico. In: Herrmann, Fabio; Lowenkron, Theodor (Orgs.). Pesquisando com o método psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- Kuenzer, Acacia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. Educação e Sociedade, Campinas, n. 70, p. 15-39, 2000.

- Larson, Magali Sarfatti. Acerca de los expertos y los profesionales o la imposibilidad de haberlo dicho todo. *Revista de Educación*, Madrid, n. 1 extra, p.199-225, 1980. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2019.
- Lefehld, N.A.S.; Barros, A.J.P. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- Levisky, David Léo; Taille, Yves de La. Mal-estar na educação. In: MACEDO, Lino de; ASSIS, Bernadete Amêndola de. *Psicanálise e pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- Libâneo, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003. 260 p.
- Lima, Nísia Trindade. Juventude e ensino médio: de costas para o futuro. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.
- Lemos, J. C. e CRUZ, R. M. Condições e cargas de trabalho da atividade docente. *Revista Plural*, n. 14, ano 11, jun., 2005.
- Lodi, João Bosco. *A entrevista: teoria e prática*. 3.ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.
- Luna, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- Magalhães, G. M. & Mesquita, A. M. O. (2013). O jogo de papéis como atividade pedagógica na educação infantil: apontamentos para a emancipação humana. *Nuances: Estudos sobre Educação*. Presidente Prudente SP, v. 25, n. 1, p. 266-279
- Marconi, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- Martins, Joel. A pesquisa qualitativa. In: Fazenda, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- Maslach, C. & Jackson, S. The measurement of experienced burnout. *Journal of Occupational Behavior*, 1981.
- Matteo, Vincenzo Di. Nietzsche e Freud: pensadores da modernidade. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 23, n. 33, p. 269 – 286, jul./dez. 2011
- Meleiro, Alexandrina Maria Augusto da Silva. O stress do professor. In: LIPP, Marilda Novaes (Org.) *O stress do professor*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- Minayo MCS 2001. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva* 6(1):7-19.
- Morais Neto, Alberto da Silva. O mal-estar docente: uma investigação numa escola da periferia de Araraquara. 2002, 95 p. Dissertação (Mestrado em Educação) , Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo.
- Maslach, C. & Leiter, M. P. (1999). Take this job and ...love it. *Psychology Today*, 32, 50-57, 1999.
- Nietzsche, Friedrich. (1844 - 1900). *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Nóvoa, Antônio. *Formação de professores e profissão docente*. In: NÓVOA, Antonio. (Coord.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1997
- Nóvoa, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antonio. (Org.) *Profissão professor*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.
- Oliveira, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set/ dez. 2004. Disponível em: Acesso em: 12. Mar. 2019
- Oliveira, E.S.G. (2003). Trabalho do professor- Trabalho de Sisifo? A heroica dimensão imaginária da docência. Em: Villela, M.A.L. (org). *Tempos e espaços de formação* (app. 197 – 218). Chapecó: Editora Argos.
- Oliveira, João F; TOSCHI, Mirza S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- Oliveira, Romualdo Portela. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação & Sociedade*. Campinas, Cedes, v. 28, n.100, p.661-690, out. 2007.
- Paschoal, Antonio Edmilson. Da polissemia dos conceitos “ressentimento” e “má consciência”. *Revista de Filosofia Aurora*. Curitiba, v.23, n.32, p.201 – 221, 2011.
- Paschoal, Antonio Edmilson. Memória e esquecimento em Nietzsche. In: AZEREDO, Vânia Dutra de (Org.). *Falando de Nietzsche*. Ijuí: Unijuí, 2005. 168p. (Coleção Nietzsche em perspectiva).

- Paro, Enrique Vitor. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 1995. Paschoalino, Jussara Bueno de Queiroz. Matizes do mal-estar dos professores: um estudo de caso de uma escola pública do ensino médio em Belo Horizonte. 2007. 220 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais/FAE, Belo Horizonte.
- Pepe, Ana Laura. Subjetividade e docência: uma abordagem psicanalítica do malestar docente. 2001. 101 p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Raulet, Gérard. As duas faces da morte: sobre o estatuto da agressividade e da pulsão de morte em o mal-estar na civilização. In: RIDER, Jacques Le et all. Em torno de o mal-estar na cultura, de Freud. Tradução de Carmen Lucia MontechiValladares de Oliveira e Caterina Koltai. São Paulo: Escuta, 2002
- Redican, Bede. Subject teachers under stress. In: OZGA, Jenny. Schoolwork approaches to the labour process of teaching. Philadelphia, USA: Open University Press. 1988, p. 146 – 158.
- REIS, Maria Izabel A. dos. O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém do Pará. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.
- Reinhold, Helga Hinkenickel. O burnout. In: LIPP, Marilda Novaes (Org.) O stress do professor. Campinas, SP: Papyrus, 2002
- Roudinesco, E. Por que a psicanálise? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- Rudow, B. (1999). Stress and *burnout* in the teaching profession: european studies, issues, and research perspectives. Em Vanderbergue, R. & Huberman, M. A. (Eds.), *Understanding and preventing teacher burnout: a source book of international practice and research* (pp.38-58). Cambridge: Cambridge University Press.
- Salim, Maria Alayde; Simões, Regina & Tavares, Johelder. Trabalho e saúde do professor. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Schmidt, R.A.; Wrisberg, C.A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998
- Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.
- Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez, 2002.
- Spósito, Marília Pontes. (Des)encontros entre os jovens e a escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.
- Valerien, Jean. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. São Paulo: Cortez; (Paris) UNESCO/ Brasília. Ministério da Educação e Cultura, 2001.
- Veiga, Cynthia Greive. História da educação. São Paulo: Ática, 2007.
- Veiga-Neto, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa. V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ATIVIDADES LÚDICAS NO PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM: A VIVÊNCIA LÚDICA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA MARANHÃO – BRASIL

RECREATIONAL ACTIVITIES IN THE TEACHING - LEARNING PROCESS: THE PLAYFUL EXPERIENCE IN THE SCHOOLS OF THE PUBLIC SCHOOL NETWORK IN THE MUNICIPALITY OF ALCÂNTARA MARANHÃO – BRAZIL

Cibele Coelho Santos Pavão ¹

Darlene Coêlho Rodrigues ²

Walquíria de Lourdes Costa ³

RESUMO

A partir de leituras e discussões a respeito da importância da atividade lúdica como ferramenta pedagógica na educação para criança em idade escolar, este artigo buscou identificar a atividade lúdica no contexto escolar, assim como o seu emprego como ferramenta de ensino nas unidades escolares do Ensino Fundamental I do 1º ao 2º ano das séries iniciais. Neste aspecto, fez-se indispensável ponderar como a ludicidade intervém no processo de ensino e aprendizagem, averiguando a seriedade dos jogos na educação e no desenvolvimento dos educandos nas séries iniciais do Ensino Fundamental I no município de Alcântara, no Estado do Maranhão. Pretende-se com este questionamento averiguar as seguintes indagações: Como se dá o aprendizado através do lúdico no processo de alfabetização para a criança? Quais os métodos pedagógicos ou técnicas utilizadas para trabalhar o lúdico em sala de aula? Quais os entraves encontrados pelos docentes no que tange a prática do lúdico no contexto das escolas públicas? Buscou-se, inicialmente, levantar embasamento teórico que demonstrasse a eficiência do lúdico na metodologia de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento cognitivo, físico e social da criança. Coletou-se dados da prática escolar em três escolas públicas, investigando a presença da ludicidade em sala de aula. Analisou-se os dados por meio de questionário fechado entregue aos educadores no intuito de fundamentar o referencial teórico, as discussões e analisar sobre a existência ou não do lúdico na prática pedagógica dos docentes observados. Esta pesquisa permitiu trazer à tona a discussão sobre as informações da realidade escolar, sob a luz do material teórico investigado, onde se verificou que o corpo docente compreende e busca aproveitar o lúdico no espaço da sala de aula, entretanto, falta material e estímulo das instâncias superiores com relação a essa rica ferramenta. Dessa forma, o referido estudo permitiu refletir acerca da formação dos educadores, para desenvolver conteúdos e estratégias mais agradáveis ao educando, objetivando uma participação efetiva no processo educacional de forma interessante, criativa e crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade. Lúdico. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

Based on readings and discussions about the importance of playful activity as a pedagogical tool in education for school-age children, this article sought to identify the playful activity in the school context, as well as its use as a teaching tool in the elementary school units of Elementary School I from the 1st to the 2nd grade of the initial grades. In this respect, it was indispensable to consider how the lucidity intervenes in the teaching and learning process, ascertaining the seriousness of the games in the education and development of the students in the initial grades of Elementary School I in the municipality of Alcântara, in the State of Maranhão. It is intended with this question to investigate the following questions: How does learning take place through play in the literacy process for the child? What pedagogical or technical methods are used to work the play in the classroom? What are the obstacles found by teachers regarding the practice of play in the context of public schools? Initially, we sought to raise a theoretical basis that demonstrated the efficiency of play in teaching and learning methodology, in the cognitive, physical and social development of the child. Data from school practice were collected in three public schools, investigating the presence of lucidity in the classroom. Data were analyzed through a closed questionnaire delivered to educators in order to support the theoretical framework, discussions and analysis about the existence or not of play in the pedagogical practice of the observed teachers. This research allowed to bring up the discussion about the information of the school reality, in the light of the theoretical material investigated, where it was verified that the faculty understands and seeks to take advantage of the playful in the classroom space, however, lack material and stimulus of the higher offices in relation to this rich tool. Thus, this study allowed us to reflect on the education of educators, to develop contents and strategies more pleasant to the student, aiming at an effective participation in the educational process in an interesting, creative and critical way.

KEYWORDS: Activity. Ludic. Teaching. Apprenticeship.

¹Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** cicicoelho80@gmail.com.

²Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** darlybidhu@hotmail.com.

³Acadêmica do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** walquiria.lourdes@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

De acordo com os professores que trabalham inteiramente com os estudantes, a falta de interesse dos mesmos pela atividade escolar é interpretada como uma dificuldade que carece de ser superada. Por mais que haja um esforço entre os docentes, estes não conseguem despertar em seus alunos o entusiasmo para o estudo. Na procura de resposta sobre como proporcionar aos estudantes um ensino prazeroso, essa pesquisa procurou levantar ocorrências sobre o emprego de jogos e brincadeiras como atividades lúdicas, utilizadas como métodos pedagógicos visando à melhoria no processo de ensino-aprendizagem e como está sendo empregado na prática educacional nas escolas públicas do município de Alcântara Maranhão Brasil, para que a aprendizagem se torne mais ativa e prazerosa.

Verifica-se que as ferramentas lúdicas, tais como jogos, brinquedos, brincadeiras e a música podem ser usados na educação de crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental I, pois inúmeras podem ser as vantagens do uso dessas ferramentas no ensino e no aprendizado. É nessa época que as crianças podem começar a usar as coisas ao seu redor para formar sua percepção do mundo, desenvolvendo sua criatividade e capacidade de solução de problemas de forma natural.

A pesquisa se faz importante no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental I no alcance em que os profissionais que trabalham na educação são capazes de investigar a melhor forma de conduzir o aprendizado de crianças, conduzindo o ensino eficientemente e fazendo com que o aprendizado se torne divertido e efetivo por meio de brincadeiras, jogos e da música.

Desta forma, é indispensável refletir sobre a importância do lúdico, de como os jogos e brincadeiras são proficientes na composição do cognitivo infantil mediante provocações consistentes na construção da sua aprendizagem. Nesta perspectiva, faz-se necessário analisar como o lúdico interfere no procedimento de

ensino e aprendizagem, investigando a seriedade dos jogos na educação e no desenvolvimento dos alunos nas séries iniciais do 1º ao 2º ano do Ensino Fundamental I, no município de Alcântara, no Estado do Maranhão.

REVISÃO DA LITERATURA

Para fundamentar teoricamente esta pesquisa teve-se como referências alguns autores na área da Educação. Dentre eles, é mencionado: Benjamin (1984) e Louro (2008) apresentando um pouco da conjuntura histórica do brincar; Negrine (1994) e Friedmann (1996); Fortuna (2001 e 2006) que surgem com os subsídios do lúdico para a metodologia de aprendizagem infantil; bem como outros colaboradores que fornecem suas investigações a respeito de como o brincar, a brincadeira e o jogo é visto nas constituições sociais e as ajudas do mesmo para a educação. Machado (1998) emite às indagações sobre o lúdico e o imaginário infantil, modificando assim suas vivências. Por fim, é considerado as ideias de Santin (1999 e 2001) que discursa sobre suas indagações com afinidade as definições da expressão lúdico e o valor para a infância.

Justificando este esboço, a pesquisa tende de colaborar com outros mentores, evidenciando o quanto intensamente o lúdico no contexto escolar pode determinar o desenvolvimento de aptidões como: autonomia, colaboração, descoberta e entendimento, pois o brincar é um instrumento de aprendizado e parte do método educacional da criança.

MÉTODO

Esse artigo foi estruturado para explanar o conjunto de estratégias metodológicas dispostas, a partir dos objetivos traçados no que tange analisar como o lúdico interfere no processo de ensino e aprendizagem, verificando a importância dos jogos na educação e no desenvolvimento dos alunos nas séries

iniciais do Ensino Fundamental I, mais precisamente 1º e 2º anos no município de Alcântara, na região metropolitana de São Luís - MA, que auxiliaram na averiguação do problema exposto. Apresentam-se as investigações adotadas neste estudo, tendo em conta o método, o enfoque, as ferramentas de coleta de dados, de análise e interpretação dos resultados.

A investigação tem como finalidade analisar as informações coletadas, tendo como eixo principal as brincadeiras e os jogos como ferramentas na metodologia de aprendizagem nas séries iniciais do ciclo de alfabetização em três escolas públicas do município de Alcântara, estado do Maranhão, Brasil, sendo estas: Escola Municipal Governador Newton de Barros Bello, Unidade Integrada Presidente John Kennedy e Escola Municipal Senador Archer. Nesse ponto de vista foi possível analisar o uso de brincadeiras e jogos como ferramentas de mediação no exercício pedagógico em classe de alfabetização, assim como identificar a maneira e as práticas lúdicas empregadas pelo educador alfabetizador com afinidade ao uso de jogos e brincadeiras no dia-a-dia escolar, observando de que modo o educador alfabetizador aproveita jogos e brincadeiras como intercessores na organização dos afazeres pedagógicos. Desta forma optou-se por desenvolver uma pesquisa empírica, com característica descritiva e abordagem qualitativa.

Para Yin (1989) deste modo, tendo em vista acatar aos objetivos indicados, o presente estudo é qualitativo do gênero Estudo de Caso Múltiplo, já que é o método mais acertado para responder as questões "como" e "por que" que são questões explicativas e versam de relações operacionais.

A preferência pelo emprego do estudo de caso múltiplo se deu por se abordar uma pesquisa de campo, onde abrange o cotidiano escolar como o lócus da pesquisa e designadamente a observação do exercício lúdico das educadoras do 1º e 2º ano, ensino fundamental, o que nos permitiu imergir em questões particulares do método destas educadoras e,

ao mesmo tempo, constatar tais realidades diante das suas complexidades.

Respondendo a nossas demandas, várias informações foram adquiridas em diferentes ocasiões com as educadoras da alfabetização. Para abranger o emprego de jogos e brincadeiras como ferramentas para a aprendizagem significativa, o caminho vencido foi coesivo e expressivo de acordo com os objetivos aqui citados.

Para a concretização da pesquisa foram empregues as seguintes ferramentas: uma entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica e com professoras das três escolas selecionadas, também foi realizada observações em sala de aula, sendo desenvolvida em cada escola com professoras alfabetizadoras do 1º e 2º ano do ensino fundamental I.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A definição dos objetivos se manifestou em consequência da problemática investigada e os possíveis resultados observados no município de Alcântara no Estado do Maranhão, objeto de estudo desta pesquisa, onde foram visitadas três escolas da rede municipal de ensino no intuito de analisar os métodos, planejamentos, o fazer docente e principalmente as implicações observadas no desenvolvimento cognitivo dos alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental I. Assim, Vygotsky (2004) comenta que a possibilidade de percepção da utilização dos jogos e brincadeiras em sala de aula proporcionando a interação entre os alunos, constatando que o brincar não é apenas uma atividade natural da criança e sim uma aprendizagem social.

A escolha de procedimento se deu devido a problemática sentida diante do contexto lúdico para a melhoria do ensino e aprendizagem no cenário educacional brasileiro atual e as possíveis buscas de

respostas ao fenômeno investigado. Os resultados alcançados tiveram características fiéis com os dados que o investigador desconhecia, porém quisesse conhecê-los, por isso, esta investigação tem um caráter qualitativo e quantitativo através dos resultados encontrados.

A investigação foi pautada em entrevistas semiestruturadas, cuja finalidade foi buscar maior interação com o entrevistado buscando esclarecer os problemas levantados pela observação realizada em sala de aula, com o propósito de contextualizar o fenômeno, explicitar sua historicidade e fazer complemento das informações levantadas por outras fontes.

Na perspectiva de integrar um conjunto de técnicas complementares no processo de análise de dados, prevê-se o tratamento das informações prestadas através das entrevistas, das observações, além dos documentos internos das escolas que possam nos ajudar a ter uma base de dados que nos possibilite uma descrição verdadeira do material coletado. Foi realizada a análise de conteúdo com o propósito de perceber a conclusão dos dados pesquisados. Destaca-se que a análise de dados será feita para atender aos objetivos do estudo, buscando confirmar ou refutar os pressupostos da pesquisa, os quais se constituirão durante todo o processo de investigação, com vistas à elaboração do relatório final.

Optou-se pela composição dos elementos de coleta de informações para a pesquisa conforme os instrumentos abaixo:

- a) Entrevista com as professoras;
- b) Entrevista com as coordenadoras pedagógicas; e
- c) Observações em sala de aula.

Esses instrumentos permitiram a análise dos dados, por meio do processo de indução analítica, estabelecendo o elo entre as anotações, diário de campo e as asserções estabelecidas.

O sucesso de uma pesquisa está amarrado inteiramente aos seus instrumentos de coleta de dados. Uma investigação, mesmo com um planejamento acertado, pode não alcançar seus objetivos se as informações necessárias para análise não puderem ser adquiridas, ou se forem equívocas ou sem credibilidade.

As técnicas e os métodos de coleta das informações e dados qualitativos abrangem considerações sobre uma grande multiplicidade de aspectos, tais como confiabilidade e validação. Para atingir esses objetivos, nesta pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenadora pedagógica dos segmentos observados e professores de cada turma, registros de diário de campo nas observações e em sala de aula.

Para definir o número de professores para compor a amostra, considerou-se o número de escolas que oferecem Ensino Fundamental I no município de Alcântara no Estado do Maranhão. Deste modo foi observado o número de professores ligados a turmas do 1º ao 2º ano do Ensino Fundamental das escolas selecionadas para realização da pesquisa.

Como critério de seleção das escolas, optou-se na escolha de escolas que tivessem suas notas no Ideb entre as cinco mais bem avaliadas, portanto não buscou-se definir sua localização e nem sua área de atividade (Rural/Urbana).

Deste modo, optou-se por desenvolver a pesquisa nas escolas que estariam mais ranqueadas no município, onde levantou-se como hipótese que suas notas estariam ligadas aos métodos de ensino e aprendizagem, sendo as técnicas lúdicas esse diferencial.

Ao todo, foram entrevistados 4 (quatro) professoras, todas maiores de 18 anos de idade. O tamanho reduzido da amostra justifica-se pelo tempo limitado para a realização da pesquisa e o número reduzido de docentes da rede pública para o ensino do 1º ao 2º ano, assim como o quantitativo exíguo de salas das séries supracitadas.

A concretização das entrevistas semi-diretivas efetivou-se através do registo em áudio e posteriormente procedeu-se à sua transcrição, de modo a serem confirmadas as respostas e devidamente validadas, onde os entrevistados, num momento posterior, fizeram a revisão textual com sua confirmação de resposta.

É admirável avigorar que estas entrevistas apresentaram como principal objetivo caracterizar o ponto de vista dos pesquisados sobre as buscas do melhor modelo de gestão utilizado pela escola e ferramentas de apoio baseando nos dados.

Percebe-se por intermédio das entrevistas que as professoras têm consciência que as práticas lúdicas são importantes para o processo de ensino e aprendizagem, pois, aceitam de forma pedagógica que as crianças aprendem mais rápido a partir da inserção de jogos e brincadeiras no conteúdo escolar, tornando o aprender um momento de prazer.

Observa-se que todos os professores demonstram consciência da importância das práticas lúdicas ao processo ensino-aprendizagem. O grupo de professores com concepções similares sobre as práticas lúdicas condiz com a fala de Vygotsky (1998) que versa sobre esse assunto considerando que o brincar é uma zona de desenvolvimento proximal por excelência, onde a atividade lúdica é caracterizada como instrumento para aquisição de novas formas de compreensão da realidade, favorecendo o desenvolvimento integral da criança em vários sentidos. Ressalta que com a atividade lúdica a criança se apropria do que ainda não conhece, construindo sua identidade, determinando o seu espaço social e ultrapassando os limites da proposta das atividades.

Quanto à relação da formação acadêmica dos professores e a atuação profissional com foco as práticas lúdicas no 1º e 2º anos do ensino fundamental I, os mesmos relataram que os novos conhecimentos foram conquistados com a interação entre os colegas de trabalho, socializando as experiências e

convivências diante do ensino e o conhecimento lúdico, e assim, adquirindo experiência profissional e não somente, o tempo de formação acadêmica.

Desta maneira, evidencia-se que os professores entrevistados, conforme seus relatos, utilizam-se de atividades que auxiliam o aluno no enfrentamento dos seus sentimentos, a lidar com as suas frustrações, satisfazer os seus desejos e encarar os desafios da vida com segurança.

Constata-se na resposta dos professores entrevistados, características semelhantes nas técnicas executadas no que diz respeito às práticas lúdicas. Partindo desse pressuposto, cabe o entendimento de que o professor precisa sempre buscar meios para inovar e incentivar a construção do conhecimento pelo aluno, deixando de lado a concepção de uma aprendizagem mecânica e avançando para práticas com informações significativas. Desta forma, acredita-se que o lúdico é de extrema importância para a melhoria do ensino e para a dinâmica das aulas, pois, promove um resultado expressivo que acontece gradualmente e naturalmente, consolidando-se como forte aliado à prática pedagógica.

Os professores precisam buscar aperfeiçoamento e informações suficientes para implantar ou programar novos instrumentos e técnicas que serão utilizadas como reforço durante as aulas, permitindo com que o conteúdo trabalhado se torne mais atrativo e interessante, incentivando a curiosidade dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe reflexões relevantes à inserção de atividades lúdicas no cotidiano escolar para alunos dos anos iniciais no ensino fundamental, da mesma maneira que proporcionou uma compreensão quanto à importância de incorporar o lúdico no âmbito escolar (dentro e fora de sala de aula). No entanto, a prática do lúdico deve ocorrer com objetivos

estabelecidos no intuito de alcançar o desenvolvimento integral do aluno.

O presente artigo possibilitará aos docentes uma reflexão concreta sobre a necessidade das práticas lúdicas como instrumento de aprendizagem, também, nos espaços externos à sala de aula, demonstrando que momentos como esses são favoráveis ao desenvolvimento das relações interpessoais, sociabilidade, avanço no cognitivo do aluno e da psicomotricidade, aspectos estes que colaboram para a aquisição de uma aprendizagem significativa, eficiente e prazerosa.

Também, analisou-se a influência do trabalho com o lúdico no que tange a sua relação com os índices apresentados pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que aponta as três escolas pesquisadas como as que apresentam melhor qualidade do aprendizado no município, pois, salienta-se que o lúdico deve fazer parte do desenvolvimento do aluno, visto que garante o contato direto com a sua cultura.

Portanto, ao analisar os resultados positivos da ludicidade para o desenvolvimento da criança, percebeu-se a necessidade de enfatizar que não basta conhecer o conceito do que é lúdico, é imprescindível planejar as atividades de acordo com a série, faixa etária da criança, meio ao qual está inserido, experiências anteriores, nível cognitivo, com objetivos claros, com o propósito de resultados satisfatórios, onde o aluno consiga resolver situações problemas, dificuldades do dia a dia, necessidades básicas, oferecendo um contexto educativo envolvente e interessante, cheio de significados para o aluno.

Outro ponto a se destacar é que ao desejar que o lúdico seja incorporado de forma consciente nos anos iniciais do ensino fundamental como premissa para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, é necessário que a gestão municipal de Alcântara - MA oportunize aos docentes capacitações e formações continuadas, principalmente às escolas localizadas na

zona rural do município, motivando a iniciativa das professoras dessas escolas que mesmo com algumas dificuldades por meios próprios e as vezes de maneira aleatória se utilizam de jogos e brincadeiras para incrementar suas aulas.

Considera-se, portanto, que esta pesquisa proporcionou repercussões significantes no âmbito educacional, no que tange a possibilitar à pesquisadora um olhar mais amplo na rotina escolar, além de provocar conhecimentos e auxiliar para a mudança da realidade das escolas pesquisadas, estimulando a prática do lúdico no contexto educativo.

Isto posto, os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados plenamente, pois, o que foi apresentado servirá como orientação para outros estudos relacionados às práticas lúdicas no contexto educacional, uma vez que está apropriado à realidade educacional da região, logo, ao relatar sobre esses direcionamentos espera-se estar colaborando para um melhor esclarecimento da importância da atividade lúdica para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, por compreender que o professor e a escola têm a função de encontrar novos meios de transmitir o conhecimento, transformando as condutas tradicionais em metodologias inovadoras que valorizem atividades lúdicas na educação, pois, somente desta forma poderemos atingir uma educação exitosa e que realmente esteja relacionada com a necessidade do aluno.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Anne. Ludicidade como instrumento pedagógico. Disponível em: <http://>. Acesso: 13 set. 2019.
- Almeida, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 2013.
- Almeida, Paulo Nunes. Educação Lúdica - Técnicas e Jogos Pedagógicos. 11 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

- Alves, F. D. Branchin, A. Lúdico, infância e educação escolar: (desencontros). Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, v. 4, n. 2, p. 144- 164, nov. 2010.
- Antunes, C. Novas Maneiras de Ensinar- Novas formas de Aprender. Rio de Janeiro: Artmed,2002.
- Antunes, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. 8. ed. Petrópolis: Vozes,1998.
- Antunes, Celso. Jogos para estimulação das múltiplas inteligências. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2013.
- Arribas, Teresa Lleixa. Educação Infantil: Desenvolvimento, Currículo e Organização Escolar. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- Aurélio, B. H. Minidicionário da Língua Portuguesa. RJ: Nova Fronteira, 1993.
- Bacelar, Vera Lúcia da Encarnação. Ludicidade e educação infantil. Salvador: EDUFBA, 2009.
- Bayer, Esther; Keback, Patrícia (Org.). Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- Benevenuti A.; Hofmann A.A, Brazil F., Marques I., Santo Agostinho 2009. O Lúdico na prática Pedagógica. Curitiba: Inter Saberes. 210p.
- Benjamin, W. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Bogdan, Roberto C.; Biklen, Knopp Sari. Investigação qualitativa em Educação. Portugal: Porto Editora, 1994.
- Bortoni-Ricardo, Stella Maris; Sousa, Maria Alice Fernandes de. Andaimos e Pistas de contextualização – Um estudo do processo interacional em uma sala de alfabetização. In: TACCA, Maria Carmem Villela Rosa (Org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Alínea, 2006, p. 167- 179.
- Brasil. Conselho Federal de Educação. Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- Brasil. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF,1998.
- Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Brasília: 1961.
- Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília: 1971.
- Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- Brougère, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 2001. 110p. (Metodologia / didática / prática)
- Castro, B. J. Costa, P. C. F. Contribuições de um jogo didático para o processo de ensino e aprendizagem de Química no Ensino Fundamental segundo o contexto da Aprendizagem Significativa. Revista Eletrônica de Investigação em Educação em Ciências, v. 6, n. 2, p. 25-36, dez. 2011.
- Chateau, J.; O Jogo e a Criança. Guido de Almeida, São Paulo, Summus Editora, 1987.
- Cordazzo, S. T. D. Vieira, M. L. A Brincadeira e suas Implicações nos Processos de Aprendizagem e de Desenvolvimento. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 92-104, abr. 2007.
- Cunha, Nylse Helena. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. São Paulo: Matese, 1994.
- Fortuna, T. R. Jogo em aula: recurso permite repensar as relações de ensino-aprendizagem. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 19, n. 75, p. 15-19, jul./set. 2003.
- Fortuna, Tânia Ramos. O Jogo e a Educação: uma experiência na formação do educador. IN: SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.) Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- Fortuna, Tânia. Ramos. Faz de conta na escola: a importância do brincar. Revista Pátio Educação Infantil-março de 2006, edição 3 n. 1.
- Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Friedmann, A. Brincar crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.
- Ignachewski, Ildamara. O lúdico na formação do educador. In. ROSA, Adriana (Coord). Lúdico e alfabetização. Curitiba: Juruá, 2001.
- Kaam, D. S. Rubio, J. A. S. A Importância do Jogo na Prática Psicopedagógica. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 4, n. 1, p. 1-12. 2013.
- Kishimoto, T. M. (Org.) *Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação*, 13ª Ed. São Paulo: Cortez,2011.

- Kishimoto, T. M. (Org.) *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- Kishimoto, Tisuko Morchida. Froebela concepção de jogo infantil. In: KISHIMOTO, Tisuko Morchida (Org.) *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Ed. Pioneira & Ed. Thomson Learning, 2006.
- Kishimoto, Tizuko M. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- Kishimoto, Tizuko Morchida. *Jogos Tradicionais Infantis*. São Paulo: Editora Vozes, 1993. Kishimoto, Tisuko Morchida. *O Brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 2002.
- Leontiev, Alexis. *Psicologia e Pedagogia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- Libâneo, José Carlos. *Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos*. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- Lopes, K. R., Mendes, R. P. Faria, V. L. B. de. *Livro de estudo*. Brasília:
- Lopes, Maria da Glória. *Jogos na educação: criar, fazer, jogar*. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- Lopes, Maria da Glória. *Jogos na educação: criar, fazer, jogar*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Louro, Viviane dos Santos. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São Paulo: Do Ponto, 2008.
- Luckesi, Cipriano C. *Educação, Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras: uma Proposta Pedagógica a partir da Biossíntese*. Ludopedagogia, Salvador, BA: UFBA/ FAGED/PPGE, v. 1, p. 9-42, 2007.
- Luckesi, Cipriano C. *Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna*. Salvador, 2002a. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2019.
- Luckesi, Cipriano Carlos. *Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese*. Salvador, BA: Gepel, 2000.
- Macedo, Lino de, Petty, Ana Lúcia Sicoli, PASSOS, Norimar Christe. *Aprender com jogos e situações problemas*. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005.
- Machado, Lilian Sodrê. *A importância dos pais na constituição da subjetividade da criança: 1º infância*. Itabuna-Ba: IMES/FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências, 1998.
- Marcellino, N. C. *Pedagogia da animação*. 2. edição, Campinas, São Paulo- SP, Editora Papirus, 1997.
- Masetto, Marcos. Behreus. Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- Matos, M. M. *O Lúdico na Formação do Educador: Contribuições na Educação Infantil*. Cairuem Revista, v. 2, n. 2, p. 133-142, jan. 2013.
- MEC/SEB/SEED, 2005 (Coleção Proinfantil; unidade 5).
- Negrine, A. *Aprendizagem e desenvolvimento infantil: simbolismo e jogo*. Porto Alegre: Prodil, 1994. v. 1
- Negrine, Airton. *O lúdico no contexto da vida humana: da primeira infância à terceira idade*. IN: SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org). *Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- Oliveira, C.; Dias, A. *A Criança e a Importância do Lúdico na Educação*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. v. 13.n.2 p. 113-128. 2017.
- Olivier, Giovanina Gomes de Freitas. *Lúdico na escola: entre a obrigação e o prazer*. In: *Lúdico, educação e educação física*. Org. Nelson Carvalho Marcelino. 2. ed. Ijuí: Ed: Unijuí, 2003, p. 15-23.
- Pereira, Jane E. *A importância do lúdico na formação de educadores: uma pesquisa na ação do Museu da Educação e do Brinquedo - MEB*. 2005. 248 f.
- Pinho, L. M. V. Spada, A. C. M. *A Importância das brincadeiras e Jogos na Educação Infantil*. Revista Científica de Pedagogia, v. 5, n. 10, p. 1-5. 2007.
- Pinto, C.L.; Tavares, H.M. *O lúdico na aprendizagem: apreender e aprender*. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, jan./jun. 2010.
- Pinto, Marly. *Formação e Aprendizagem no Espaço Lúdico*. 2ª ed. São Paulo: Arte e Ciências, 2003. 123 P.
- Postman, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1999.
- Queiroz, Norma Lucia Neris de; MACIEL, Diva Maria Moraes Albuquerque; Branco, Ângela Uchôa. *Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista*. 2006.
- Rau, M.C.T.D. *A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica*. 20 ed. Curitiba. Ibpex, 2007. 164 p.
- Rizzi, L. & Haydt, C. R.; *Atividades lúdicas na Educação da Criança*; São Paulo: ed. Ática; 7ª edição, 2007.

- Rocha. M. S. P. M. L. et al. Brincadeiras no Ensino Fundamental: pistas para a formação de professoras . Educação Real. Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 213-231, jan./abr. 2012.
- Rolim, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Revista Humanidades, v. 22, p. 176-180, 2008.
- Sacchetto, K. K. et al. O Ambiente Lúdico como Fator Motivacional na Aprendizagem Escolar. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v.11, n.1, p. 28- 36. 2011.
- Salomão, Hérica Aparecida Souza. MARTINI, Marilaine. JORDÃO, Ana Paula Martinez. A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. Disponível em: Acesso em: 22 nov. 2019.
- Santin, Silvino, Educação Física: Da alegria do lúdico à opressão de rendimento. Porto Alegre: 2001.
- Santin, Silvino. Educação física: da opressão do rendimento à alegria do lúdico. Porto Alegre: Edições EST/ESEF-UFRGS, 1994.
- Santin, Silvio. Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento. Porto Alegre, RS: ESEF – UFRGS, 1999.
- Santos, Élia Amaral do Carmo ; JESUS, Basiliano do Carmo de. O lúdico no processo ensino- aprendizagem. 2012. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/elia.pdf acesso em 07 de outubro de 2019.
- Santos, S. M. P. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores. Rio de Janeiro: vozes,2011.
- Santos, Santa Marli Pires dos. Brinquedoteca – o lúdico em diferentes contextos; São Paulo: ed. Vozes; 4a edição, 1997.
- Santos, Santa Marli Pires dos. O lúdico na formação do educador. 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2006.
- Silva, C. C. B. O lugar do brinquedo e jogo nas escolas especiais de educação infantil. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, USP, São Paulo,2003. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18092003-175503/> Acesso em: 11/2011
- Silveira, Marcia C. da. Atividades lúdicas e a matemática.In Ulbra - Universidade Luterana do Brasil (org.). O lúdico na prática pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2009.p.113-129.
- Teixeira, Carlos E.J. A ludicidade na escola. São Paulo: ed. Loyola, 1995.
- Veiga, Ilma P. e Davila, Cristina (Cajs). Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, P. 13-21, 2008.
- Velasco, Cacilda Gonçalves. Brincar, o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
- Vygotsky, L. S. A Formação Social da Mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda.,1998.
- Vygotsky, L. S. A formação social da mente. 7 ed. In: COLE, Michael; JOHNSTEINER, Vera; SCRIBNER, Sylvia e SOUBERMAN, Ellen. (orgs). Trad. José CipollaNeto, Luiz Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Yin, Robert K. - Case Study Research - Design and Methods. Sage Publications Inc., USA, 1989.

A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PARTICULAR DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON HIGHER EDUCATION STUDENTS: STUDY AT A PRIVATE UNIVERSITY IN SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Nelson Soares da Silva Neto ¹
Greice Lanna Sampaio do Nascimento ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as influências das mídias sociais no ensino superior. Elas possuem vantagens e desvantagens; sendo assim a pesquisa tem como problemática: analisar os impactos causado pelas mídias sociais aos universitários da instituição pesquisada. Referente à metodologia: o método dedutivo, a abordagem do problema quantitativo; trata-se de uma pesquisa aplicada e o seu objetivo é descritivo. A amostra é composta por 624 alunos, e teve como retorno de 333 alunos. O resultado da pesquisa confirma a hipótese que as mídias influenciam os alunos, e na visão dos alunos pesquisados, ela contribui de forma positiva com o aprendizado deles. Porém, é importante que seja feito planejamento unindo-o a um método de ensino. A maior parte dos alunos participantes da pesquisa, fazem uso das mídias para compartilhamento de materiais, busca de informação e comunicação. Este artigo é um recorte da dissertação A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: Estudo em uma Universidade Particular da Cidade de São Luís - Maranhão – Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Influência, Mídias Sociais.

ABSTRACT

This academic work aims to analyze the influences of social media in higher education. They have advantages and disadvantages; therefore, the research has as a problem: to analyze the impacts caused by social media to university students of the researched institution. Regarding the methodology: the deductive method, the approach to the quantitative problem; it is an applied research and its objective is descriptive. The sample consists of 624 students, and 333 students returned. The research result confirms the hypothesis that the media influence students, and in the view of the researched students, it contributes positively to their learning. However, it is important that planning is done, linking it to a teaching method. Most of the students participating in the research make use of the media to share materials, search for information and communication. This article is an excerpt from the dissertation THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON HIGHER EDUCATION EDUCATION: Study at a Private University in the City of São Luís - Maranhão - Brazil.

KEYWORDS: Teaching. Influence. Social media.

¹Mestre em Ciência da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** nsoares3@gmail.com.

²Mestre em Ciência da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** greicelannasamp.fis@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

É percebido a velocidade que a informação é difundida hoje numa proporção em que nunca existiu. Hoje em questão de minutos situações que acontece no outro lado do mundo rapidamente estão sendo difundidas nos outros locais ao redor do mundo, é sabido que as tecnologias são construídas e pensadas para benefícios de todos, e para facilitar o cotidiano das pessoas.

A globalização integrada a essa tecnologia vem afetando a todos, pois gera uma grande integração de povos, culturas e compartilhamento de informações, e essa integração também ocorre entre os jovens, assim sendo, a educação não tem como ficar de fora, pois o rápido acesso à informação, faz com que muitos jovens usem as tecnologias para entender sobre determinados temas.

Tem um dado que chama atenção em que o psiquiatra e escritor Augusto Cury comenta ao G1 (2015), que antigamente as informações dobrava em um período de a cada 200 anos, e hoje é dobrado a cada ano; uma criança de 7 anos tem mais acesso à informação do que o Imperador Romano no auge do seu império. E ainda vai além em seu comentário, que uma criança entre 9 e 10 anos tem mais dados do que Platão teve em toda a sua vida. Com isso há de se ter uma noção do tanto de informação que circula hoje no mundo.

Analisando hoje os estudantes nas escolas, ou nas instituições de ensino superior, perceberá a quantidade de jovens usando tecnologias como celulares, tablet, notebook, etc, conectados à internet, fazendo uso das mais diversas funcionalidades do aparelho. E muitos deles acabam não aproveitando os momentos de convívio social com demais estudantes, pois estão “dentro” dos seus parelhos, conversando com pessoas mais distantes e se esquecendo dos que estão ao lado.

É inegável que esse desenvolvimento tecnológico facilitou, e até criou possibilidades, como de visitar e frequentar cursos com profissionais especialistas, onde

antes só estavam disponíveis nos grandes centros. Hoje uma pessoa pode navegar na internet no celular, ter aulas em uma instituição de renome mundial, e isso através do ensino a distância (EaD), ou ensino híbrido. Dessa forma, o EaD tem democratizando o ensino superior, chegando em áreas remotas onde não há estrutura necessária para iniciar uma universidade presencial conforme as exigências do órgão regulador. Alguns cursos já estão construindo laboratórios com prática virtual, aproveitando a tecnologia para facilitar o aprendizado prático e reduzir possíveis riscos.

Sempre haverá necessidade de aprimorar as tecnologias e seu uso no ensino, mas isso, já é tão certo que já encontram gigantes das áreas de tecnologias adentrando no mercado de educação, como Google e Microsoft, que têm desenvolvido há algum tempo programas específicos para Educação. Desde sites para pesquisa como exemplo Google Education, como mídia social própria como Google Classroom e o Teams da Microsoft, isso sem comentar as diversas ferramentas que podem e devem ser utilizadas para facilitar o processo de educação.

Conforme discorrido e conhecimento de todos que as mídias sociais possuem vantagens e desvantagens o presente trabalho tem como problemática da pesquisa analisar os impactos causado pelas mídias sociais aos universitários da instituição pesquisada. E seu objetivo geral é analisar as influências das mídias sociais no ensino superior. E sua hipótese que as mídias sociais influencia os alunos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os subtópicos subsequentes vem compor sobre as principais publicações da temática abordada neste trabalho, tendo temas: A educação e as mídias sociais, a influência da mídia social na educação, as mídias sociais no processo de aprendizagem.

A EDUCAÇÃO E AS MÍDIAS SOCIAIS.

Os autores Rivoltella e Fantim (2012); comentam que nas últimas décadas aumentaram o envolvimento no processo de Educação com a Comunicação, pois essas áreas estão cada vez mais juntado forças e impulsionando o conhecimento dessas áreas. Já existem diversas discussões sobre uso da tecnologia na educação como um todo, em outras palavras tanto dentro como fora da sala de aula. Fazendo com que docente se utilizem da tecnologia midiática como uma ferramenta pedagógica, e assim fazendo com que os estudantes despertem um maior interesse nos mais variados assuntos, tendo como preocupação uma melhor formação para o aluno.

Para Mostafa e Soares (2002) possuem a mesma compreensão de que o processo de comunicação como sendo um espaço que envolve a educação. Porém Soares (2002) argumenta que os conceitos de mídia-educação e comunicação educacional são diferentes, o autor refere-se a dois paradigmas diferentes e traz a definição de educação no modelo tradicional, mas a comunicação educacional vincula os dois. Mídia, tecnologia para educação, então são conceitos diferentes. Entendem que Mídia-Educação em sua origem científica, é uma combinação das duas palavras conhecimento de áreas diferentes, implicando assim que a palavra Educação remete à ideia de que nos tornamos um novo ramo, e não apenas uma aglomeração de palavras. Portanto, é compreensível que essas duas expressões (Mídia-Educação e Educomunicação) tenham o mesmo propósito de integrar as mídias em benefício da educação, da colaboração no processo educacional, e de fazer com que o aluno esteja no centro do processo, seja: produzindo recurso, utilizando, aprendendo sozinho, ou com auxílio de ferramentas, o importante é obter maiores ganhos no processo de educação e comunicação.

Segundo os autores MONDINI et al. (2012); PEREIRA e BORGES (2012) As instituições de ensino superior estão começando a usar as mídias sociais digitais como forma de publicidade com o objetivo de

melhorar a forma como se conectam e comunicam com os alunos, ou seja potenciais clientes e, claro; manter contato com aqueles que já concluíram os cursos. Esse uso das mídias no ensino superior cria a possibilidade de maior engajamento com os alunos, obtenção de dados importantes, e principalmente com baixo custo, o que facilita a implementação de estratégias de planejamento e marketing do ensino superior.

Porém as autoras SÁ e MORAIS (2018) esclarecem que usar mídia e educação são antagônicos pois se torna difícil e fácil, entende-se ser fácil por tratar de parte da vivência do processo de comunicação e do sistema cultural e educacional, e de certa forma, torna-se difícil justamente pela sua diversidade de visões sobre o tema em questão, onde há uma grande diferença de opinião.

CUNHA (2020) traz em sua reportagem sobre o tema das mídias sociais, e vem esclarecer o que para muitos consideram como uma perda de tempo ou mesmo distração, porém ele esclarece que a grande maioria desconhece a informação de que as mídias sociais tem potencializado o ensino, e cita: “Estudos de casos têm mostrado que as mídias sociais são capazes de ajudar os estudantes - já que elas estão se tornando o "habitat" deles - de forma flexível e interativa; que é um dos objetivos principais da educação”, no entendimento do autor, o aluno saber como aproveitar as mídias poderá ser uma fonte de grande ajuda aos estudos.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Para um melhor entendimento deste subtópicos se traz a definição de influência conforme FERREIRA (2010), ela, vem do Latim *influentia*, significando: “1. Ato ou efeito de influir; influxo. 2. Capacidade, ou poder, que a pessoa ou coisa tem de interferir no comportamento, no desenvolvimento, na vida de outra. 3. Autoridade intelectual ou moral que pessoa ou coisa exerce sobre outra” FERREIRA (2010, p. 425), em outras palavras seguindo o entendimento dele, seria o ato de influenciar algo ou alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Outro ponto importante é compreender a influência da mídia social na sociedade e cita-se autoras ALVARENGA, DUNKER, PHILIPPI e SCAGLIUSI (2010):

A influência ou efeito da mídia seria o modo pelo qual os meios de comunicação em massa afetam o comportamento e o pensamento da sua audiência. A mídia de massa tem um papel crucial na formação e reflexão da opinião pública, reproduzindo a autoimagem da sociedade. Acredita-se que ela pode influenciar valores, normas e padrões estéticos incorporados pela sociedade moderna. A mídia de massa é um transmissor e reforçador dos ideais sociais corporais. (ALVARENGA, DUNKER, PHILIPPI e SCAGLIUSI, 2010, p. 112).

Neste entendimento compreende que a influência seria a maneira como as mídias modificam os pensamentos e comportamento da sociedade.

Para LIMA S.D. comenta em sua matéria, que muitas instituições de ensino “blog em geral”, e a mesma possui uma grande influência nos estudantes e nas diversas formas como moda a vida deles como: escolha da profissão, estilo de vida, e até posicionamento sobre questões polêmicas. O autor ainda comenta que essas interações sociais oferecem vastas oportunidades de aprendizagem junto aos estudantes, pois num mundo onde se conectar é tão importante, é de suma necessidade a vivência das tecnologias na educação.

CUNHA (2020) vem explicar sobre as influências positivas e negativas no uso das mídias sociais, tem como alguns impactos negativos: que uma boa parte dos estudantes ainda não aprenderam a como lidar com a grande quantidade de informações que surgem. Muitos ainda erram quando trazem como tudo que leem na internet fosse verdade, falta o olhar crítico. Outro ponto são o excesso de redes sociais onde se torna até arriscado o mau uso delas, as pessoas acabam deixando de interagir com o mundo real e isso compromete a capacidade de comunicação; ainda há situações em que muitos não tem a preocupação de fazer os filtros necessários, ou mesmo pensarem antes de fazer

determinada postagem, compartilhamento ou comentários.

Ainda Cunha (2020) há impactos positivos, como o aumento da interação, a possibilidade de colaborar com produções de conhecimentos, a interação dentro da internet pode desenvolver que o aluno raciocine de uma maneira mais rápida; a mesma favorece com a criatividade, onde as pessoas demonstram os seus talentos. Sem falar sobre a grande quantidade de recursos que podem ajudar e contribuir com a construção de suas produções. Há também a possibilidade de fazer uso das ferramentas e de programas que geram uma maior qualidade de vida.

Para LEMOS (2012) esclarece que a educação precisa chegar aonde os alunos estão, e cita sobre a grande quantidade de pessoas que já fazem uso das mídias sociais; onde eles criam grupo de estudos, projetos, pesquisas. O autor complementa que existem grandes possibilidades educacionais nas mídias, visto que elas deixam os alunos entusiasmados para interagir com outras pessoas, e o que menos se vê nas salas de aula são alunos entusiasmados, por isso o ensino precisa evoluir nesse aspecto.

AS MÍDIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

CELESTINO, et. al. (2019) traz em sua publicação que a pluralidade e crescente adesão das pessoas nas mais diversas mídias sociais faz com que a sociedade caminhe para uma tendência educacional. Onde os processos de comunicação estão se baseando em interação e práticas colaborativas, para o autor onde cita ainda outros autores como (DEWEY, 2010 e VELASCO, 2015) que comentam sobre a perspectivas das plataformas e das mídias digitais como WhatsApp, Facebook e o YouTube tem contribuído de forma relevante para ensino com práticas inovadoras.

Para as autoras CARNIELLO; RODRIGUES; MORAES (2010) os estudantes da era digital muitas vezes estão de frente para o computador e fazendo diversas

atribuições como (navegando na Internet, comunicando-se com amigos online em chats, realizando pesquisas em sites de buscas, baixando ou assistindo vídeos, ouvindo músicas, jogando e interagindo com outros amigos virtuais), ainda abriu o livro na página de tarefas, com a TV ligada e com celular próximo. Para as pessoas que não são nativos, é difícil acreditar que o aluno consegue obter conhecimento com tantas atividades simultâneas, mas acredite, é dessa maneira que eles conseguem aprender! Pesquisas já demonstraram que a monotonia ou a exigência de focar em uma única coisa, leva precisamente ao efeito de dispersão e desinteresse deles.

SANTOS e CARVALHO (2020) explana que são evidentes as potencialidades das mídias sociais e a sua importância no processo de aprendizagem. Porém elas sozinhas não são capazes de serem aplicadas de forma coerente no processo de educação, mas com metodologias adequadas, desenvolvendo habilidades, motivando, gerando criatividade, autonomia, construção do conhecimento em si.

Ainda SANTOS e CARVALHO (2020) tiveram a percepção que cada vez mais os jovens estão usando as mídias sociais, e se tornando comum que docentes também utilizem as ferramentas com a finalidade de trazer conteúdos curriculares. Comentam que os diversos recursos disponíveis por uma das mídias como TikTok, abre uma grande possibilidade de uso para fins educacionais, e isso contribui no despertar do interesse dos estudantes, pois traz uma vivência do dia a dia.

Os educadores precisam compreender a mudança dos alunos em relação as gerações passadas, não foi só uma mudança de estilo, mas sim uma descontinuidade, como cita PRENSKY (2001):

Os alunos de hoje não mudaram apenas em termos de avanço em relação aos do passado, nem simplesmente mudaram suas gírias, roupas, enfeites corporais, ou estilos, como aconteceu entre as gerações anteriores. Aconteceu uma grande descontinuidade. Alguém pode até chamá-

la de apenas uma “singularidade” – um evento no qual as coisas são tão mudadas que não há volta. Esta então chamada de “singularidade” é a chegada e a rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX. (PRENSKY, 2001, p. 1).

Esses alunos da singularidade cresceram numa nova realidade onde todo o seu contexto está cercado por tecnologias, recursos, ferramentas, mídias sociais, é a era digital. Por isso se torna importante que o processo de educação acompanhe essas mudanças.

MÉTODO

Para compreensão sobre a metodologia do trabalho, precisa entender o conceito trazido por BARROS (2007), que a metodologia teve sua origem no grego e trata da ciência associada a Filosofia do conhecimento, na prática serve para apreciação dos métodos e técnicas que a pesquisa realizou.

Nesta pesquisa vai ser aplicada conforme os estudos de Mascarenhas, segundo as bases lógicas da investigação, compreende ser aplicado o método dedutivo, pois a pesquisa se tratou de um estudo geral para entender algo mais específico, sendo assim tendo o entendimento sobre o geral irá satisfazer o resultado. No que se trata da abordagem do problema trazida por KNECHTEL (2014, p. 106) será quantitativa onde “interpretada as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos”.

Sobre propósito da pesquisa é aplicada pois de acordo com MASCARENHAS (2012) analisa do problema dentro de um contexto buscando saídas para as indagações que estão dentro desse ambiente específico. Ainda MASCARENHAS (2012) esclarece que quanto aos objetivos esse trabalho se trata ser descritiva pois tem a estrutura de levantar informações, sobre os procedimentos técnicos ela é bibliográfica e estudo de caso este por se tratar de uma reflexão do tema abordado e descrever de maneira profunda a pesquisa

em questão, e aquele por fazer uso de pesquisa de livros, artigos, publicações.

Sobre o lócus da pesquisa foi realizado em uma Universidade privada de São Luís do Maranhão, uma das mais conceituadas do Estado tendo mais de 35 anos e atuação, atualmente três campus, mais de 29 cursos, dentre esses cursos foram selecionados três cursos sendo selecionados disciplinas que entende que teriam mais relevância na aplicação sobre o tema em questão. Os cursos foram Administração, Comunicação Social: Publicidade e Propaganda e Jornalismo, foi aplicado na mesma disciplina e em dois turnos.

Referente coleta e análise da pesquisa foi se utilizado de técnicas de pesquisa bibliográfica e de campo e como instrumento de aplicação de questionários, onde para tabulação fez uso da ferramenta do Google Docs.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi aplicada no período de 18 a 29 de novembro de 2019, logo após o período das avaliações do segundo bimestre, onde compreende que os alunos estariam mais seguros em responder, pois já teria passado todo o estresse das avaliações, foi dividido em duas etapas: dados demográficos e em sequência dados que responda a questão problema do trabalho.

Abaixo a tabela sobre aplicação aos alunos dos cursos, tendo o total e quantitativo aplicado e informação por sexo, gerando um percentual entre eles.

TABELA 1: Dados dos entrevistados

ENTREVISTADOS	QUANT.	SEXO MASC.	SEXO FEM.
ALUNOS: Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	212	118	94
ALUNOS: Jornalismo	152	67	85
ALUNO: Administração	260	110	150
TOTAL	624	295	329
	100%	47,27%	52,73%

Nota: do Autor

Tendo como dados do MEC no Brasil verificasse que os dados sobre alunos matriculados por sexo têm-se 55,6% feminino e 44,4% masculino, dados próximo conforme a pesquisa aplicada.

A segunda questão foi referente a faixa etária, conforme tabela a seguir.

TABELA 2: Faixa de Idade

Dados total (333)	N. total (333)	%
até 20 anos	113	33,90%
de 21 a 25 anos	160	48,10%
de 26 a 30 anos	36	10,80%
de 31 a 35 anos	15	4,50%
de 36 a 40 anos	6	1,80%
de 41 a 45 anos	1	0,30%
acima de 46 anos	2	0,60%

Nota: próprio autor.

Esses dados chamam atenção em comparação com os dados do IBGE em matéria vinculada no G1 (2018), mostra que em 2017, 88% do acesso a internet no Brasil era composto pela faixa etária entre 18 a 24 anos, dados esse que fazem parte da maior parte dos estudantes que participaram da pesquisa.

A terceira pergunta foi referente a se o discente trabalhava.

TABELA 3: Trabalha

Dados total (333)	N. total (333)	%
Sim	191	57,40%
Não	142	42,60%

Nota: próprio autor.

Precisa comparar esses dados com a realidade dos estudantes no país, e conforme dados do IBGE (2018) 27,6% dos jovens de 18 a 29 anos no Brasil estudam e trabalham, dados que na IES são maiores, visto que

57,40% dos estudantes que participaram da pesquisa estudam e trabalham.

Na 4 e 5, o discente foi questionado sobre o acesso a internet e qual a forma que utilizar para acessar internet.

TABELA 4: **Acessa a internet?**

Dados total (333)	N. total (406)	%
Casa	123	30,30%
Trabalho	5	1,23%
Faculdade	72	17,73%
Todos	206	50,74%

Nota: próprio autor.

TABELA 5: **Acessa a Internet mais pelo?**

Dados total (333)	N. total (333)	%
Celular	297	89,20%
Computador Notebook	34	10,20%
Tablet	2	0,60%

Nota: próprio autor.

Conforme os dados 30,30% acessam somente de casa, 1,23% do trabalho e 17,73% na IES e de todos os locais são 50,74%, esses dados acabam sendo baixos se comparado que no Brasil 74,9% dos lares possuem internet. Outra informação relevante que maior parte dos estudantes acessam a internet pelo celular, dados esse que se confirmam no Brasil, visto que a maioria dos acessos na internet são realizadas pelo celular.

A sexta pergunta foi questionar se o discente tinha conhecimento sobre mídia social.

TABELA 6: **Tenho conhecimento das mídias sociais**

Dados total (333)	N. total (333)	%
Sim	328	98,50%
Não	5	1,50%

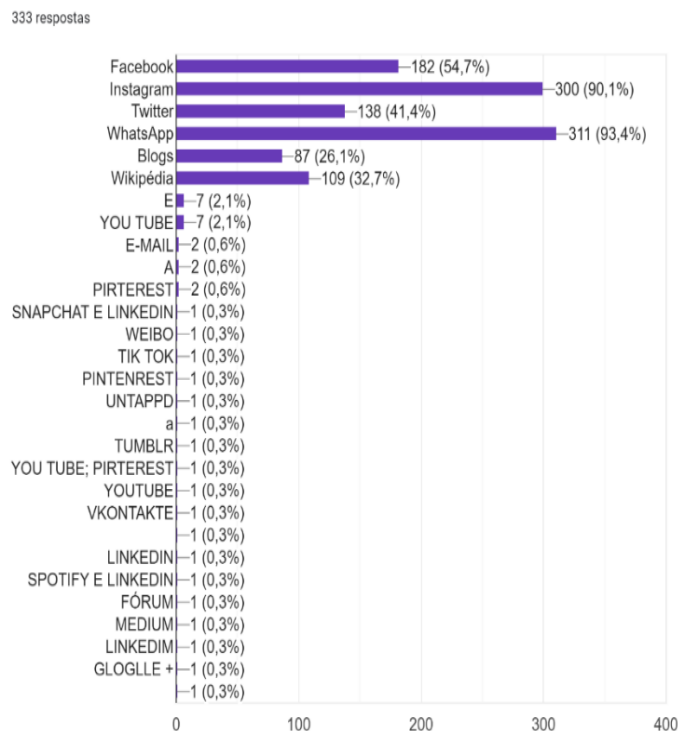
Nota: próprio autor.

Conforme dados recolhidos a maioria 98,50% dos pesquisados responderam terem conhecimento do que

se trata ser mídias sociais. E BARWINSKI (2018) esclarece que as mídias sociais tiveram seu início com os manuscritos (pergaminhos) da realeza, que eram lidos em praça pública, até a explosão com a implementação da internet. No entendimento de COSTA (2017), a mídia social é um novo modelo utilizado para comunicação com a massa.

As duas perguntas subsequentes (sétima e oitava) tratam sobre quais são as mídias sociais mais utilizadas, nesta pergunta o pesquisado poderia selecionar mais de uma opção.

FIGURA 1. **Faço uso da(s) mídia(s) social(is).**



Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Conforme os dados recolhidos percebe que os alunos mais fazem uso das ferramentas WhatsApp, Instagram, Facebook, Twiter, Wikipédia, Blogs, YouTube... . Verificando a reportagem. As dez redes sociais mais utilizadas no Brasil e no mundo em 2021 por VOLPATO (2021), essa classificação se modifica, sendo a primeira rede mais utilizada Facebook, , segunda You Tube, terceira WhatsApp, quarta Instagram, etc.

A tabela a seguir se trata do que os discentes realizam nas mídias utilizadas acima e tem os dados:

TABELA 7: Uso as mídias mais para

Dados total (333)	N. total (492)	%
Comunicação	119	24,19%
Entretenimento	108	21,96%
Estudo	89	18,09%
Todos	174	35,37%
Não uso	0	0,00%
Jogos	1	0,20%
Compra	1	0,20%

Nota: próprio autor.

Tratando os dados da tabela acima percebe-se que os 119 (24,1%) alunos usam as mídias para comunicação, 108, ou 21,96%, para Entretenimento: para Estudos se teve 89 ou 18,09%. Os que utilizam para todas as opções são 174 alunos, ou 35,37%, para Jogos e Compra, 1 (0,20%) para cada, analisando de forma separada, as mídias acabam sendo mais utilizadas para entretenimento do que para os estudo.

Foi questionado na nona pergunta o tempo médio que eles ficam conectados na internet, e outra, décima pergunta desse tempo médio quantos são dedicados aos estudos.

TABELA 8: O tempo médio em que fico conectado na internet e dedicados aos estudos.

Dados total (333)	Conectado na Internet	%	Dedicado aos estudos	%
1 hora/dia	11	3,30%	123	36,94%
2 horas/dia	27	8,10%	117	35,13%
3 horas/dia	33	9,90%	67	20,12%
4 horas/dia	57	17,10%	21	6,31%
mais de 5 horas/dia	205	61,60%	5	1,50%

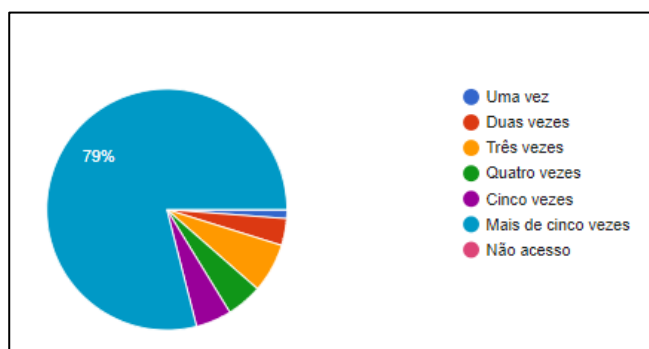
Nota: próprio autor.

Verifica-se que 61,60% dos alunos ficam mais de cinco horas conectados na internet, porém quando se tratar conectado para estudo, somente 1,5% ficam estudando esse período, DEARO (2011) realizou uma pesquisa e teve como retorno que os alunos ficam em

média de 1 a 5 horas fazendo uso do Facebook, e detectou que aqueles que fazem uso do YouTube para estudos, consegue aumentar sua nota em meio ponto.

Nas perguntas décima primeira, décima segunda e décima terceira trata sobre os acessos dos discentes as mídias sociais, sendo quantas vezes acessa mídia social, quantidade de acessos nas mídias para estudo e quantas vezes acessa em sala de aula, respectivamente.

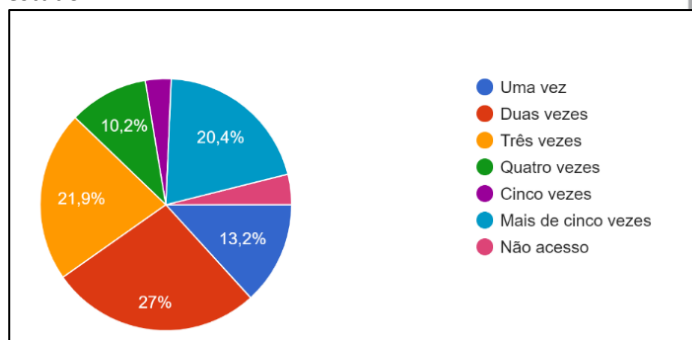
FIGURA 2. Quantas vezes por dia acessa as mídias sociais?



Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Conforme a leitura dos dados tem-se que 79% dos entrevistados acessam mais e cinco vezes por dia as mídias sociais. Quando esse dado se refere a estudos em mídias sociais percebe uma redução dessa quantidade de acessos cai em 20,4%, conforme figura 3, e quando se trata do uso em sala de aula percentual reduz ainda mais para 12,6%, conforme figura 4.

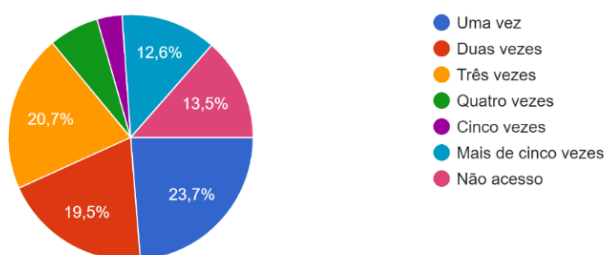
FIGURA 3. Quantas vezes acessa a mídia social para estudo.



Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Os dados demonstram que 3,9% (treze entrevistados) não fazem uso das mídias sociais para estudo, percentual esse um pouco maior aos 1,5% (cinco) dos entrevistados que não sabiam o que era mídia social. E esse acesso é importante pois conforme ressalta GAGNÉ (1971, p. 247) “são componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”.

FIGURA 4. Quantas vezes você acessa a mídia na sala de aula para apoio as aulas.



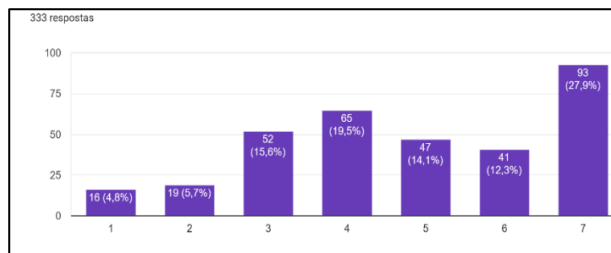
Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Quando o questionamento do uso da mídia em sala de aula para estudo, teve como retorno que 63,9%, ou seja 213 alunos, acessam de uma a três vezes; os que acessam quatro ou mais vezes são 22,5%, e 13,5% preferem não acessar mídia em sala de aula, número bem maior aos 3,9% dos que não fazem uso das mídias para estudos.

A partir da próxima pergunta, foi pensado no uso da escala de Linkert, onde se faz uso da afirmação e tem a intenção de verificar através do grau de concordância o retorno do entrevistado. Sendo quanto mais próximo de um discorda totalmente com afirmativa e mais próximo de sete concorda totalmente com afirmativa.

Na décima quarta afirmativa se trata “evito utilizar mídia sociais quando estudo, para evitar distração”.

Figura 5. Evito utilizar mídias sociais quando estudo, para evitar distração.

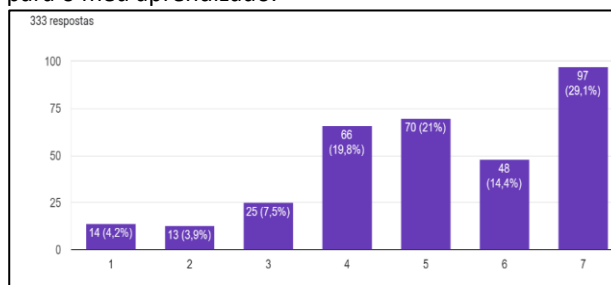


Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Com análise dos dados tem que 26,1% (selecionaram 1 a 3) discordam com afirmação, ou seja fazem uso das mídias para estudo; 19,5% são indiferentes, e 54,3% concordam com afirmação que acaba se distraindo quando usam as mídias para estudar, porém dos que não usam são 3,9% conforme figura 3, então subtende que aproximadamente 50,4% das pessoas mesmo se distraindo fazem uso das mídias para estudos.

Na décima quinta afirmativa trata se o aluno acredita que o uso das mídias sociais contribui com seu aprendizado.

Figura 6: Acredita-se que uso das mídias sociais contribui para o meu aprendizado.

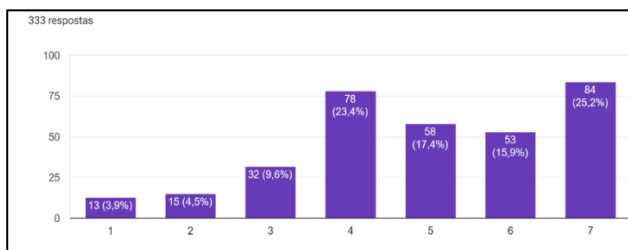


Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Com os dados recolhidos tem-se que 15,6% acredita que uso da mídia não contribuiu com seu aprendizado, para 19,8% é indiferente, e a maioria 64,5% acreditam que ela contribui para o seu aprendizado. Esse é o mesmo entendimento de FORMENTIN e LEMOS (2011), onde os discentes inseridos nessa realidade virtual não há limites de aprendizagem, e sendo assim o professor não é mais o único detentor da informação, mais sim aquele que dará um direcionamento.

A décima sexta afirmativa versa sobre a utilização das mídias sociais em sala de aula contribui para o enriquecimento da aula.

Figura 7. A utilização das mídias sociais em sala de aula contribui para o enriquecimento da aula.

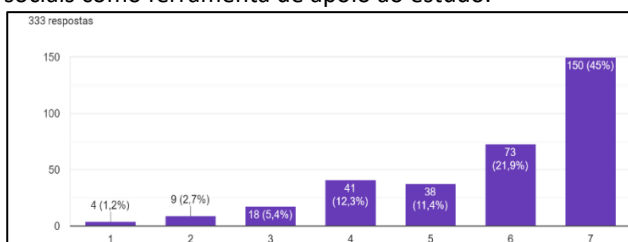


Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Analisando os dados da afirmativa se tem que 18% discordam com ela, 23,4% são indiferentes, e 58,5% concordam com afirmativa onde as mídias enriquece na sala de aula, é o mesmo entendimento de FREIRE (2002) que comenta que o ensino na verdade é uma criação de possibilidades ou em outras palavras construção do conhecimento e não meramente transferência.

Na décima sétima afirma se nas demais disciplinas deveriam utilizar as mídias sociais. Esse questionamento se deve porque a pesquisa realizada aos alunos tinha como base disciplinas específicas pré-selecionadas.

Figura 8. Outras disciplinas deveriam utilizar as mídias sociais como ferramenta de apoio ao estudo.



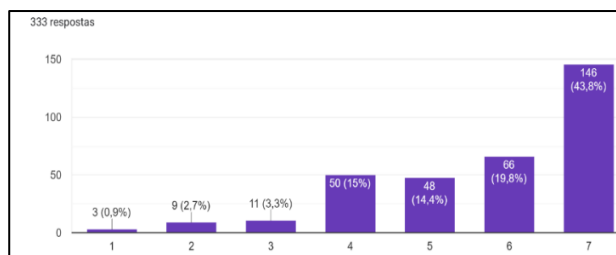
Fonte: próprio autor (Google Doc's).

E sobre o uso das mídias sociais nas outras disciplinas os que discordam são 9,3%, os indiferentes são 12,3%, e maioria ou seja, 78,3% informaram que concordam com afirmativa, e esses dados nos leva a reflexão trazida por GAGNÉ (1971), onde utilização de ferramentas como mídias sociais durante as aulas, são instrumentos de grande aprendizagem para os

estudantes, devido estimular os alunos na aprendizagem.

Na décima oitava afirmativa é para saber se os alunos se identificam com os professores que fazem uso das mídias sociais, e se facilita o estudo o uso delas.

Figura 9. Me identifico com os professores que utilizam as mídias em sua opinião facilita o estudo.



Fonte: próprio autor (Google Doc's).

Conforme os dados encontrados, 6,9% dos pesquisado discordam com afirmativa, 15% são indiferentes com ela, e 78% concordam com afirmação apesar do aumento nos que marcaram indiferentes em relação a pergunta décima sétima, neste caso pode-se entender que na percepção desse percentual, julga importante uso da mídia em sala de aula, porém isso não aumenta sua afinidade com o professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido devido à preocupação com a velocidade com que as tecnologias de comunicação e informação avançam, e junto as diversas possibilidades de aprendizagem. E neste ponto as mídias sociais podem contribuir com essa construção de conhecimento. Podemos concluir que o trabalho atingiu o seu objeto da pesquisa analisar as influências das mídias sociais no ensino superior, isso foi comprovado na décima quinta pergunta onde maior parte dos entrevistados 64,5% confirmam que as mídias sociais contribuem com aprendizado deles.

E referente a problemática que era analisar os impactos causado pelas mídias sociais aos universitários da instituição pesquisada. Teve como resposta pontos

positivos e negativos, como: quantidade de vezes que acessam as mídias onde 79% acessam mais de cinco vezes ao dia, porém para estudo esse dado cai para 20,4%. Onde muitos utilizam de mídias sociais para estudar, porém acabam se distraindo com uso dela. A confirmação dos alunos que ela contribui para a construção do seu aprendizado, e inclusive dentro de sala de aula. Reforça o entendimento que os alunos sugerem que outros professores devam fazer uso das mídias em suas disciplinas.

Percebe-se também que a maior parte dos alunos 78% confirma que se identificam com os professores que fazem uso das mídias sociais, esse entendimento é confirmado por GAGNÉ (1971), pois autor comenta que fazer uso de ferramentas, instrumentos de aprendizagem em sala de aula, trazem grande estímulo aos alunos durante o ensino, analisando essa concepção do autor isso pode trazer maior identificação do aluno com aula desse professor.

A hipótese do trabalho também foi confirmada no referente que a mídia influência aos alunos, mas não podemos deixar de colocar que a utilização das mídias sociais não podem simplesmente serem jogada em sala de aula, ela precisa ser planejada e atrelada a uma metodologia de aprendizagem adequada e que realmente contribua com a construção do conhecimento do aluno.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M.S, DUNKER, K.L.L, PHILIPPI, S.T, SCAGLIUSI, F.B. (2010). **Influência da mídia em universitárias brasileiras de diferentes regiões**. Jornal Brasil Psiquiatria, 59(2), 111-118.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira. (2007). **Fundamentos de metodologia científica**. (3a. Ed.). São paulo: pearson prentice hall.
- BARWINSKI, Luiza. (2019). **A história das mídias sociais: por que é importante conhecer?** – disponível em: <<https://luisabwk.com.br/a-historia-das-midias-sociais/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.
- CARNIELLO, L. B. C.; RODRIGUES, B. M. A. G.; MORAES, M. G. A **relação entre os nativos digitais, jogos eletrônicos e aprendizagem**. In:
- SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3., 2010. Anais... Recife, 2010. Disponível em: <<http://nehte.com.br/simposio/anais/AnaisHipertexto-2010/Luciana-Barbosa-Camiello&Barbara-Alcantara-Gratao&Moema-Gomes&Moraes.pdf>>. Acesso em: 09 de fevereiro 2022.
- CELESTINO, MARCELO SALVADOR et al. **As mídias sociais no contexto da educação superior**. Informática na Educação: teoria & prática, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 210-228, maio./ago. 2019.
- COSTA, Camila Gino Almeida. (2017). **Gestão de mídias sociais**. Curitiba: Intersaberes.
- CUNHA, Renato, **O Impacto das Mídias Sociais na Educação**, Eportal Educação, 2020. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-impacto-das-midias-sociais-na-educacao/17425#>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.
- Dearo, G. (2011). **Mídias sociais influenciam questões acadêmicas**. Disponível em <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/midias-sociais-influenciam-questoes-academicas/>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.
- Em MS, Augusto Cury fala sobre inteligência, sociedade e felicidade. Mato Grosso do Sul G1**, 2015. Disponível em: <[https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/em-ms-augusto-cury-fala-sobre-inteligencia-sociedade-e-felicidade.html#:~:text=%22No%20passado%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,sua%20hist%C3%B3ria%20%5B...%5D](https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/em-ms-augusto-cury-fala-sobre-inteligencia-sociedade-e-felicidade.html#:~:text=%22No%20passado%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,sua%20hist%C3%B3ria%20%5B...%5D>)>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2022.
- FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. (2012). **Cultura digital e formação de professores: uso da mídia, práticas culturais e desafios educativos**. In: Cultura digital e escola: Pesquisa e Formação de professores. Campinas, SP: Papyrus.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (2010). **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** (8a. Ed.). Curitiba: Positivo.
- FREIRE, Paulo. (2002). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. (24 a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- GAGNÉ, R. (1971). **Como se realiza aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. (2014). **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem técnico-prática**. Curitiba: Intersaberes.
- LEMOS, Ronaldo. (2012). **Os desafios do uso das mídias sociais no aprendizado: uma imagem-síntese do futuro da educação**. Revista FGV Online, Rio de Janeiro, 2(2), 10-12.

LIMA, Dionei Ferreira. (S.D.). **Ensino e aprendizagem:** Qual a influência das redes sociais neste processo?. Disponível em: < <https://sae.digital/ensino-e-aprendizagem/>>. Acesso em 8 de fevereiro de 2022.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. (2012). *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.

MONDINI, L. C.; DOMINGUES, M. J. C.; Correia, R. B.; MONDINI, V. E. D. (2012). **Redes sociais digitais:** uma análise de utilização pelas instituições de ensino superior do sistema ACAFE de Santa Catarina. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 11(1), 48- 60.

MORAES, H. J. P.; SÁ, J. B. **Mídia e educação: reflexões, relatos e atuações.** Disponível em: < http://sga.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/428/2018/08/mdia_e_educacao_ju ssara_bittencourt_de_s__revista_querubim.pdf >. Acesso em: 7 de fevereiro de 2022.

MOSTAFA, S. (2002). **Citações epistemológicas no campo da educomunicação.** *Revista Comunicação & Educação*, 3(24), 15-28.

PEREIRA, D. A.; BORGES, M. K. (2012). **Mídias sociais como estratégia de comunicação em uma instituição de ensino:** perspectivas e desafios. *Revista GUAL*, Florianópolis, 5(2), 217-327.

PRENSKY, Marc. (2001). **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais.** NCB University Press, 9(5).

SANTOS, K. E. O.; CARVALHO, A. B. G. (2020). **Mídias Sociais e Educação em Tempos de Pandemia:** o TikTok como suporte aos professores de ensino e aprendizagem. Disponível em: < https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/248135/pdf_1>. Acesso em 8 de fevereiro de 2022.

SOARES, I. (2002). **Gestão comunicativa e educação:** caminhos da educomunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 3(23), 16-25.

VOLPATO, Bruno. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil no mundo em 2021,** com insights e materiais gratuitos. Disponível em < <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2022.

A EDUCAÇÃO INOVADORA SUSTENTÁVEL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**INNOVATIVE SUSTAINABLE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS**Edilson Silva Diniz ¹Fabricio Rigui Botega ²Helen Márcia Ferreira Marques ³**RESUMO**

O dinamismo da educação nestes tempos em que a responsabilidade socioambiental e econômica exige que novas posturas precisem ser adotadas e implementadas por meio de práticas responsáveis, saudáveis e criativas e, posteriormente compartilhadas colabora para um desenvolvimento adequado e comprometido com um desenvolvimento sustentável. Porém, para que isto ocorra, o ato de empreender, aplicando novas metodologias e processos dentro e fora do contexto das organizações, proporciona uma educação diferenciada e preocupada com o futuro das gerações. Assim, o tema abordado neste trabalho tem como base o estudo da Educação Inovadora Sustentável em Instituições de Ensino Superior tendo como objetivo geral apresentar como o conhecimento e aplicação de processos sustentáveis em todos os ambientes de uma instituição de ensino, colaboram para uma educação inovadora e responsável. Diante do estudo realizado que perpassa pela educação inovadora sustentável, fazendo uma abordagem do empreendedorismo sustentável, conceitos gerais de inovação, educação e sustentabilidade procurou-se utilizar uma metodologia que proporcionasse os mais fiéis resultados da análise proposta. Assim, utilizando de aplicação de estudo de caso em uma instituição de ensino superior, procuro-se apresentar os melhores resultados da investigação. Percebeu-se que é necessário um trabalho contínuo de reeducação, utilização de recursos adequados e responsabilmente legais para aplicação em práticas diversas, além de uma nova postura por parte de todos para que assim as práticas empreendedoras possam ser incentivadas, implementadas e aplicadas diariamente nas atividades realizadas por cada um. A integração e comprometimento de todos com o futuro implica na adoção de práticas criativas que levem todos a refletir sobre suas ações e o quanto tudo isto pode impactar e trazer conseqüências para o crescimento e desenvolvimento de uma instituição e seus colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Inovadora; Sustentabilidade; Empreendedorismo; Práticas.

ABSTRACT

The dynamism of education in these times when socio-environmental and economic responsibility requires that new attitudes need to be adopted and implemented through responsible, healthy and creative practices and, subsequently shared, collaborates for an adequate development and committed to sustainable development. However, for this to occur, the act of undertaking, applying new methodologies and processes within and outside the context of organizations, provides a differentiated education concerned with the future of generations. Thus, the topic addressed in this work is based on the study of Sustainable Innovative Education in Higher Education Institutions, with the general objective of presenting how the knowledge and application of sustainable processes in all environments of an educational institution, collaborate for an innovative and sustainable education. responsible. In view of the study carried out that permeates sustainable innovative education, making an approach to sustainable entrepreneurship, general concepts of innovation, education and sustainability, we sought to use a methodology that would provide the most faithful results of the proposed analysis. Thus, using the application of a case study in a higher education institution, we seek to present the best results of the investigation. It was noticed that a continuous work of re-education is necessary, use of adequate and responsibly legal resources for application in different practices, as well as a new attitude on the part of everyone so that entrepreneurial practices can be encouraged, implemented and applied daily in activities performed by each. The integration and commitment of everyone to the future implies the adoption of creative practices that lead everyone to reflect on their actions and how much all this can impact and bring consequences for the growth and development of an institution and its employees.

KEYWORDS: Education; Innovative; Sustainability; Entrepreneurship; practices.

¹Professor Mestre em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: pretodicko@gmail.com

²Professor Mestre em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: ffrighi1979@gmail.com

³Professora Mestra em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: helenmarques427@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um dos propósitos da educação é ofertar saberes e conhecimentos, dando subsídios para que se venha aprender e desenvolver habilidades e competências capazes de auxiliar na elaboração de estratégias e novas atitudes para provocar mudanças nos mais diversos cenários e áreas da vivência de todos.

Por ser assim, a manutenção de metodologias atualizadas, acompanhamento da evolução dos vários ambientes, implantação de tecnologias e adequação de meios de aplicação destes, torna-se constante, prezando, principalmente, pela sustentabilidade que deve ser adequada aos novos e futuros modelos que figuram. Diante disto, a necessidade de fazer com que os envolvidos em todos os conceitos educacionais sejam protagonistas das novas ações, saindo da zona de conforto que muitas vezes os mantém, é um grande desafio.

A educação e o cenário educacional envolvem muito mais que simplesmente professores e alunos, mas sim um conjunto de elementos (pessoas e ambientes), que dão vida e desenvolvem a educação dentro e fora das instituições de ensino.

Então, a utilização do conhecimento, a promoção do engajamento de todos, a percepção de que a responsabilidade deve ser compartilhada e que mudanças e um futuro favorável depende de novas práticas e atitudes de todos os envolvidos, principalmente se forem aplicadas ao ensino/aprendizagem, tudo isto promoverá uma educação inovadora sustentável que deve ser promovida e desenvolvida.

Para tanto o objetivo principal deste artigo é o de apresentar como o conhecimento e aplicação de processos sustentáveis em todos os ambientes de uma instituição de ensino, colaboram para uma educação inovadora e responsável.

Sabendo que o contexto educacional se desenvolve por meio de diferentes atitudes de todos os

atores envolvidos e que o conhecimento aplicado na prática é que promove mudanças reais, o presente artigo justifica-se por demonstrar que a capacitação de todos os profissionais de uma instituição de ensino, colabora para o desenvolvimento de práticas empreendedoras sustentáveis, propiciando novos modelos produtivos e educacionais.

O presente artigo foi desenvolvido com o uso de metodologia de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso, considerando as principais abordagens sobre o assunto, sendo consultados para a elaboração deste, autores diversos, utilizando-se de buscas em sites específicos sobre a temática e bibliografias que trouxeram vários pontos de vistas sob a ótica e o ponto de vista de cada referência utilizada e, levantamento de informações internas em uma instituição de ensino superior para avaliação do contexto sustentável praticado na mesma. Diante do exposto, neste, serão abordadas, a educação inovadora sustentável, conceituando esta e apresentando algumas metodologias que compõem sobre este processo. Também será apresentado o papel empreendedor no desenvolvimento da sustentabilidade organizacional, pois este tem papel fundamental para que venha se implantar uma cultura diferenciada em uma instituição.

A instituição de ensino superior sustentável, com atividades que permeiam esta prática é outro ponto desenvolvido, trazendo pontos importantes que demonstram como a aplicação de novos modelos de produção podem contribuir para a sustentabilidade organizacional. A utilização de indicadores de sustentabilidade aplicados para a gestão na instituição de ensino superior, é primordial para o acompanhamento de resultados e, estes são debatidos sob vários pontos de vista dentro deste trabalho.

Finalmente o empreendedorismo sustentável na educação é apresentado sob o olhar de responsabilidades e como pode ser trabalhado dentro das instituições, com as responsabilidades e

compromissos adequados de cada ator envolvido no processo de desenvolvimento educacional.

EDUCAÇÃO INOVADORA SUSTENTÁVEL

Reunir conceitos educacionais, inovadores e sustentáveis torna-se um desafio emergente para as instituições de ensino, principalmente quando se tem os envolvidos neste processo que precisam ter esta percepção, daí surge a necessidade de se construir novas concepções, novos modelos, para que sejam implantadas novas metodologias de trabalho em todos os processos institucionais.

Assim, torna-se iminente que o conhecimento e análise das atividades elaboradas por todos dentro de uma instituição de ensino, necessitem ser bem conhecidas, pois a adequação e cooperação dos atores possam trazer resultados diferenciados quando da aplicação de novos modelos produtivos. O pensamento coletivo, neste íterim, é fundamental, assim como a inovação e criatividade aplicadas para a busca de novos resultados.

É exatamente aí que a educação irá exercer o papel essencial, pois, esta é o meio para a promoção de mudanças e desenvolvimento de modelos mentais diferenciados capazes de fazer com que se encontrem resultados diferenciados. Inicialmente, a percepção de que algo precisa ser mudado é que faz com que hajam discussões, desperte criticidade e envolvimento nas mais diversas instâncias institucionais. Por isto, fornecer subsídios necessários para o desenvolvimento desta percepção torna-se necessário.

Posteriormente, o engajamento e as responsabilizações devem ser entendidas, porque desta maneira, a aplicação de novos processos venham ser buscados e aprendidos para as futuras tomadas de decisão. Neste meio, a necessidade de tornar a educação e as práticas, inovadoras e criativas, colaboram para o encontro de soluções para os problemas diversos percebidos.

Para que a educação venha ser criativa e inovadora, utilizar e desenvolver metodologias diferenciadas é extremamente importante. Porém para que isto venha ocorrer, antes de mais nada, primeiramente, a avaliação dos processos, dentro do contexto educacional, vem a ser necessário, proporcionando a determinação dos cenários que a instituição está inserida e visando os objetivos a serem alcançados dentro de sua região de atuação. Encontrar novos modelos de gestão e de atuação de todos os colaboradores da educação, primando por responsabilidades socioambientalmente corretas, torna-se uma meta cada vez mais presente no cenário educacional, além da necessidade de se promover uma educação inovadora e criativa para os educandos.

Neste sentido, incentivar, desenvolver e disseminar a utilização de metodologias criativas, que despertem o sentido crítico de todos, tem papel primordial para o desenvolvimento de uma educação inovadora. Assim, implantar processos profissionais adequados, bem como metodologias didático-pedagógicas que despertem para o senso avaliativo, que promovam movimentos de mudanças para que novos cenários sejam criados, saindo de uma zona de conforto, considerando os vários pontos de vista, são providências que, inicialmente fazem parte de uma educação inovadora sustentável.

A consideração de que as várias experiências que todos possuem, devem ser levadas como pontos fundamentais, são importantes para a implantação de novos processos institucionais. O compartilhamento de novas idéias, a colaboração com habilidades diversas, a percepção de interesses, o encorajamento para que responsabilidades sejam assumidas, tudo isto reflete no desenvolvimento e implantação de um novo modelo educacional.

São vários os meios de se promover uma educação criativa e inovadora, seja por meio de metodologias ativas, que são bem vistas pelas instituições, ou com uso de ferramentas e estratégias

diferenciadas aplicadas no trabalho e atividades diárias de todos. A aplicação de novas técnicas, também favorece um melhor desempenho e um trabalho diversificado, interativo e fornece evidências para a promulgação de novas atividades, pois, a criação de uma nova cultura e o aprendizado para desenvolver novas metodologias estão agregadas neste contexto.

A autora Thuinie Daros (2018), afirma que podem ser utilizadas aprendizagens baseadas em problemas, podendo estas serem identificadas pela sigla ABP, em português, ou PBL (Problem based learning), onde estudantes podem iniciar suas primeiras ações identificando um problema existente em qualquer contexto, podendo este ser algo real ou até mesmo ser inventado, simulado para que estes estudantes reunidos em grupos, busquem soluções e apresentem os métodos que serão utilizados para resolvê-los.

A mesma autora também aborda outra metodologia para o desenvolvimento de práticas inovadoras no contexto da educação, vindo esta, ser a aprendizagem que baseia-se em projetos, onde os alunos iniciam a aplicação de metodologia a partir de problemas ou questões que venham desafiá-los, fazendo-os a encontrar soluções, promovendo a integração de mais de uma área de estudo e conhecimento, com métodos adequadamente articulados com interdisciplinaridade, onde o resultado final vem a ser apresentado pela apresentação de algo físico palpável

Ainda segundo a autora, a TBL (Team Based Learning), é outro tipo de aprendizagem baseada em equipes e, pode ser utilizada como uma metodologia inovadora e disseminada dentro dos processos educacionais. Esta proposta traz em seu desenvolvimento os participantes integrados, divididos em grupos, cada um com sua tarefa específica a ser executada na atividade. Esta metodologia incentiva a tomada de decisão, o cumprimento das tarefas passadas, análises diversas, feedbacks, aplicações de conceitos e avaliação, por todos os envolvidos.

Uma outra metodologia que pode ser considerada inovadora e aplicada à educação, é o design thinking, que busca despertar a criatividade e a inovação nas mais diversas atividades, potencializando soluções de variados problemas, por meio de experiências empíricas.

Esta metodologia proporciona a combinação de múltiplas estratégias para o levantamento de fraquezas e a busca por melhorias de diversos processos, fazendo com que todos participem com idéias e opiniões para que assim seja extraído o ponto de vista e a melhor sugestão para ser desenvolvida. É uma metodologia de fácil propagação e disseminação, dentro e fora das instituições e, que pode fornecer boas mudanças em todos os níveis organizacionais.

O trabalho prático também pode ser desenvolvido por meio de metodologias educativas criativas. Exemplo disso pode ser caracterizado pela confecção de protótipos criativos e inovadores como instrumentos novos e diferenciados, diversos artefatos e outras ferramentas e utensílios para solucionar problemas dos mais diversos âmbitos, elaborados com a educação maker ou handson, também conhecido e definido como movimento maker.

O ensino híbrido ou blended learning também pode ser considerado, principalmente diante dos novos cenários, como uma educação inovadora que pode ser sustentável, pois, utilizando de um misto de diversas metodologias divididas e aplicadas com aulas remotas ou com proposta de educação à distância, facilitam o acesso de muitas pessoas à novas tecnologias, preparando novos profissionais aos novos mercados emergentes. Ainda com a utilização de encontros presenciais, diversas atividades podem ser desenvolvidas e relacionadas com a realidade local e regional para a aplicação do aprendizado remoto ou à distância, complementando a proposta da modalidade de ensino.

A utilização da metodologia de ensino híbrido permite que o conhecimento ofertado pelos docentes, venha promover a absorção da aprendizagem e desenvolvimento de habilidades aos discentes,

exatamente no tempo, espaço e adequação de cada um destes e, a utilização de tecnologias promove a percepção da importância dos novos modelos em todas as atividades.

Thuinie Daros (2018), afirma ainda que, uma educação baseada em competência (EBC), vem ser outra metodologia de ensino inovadora que visapromover a formação de profissionais capazes de tomar decisões, considerando suas experiências e sua capacidade de serem críticos e encontrem soluções que tragam intervenções socioambientais no decorrer de suas vidas e de diversas situações desafiadoras, pois, por meio do domínio de determinados assuntos ou com a absorção de certas habilidade, estes poderão demonstrar as maneiras práticas para aplicação de técnicas e modelos de soluções viáveis.

A mesma autora também relata que diante da evolução, mudanças constantes e de um cenário cada vez mais tecnológico, onde a inteligência artificial torna-se uma realidade cada vez mais presente e que vem sendo desenvolvida e utilizada nas mais diversas instâncias, a gamificação ou gamification, é apresentada como metodologia de ensino que visa envolver as mais variadas pessoas e fazê-las sentirem-se engajadas na solução dos mais diversos problemas, combinando atividades organizadas e inspiradas em jogos eletrônicos. Além desta atividade a metodologia da gamificação pode envolver a utilização de vários recursos eletrônicos para seu desenvolvimento, tais como smartphones, tablets, lap tops, entre outros, facilitando a exploração das abordagens necessárias. A gamificação também pode abranger mais que o uso da tecnologia para seu desenvolvimento, oportunizando, a utilização de jogos lúdicos que também podem evidenciar resultados satisfatórios nas mais diversas situações.

O objetivo de promover a aceitação e o engajamento dos estudantes e demais envolvidos no processo educacional de ensino/aprendizagem, tornando-os responsáveis e elementos principais de seu desenvolvimento intelectual, é trazido pela metodologia

da instrução por pares ou ainda chamada de peer instruction. Esta metodologia parte de problemas corriqueiros, conhecidos por todos, ou ainda por situações simuladas que fazem com que os discentes, em um primeiro momento, trabalhando individualmente, deverão encontrar respostas e soluções para tal. Em um segundo momento, em parceria com outros colegas, eles deverão chegar em um consenso para o problema em questão, visto que na etapa anterior, cada um tinha uma opinião e, nesta será necessário apenas uma solução. Desta maneira, por meio deste processo os alunos tem total liberdade para encontrarem soluções e tenham alternativas para apresentar, em um terceiro momento aos demais, e assim disseminar suas novas idéias.

Um outro método considerado criativo para aplicação e desenvolvimento de atividades diversas na educação é o chamado método Stem, que tem sua nomenclatura derivada das palavras em inglês, Science, Technology, Engineering and Mathematics, ou Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, objetivando aos estudantes seu envolvimento, análise, reflexão e tomada de decisão para problemas cotidianos e contemporâneos, tratando-os com interdisciplinaridade e buscando resolvê-los dentro das quatro áreas do conhecimento relatadas. É uma forma que de cada uma das ciências das áreas que compõem este método, possam apresentar percepções e soluções relacionadas.

O visual thinking também é um processo metodológico que propõe a utilização de soluções para problemas existentes ou situações conflitantes, por meio da utilização de imagens ou desenhos, despertando a percepção, a ampliação e a identificação, de maneira mais fácil, pois, supõe-se que algo se tornando visível, proporciona o encontro mais adequado de respostas para tal, trazendo resultados satisfatórios e condizentes com aquilo que se busca.

Então diante dos métodos de ensino/aprendizagem citados, entende-se que os mesmos podem ser utilizados além de apenas uma sala de aula com estudantes dos mais diversos níveis, mas

também que podem utilizados em trabalhos e capacitações diversas com colaboradores de todos os níveis hierárquicos de uma instituição de ensino e, por muitos deles não necessitarem de tantos recursos, pois, são metodologias de fácil assimilação, inovadoras e criativas aplicadas de modo sustentável, com a intermediação de um profissional que facilite o trabalho realizado, nas mais diversas esferas, além de poderem ser disseminadas para outros grupos sociais diversos.

O PAPEL EMPREENDEDOR NO DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO

O ato de empreender diante de um cenário cada vez mais complexo e mutável, torna-se a grande vantagem para as práticas educativas e inovadoras da sociedade contemporânea. Tudo isto porque as alterações dos diversos setores provocam necessidades com o surgimento de novas atividades e funções que até então pareciam ser inexistentes. E empreender com metodologias criativas e inovadoras que não provoquem impactos no meio ambiente, sendo sustentáveis, é o grande diferencial para ganhar destaque e um desenvolvimento responsável e desafiador.

Considerando que empreender dentro do conceito sustentável, a maior dificuldade seja envolver comunidade, gestores e colaboradores, principalmente quando cada elemento possui objetivos e pensamentos transversos que impedem de trabalhar os três pilares que formam a sustentabilidade, os quais são o social, o ambiental e o econômico, a utilização de práticas inovadoras vem ser fundamental.

A ideia de empreender sustentavelmente leva em conta a construção de novas bases na sociedade, preocupando-se com as práticas futuras a serem implantadas nos diversos setores. Só que para que novas bases sejam executadas, a preparação e capacitação, principalmente de líderes, torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas inovadoras sustentáveis.

Por isto, proporcionar o empreendedorismo sustentável por meio da educação inovadora, vem a ser fundamental.

Neste íterim a educação passa a ir além de uma simples finalidade e prática, ela torna-se o ponto principal de partida para o desenvolvimento do empreendedorismo sustentável. Assim, Young e Tilley (2006) colocam empreendedorismo sustentável como sendo formado por três pilares: empreendedorismo ambiental, empreendedorismo social e empreendedorismo econômico.

Cada um destes pilares são vistos e tem influência no cenário socioeconômico ambiental de forma isolada, porém o empreendedorismo sustentável traz um novo pilar que integra os três de maneira sistêmica.

Assim o pilar econômico aparece baseado na definição clássica de empreender com o propósito de iniciar uma atividade e gerar um negócio orientado para o lucro (SCHLANGE, 2007). Isto traz a percepção que esta vem ser uma ideia racional onde o conceito sustentável ou de sobrevivência, busca a manutenção ou ampliação das instituições no mercado.

O pilar social implica a percepção de que a sociologia e a antropologia contribuem para a compreensão do papel do empreendedor na sociedade, em particular na análise das contribuições dos empreendedores para o bem-estar de todos os membros da sociedade (SCHLANGE, 2007). A reflexão em torno desta definição indica que a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável volta-se para o desenvolvimento de meios que sejam acessíveis para a geração de valores para uma comunidade ou sociedade, dando a possibilidade de aumento ou de geração de importantes fatores para as práticas empreendedoras.

O empreendedorismo ambiental ou terceiro pilar, ou ainda o empreendedorismo dito ecológico, tratado por Gibbs (2007), como o empreendedorismo ecologicamente correto aquele que consiste na criação de valor no âmbito ecológico. Schaltegger (2002), por sua vez, argumenta que ecoempreendedores visualizam a

tensão entre suas ideias pessoais e a fronteira econômica e o contexto social como uma fonte de criatividade. Na abordagem sustentável, o empreendedorismo ecológico não opera de maneira isolada, sendo influenciado pelo fator econômico e pela estrutura social, e, em consequência, acaba influenciando estes também (WALLEY; TAYLOR, 2002).

A partir destes pilares então, vem o quarto pilar, responsável por integrar todos os três. É o chamado empreendedorismo sustentável, o qual é apresentado por Isaak (2002) como a dimensão do empreendedorismo sustentável *orientada* para a criação de valores sustentáveis nos mais diversos sentidos. Diante disso, Parrish (2007) coloca que empreendedorismo sustentável é definido como o comportamento inovador de atores isolados, ou organizações no setor público e privado, que estão procurando valores ambientais e sociais como objetivos principais e vantagem competitiva em suas organizações.

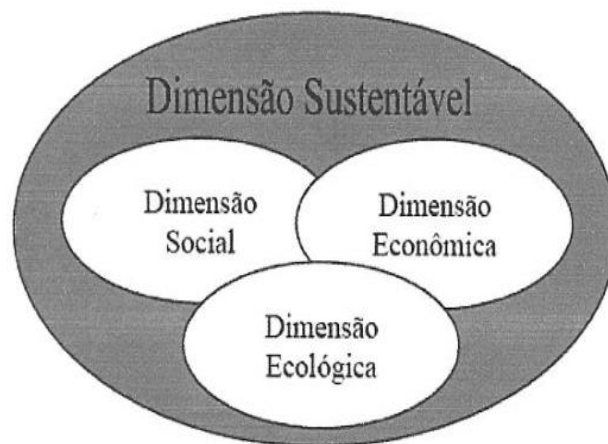
Para tanto, o desenvolvimento do empreendedorismo consiste em sair da zona de conforto, em encarar novas perspectivas e criar, por meio de inovação e criatividade, novas expectativas, desenvolver novas práticas e processos.

Então a prática da inovação é característica essencial para o desenvolvimento do empreendedorismo sustentável e para que este possa ser impulsionado e trazer resultados. A criatividade agregada a inovação devem tornar-se hábitos freqüentes nos processos de desenvolvimento das atividades, para que estes possam ser compartilhados em todos os ambientes organizacionais e cenários institucionais. Desta maneira, a inovação reflete crescimento econômico com proteção ambiental, trabalhando em uma situação ganha-ganha, mesmo operando em um mercado competitivo (PARRISH, 2007).

Tal proposta para a nova abordagem do empreendedorismo sustentável, parte de um modelo empreendedor tradicional que dá origem ao empreendedorismo sustentável, o qual envolve

conceitos, processos e práticas que fazem com que as tarefas desempenhadas por todos os envolvidos, em todas as instâncias organizacionais, agregam novos modelos, nova cultura e proporcionam reflexões que integram os demais pilares da sustentabilidade, conforme figura abaixo.

Figura: Abordagem da Dimensão do empreendedorismo sustentável como conceito de integração



Fonte: Adaptado de Young e Tilley (2006)

Percebe-se na figura que a integração dos três pilares é dada pela dimensão sustentável e que a mesma passa a ser necessária, levando a pensamentos e aplicações de inovação e criatividade no desenvolvimento das habilidades que mantenham um ambiente saudável e que venha proporcionar a utilização de maneira racional dos recursos e elementos do ambiente, com vistas a manter vivas as futuras gerações e tudo que compõe os cenários ecológicos, ambientais, econômicos, sociais e culturais.

Então, o desenvolvimento da sustentabilidade depende exclusivamente das ações e mudanças de hábitos de todos, porém o empreendedor é capaz de fazer com que isto ocorra de forma visionária, chamando a responsabilidade para si e promovendo transformações reais no meio em que vive, integrando a realização de tarefas, criando e disseminando práticas, tornando-se um elemento aglutinador nos vários cenários, favorecendo a inserção de novos e,

responsavelmente adequados, produtos e serviços ao ambiente.

Portanto, cabe aos empreendedores reconhecer, praticar e promover o desenvolvimento das oportunidades, principalmente voltadas para atividades sustentáveis, pois, ainda esta é considerada nova diante de tantas mudanças que afetam diariamente todos os ambientes. Neste contexto a educação é ferramenta essencial para que, cognitivamente, as oportunidades sejam percebidas e relacionadas ao conhecimento das diversas causas de lacunas existentes e passem a ser motivadoras em aproveitá-las para satisfazê-las.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento institucional praticado em uma dimensão sustentável e aplicado no ensino superior envolve práticas e processos para a execução de atividades que incluem, desde uma simples tarefa diária praticada por um colaborador interno, até os demais stakeholders que fazem parte das instituições, além das metodologias de ensino/aprendizagem praticadas pelo corpo docente.

A criação, aplicação e disseminação de práticas e técnicas sustentáveis em todos os processos organizacionais em ambientes cada vez mais competitivos e seletivos torna-se o maior desafio. Por ser um local responsável pelo ensino, orientação e capacitação de futuros profissionais que irão para o mercado e, alguns profissionais que compõem seu quadro de colaboradores serem responsáveis por formarem opinião, estes tem papel fundamental para se tornarem os incentivadores e disseminadores de novas práticas para o mercado.

Clugston e Calder (2000), definem uma Universidade sustentável como sendo aquela que ajuda os alunos a compreender a degradação do ambiente, que os motivam no sentido de procurarem práticas ambientalmente sustentáveis e que ao mesmo tempo sensibilizam para as atuais injustiças.

Percebe-se aí a necessidade de manter um foco e ter uma atenção voltada para a realização de tarefas, utilizando-se de metodologias e recursos que venham promover mudanças de hábitos e que provoquem o menor impacto possível no ambiente. É exatamente neste ponto que o ensino tem papel fundamental, pois, por meio deste é possível se promover mudanças, implantar novas práticas e obtenção de resultados diferentes dos que se tem. A educação é responsável por promover reflexões e influenciar na propagação de novas atitudes.

Diante disto, algumas práticas, facilmente, podem ser trabalhadas e ensinadas no ambiente organizacional, movimentando a todos e fazendo-os sair da zona de conforto que na maioria das vezes os mantém.

Então, a implantação e adequação de conceitos, a definição de processos e colocação em prática de modelos sustentáveis, podem e devem ser executados, por meio de metodologias diversas, podendo vir a ocorrer em níveis diferenciados, onde o primeiro engloba os tomadores de decisões, nas instituições, o segundo, a investigação de soluções diversas para problemas variados, incluindo paradigmas, cultura e valores que venham colaborar para um novo modelo de sociedade sustentável.

O terceiro nível vem compreendendo a operação das atividades realizadas nas instituições, trazendo os modelos práticos de sustentabilidade ao conhecimento de todos e, por fim o quarto nível abrange a coordenação e a comunicação organizacional, envolvendo todos os demais níveis e também a sociedade (LARA, 2012; GAZZONI et al., 2018).

Neste contexto é importantíssimo promover ações que tragam a propagação de práticas e modelos sustentáveis, com ações que podem ser simples, mas que tragam novas posturas diante dos cenários diversos, como por exemplo cursos de extensão e cursos abertos para colaboradores, alunos e comunidade, implantação de programas de capacitação de fornecedores e parceiros, fazendo com que estes participem ativamente

das mudanças planejadas, dentre outros tantos, pois, as instituições de ensino podem sim ser comparadas com pequenos núcleos urbanos, que possuem atividades relacionadas a diversas operações, como bares, cantinas, conveniências, atividades bancárias, livrarias, entre outras, precisando sempre ter uma infraestrutura básica que compreende redes de abastecimento, rede de coleta de resíduos e vias de acesso (TAUCHEN; BRANDLI, 2006).

Para que todas estas ações sejam aplicadas, a existência de compromisso, responsabilidade e quebra de crenças limitantes devem vir acompanhadas de objetivos, monitoramento de resultados, acompanhamento de indicadores e incentivos diários.

Cole (2003) considera que a comunidade de um *campus* sustentável deve actuar de forma a proteger e melhorar a saúde e bem-estar da população e dos ecossistemas.

O relatório de indicadores sustentáveis da Pennsylvania State University (Penn State Green Destiny Council, 2000) trata universidades e faculdades sustentáveis como:

- Uma Universidade cuja perspectiva, a longo prazo para continuar, é boa;
- Uma Universidade cujos valores principais incluem respeito pelos processos naturais, a preocupação de viver dentro dos limites planetários, prestação de contas dos custos totais e responsabilidade cívica;

Dentro desta linha de pensamento, diz-se que é preciso que as instituições venham a implantar e praticar dentro de suas atividades, a integração de ações realizadas no dia a dia com práticas que venham promover sustentabilidade, bem como instruir aos alunos e demais envolvidos nas relações institucionais a serem os grandes responsáveis pela implantação de novas práticas no mercado.

Assim Weber e Machado (2015, p. 5) descrevem quatro formas de contribuição da sustentabilidade socioambiental nas instituições de ensino:

O primeiro é a criação de um coletivo de profissionais e colaboradores que busquem encontrar soluções na caminhada para a ambientalização. O próximo passo é elaborar um programa voltado à educação ambiental e a sustentabilidade, desdobrado em políticas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Para além dos procedimentos formais, é necessário que ocorra a institucionalização informal, estimulando o apoio à educação ambiental em todos os espaços, dentro e fora da instituição. E o último procedimento, trata-se da definição de um território prioritário para a atuação da instituição, de maneira a fomentar um coletivo educador que vise formular e implementar de forma cooperativa um projeto político pedagógico que estimule demandas para suas atividades de ensino pesquisa e extensão.

Desta maneira a sustentabilidade em uma instituição de ensino é possível acontecer desde que haja o engajamento de seu corpo funcional e mantê-lo alinhado com todas as propostas sustentáveis a serem trabalhadas e desenvolvidas, pois, também com a aplicabilidade de novas habilidades, a percepção e o exemplo podem ser seguidos por demais stakeholders ligados à instituição, além de também criar e implantar modelos de cartilhas que possam ser conhecidas por todos, consoante procedimentos metodológicos, uso racional de recursos e procedimentos de disseminação entre todos, dentro e fora do ambiente institucional.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE APLICADOS PARA A GESTÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Todo o modelo de gestão e de implantação de novas práticas deve ser combinado, para o melhor acompanhamento dos resultados almejados, com indicadores que proporcionem a mensuração do que é feito.

Para tanto, utilizar de demonstrativos para identificar parâmetros promove melhor visualização e

facilitam o desfecho de práticas, processos e atividades executadas. Mas para que isto venha ser satisfatório, a escolha dos indicadores é fundamental para a instituição saber o rumo que está seguindo dentro dos objetivos sustentáveis que pretende implantar.

Assim os indicadores utilizados precisam levantar informações das práticas primárias realizadas dentro das instituições de ensino, para que estes possam ser analisados e, definidos os resultados almejados, posteriormente. Também é necessário considerar as atividades secundárias realizadas, para que estas possam contribuir com uma análise adequada do que se pretende alcançar.

O entendimento de que a definição e a implantação dos indicadores organizacionais necessitam considerar os diversos atores envolvidos nas operações, visto que estes que serão complementares ou fundamentais para as mudanças de postura necessárias as mudanças de atitudes e busca da sustentabilidade e, para o alcance de resultados, visto que estes expressam tanto os resultados diretos como indiretos de uma avaliação.

Na abordagem feita por Hammond (1995), o autor trata os indicadores como elementos que podem comunicar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, mas que também podem ser entendidos como recursos capazes de deixar mais perceptíveis uma tendência ou fenômeno, os quais não sejam imediatamente detectáveis.

Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que um indicador deve ser entendido como um parâmetro ou valor derivado de parâmetros que aponta e fornece informações sobre o estado de um fenômeno com uma extensão significativa (OECD, 1993).

Assim, entende-se que para ser representativo, o indicador tem que ser considerado importante tanto por quem toma decisões quanto pelo público (GALLOPIN, 1996), trazendo informações que proporcionem a

tomada de decisão que melhor convir com as determinadas situações que estarão em análise.

Ainda segundo Gallopin (1996), os indicadores mais desejados são aqueles que resumam ou simplifiquem as informações relevantes, fazendo com que certos fenômenos que ocorrem na realidade se tornem mais aparentes; aspecto esse que é particularmente importante na gestão ambiental. Neste contexto considera-se que na área em questão, especificamente, a quantificação e mensuração, bem como a comunicação das várias ações, são primordialmente necessárias.

Tunstall (1992, 1994) descreve as funções dos indicadores devem ser a de avaliar condições e tendências, efetuar comparação entre lugares e situações, avaliar condições e tendências em relação às metas e objetivos, prover informações de advertência e antecipar as condições e tendências. Desta forma a quantificação de informações e o quanto estas vem agregar nos processos são os verdadeiros objetivos dos indicadores, simplificando em dados os mais complexos fenômenos existentes no desenvolvimento das atividades de uma instituição.

Para a abordagem sustentável, os indicadores remetem para adoção de práticas realistas, pertinentes aos conceitos mundiais e processos que propiciem análises detalhadas de como e o que serão avaliados e, dentro de um contexto geográfico, abrangendo esferas nacionais, regionais ou locais, para envolver, definir e disseminar tais respostas mensuradas.

Em relação ao tempo, pode-se considerar longo, médio ou curto prazo, o início das avaliações para implantação de indicadores que permitirão mensurar e promover o acompanhamento dos resultados de todos os envolvidos nos processos, estes podendo ser indivíduos isolados ou grupos específicos definidos.

Outro ponto importante para a implantação de indicadores é a criação ou adoção de padrões que permitam uma melhor visualização das ações executadas. Estes padrões precisam ser elaborados,

abrangendo todos os ambientes institucionais, assim como ter o envolvimento e o engajamento de colaboradores, para que os resultados possam ser colhidos.

Ter ferramentas que facilitem a avaliação passa a ser um elemento complementar para a tomada de decisão advinda dos resultados dos indicadores analisados e que designarão mudanças de hábitos, quebra de tabus internos e externos ao ambiente organizacional. As ferramentas podem ter função analítica e que proporcionem a interpretação de medidas e dados obtidos, podem agregar outras funções como de proporcionar comunicação adequada, podem promover mudanças de posturas e modelos mentais, podem trazer funções de avisos e mobilização para auxílio de gestores, supervisores e demais colaboradores e stakeholders.

Então a percepção de que o uso de indicadores pode contribuir para o desenvolvimento de uma instituição sustentável e trazer informações suficientes para a tomada de decisão que precisam ser tomadas e, que ferramentas podem contribuir para tal fim. Porém, a seleção de indicadores adequados e ligados aos objetivos finais de metas e resultados dentro da instituição precisam estar sistematizados para que dessa maneira possa haver uma mensuração ideal ou mais próxima daquilo que se busca, no caso em questão, o desenvolvimento sustentável nas organizações.

O EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO

As relações socioambientais despertam preocupação cada vez mais evidente, refletindo a necessidade de uma educação com novas metodologias, novas práticas e por meio da utilização do empreendedorismo, disseminar modelos sustentáveis, gerando compromissos e responsabilidades, assim como fazer com que cada um torne-se responsável por disseminar conhecimentos e habilidades para execução de tais.

A implantação de práticas empreendedoras sustentáveis depende da percepção inicial de problemas socioambientais e que estes venham ser trazidos para o cotidiano das pessoas, fazendo-as perceber o quanto são afetadas, diretamente, as relações homens-economia-meio ambientes e, que é necessário ter despertada a criatividade empreendedora para implantar o desenvolvimento sustentável.

Para que a criatividade, o empreendedorismo e a educação sustentável sejam implantadas, os grandes propagadores do conhecimento, formadores de opiniões e colaboradores da formação profissional, são os mestres professores que devem ser os pioneiros das práticas empreendedoras sustentáveis, utilizando interdisciplinaridade, percepção e aquisição de valores envolvidos, pensamento e ideias críticas, promoção de soluções para problemas das mais variadas ordens socioambientais encontradas na comunidade e sociedade local.

Como afirma a própria UNESCO (2005 apud BRONZERI; CUNHA, 2014, p. 10):

A educação para o desenvolvimento sustentável não deve ser vista como ‘uma disciplina a mais’ a ser adicionada a um currículo sobrecarregado, mas como uma abordagem holística ou um planejamento global “de toda a escola”, em que o desenvolvimento sustentável seja visto como um contexto para alcançar os objetivos da educação e não uma prioridade em competição com as demais disciplinas. Considerar Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) como uma linha vermelha que atravessa o percurso do aluno durante todo o sistema educacional – da pré-escola até a educação superior – irá maximizar seu impacto.

Embora que sejam avançadas diversas atividades, envolvendo o despertar empreendedor, ainda existem barreiras que precisam ser superadas, principalmente no que concerne a mudança de atitudes, a saída da zona de conforto, a quebra de paradigmas, a capacidade de

assumir riscos, ter criticidade e sensibilidade para reconhecer oportunidades que venham promover um ensino empreendedor e sustentável.

É preciso, ainda, que seja explorado o empreendedorismo sustentável de maneira interdisciplinar, tornando este uma prática viável em todos os âmbitos durante o processo educacional, seguindo passos na busca de promover o alcance de resultados diferentes e para a manutenção de ambientes saudáveis e passíveis de utilizar adequadamente todos os recursos disponíveis.

Desta forma, percebe-se que a inserção dos conhecimentos concernentes à temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade socioambiental (Educação Ambiental) não envolve só o currículo, mas igualmente as práticas de pesquisa, a extensão e a gestão ambiental do campus universitário, num processo contínuo e dinâmico, que auxiliam na transição das instituições “espaços educadores sustentáveis”. (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014).

Portanto, o ambiente social de ensino e aprendizagem deve impulsionar reflexões, análises, busca de soluções e tomadas de decisão, por meio do empreendedorismo, sendo estas para uma realização pessoal ou para algo maior, fomentando as necessidades do mercado de trabalho, mas despertando uma mentalidade que seja capaz de proporcionar a criação de práticas inovadoras, criativas, detectando oportunidades de crescimento e disseminação de metodologias, produtos, serviços e também educacionais, visando o crescimento, com desenvolvimento, responsabilidade, ética, compromisso e ações como princípios sustentáveis.

METODOLOGIA

Para a realização deste artigo a pesquisa realizada está classificada como qualitativa, não tendo preocupação com a representatividade numérica que compõem as informações, mas sim a capacidade de

produzir e oferecer informações descritivas a respeito do tema, com vistas a resultados confiáveis mediante levantamento das informações junto aos sujeitos implicados no contexto investigado.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Foram identificados dados referentes ao contexto envolvido e as práticas aplicadas no desenvolvimento das atividades internas da instituição, pelo conjunto de colaboradores. Foi respeitado o caráter interativo dos objetivos que se pretende alcançar, as orientações teóricas pesquisadas e os dados empíricos que se tem conhecimento, buscando assim, alcançar os resultados possíveis.

Também classifica-se a pesquisa como exploratória, pois, a mesma propicia e torna mais acessível as informações sobre o problema em questão, visando torná-lo o mais compreensível possível. Com este tipo de pesquisa, procurou-se avaliar algumas teorias já existentes que pudessem ser aplicadas na análise do problema levantado, para que assim estas, possam colaborar com o desenvolvimento de novas teorias e práticas no ambiente da organização.

O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi um estudo de caso, o qual veio proporcionar uma melhor compreensão sobre as atividades executadas dentro da instituição tida como objeto de estudo. De acordo com este método de pesquisa Alves-Mazzotti (2006, p. 640) explanam que, os exemplos mais comuns para esse tipo de estudo são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo (como os casos clínicos descritos por Freud), um pequeno grupo (como o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição (como uma escola, um hospital), um programa (como o Bolsa

Família), ou um evento (a eleição do diretor de uma escola).

Ainda sobre o método utilizado para a realização do trabalho, este foi o dedutivo, porque utilizou-se de uma análise geral como base para sua execução, buscando evidenciar uma gestão favorável socioambientalmente. A escolha deste método deu-se pelo fato do trabalho partir de uma ideia onde o tema proposto, surgiu de uma hipótese explicativa, ou seja, de que práticas responsáveis podem ser aplicadas e outras desenvolvidas, integrando o todo da organização analisada, tendo como ponto de partida, observações baseadas nas práticas atuais de trabalho.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante de um cenário socioambiental onde é preciso ter inserida nas práticas internas de uma organização a definição clara de políticas ambientais e suas responsabilidades, torna-se imprescindível o conhecimento, assimilação e disseminação destas com colaboradores de maneira geral, propagando ações adequadas de otimização no uso de recursos diversos e procurando a preservação de um ambiente saudável e propício para a realização das tarefas diárias.

Então, a necessidade de ter a participação e fazer com que as pessoas se envolvam nos assuntos relacionados ao meio ambiente é que serão capazes de demonstrar resultados futuros, de busca de melhorias e práticas, além do desenvolvimento dos processos empreendedores que podem ser aplicados e compartilhados internamente, na comunidade e na sociedade onde a instituição está inserida. Segundo Rohrich; Cunha (2004), pode-se entender a gestão ambiental como sendo uma ação, podendo ser esta ação de controle, voltadas mais para níveis operacionais, ações imediatas, ou seja, para buscar o cumprimento de normas existentes. Ainda podem ser ações de prevenção, ligadas na elaboração de produtos, serviços ou outros, podendo ser proativas, entendendo que é preciso partir

de todos a criação, a implantação e o controle de métodos para executar as atividades com responsabilidade sustentável.

Envolver, integrar e despertar ações empreendedoras sustentáveis entre todos os colaboradores são essenciais para que novas práticas, métodos e processos para a realização de atividades executadas dentro das funções existentes passem a ter um caráter correto e voltado para a preservação e manutenção de um ambiente saudável, além de serem expandidas no contexto das salas de aula por meio da inter e transdisciplinaridade.

Para tanto, as instituições de ensino são as que podem promover cada vez mais o empreendedorismo voltado ao desenvolvimento sustentável em suas práticas diversas realizadas por todos. Por um lado, porque as organizações apresentam-se como uma ferramenta indispensável ao empreendedor para criação de valor (GARTNER, 1985; KATZ & GARTNER, 1988) e por outro constituem parte essencial da sociedade (MORGAN, 1996).

Assim, vê-se o desenvolvimento sustentável apresentado como foco para o desenvolvimento das sociedades e seus ecossistemas (LUMLEY & ARMSTRONG, 2004). De maneira integrada, conecta-se o empreendedorismo sustentável apresentado como foco de estudo e desenvolvimento para o alcance da sociedade a benefícios sociais e ambientais (AHMED & McQUAID, 2005) por meio da criação e implantação de empresas direcionadas pelo propósito de contribuir para o desenvolvimento ecológico e social do sistema em que vivem (PARRISH, 2008).

Outro ponto importantíssimo é que a abordagem sustentável e com temas voltados e interligados à ela são de suma importância para promover a criação de uma mentalidade diferente e empreendedora, desenvolvendo e aplicando práticas e ações que promovam esta responsabilidade. A mudança de conduta precisa refletir sobre os impactos no meio institucional e introduzir formas de expandir para fora

deste, uma mentalidade empreendedora sustentável. De maneira prática, traduz-se tudo isto como um trabalho que precisa manter uma seqüência e constantemente ser movimentado nas instituições.

Diante disto aborda Andrade, Tachizawa & Carvalho (2004, p. 113).

Entende-se por gestão ambiental um processo contínuo e adaptativo, por meio do qual uma organização define (e redefine) seus objetivos e metas relativas à proteção do ambiente e à saúde e segurança de seus empregados, clientes e comunidade, assim como seleciona as estratégias e meios para atingir tais objetivos em determinado período de tempo, por meio da constante interação com o meio ambiente externo. Para efeito metodológico, propõe-se que esse conceito seja ampliado, com a incorporação das atividades de controle estratégico das variáveis internas e externas, com a utilização, inclusive, de indicadores de gestão, de qualidade e de desempenho. Incluiria, ainda, as decisões de ajuste e realinhamento das ações internas da organização em face das mudanças ambientais ocorridas

Ainda a educação ambiental pode mediada e disseminada de modo que todos possam reconhecê-la, utilizando linguagem e representações que possam promover também as relações humanas e que esta seja um eixo de sustentação no convívio institucional e fora dele.

É preciso compreender que a educação ambiental considera processos em contínua ação e interação entre os elementos e seu meio ambiente, onde há a possibilidade de aprendizado contínuo com criação de valores e busca de soluções para os mais diversos problemas.

Afirma Delors (1998, p.89-90) que:

[...] aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em

todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.

Ainda corrobora Dias (2000, p.107) que:

Um objetivo fundamental da Educação Ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participarem responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente.

No entanto o comportamento empreendedor sustentável ou as próprias práticas que sejam voltadas para um desenvolvimento sustentável devem estar acompanhadas por ações reais que possam ser revertidas em resultados satisfatórios. Ainda a responsabilidade com questões socioambientalmente corretas e busca pela otimização de resultados precisa vir com a autorresponsabilidade e com a integração de todos para tal sucesso. Então é preciso ações para melhorar o processo de gestão organizacional frente aos seus colaboradores.

Assim corrobora Furriela (2001), estendendo o conceito desenvolvimento consciente ao assinalar o consumo sustentável como sendo o consumo de bens e serviços utilizados com respeito aos recursos ambientais, o qual pode ser dado com o atendimento das necessidades de gerações presentes, sem interferir drasticamente ou comprometer o atendimento das gerações futuras.

Então afirma Packard apud Binotte (2003, p. 4):

Somos um. O maior desafio de nossa época é mudar nossa visão de mundo. É perceber que a interdependência é uma lei: a lei da sobrevivência do planeta, do meio ambiente, da sociedade, das organizações, até mesmo dos nossos pequenos grupos

familiares. No lugar da independência devemos reconhecer a interdependência e fazer tudo para que a parte de cada um seja cumprida, de forma que o todo funcione em benefício de todos. Todos somos um não é um sonho. É uma realidade que devemos reconhecer, estimular e proteger. Somos um indivíduo, um grupo, uma comunidade, um planeta. Estamos todos juntos com a consciência de ser um só.

Então, a percepção de que as questões ambientais, econômicas e sociais precisam estar presentes no comportamento de todos dentro de uma instituição é que refletirão em um novo momento, em uma nova etapa organizacional voltada para as questões sustentáveis e, que é importante promover uma nova cultura a fim destas virem a refletir em ações socioambientalmente responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diante do que foi abordado no conteúdo bibliográfico deste artigo, foi possível compreender o quanto o empreendedorismo sustentável precisa ganhar destaque cada vez maior em qualquer meio, dando a oportunidade de se promover a união entre a expansão e o crescimento econômico com preservação e manutenção de ações que respeitem a utilização, com menos impactos gerados ao meio, de recursos e insumos.

Desse modo as dimensões do tripé sustentável, composta pelos elementos sociais, ambientais e econômicos, ganham destaque e, se incorporadas aos processos das instituições, relacionando com expectativas de mercado e de todos os stakeholders, trazem a inserção de novos valores ao dimensionamento de atividades, buscando a satisfação e atendimento de necessidades que o modelo de gestão e práticas de mercado exige.

É preciso ter a criação de um modelo de gestão empreendedora sustentável que venha ser de boa

aceitação e integração de todos os colaboradores e parceiros que a IES possui, fazendo com que cada um, de maneira direta ou indireta, sintam-se responsável pelo cumprimento de suas atividades e que estas podem provocar grandes impactos no meio, de maneira geral.

Também, ter um padrão de planejamento, organização, controle e ações necessárias colabora para o melhor funcionamento e fluxo de informações internas, pois com processos reais e principalmente controlando estes, os resultados podem ser favoráveis à todos.

Quanto ao objetivo proposto, pode-se ter uma ampla visão, dentro do conteúdo elaborado, quanto as práticas empreendedoras sustentáveis podem ser desenvolvidas sem muito investimento, mas que haja comprometimento e adequação de novos processos, metodologias e práticas, além de uma uniformidade de execução para o alcance de resultados satisfatórios e envolvimento de todos.

Portanto, de maneira geral, fica evidente que uma nova mentalidade, com novas metodologias, com capacitação e aprendizado constante, precisam ser desenvolvidos em todos os setores de uma instituição de ensino para que assim haja um desenvolvimento empreendedor sustentável de maneira a vir apresentar práticas melhores que sejam de interesses mútuos, envolvendo públicos internos e externos, que fazem parte do contexto organizacional.

REFERÊNCIAS

- AHMED, A., MCQUAID, R.W. Entrepreneurship, Management, and Sustainable Development. *World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development* 1(1):6-30. 2005.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BINOTTE, D. (Ed.). Compromisso social. *Jornal da CST*, a. XXIII, n. 207, p. 1- 8, mar. 2003.

- BRONZERI, Marcia de Souza; CUNHA, João Carlos da. Ensino e prática para a sustentabilidade em ies: estudo de caso. In: ENGEMA – ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2014, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2014. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/16/anais-xvi-engema/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- CLUGSTON, R. e CALDER, R. (2000). “Critical Dimensions of Sustainability in Higher Education” em “Sustainability and University Life” de Walter Leal Filho, 2ª edição, Peter Lang.
- COLE, L. (2003). “Assessing Sustainability on Canadian Universities Campuses: Development of a Campus Sustainability Assessment Framework”, Tese de Mestrado em Arts in Environment and Management, Royal Roads University, Canadá.
- DAROS, Thuinie. Glossário: as metodologias inovadoras para a educação superior. 2018. Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.com.br/metodologias-inovadoras-para-educacao-superior/ acesso em 07/abril/2019>>
- DELORS, Jacques. Educação um Tesouro a Descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação Para o Século XXI. Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- DIAS, G.F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo. Gaia, 2000.
- FURRIELA, Rachel Biderman. Educação para o Consumo Sustentável. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente: Programa conheça a educação do Cibec/Inep – MEC/SEF/COEA, 2001.
- GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. Environmental Modelling & Assessment, v.1, p.101-117, 1996.
- GARTNER, W. B. A framework for describing the phenomenon of new venture creation. Academy of Management Review, v 10, p. 696-706, 1985.
- GAZZONI, Fernando et al. O papel das ies no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 48-70, janeiro 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n1p48>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- GIBBS, David. The role of ecopreneurs in developing a sustainable economy. In: WORLD SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE ENTREPRENEURSHIP,1, 2007, Leeds United Kingdom. Anais...Leeds – UK, 2007.
- GUERRA, Antonio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia. Ambientalização curricular na educação superior: desafios e perspectivas. Educar em Revista, Curitiba, n. 3, p. 109-126, 2014. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe3/a08nspe3.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- HAMMOND, A., et al. Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.
- ISAAK, Robert. The making of the ecopreneur. Greener Management International, n. 38, p. -91, 2002.
- LARA, Pedro Túlio de Resende. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. REMOA/UFMS: Revista Monografias Ambientais, Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, mar./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/5341>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- LUMLEY, S., ARMSTRONG, P. Some of the nineteenth century origins of the sustainability concept. Environment, Development and Sustainability 6:367-378. 2004.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996
- OECD. Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the State of the environment. Paris, 1993.
- PARRISH, Bradley D. Sustainability entrepreneurship: innovations in the logics of organizing. In:WORLD SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE ENTREPRENEURSHIP, 1, 2007, Leeds United Kingdom. Anais...Leeds – UK, 2007.
- PARRISH, B. D. Sustainability Entrepreneurship: Design Principles, Practices, and Paradigms. Leeds, UK: University of Leeds, 2008.
- Penn State Green Destiny Council (2000). “Penn Sate Indicators Report 2000, Steps Toward a Sustainable University”. Disponível em: <http://www.bio.psu.edu/greendestiny/publications/gdc-indicators_2000.pdf>. Acessado em 20 jan. de 2022.

ROHRICH, S. S.; CUNHA, J. C. A Proposição de uma Taxonomia para Análise da Gestão Ambiental no Brasil. RAC, v. 8, n. 4, out./dez. 2004, pg. 81-97.

SCHALTEGGER, S. A Framework for Ecopreneurship. Greener Management International 38:45-58, 2002.

SCHLANGE, L. E. Stakeholder Perception in Sustainable Entrepreneurship: The Role of Managerial and Organizational Cognition. First World Symposium on Sustainable Entrepreneurship as part of the Corporate Responsibility Research Conference. University of Leeds, Leeds, UK. 15-17 July. 2007.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. Takeshy Tachizawa, Victor Claudio Paradula Ferreira e Antônio Alfredo Mello Fortuna. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. Gestão & Produção, v.13, n. 3, p. 503-515, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2006000300012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TUNSTALL, D. Developing environmental indicators: definitions, framework and issues. Background materials for the World Resources Institute. In: Workshop on Global Environmental Indicators, December 7-8, 1992, Washington, D.C., World Resources Institute, 1992. (Draft paper).

WALLEY, E.E., TAYLOR, D, W. Opportunists, Champions, Macericks...? Greener Management International 38:31-43. 2002.

WEBER, Josiane; MACHADO, Nelson Santos. Educação superior e sustentabilidade: percepções dos gestores de uma instituição de ensino superior. In: ENGEMA – ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 17., 2015, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2015. p. 1-14. Disponível em: <<http://engemasp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/340.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

YOUNG, Willian; TILLEY, Fiona. Can businesses move beyond efficiency? The shift toward effectiveness and equity in the corporate sustainability debate. Business Strategy and the Environment, n. 15, v. 6, p. 402-415, 2006.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: A COMUNICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

INSTITUTIONAL COMMUNICATION: COMMUNICATION AND ITS CONTRIBUTIONS TO THE ORGANIZATIONAL DEVELOPMENT PROCESS

Edilson Silva Diniz ¹

Fabricao Rigui Botega ²

Helen Márcia Ferreira Marques ³

RESUMO

A Concorrência e dinamicidade do mercado, as exigências aplicadas pelos clientes, a necessidade do posicionamento e do reposicionamento constante a fim de manter uma marca forte e continuar sendo atrativa, tem obrigado as organizações a operar estrategicamente em comunicação, conhecida como comunicação institucional. É fato que as organizações precisam se comunicar bem, interna e externamente, para assim conseguir capturar as demandas e estar cada vez mais próximo do seu nicho de mercado. Neste processo, a comunicação, no ambiente mercadológico, é de extrema importância e necessidade e a empresa deve saber como utilizá-la de forma assertiva. O objetivo geral deste artigo se dá em apresentar como a comunicação contribui para o processo de desenvolvimento organizacional. Na perspectiva de alcançar o objetivo usou-se uma metodologia que pudesse proporcionar resultados comprometidos com a responsabilidade e veracidade. Assim, utilizando de aplicação da pesquisa bibliográfica, com análise de livros, revistas, páginas de internet e outros meios oficiais e comprováveis, obteve-se o alcance de todos os objetivos, bem como a confrontação de algumas hipóteses levantadas. Concluindo, a pesquisa pode detectar pontos de melhorias que as organizações precisam investir, tratar e cuidar para não virar fator de risco futuro, a comunicação precisa ser estruturada, a necessidade de uma gestão estratégica, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; organização; Estratégia; Planejamento.

ABSTRACT

The competition and dynamics of the market, the requirements applied by customers, the need for positioning and constant repositioning in order to maintain a strong brand and remain attractive, have forced organizations to operate strategically in communication, known as institutional communication. It is a fact that organizations need to communicate well, internally and externally, in order to capture the demands and be closer and closer to their market niche. In this process, communication in the market environment is extremely important and necessary and the company must know how to use it assertively. The general objective of this article is to present how communication contributes to the organizational development process. In order to achieve the objective, a methodology was used that could provide results committed to responsibility and veracity. Thus, using the application of bibliographic research, with analysis of books, magazines, internet pages and other official and verifiable means, all objectives were achieved, as well as the confrontation of some raised hypotheses. In conclusion, the research can detect points of improvement that organizations need to invest, treat and take care not to become a future risk factor, communication needs to be structured, the need for strategic management, among others.

KEYWORDS: Communication; Organization; Strategy; planning.

¹Professor Mestre em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: pretodicko@gmail.com

²Professor Mestre em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: ffrighi1979@gmail.com

³Professora Mestra em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: helenmarques427@gmail.com

INTRODUÇÃO

A comunicação, para o mundo corporativo, é essencial. É um diferencial competitivo, estratégico. É necessário que as corporações saibam o que falar, como e quando falar com seus clientes ou mesmo com seus futuros clientes, principalmente em um mercado marcado pela concorrência e alta competitividade.

A importância de um planejamento de comunicação bem elaborado, bem estudado, bem aplicado, bem como, a utilização das ferramentas adequadas para alcançar o público desejado é tão grande e essencial, que é notório que todas as organizações, seja de grande, médio ou pequeno porte, devem utilizar de setores próprios, focados essencialmente em propagar a marca da organização, difundir os seus produtos, a fim de chamar a atenção do cliente prospectado, de demonstrar ser o ideal tanto em estrutura quanto em qualidade de produto. Este setor que é estratégico e elabora todas as maneiras e formas de relacionar com os atuais e futuros clientes é o Marketing, que planeja toda a comunicação corporativa.

A comunicação é de tal importância para o ser humano, que este, não consegue sobreviver sem a comunicação. Maslow em sua abordagem sobre as necessidades humanas, conhecida como a pirâmide de Maslow, põe a comunicação em todos os níveis.

Se a comunicação é essencial e necessária para o ser humano, nas organizações tem-se a mesma importância, uma vez que as organizações nada mais são que instituições compostas por pessoas, e são estas que definem o clima, a cultura e ações da empresa, logo, as pessoas envolvidas no processo da organização se comunicam e conseqüentemente, a empresa também precisa se comunicar com seus stakeholders, as pessoas de interesse direto e indireto na organização.

Diante deste cenário, este artigo surge a partir do seguinte questionamento: Como as organizações podem utilizar a comunicação institucional como fator de

diferencial competitivo no processo de desenvolvimento interno e externo?

Como forma de responder a questão central, a problemática deste trabalho, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses: Criando e desenvolvendo um setor próprio de comunicação; estipulando canais oficiais da organização para divulgação e interação entre empresa e mercado e; padronizando e estruturando a comunicação institucional.

O objetivo principal deste artigo é apresentar como a comunicação institucional contribui para o processo de desenvolvimento organizacional e como objetivos específicos tem-se: conhecer os conceitos, definições e tipos de comunicações; definir a diferença entre a comunicação tradicional e a comunicação institucional e; analisar a estrutura ideal da comunicação institucional, bem como os meios e canais ideais para as organizações desenvolverem melhor a interação e os processos.

Para que se alcance os objetivos e responda as questões levantadas, esta pesquisa segue uma estrutura de desenvolvimento que possibilite coesão e coerência para melhor compreensão linear dos assuntos abordados, onde inicia conceituando e comentando o desenvolvimento histórico da comunicação e conseqüentemente, a comunicação institucional. Em seguida tratará do processo específico da comunicação no ambiente organizacional, a padronização e estruturação da mesma, a fim de vislumbrar como esta possibilita que as empresas cresçam e se desenvolvam, a partir de processos bem definidos, dando ênfase à necessidade da organização elaborar seu plano de comunicação e alinhá-los ao novo mercado, o mundo digital e suas interações.

COMUNICAÇÃO – CONCEITUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

A comunicação como objeto de estudo, no campo da pesquisa científica, recebeu foco em meados do

século XX, a partir de estudos de autores como Theodor Adorno, Paul Lazarsfeld e Marshall McLuhan, que podem ser denominados como pioneiros no estudo e abordagem da comunicação. Porém, vale salientar que estes autores citados, iniciaram as pesquisas, mas o processo de comunicação humano existe desde o surgimento do homem, seja na visão dos que acreditam no criacionismo (Deus criou todas as coisas), ou na visão evolucionista (que entende a evolução do homem, vindo este do macaco). Observando a comunicação, na contextualização histórica, a Grécia antiga, era comum o estudo da retórica, que é definido no Novo Dicionário Aurélio (1999) como sendo a arte de falar bem, de persuadir, do convencimento, arte da eloquência. A arte de se expressar bem, de se comunicar com sabedoria era muito bem visto pelos gregos, que valorizavam e foi destacado até um grupo específico dos especialistas, que receberam o nome de sofistas (sábios e mestres itinerantes), que defendiam as pautas na ágora.

O Novo Dicionário Aurélio (1999) conceitua a comunicação, definindo até sua origem, como sendo:

A comunicação é originária do latim *communicatio*, que significa "ato ou efeito de comunicar, de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da língua falada ou escrita, quer de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado (sonoro e/ou visual); Capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar com vista ao bom entendimento entre pessoas; Convivência. (AURÉLIO, 1999, p. 121).

Este é apenas um dos diversos conceitos da comunicação. Chauí (2000), complementa fazendo uma análise sobre a abordagem de Rousseau, afirmando que desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios

para isso. Utilizando gestos e vozes, na busca da expressão e da comunicação.

Outra abordagem muito válida é a de Rubattino (2016), que cita o termo "*communicare*", que significa "partilhar, participar algo, tornar comum." Pode-se então perceber que a comunicação é bem abrangente em suas finalidades e que utiliza meios, elementos e processos para que ela aconteça completamente e de forma eficiente, na busca de assim atingir seus objetivos.

Já Vanoye (2007) cita: "... o objetivo da comunicação é este: o entendimento entre os homens." É nítida e explícita a importância que a comunicação tem para o homem, como ser humano, vivente, pensante. Logo, percebe-se que o homem precisa, necessita se comunicar, e para ele se comunicar, precisa conhecer o processo e elementos que compõem a comunicação.

A comunicação precisa ocorrer eficientemente, e para tanto, se faz necessário que os elementos que a compõem atuem ativamente. Os elementos que fazem parte do processo da comunicação são definidos e descritos por Lima, Aguilar e Fontes (2012) como:

Emissor – É quem emite a mensagem para o receptor, de onde parte o início da conversa, da informação. Quem inicia o processo da comunicação;

Mensagem – Conjunto de símbolos (palavras, letras ou sinais) que o emissor emite. Informação a ser passada;

Canal – São os meios de comunicação através dos quais a mensagem passa do emissor ao receptor;

Código – Forma em que a mensagem é transmitida. Necessário que seja claro e de fácil interpretação;

Receptor – quem recebe a mensagem;
Feedback – retorno que o receptor emite para indicar que recebeu a mensagem enviada pelo emissor.

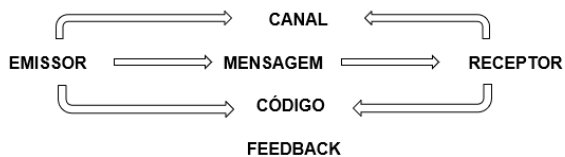


Figura 01: processo e elementos da comunicação.
Fonte: Autores (2022)

Se algum destes elementos apresentarem falha, ocorre problemas na comunicação, denominado ruídos, ou seja, falhas e estas comprometem toda a comunicação que em vez de contribuir para melhoria na relação, pode ocasionar um problema enorme, o receptor receber a mensagem distorcida ou diferente da transmitida pelo emissor.

A comunicação deve ser clara e objetiva, para que seja eficaz, de acordo com Minicucci (1995, p.248) “a comunicação completa e eficaz – entendida como o fornecimento ou troca de informações, ideias e sentimentos, através de palavras, escrita ou oral, ou de sinais – é vital para o ajustamento das pessoas dentro de uma organização”. Então partindo dessa definição, todos os elementos da comunicação devem fluir em suas funções, para que a comunicação surta o efeito esperado.

A COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

No mundo em que o sistema econômico é o capitalista, que privilegia o acúmulo dos bens e do capital e que passa por enorme transformação tecnológica, as empresas são o grande exemplo, a referência, do tipo de negócios vigentes, que evidencia que a posse e a riqueza, são as regras do jogo em um ambiente de disputa acirrada na corrida pela liderança de mercado.

Diversos autores definem conceitos para organização, dentre todos, destaca-se o conceito de Lacombe e Hellbom (2008);

Um grupo de pessoas que se constitui de forma organizada para atingir objetivos comuns, incluem-se nestas definições as

empresas, universidades, hospitais, escolas, creches, associações culturais, partidos políticos, sindicatos, clubes, condomínios, cooperativas, famílias, organizações não governamentais, associações de classes profissionais, corporações militares, associações de moradores de bairros, entre outros. Quase tudo, portanto, é feito por meio de organizações. (HELLBOM, 2008, p.113).

Mas vale destacar uma outra definição para organização. Este é o conceito apresentado por Maximiano (2011), que complementa o conceito anterior e ainda avalia a função que deve ser desenvolvida pela mesma:

As organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de objetivos que, de forma geral, se traduzem no fornecimento de produtos e serviços. Toda organização existe com a finalidade de fornecer a combinação de produtos e serviços para algum tipo de cliente, usuário ou mercado. (MAXIMIANO, 2011, p.5).

O constante trabalho das organizações de atender as demandas, atrair clientes, produzir e obter lucros, exige também que as organizações estejam prontas para os diversos cenários apresentados. Cesca (2006), afirma que a globalização possibilitou a derrocada de barreiras acirrandomais ainda a competitividade, uma vez que as empresas deixam de a concorrência local e encaram um novo cenário, de concorrência global. Miguel Jorge (apud KUNSCH) ao analisar este cenário, ele o interpreta da seguinte forma;

(...) com o acirramento da concorrência em escala internacional, as empresas dependem, cada vez mais, de eficientes canais de comunicação (...) para promover as mudanças exigidas pela nova ordem econômica. Isto é fundamental para tornar conhecidos novos conceitos, repensar os processos produtivos e métodos organizacionais e buscar soluções para os

novos paradigmas apresentados. (KUNSCH, 1999, p. 117).

Nota-se nesta análise, que o autor destaca os canais de comunicação. O que não é algo novo, já que Peter Drucker (1996), avaliava e diante do que ele chamou de era da informação, expunha que a comunicação no ambiente corporativo seria de extrema importância para a sobrevivência das empresas.

O processo comunicativo no ambiente organizacional, ora denominada de comunicação corporativa, também chamada de comunicação empresarial, se mostra tão relevante Schuler, Wolkman e Toni (2004, p.11) confirmam “A comunicação está presente em toda forma de organização conhecida na natureza, tanto que se pode afirmar que a única forma de haver organização é através da comunicação”.

Evidenciada a importância da comunicação no ambiente corporativo, o que se percebe é que as organizações necessitam se comunicar, seja com clientes, com fornecedores, com funcionários, com o mercado, etc. Mas as organizações precisam cuidar de como acontece esta comunicação que parte da organização, pois como afirma a Associação Brasileira das Agências de Comunicação - ABRACOM (2014):

A comunicação de uma corporação, empresa, organização, que pode ser entendida também como equivalente às expressões comunicação empresarial, comunicação organizacional ou relações públicas. A ideia de uma comunicação corporativa é a de que seja a representação de um conjunto de mensagens que juntas formam um só corpo: cada mensagem isolada influenciará na percepção final da mensagem da corporação, da geração e manutenção de identidade, imagem e reputação. (ABRACOM, 2014, p. 93).

Em seu artigo para o site Endomarketing.tv, sobre a importância da comunicação organizacional, Daniéli

Closs (2017) afirma “A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. Mas o processo somente é bem-sucedido quando o destinatário recebe, compreende e interpreta a mensagem”

O cuidado com a comunicação na organização passa também pelos tipos que ocorrem, como afirma Rez (2014) que apresenta a comunicação corporativa interna e comunicação corporativa externa, sendo que a comunicação interna deve cuidar das informações que chega aos funcionários. Paralelamente, a comunicação externa deve ter atenção e cuidado quando buscar contato com o cliente externo e partes interessadas. Para a doutora em Ciências da Comunicação, Marlene Marchiori (2008), que também é membro do Corpo de palestrantes da Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial:

A busca da valorização da comunicação interna deve ser entendida como estratégia básica dos empresários que desejam a efetividade de sua organização. Chega a ser irônico pensar que neste novo mundo, altamente tecnológico, com tantas transformações, o sucesso de um empreendimento continua a estar centrado nas pessoas. É por meio da comunicação que uma organização recebe, oferece, canaliza informação e constrói conhecimento, tomando decisões mais acertadas. (MARCHIORI, 2008, p. 23).

A comunicação interna é o elo capaz de assegurar a motivação dos profissionais e se engajem mais, fazendo com que o processo produtivo seja mais eficaz e assertivo e possibilitando, conseqüentemente, que a empresa alcance seus objetivos.

Pode se ver a comunicação interna como sendo um conjunto de ações e estratégias previamente planejadas que se realizam na busca de estabelecer os melhores canais de comunicação que melhore a interação entre os profissionais que integram o ambiente

organizacional, nas diversas esferas hierárquicas. O ideal é que os canais sejam padronizados, eficazes e transparentes, pois os mesmos devem possibilitar a conexão de informações entre gestores e funcionários e vice-versa.

Em contrapartida, a outra perspectiva, a comunicação corporativa externa é:

A forma de criar a imagem e identidade da marca. Campanhas de publicidade e eventos promocionais também são ferramentas utilizadas pela comunicação externa. Anúncios de TV, anúncios de jornal, jingles em rádios, eventos promocionais ou eventos para prospectar negócios ou patrocínios fazem parte do rol de mídias da comunicação externa de uma empresa. (REZ, 2014, p. 67).

Aprofundando ainda mais a comunicação externa, e a busca de estreitar o relacionamento entre empresa e cliente e interessados, o mesmo autor também afirma que:

A comunicação externa de uma empresa inclui os processos de comunicação com os atuais e potenciais investidores, clientes e demais instituições. Os instrumentos mais utilizados pela comunicação externa são: propaganda, marketing e relações públicas. Ela é responsável pela maneira como a empresa quer ser vista pelo mundo corporativo. (REZ, 2014, p. 68).

Ao analisar as definições e comentários a respeito da comunicação que ocorre no ambiente corporativo, pode-se notar que três itens são indispensáveis para que esta flua e surta efeito positivo quando chegar a quem se dirige as informações: a comunicação deve ser clara, simples e objetiva, utilizando ainda a mesma linguagem (SALES, 2007). Enquanto normalmente a comunicação interna é realizada no modelo formal (avisos, ofícios, memorandos, requerimentos, entre outros.), na comunicação externa, pode ser formal ou informal,

verbal e não verbal (VASCONCELOS e CAETANO, apud FERREIRA, 2015).

Minicucci (1995) quando analisa o processo de comunicação nas organizações, fala da indispensabilidade da clareza e da objetividade quando da troca de informações e fala ainda que para evitar problemas, deve-se respeitar o tempo adequado, que assim evita-se atrasos, erros e falhas na realização das tarefas, evitando desmotivações e clima organizacional não salutar.

Uma vez que na comunicação externa o foco é o cliente externo, pode ser que inclusive a linguagem utilizada pela organização seja diferente da interna. Isso dependerá da estratégia da organização, dos critérios que o setor responsável pelo plano estratégico de comunicação adotará como fio condutor para suas ações de se comunicar com seus públicos e atender a demanda interna. O plano de comunicação deverá ser o norteador da comunicação utilizada pela organização.

PLANO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E A RELEVÂNCIA PARA O DIÁLOGO COM O MERCADO DIGITAL

Diante da exposta importância da comunicação corporativa, expôs-se necessidade que esse tipo de comunicação não deve ser realizada de qualquer maneira, em qualquer lugar ou hora. O processo comunicativo realizado pela organização deve ser planejado, padronizado, estruturado e coordenado, para isso a empresa precisa elaborar um documento, um plano de comunicação.

O Smartalk.com (2019), em um artigo, ao analisar a importância do plano de Comunicação, diz que é “Essencial para a definição de metas e estratégias de uma organização, um plano de comunicação é a principal ferramenta utilizada na elaboração de metodologias e processos para alcançar os melhores resultados de uma empresa”. Segundo o mesmo site,

continuando a avaliação do plano de comunicação, complementa:

Podemos definir o plano de comunicação como uma metodologia elaborada para atingir o público-alvo de uma companhia mais diretamente, utilizando canais como a publicidade e o e-mail marketing. Para isso, primeiro há a preocupação em determinar quem são os consumidores, quando interagir com eles e como a mensagem deve ser transmitida. (SMARTALK.COM, 2019)

O Plano de comunicação organiza e orienta as ações da organização no processo do diálogo com seus clientes, stakeholders, governo e mercado em geral. Scotto (2018) afirma que “Um planejamento de comunicação permite definir qual o público mais adequado para receber a informação, com base nos objetivos da transmissão da mensagem, além de mapear as soluções estratégicas de comunicação”. A definição do público alvo, objetivos pretendidos com as mensagens e soluções para cada situação, são alguns dos benefícios possíveis com o plano de comunicação.

Uma organização, independentemente de sua área de atuação, é estruturada a partir da definição do seu fluxo de comunicação, ou seja, do estabelecimento de suas estratégias para estabelecer contato com seu público e partes funcionais Thayer (1979). Nas palavras do autor, a organização precisa estruturar sua comunicação, precisa estabelecer critérios, estratégias, precisa elaborar um plano de comunicação. Bordean, (2010) e Torquato (1986) relatam que para haver comunicação efetiva na organização, precisa estabelecer uma rede estruturada, com pessoas capacitadas que obedecem às estratégias estabelecidas no plano de comunicação, para atender as demandas mercadológicas. Do contrário, essa comunicação é considerada informal. Quando não há um setor, uma equipe específica para tal função.

O que é visível em todos os conceitos e definições dos autores utilizados, é a necessidade e importância do

diálogo entre a organização e seus clientes, ou seja, o foco é o cliente, como relata Baumel (in RAMOS, 2008), que afirma que segundo ele, a instituição necessita conversar e dialogar com seus clientes e com os stakeholders e, precisa estar aberta para ouvir as vozes que vêm de fora. O cliente hoje, devido acesso à informação cada vez mais rápida, ocasionando em exigências de qualidade no comportamento, nos produtos e nos procedimentos das organizações, precisam ser vistos como sendo voz ativa no processo decisório. A Organização, através de seus gestores, deve dar ouvidos ao saber público, a voz de fora. E hoje, o ambiente virtual e suas redes sociais, dar às empresas e aos seus clientes, a possibilidade de um relacionamento mais próximo, estreito e direto.

O plano de comunicação, obrigatoriamente, deve estar alinhado com o público alvo da organização e enviar e receber informações utilizando as tecnologias, principalmente as redes sociais, é o que aborda Michel, Michel e Porciúncula (2013), ao analisar o plano de comunicação e as tecnologias.

É preciso haver uma adequação no planejamento da comunicação, levando em conta seus públicos, a rapidez de interação e resposta, selecionando as redes sociais e recursos tecnológicos que realmente interessam e podem ser utilizados pela organização, para obter o máximo rendimento das tecnologias disponíveis. Não adianta querer utilizar todas as opções que as tecnologias contemporâneas oferecem sem saber utilizá-las de forma positiva, pois de outra forma ao invés de agregar valor ao processo comunicacional, este será prejudicado. (MICHEL, MICHEL E PORCIÚNCULA, 2013, p. 14)

Utilizar as tecnologias, aqui representadas, pelas redes sociais sobretudo, e demais canais de forma adequada, exige das organizações, planejamento, estrutura e estratégias para que o plano de comunicação seja coordenado adequadamente. Uma equipe

preparada e um setor estruturado, são imprescindíveis, pois é um trabalho contínuo, de acompanhamento e tomadas de decisões, pois como define Kunsch (2003) a composição de um plano de comunicação eficiente envolve quatro diretrizes, a comunicação institucional, comunicação mercadológica, comunicação interna e comunicação administrativa.

A exigência por estrutura e uma equipe qualificada se torna cada vez maior, pois diante de um cenário de mercado globalizado e avanço tecnológico, evidenciado na amplitude de alcance das redes sociais, as organizações devem se preparar para este cenário, como observa Corrêa (2005), que segundo ele, quanto mais integrada e compacta for a comunicação institucional, com os consumidores no universo digital, mais complexo é o sistema de representação; quanto maior a complexidade, maiores também são as possibilidades de ações de relacionamento eficazes com os mercados.

Uma equipe capacitada e estrutura, como já faladas aqui, querem remeter que as organizações precisam dialogar com este novo mercado, em que o público está no mundo virtual, nos *Apps* de conversas (como Whatsapp ou Telegram), nas plataformas de transmissão de vídeos e notícias (Twitch, Twitter e Youtube) e nas redes sociais (Facebook e Instagram), portanto, o plano de comunicação deve contemplar a atuação nestes espaços e a equipe deve saber interagir e atuar nestes ambientes. Michel, Michel e Porciúncula (2013, p.14) analisando, o cuidado que as organizações devem ter nos ambientes citados, falam:

Desta maneira as organizações (empresas), precisam tomar muito cuidado ao utilizarem as redes sociais virtuais como uma ferramenta de comunicação e aproveitarem o grande número de usuários ali presentes. Ao permitirem o fácil acesso a todos interessados, as organizações se expõem a muitas situações, dos elogios às críticas, pois estão sujeitas às emoções das pessoas, gerando afetos que agregam à

sua imagem valores positivos ou negativos, dependendo da situação. (Michel, Michel e Porciúncula, 2013, p.14)

O processo de comunicação e seus canais tradicionais continuam e continuarão, mas a tecnologia, representadas aqui pelas mídias sociais, possibilitam às organizações agilidade e facilidade de disseminação de informações, como sugere Junqueira et al (2014, p. 2) “As redes sociais permitem uma rápida e fácil divulgação e disseminação das informações”. Mas para aproveitar estes espaços, planejamento, coordenação e estrutura, devem ocorrer, para aproveitar este imenso mercado, na busca por maior marketshare e ampliação dos números de clientes, consequentemente, maximização dos lucros. Portanto, este mercado digital, através das mídias sociais é um gigante potencial, como afirma Junqueira (2014);

As mídias sociais vêm se tornando uma ferramenta importante para a estratégia ou ação de marketing, pois 80% dos internautas brasileiros participam de algumas mídias ou redes sociais, fazendo com que elas sejam consideradas indispensáveis para as atividades empresariais. (TORRES, 2009 *apud* JUNQUEIRA et al, 2014, p.6).

Observando todo o contexto discutido nos parágrafos anteriores, sobre a comunicação organizacional e a importância do plano de comunicação institucional, principalmente para dialogar com o novo mercado, o digital, Kunsch (2007) afirma que, a comunicação deve funcionar estrategicamente, padronizada, estruturada para não ser considerada somente uma ferramenta ou instrumento básico de transmissão de informações. O que de fato os gestores precisam observar, é a total relevância da comunicação organizacional e como esta cria confiança e estreita os laços com os clientes, e como pode se alcançar novos mercados, novos clientes através de técnicas e métodos estruturados de comunicação, melhorando a imagem da empresa e contribuindo de forma ativa e efetiva no

processo de crescimento e desenvolvimento organizacional, em todos os sentidos.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada para o desenvolvimento deste projeto está classificada como qualitativa. Qualitativa, pois, a mesma aponta os tipos de comunicação utilizados pela organização, a partir de definições e conceitos desenvolvidos pelos principais autores do tema, pois este tipo de pesquisa tem a intenção definida por Richardson (2007, p.79-80), “a busca por uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos”.

Desta maneira a pesquisa apresenta como algumas características a objetivação do fenômeno, ou seja, uma análise dos conceitos envolvidos e as práticas aplicadas para o desenvolvimento de atividades, a descrição de funções, compreensão de tarefas e explicação de relações existentes dentro da organização e os métodos globais utilizados. Foi respeitado o caráter interativo dos objetivos que pretende-se alcançar, as orientações teóricas pesquisadas e os dados empíricos que se tem conhecimento, buscando assim, alcançar os mais fidedignos resultados possíveis.

Quanto ao seu objetivo, a pesquisa está classificada como bibliográfica exploratória, com a intenção de propiciar e tornar mais acessível o tema e o problema em questão, visando torná-lo o mais compreensível possível. A pesquisa bibliográfica exploratória tem como características fundamentais, buscar embasamento teórico suficiente para que os dados possam ser analisados posteriormente e, estimulados à sua compreensão. Com este tipo de pesquisa, pretende-se avaliar algumas teorias já existentes que venham e possam ser aplicadas na análise do problema levantado, para que assim estas, possam colaborar com o desenvolvimento de novas teorias e práticas no ambiente da organização, afirma Gil (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos a relevância deste estudo sobre a comunicação, e utilizarmos diversos autores que apresentam suas teorias confirmando a necessidade da comunicação organizacional estruturada, demonstrando processo e elementos essenciais para que a comunicação no ambiente organizacional flua de forma equilibrada e organizada, gerando assim, conhecimento e compreensão, sobre o mesmo, fica o apontamento de alguns pontos de extrema importância.

Fica evidente, através das definições e conceitos a importância da comunicação. No ambiente corporativo, esta recebe a nomenclatura de comunicação institucional ou organizacional e que para esta ocorrer de forma eficaz, precisa ser estruturada, organizada, padronizada. Sendo assim, as empresas precisam, aquelas que ainda não tem, estruturar um setor e ter uma equipe com pessoas capacitadas e qualificadas para trabalhar como comunicação, no ambiente interno (fluindo a comunicação entre setores e pessoas que compõem o ambiente organizacional) e externo (diálogo entre empresa e seus stakeholders, governo, comunidade e principalmente, seus clientes). Os responsáveis pela comunicação institucional, devem entender que esta comunicação deve ocorrer de forma simples, clara e objetiva, como orientado por diversos autores, e a melhor forma dessa comunicação transcorrer é a elaboração do plano de comunicação.

O plano de comunicação é o documento desenvolvido para sustentar, orientar e nortear como deve fluir a comunicação da empresa, criando padrões estrutura sistemática, principalmente abordando o novo mercado, o digital, em que as organizações precisam estar conectadas para dialogar nas mídias sociais, interagindo e informando seus clientes e potenciais clientes, como forma ativa de crescimento e desenvolvimento no mercado.

Diante do que foi abordado, é possível afirmar que a questão que norteou este estudo foi respondida. A

forma como a organização pode utilizar a comunicação de forma positiva e como diferencial competitivo é estruturando-a, padronizando-a e entendendo os novos mercados, as novas linguagens e interações, principalmente as mídias sociais.

Outro ponto a ser levantado é, comparar as hipóteses levantadas com os resultados da pesquisa. A primeira hipótese foi confirmada. A empresa deve criar um setor específico e estruturado para tratar a comunicação. A segunda hipótese sobre estipular os canais de comunicação. Também foi evidenciado, embora, tenha-se focado nos canais digitais, as mídias digitais, mas foi endossado a importâncias dos canais tradicionais. Por fim, a terceira hipótese, sobre a padronização e estruturação da comunicação institucional, foi bem afirmado quando apontado o plano de comunicação como essencial para a estratégia competitiva da organização. Diante de tudo isto, todas as hipóteses foram contempladas e confirmadas.

Por fim, o objetivo geral deste artigo foi atingido: apresentar como a comunicação institucional contribui para o processo de desenvolvimento organizacional. A apresentação de conceitos e definições, processos, elementos e tipos de comunicação e ainda apresentado a importância do plano de comunicação e seus efeitos sobre o crescimento e desenvolvimento da organização, contempla de forma robusta e bem referenciada todo o propósito inicialmente estipulado e previamente definido.

Concluindo, alerta-se as organizações que ainda não enxergam a comunicação de forma estratégica, como meio de crescimento e desenvolvimento, a reverem sua posição, pois nas diversas abordagens aqui apresentadas, diversos autores apresentaram a eficácia e eficiência da comunicação, nas relações das organizações com stakeholders, com a comunidade, com o governo e com os clientes e potenciais clientes. Apresentou-se ainda, a necessidade das empresas estarem interligadas com o mercado digital, sua linguagem, suas interações, pois fornecedores e clientes

tem migrado para este espaço de negócios e interações. Orienta-se que estas empresas, busquem investir em comunicação, seguindo os passos sugeridos pelos autores aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

ABRACOM. **Guia de Serviços e Boas Práticas em Contratação de Comunicação Corporativa**. Disponível em <http://www.abracom.org.br/arquivos/2014> acesso em: 12.01.2022

BORDEAN, I. Improving internal communication, a tool for increasing organization performance. EIRP proceeding, Galati, v.4, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ed. Ática, 2000.

CLOSS, Danieli. **Canais de Comunicação interna – vantagens e desvantagens de 9 ferramentas de CI**. 2016. Disponível em <https://endomarketing.tv/canais-de-comunicacao-interna/#.XOadARZKJIU>. Acesso em 23/01/2022.

_____. **Comunicação Interna: Tudo que você precisa saber para melhorar a da sua empresa**. 2017. Disponível em <https://endomarketing.tv/comunicacao-interna/#.XQuIPRZKJIU>. Acesso em 03 jan 2022.

CORRÊA, Elisabeth Saad. **Comunicação digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos**. In: ORGANICOM. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas – Ano 2 – nº3 – 2º semestre 2005*.

DRUCKER, P. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1996. p. 25.

FERREIRA, Thamine Almeida. **A comunicação interna como estratégia para o desenvolvimento organizacional**. Paço do Lumiar – MA, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOLANDA, A. **Novo Dicionário Aurélio**. Ed. Nova Fronteira, 1999.

JUNQUEIRA, Fernanda Campos; FERREIRA FILHO, Edson Pinto; LOPES, Paloma de Lavor; SOUSA, Elis Regina. **A Utilização das Redes Sociais para o Fortalecimento das Organizações**. 2014. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22020181.pdf>. Acesso em: 23/01/2022.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas e modernidade — novos paradigmas na comunicação organizacional.** São Paulo: Summus, 1997.

_____. **Comunicação organizacional:** surgimento e evolução das práticas, conceitos e dimensões. São Paulo: [USP], [200-]. p. 1-19. 1999.

_____. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração:** princípios e tendências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMA, Claudia. AGUILAR, Monique & FONTES, Angela. **Marketing e Vendas coletâneas.** Rio de Janeiro: Ed. ProfissioNet, 2012.

MARCHIORI, M. **Comunicação interna:** um fator estratégico no sucesso dos negócios. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional.** Vol. 1 Série Comunicação Organizacional. 2.ed São Caetano do Sul: Difusão, 2008b. p. 205-222.

_____. **Cultura e Comunicação Interna.** In: NASSAR, p. (org.) **Comunicação Interna.** São Paulo: ABERJE, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MICHEL, Margareth; MICHEL, Jerusa; PORCIÚNCULA, Cristina Geraldês. **A Comunicação Organizacional, as redes sociais e seus desafios:** afetos e emoções nesse contexto REVISTA INTERNACIONAL DE RELACIONES PÚBLICAS, Nº 6, VOL. III [Páginas 117-136] 2013

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia Aplicada à Administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995

RAMOS, Érika. **A criação de marcas 2.0.** Revista Consumidor Moderno. Disponível em <http://www.consumidormoderno.com.br/canais/relacoes-de-consumo/a-criacao-de-marcas-2.0>. Acesso em 01/02/2022.

REZ, Rafael. **O que é comunicação corporativa.** 2014. Disponível em: <http://www.marketingdeconteudo.com.br/comunicacao-corporativa> acesso em: 23.11.2021

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUBATTINO, A. **O que é comunicação.** 2016. Disponível em <http://www.estudoslegais.com/comunicacao-profissional/> acesso em: 29.11.2021

SALES, Lilia Maria. **Mediação de conflito:** família, escola e comunidade. Imprensa: Florianópolis, Conceito, 2007.

SCHULER, Maria; WOLKMANN, Pedro; TONI, Deonir de. **Comunicação estratégica.** São Paulo: Atlas, 2004. 141 p.

SCOTTO, Talita. **Como fazer um plano de comunicação.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br> Acesso em: 30 de Junho de 2019.

SMARTALK. **Plano de comunicação:** Como montar. Disponível em: <https://blog.smartalk.com.br/plano-de-comunicacao-como-montar/> Acesso em 02 de fev de 2022

THAYER, L. **COMUNICAÇÃO:** fundamentos e sistemas. São Paulo: Atlas, 1979.

TORQUATO, F G. **Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional:** conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem** - problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo – SP - editora Martins Fontes. 13ª edição 2007.

GESTÃO POR PROCESSOS: SUA APLICABILIDADE NA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO ALUNO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

MANAGEMENT BY PROCESSES: ITS APPLICABILITY IN IMPROVING STUDENT SERVICES IN PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Edilson Silva Diniz ¹

Fabricio Rigui Botega ²

Helen Márcia Ferreira Marques ³

RESUMO

Esta pesquisa trata-se de uma análise investigativa que teve como objetivo apurar os resultados que se deram em face das variáveis geradas com a ação da gestão por processos no gerenciamento dos serviços prestados ao aluno em uma Instituição de Ensino Superior Privada (IESP). O crescimento contínuo do número de IESP, a demanda de novos alunos e as adequações às exigências do Ministério da Educação tem acarretado preocupação por parte das mesmas, uma vez que, torna-se mais difícil manter-se competitiva no mercado de ensino superior, a IESP analisada buscou na gestão por processos uma forma de melhorar o serviço prestado ao aluno referente à exaustiva demora do processo transcorrida entre a solicitação e resposta, motivo de insatisfação dos mesmos e evasões. A gestão por processos tem como ação facilitar o exercício da compreensão em como os processos de uma organização funciona e interage entre os setores e dessa forma estruturar e integrar todos esses processos funcionais melhorando a fluidez e qualidade dos serviços. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois está embasada na cientificidade dos referenciais teóricos que tratam do tema em questão, com abordagem qualitativa cuja apuração se deu através dos instrumentos de coleta de dados onde foram utilizados o questionário aberto e a observação sistemática, cujos resultados coletados e analisados se mostraram positivos quanto à rapidez no fluxo dos processos, diminuindo consideravelmente a espera do aluno por uma resposta, contudo, existem algumas variáveis que precisam ser ajustadas como, por exemplo, a adequação do colaborador. Mediante os dados resultantes conclui-se que a aplicabilidade da gestão por processos nos serviços de atendimento ao aluno em IESP pode influenciar de forma positiva na otimização dos processos acadêmicos melhorando todo o fluxo de tramitação agregando dessa forma valor e qualidade ao serviço prestado.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão por processos; Serviço ao aluno; Mapeamento de processos.

ABSTRACT

This research is an investigative analysis that aimed to ascertain the results that occurred in view of the variables generated with the action of management by processes in the management of services provided to the student in a private Higher Education Institution. The continuous growth in the number of IESP, the demand for new students and the adaptations to the requirements of the Ministry of Education has caused concern on their part, since it becomes more difficult to remain competitive in the higher education market, the analyzed IESP sought in the management by processes a way to improve the service provided to the student regarding the exhaustive delay of the process elapsed between the request and the answer, reason for dissatisfaction and dropouts. The management by processes has the action of facilitating the comprehension of how the processes of an organization work and interact among the sectors, and thus structure and integrate all these functional processes, improving the fluidity and quality of the services. This is a bibliographical research, because it is based on the scientificity of the theoretical references that deal with the theme in question, with a qualitative approach whose verification occurred through the instruments of data collection where the open questionnaire and systematic observation were used, whose collected and analyzed results were positive as to the speed in the flow of processes, reducing considerably the student's wait for an answer, however, there are some variables that need to be adjusted such as the suitability of the collaborator. Through the resulting data it is concluded that the applicability of the management by processes in the student services in HEIs can positively influence the optimization of academic processes, improving the entire flow of processing, thus adding value and quality to the service provided.

KEYWORDS: Process management; Customer service; Process mapping.

¹Professor Mestre em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: pretodicko@gmail.com

²Professor Mestre em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: ffrighi1979@gmail.com

³Professora Mestra em Ciência da Educação, bacharel em administração. E-mail: helenmarques427@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o mercado de ensino superior brasileiro vem sofrendo intensas transformações e as Instituições de Ensino Superior Privadas buscam adequar-se a esse mercado mudando sua forma de gerir e operacionalizar suas atividades baseadas nas exigências dos consumidores em concomitância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, o mercado de ensino superior privado vem se tornando bastante competitivo desde a aprovação da Lei nº 9.131 de 24 novembro de 1995, (Brasil, 2018) que redefiniu a criação de novas instituições de ensino superior entre outros critérios. No Brasil, a formação das universidades atrelou-se à idéia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) que reunisse ensino, pesquisa e extensão e que, ao oposto das escolas superiores anteriores, englobasse diferentes esferas de conhecimento, incluindo as ciências básicas, as ciências humanas e sociais e não permanecesse unicamente atrelada à formação de profissionais, mas também de pesquisadores dentro deste contexto inclui-se a melhoria de todos os serviços direcionados aos clientes, nesse caso, os alunos.

Com a abertura de novos cursos ao longo dos anos e com os programas do Governo Federal de incentivo à educação como o Financiamento Estudantil - FIES, criado em 1999 e o Programa Universidade para Todos- ProUni, criado em 2004, houve uma crescente demanda de candidatos ao ensino superior privado, onde o número de matriculados nas diversas Instituições de Ensino Superior Privadas (IESPs) cresceu vertiginosamente e conseqüentemente a tal fato, as demandas de variados serviços prestados ao aluno. Com tais modificações o mercado de ensino superior privado ficou mais exigente e competitivo, assim como seus consumidores.

Diante dessa premissa, a IESP analisada preocupou-se não somente em está conforme as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas também com qualidade na execução de seus serviços prestados

ao atendimento do aluno buscando soluções para os problemas gerados com a demora dos processos, bem como uma forma de evitá-los, sendo assim, buscou na gestão por processos uma forma de melhorar seus serviços almejando compreender e agilizar as etapas necessárias para a fluidez do serviço com eficiência e eficácia na execução dos mesmos, e assim manter-se competitiva no mercado de ensino superior privado, a mesma buscou na gestão por processos o gerenciamento de forma integrada de seus departamentos responsáveis pela execução dos serviços voltados ao alunos, bem como, a utilização de vários meios estratégicos tal como, o uso do mapeamento de processos muito utilizado na gestão por processos como forma de melhoria contínua dos serviços prestados, além do diagnóstico de possíveis falhas e entraves pré existentes para que haja a devida adequação, cujo foco principal é chegar ao ápice do objetivo traçado e esperado pela empresa que é a excelência nos seus serviços prestados e para isso é necessário que haja um bom gerenciamento organizacional.

Diante do exposto levantaram-se os seguintes questionamentos: Os resultados gerados na IESP com a aplicação do novo modelo de atendimento ao aluno com o formato de gestão por processos foram positivos? O uso da gestão por processos pode gerar benefícios para esse tipo de organização? Na análise do problema e do estudo da atuação da gestão por processos em IESP viu-se a oportunidade de investigar e levantar quais os resultados gerados com a aplicação da gestão por processos no serviço de atendimento ao aluno, e quais os possíveis benefícios que o uso contínuo deste tipo de gestão pode gerar a esse tipo de organização.

A orientação por gestão por processos proporciona a compreensão em como os processos de uma organização funcionam e interagem constatando entraves, incertezas e redundâncias e viabiliza possíveis melhoras nos mesmos, de maneira que a organização possa ter uma atuação melhor. Para se ter uma visão panorâmica do cenário, é preciso enxergar a IESP como

um organismo, no qual cada departamento, processo e ação devem funcionar de forma integrada para garantir a sobrevivência de todo o sistema acadêmico/administrativo e institucional da referida instituição de ensino.

Nessa perspectiva de gestão é defendida que a visão organizacional departamental seja deixada de lado e que haja foco nos processos em geral, onde o passo a passo de cada processo se faz necessário para que ocorra a análise e identificação do problema ao longo de sua tramitação e compreender o que está ocorrendo para que seja feito os reparos necessários e se faça uma boa gestão. Quando as organizações começam a ser conduzidas através da gestão por processos os colaboradores começam a focar nos processos e não mais nos departamentos tornando assim os serviços alinhados e integrados de forma a tornar todo o processo mais eficiente e eficaz.

Esta pesquisa teve como objetivo a investigação dos resultados que se deram em face das variáveis geradas com a ação da gestão por processos aplicada aos serviços prestados ao aluno em uma IESP. A mesma justifica-se pelo interesse de investigação desta área e da análise de como a gestão por processos pode influenciar no processo de melhoria de serviços prestados ao aluno, bem como no diagnóstico de falhas que causam a demora na resolução dos processos acadêmicos, dessa forma buscou-se investigar a atuação desse tipo de gestão e como a mesma pode ser norteadora no quesito de resoluções de problemas e aprimoramento de serviços acadêmicos. A escolha deu-se também pela possibilidade de poder contribuir futuramente com a comprovação de resultados satisfatórios e concretos relacionados à aplicação da gestão por processos no aprimoramento dos processos de serviços ao aluno em Instituições de ensino superior privadas.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa quanto à abordagem foi de origem qualitativa que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada,

quanto à natureza trata-se de uma pesquisa aplicada porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, teve como lócus de investigação uma IESP, com relação aos procedimentos para a coleta de dados, a mesma deu-se por meio de observação sistemática e questionário de perguntas abertas para a extração de dados.

Neste artigo será apresentada a revisão de literatura como base bibliográfica deste estudo e fonte de conhecimento e compreensão cujo objetivo é o de se obter uma revisão literária sobre os conceitos e funcionalidades da gestão por processos e ferramentas gerenciais de melhoria, em seguir será visto as questões metodológicas, resultados do trabalho com os dados obtidos bem como sua interpretação e análise, finalizando com a conclusão sobre a pesquisa aqui tratada.

PROCESSO E GESTÃO

Para que se obtenha ao longo da leitura deste artigo um melhor entendimento sobre a funcionalidade da gestão por processos na melhoria dos serviços prestados em uma organização em relação à gestão funcional tradicional conforme alguns autores citados no decorrer do estudo proposto explanar-se-á de forma sucinta sobre as referidas gestões mencionadas. Apesar de o processo administrativo ser relevante no que tange seu contexto em relação ao uso de recursos, o motivo substancial para estudá-lo é seu estímulo sobre o desempenho nas empresas, Maximiano (2004), sendo assim, é interessante ressaltar as características diferenciais da gestão por processos em relação à gestão funcional tradicional aplicada na maioria das organizações convencionais brasileiras, uma vez que, “na organização funcional, as pessoas são distribuídas por departamentos funcionais que se responsabilizam pelas tarefas daquele setor; na organização gerida por processos as pessoas fazem parte de uma equipe

responsável pelas tarefas de um processo multifuncional” (DE SORDI, 2008, p.27).

Diante deste contexto serão expostas através da revisão de literatura conceitos sobre o tema tratado nesta pesquisa, suas características, funcionalidade, objetivos, ferramentas gerenciais, assim como conceitos de processos acadêmicos e administrativos, dessa forma, a investigação feita na IESP sobre a gestão de processos acadêmicos na implantação de um novo modelo de atendimento ao aluno será compreendida em sua totalidade.

DEFINIÇÃO DE PROCESSO E DE GESTÃO

É importante conhecer e entender o significado do que é processo, assim como o conceito de gestão para então adentrar ao contexto do estudo proposto, entre os significados da palavra processo encontrados os que se direcionam ao contexto organizacional e é útil para a compreensão desse estudo, conforme o Dicionário Michaelis online (2022) define-se “processo” como:

1. Ação de proceder;
2. Ação ou operação contínua e prolongada de alguma atividade; curso, decurso, seguimento.
3. Sequência contínua de fatos ou fenômenos que apresentam certa unidade ou se reproduzem com certa regularidade; andamento, desenvolvimento.
4. Método empregado para se fazer alguma coisa; maneira; procedimento.
5. Conjunto de papéis relativos a um assunto pendente qualquer, encaminhado a um órgão administrativo oficial.

Então, pode-se definir que processo é uma série de procedimentos contínuos que são tomados e desenvolvidos com a intenção de alcançar um objetivo específico. ‘Um processo é um conjunto de atividades estruturadas destinadas a resultar em um produto especificado para um determinado cliente ou mercado’ (CHIAVENATO, 2010. p.167). Pode-se então dizer que

processo é um grupo de atividades que alteram recursos de entrada, cujo objetivo é obter os resultados planejados na saída, são sucessivas ações de transformações cujo objetivo principal é o resultado final, ou seja, compõe uma ordem das atividades de trabalho no tempo e no espaço, tendo um começo e um fim e entradas e saídas visivelmente identificadas. (CHIAVENATO, 2010).

Maximiano (2011, p.05) fala que, “Processo é um conjunto ou sequência de atividades interligadas, com começo, meio e fim, que utiliza recursos, como trabalho humano e equipamentos, para fornecer produtos e serviços”, e dentre os recursos de entrada de um processo organizacional podemos citar equipamentos, materiais, mão de obra, conhecimento, recurso financeiro e informação, onde ao final do processo de transformação resultarão em bens e serviços. Em um contexto geral, (WILDAUER E., &WILDAUER L. 2015, p. 25) comentam que “os processos geram valor para a empresa, uma vez que, podem ser julgados como ativos”, ou seja, entre os aspectos que na concepção dos autores geram valor para empresa pode-se dizer porque:

- Auxiliam a comunicação entre os setores da instituição;
- São encarregados pela produção de bens e serviços notados pelo cliente transmitindo
- como a instituição trabalha;
- Consentem que a visão, missão e as estratégias sejam colocadas em ação;
- Consentem que as tecnologias de informação sejam efetuadas conforme as regras do negócio;
- São encarregados por executar as ações, localizar falhas ou erros, evitar entraves e conceder o desenvolvimento e aplicação de melhoria no processo produtivo;
- Participam da visão integrada do negócio da empresa em conjunto com as pessoas e as tecnologias.

Percebe-se como um processo está profundamente ligado à produção de bens e serviços e como bem gerenciado pode trazer resultados satisfatório para a organização.

Em se tratando do conceito de gestão dentro do propósito aqui tratado, segundo o Dicionário Michaelis online (2022), define-se como “gestão”: “Ato de gerir ou Administrar”, ou seja, a gestão trata de todo gerenciamento do processo desde o início até sua finalização, ou conforme a natureza do processo de todo o ciclo organizacional como um todo.

A gestão constitui-se em conseguir resultados, no caso, bens e serviços, onde há o envolvimento de pessoas nas elaborações e execuções das tarefas, afim de se obter o(s) objetivos em comum, porém, existem ações a serem seguidas para que o objetivo da gestão seja executado de forma organizada alcançando assim a eficiência nos resultados.

São quatro funções administrativas que representam um ciclo contínuo: planejamento, organização, direção e controle,

Conforme Chiavenato (2009, p.27-28), as funções administrativas têm os seguintes contextos:

Planejamento significa traçar o programa de ação, reflete a maneira como as decisões tomadas pela empresa são transformadas em planos e programas para serem aplicados no futuro; Organização significa maneira como a empresa distribui a autoridade, responsabilidade, atividades e recursos; Direção significa conduzir e orientar as pessoas, reflete o estilo de gestão e de liderança adotado em todos os níveis da empresa; Controle significa verificar se o que foi planejado e organizado foi executado.

Esses quatro processos são a base para uma boa gestão, onde os mesmos podem ocorrer em todas as áreas da empresa. Pode até parecer muito simples e seqüencial o planejamento, organização, direção e

controle, porém, Chiavenato, (2009, p. 28) afirma que “o processo administrativo pode ter suas etapas invertida ou desenvolvida simultaneamente”.

Diante dessa premissa, pode-se entender que conforme a necessidade da organização os processos sejam eles operacionais, administrativos ou gerenciais podem ter suas fases trocadas ou até mesmo serem efetuadas simultaneamente, não sendo necessariamente seguir a sequência padrão. Entretanto, as organizações antes de qualquer ação precisam ter todo o planejamento do que almejam alcançar em um determinado período de tempo e esse tipo de planejamento pertence à alta direção da organização, no caso da IESP em estudo, após ser detectado que havia uma demasiada demora nos processos acadêmicos após o aluno dá entrada, coube a mantenedora reunir seus principais gestores para discutir o problema e diagnosticá-lo expondo todas as características da situação, informações sobre o problema a ser confrontado, os objetivos a serem obtidos e recursos necessários para a implementação de um plano de ação. Baseado nos conceitos de processo e gestão pode-se entender que para se gerir uma organização deve-se está em conformidade com as ações de planejar, organizar, dirigir e controlar e para tal feito é necessário a utilização de ferramentas de gerenciamento disponibilizadas para cada tipo de gestão e organização, que no caso do estudo proposto trata-se da gestão por processos voltada para a gestão de uma instituição de ensino superior privada.

GESTÃO POR PROCESSOS

A gestão por processos é uma técnica onde todas as funções executadas em uma empresa nos diversos setores são incorporadas e padronizadas onde os processos são reavaliados e aprimorados estrategicamente em busca de uma melhor atuação. Petenate (2017). No caso da IESP analisada, a gestão por processos foi direcionada ao atendimento do aluno onde havia a problemática da demora nas execuções dos

processos acadêmicos, cujos setores envolvidos, assim como os demais da instituição de ensino trabalhavam baseados na gestão funcional tradicional. Pavani e Scucuglia (2011), falam que somente a partir de 2010 que o Brasil obteve suas primeiras certificações profissionais CBPP (Certified Business Process Professional), titulação concedida a profissionais que aplicam metodologias bem sucedidas de BPM (Business Process Management) que nada mais é que o gerenciamento de processos de negócios, uma abordagem que foi desenvolvida para facilitar a complexidade dos processos individuais organizacionais internos e externos e que vem tomando espaço considerável no meio organizacional o que profissionalizará a gestão das empresas sob a perspectiva de processos.

Na gestão por processos há uma integração de todas as atividades, colaboradores, gestores, equipamentos e informação de todos os departamentos sistematicamente, cujo objetivo é o aumento da produtividade, alinhamento, padronização e aprimoramento dos processos de trabalho. Di Sordi (2008, p, 27), ressalta que “na organização funcional, as pessoas são distribuídas por departamentos funcionais que se responsabilizam pelas tarefas daquele setor; na organização gerida por processos, as pessoas fazem parte de uma equipe responsável pelas tarefas de um processo multifuncional”. A gestão por processos representa um corte do padrão funcional, onde proporciona uma visão interfuncional de como os processos ponta a ponta devem ser geridos objetivando a eliminação dos impactos prejudiciais dos conflitos gerenciais internos. (PAVANI&SCUCUGLIA, 2011).

Baseada nesse princípio a IESP, no caso, a mantenedora que ainda trabalha com o modelo de organização funcional tradicional nos demais setores da instituição, resolveu aplicar no serviço prestado ao aluno um novo modelo de atendimento e execução de processos operacionais acadêmicos baseados na identificação e integração dos setores envolvidos, a fim

de melhorar sua gestão voltada à satisfação de seu principal cliente, o aluno.

Durante o tempo de investigação observou-se que anteriormente havia setores interdependentes por onde passava os processos acadêmicos e que por algum motivo desconhecido pela alta direção demoravam a ser despachados ocasionando conflitos internos, demora e descontentamento por parte dos interessados na resolução.

O fluxo de trabalho do processo descreve a sequência de execução das diversas atividades que o compõem, indicando a atividade ou as atividades possíveis de execução após a conclusão de cada uma de suas atividades. A complexidade aumenta à medida que há blocos de atividades que são executados em paralelo, o que gera uma relação de dependência entre o resultado obtido dessas atividades e a decisão sobre o caminho a ser seguido para a continuação do fluxo de trabalho do processo. (DI SORDI, 2008, p.62).

A análise do processo na implementação de melhorias empreende esforço e dedicação de recursos, segundo Di Sordi (2008), a gestão por processos proporciona às empresas forma de redesenhar e reestruturar seus processos analisando de forma sucinta todos os procedimentos cometidos tendo como objetivo a melhoria contínua.

Ainda sobre a concepção do autor acima citado para que isso ocorra é necessário que haja alguns critérios para que se alcance o objetivo esperado, tais como:

- **Alocação de pessoas** – os colaboradores fazem parte de uma única equipe que é responsável pelas atividades de um processo multifuncional;
- **Autonomia operacional** – delegar autoridade ao colaborador no sentido de valorizar e fortalecer sua individualidade e comprometimento nas decisões essenciais ao cumprimento das tarefas a ele impostas;

- **Avaliação de desempenho** – São avaliadas todas os colaboradores envolvidos, na gestão por processos o que vale é o resultado final;
- **Cadeia de comando** – gerenciamento baseado em negociação e colaboração, apenas o processo de negócio é gerenciado pelos “donos do processo” o gestor tem que negociar e exercer influência; · Capacitação dos indivíduos – amplitude tanto dos processos de negócio, quanto da independência e responsabilidade dada aos colaboradores;
- **Escala de valores da organização** – desenvolvimento e participação do trabalho através da comunicação, transparência nas execuções de tarefas, colaboração e cobrança mútua no decorrer de todo processo;
- **Estrutura organizacional** – hierarquia reduzida, visão voltada à proposição de valor na entrega final do produto;
- **Medidas de desempenho** – valoriza-se o desempenho de cada processo, de forma a conservar a integração contínua de valor às suas assertivas de entrega;
- **Natureza do trabalho** – o colaborador pode executar várias atividades ao longo do processo de negócio, tanto de natureza operacional quanto de coordenação;
- **Organização do trabalho** – trabalho é organizado por processos multifuncionais, de forma a promover sinergia e convívio entre os profissionais de diferentes competências e habilidades indispensáveis aos difusos processos de negócios;
- **Relacionamento externo** – processo colaborativo através de parcerias em que todos possuam a sua sustentabilidade garantida;
- **Uso da tecnologia** – forte procura por recursos tecnológicos, de forma a conceder a intercomunicação entre os vários sistemas de

informação dos setores funcionais, bem como áreas internas e externas à organização.

No que se refere à gestão de processos acadêmicos em uma IESP é relevante que os mesmos sejam operacionalizados de forma ágil para que os resultados sejam executados a contento do esperado tanto pelo aluno que solicitou, exige um bom serviço e aguarda uma resposta ao seu processo quanto pela IESP que espera a satisfação do seu cliente quanto aos serviços prestados com qualidade e rapidez.

Em se tratando da gestão funcional cabe ressaltar que a mesma possui uma visão diferenciada da gestão por processos, ela é orientada para sua realidade interna, as funções são fragmentadas por etapas, onde são trabalhos individuais voltados a tarefas, ou seja, os processos são acordados anexos às suas especialidades, são demarcados dentro de suas áreas específicas, as decisões acontecem verticalmente onde há a centralização de poder, tal situação gerencial pode causar baixa produtividade e problemas de qualidade nos serviços prestados. (CHIAVENATO, 2010). Mesmo trabalhando com a gestão funcional tradicional a IESP na busca pela melhoria de seus serviços prestados ao aluno resolveu gerir seus serviços voltados ao aluno baseado na gestão por processos.

Denota-se que as organizações funcionais possuem suas funções fracionadas por etapas voltadas para a realidade interna da empresa cuja cadeia de comando baseia-se na hierarquia e departamentalização vertical, enquanto as organizações que trabalham com a gestão por processos possuem uma maior flexibilidade na forma de gerir focando na integração dos processos, apoiada em equipes de processos de forma horizontal.

A decisão de aderir a uma visão por processos, esquematizar e melhorar totaliza um grande benefício organizacional, entretanto, para que isso ocorra é necessário que haja a análise e compreensão do fluxo de processos, ou seja, de como os processos se encontram e o decorrer de toda a tramitação dos mesmos, bem como a compreensão de sua importância e alinhamento

para um bom gerenciamento e, para que uma organização alcance tal performance a aplicação da gestão por processos é indicada para que se tenha através da ferramenta de mapeamento de processos uma visão mais detalhada e integrada dos serviços executados e prestados pela mesma através de seus departamentos.

Conforme Pavani e Scucuglia (2011, p. 48) “ a tarefa de modelar um processo trata-se do trabalho de representar graficamente a sequência de atividades que compõem um processo [...] a criação de novos processos ou modificações em processos existentes”. Ainda sobre os autores, a escolha da melhor notação dependerá da cultura da empresa a ser modelada e dos níveis de compreensão, no caso da IESP investigada a escolha deu-se por uma modelagem voltada somente para o atendimento ao aluno, uma vez que essa variável denotava um grande entrave para a qualidade dos serviços prestados pela IESP. Nesse sentido, segundo Di Sordi (2008), pode-se considerar que na gestão de processos as áreas envolvidas e o papel que as mesmas desempenham identificam o grau de envolvimento da área com a atividade ou com o processo de negócio.

Enxergar a organização sob a ótica de processos e geri-los de maneira a promover resultados mais alinhados às expectativas do cliente e dos acionistas tem se mostrado uma prática extremamente compatível com as demandas empresariais existentes nos mais diversos nichos de mercado. [...] A gestão por processos, consiste essencialmente em uma quebra do paradigma funcional, propondo uma visão interfuncional de como os processos ponta-a-ponta poderiam ser mais bem geridos visando eliminar os efeitos maléficis dos conflitos internos. (PAVANI & SCUCUGLIA. 2011. pp, 102-103).

Em conformidade ainda com os autores acima citados os interesses do processo vão além dos limites dos interesses departamentais e todas as decisões gerenciais começam a ser internalizadas, entendidas e

determinadas pelo ângulo de processos, ou seja, na visão funcional os processos são compostos por atividades executadas por um departamento distinto, já na gestão por processos, há uma ação chamada de ponta-a-ponta, os processos vão além das paredes de cada departamento, percorre todas as áreas e cargos de uma estrutura organizacional.

Na gestão por processos cada gestor responde diretamente pelo resultado, sob a visão das exigências do cliente, Pavani e Scucuglia (2011, p.130) retratam bem isso quando comentam que “os indicadores operacionais, bem como o cumprimento de controles internos e metas de desempenho operacionais são requisitos do dono do processo, pois este é que conhece o impacto ponta-a-ponta de cada atividade”.

Na concepção de Oliveira (2007, p.19), processo é “um conjunto de atividades sequenciais que apresentam relação lógica entre si, com a finalidade de atender e, preferencialmente, suplantar as necessidades e expectativas dos clientes externos e internos da empresa”, desse modo, o reitor da IESP analisada tomou para si a responsabilidade dos dados resultantes do novo modelo de atendimento ao aluno baseado em gestão por processos, onde através dos indicadores operacionais foi possível estabelecer requisitos para execução do programa conforme sua base de resultados, distribuindo entre os gestores a incumbência de gerenciar o novo modelo de atendimento.

GESTÃO DE PROCESSO & GESTÃO POR PROCESSO

É importante destacar que há uma diferença entre a gestão de processos e a gestão por processos, embora as expressões assemelhem-se cada uma possui um significado distinto. A “Gestão por Processos” é mais abrangente; aborda toda a organização: gestão, estratégia, planejamento etc. Possui característica muito mais “macro” se apenas comparada com “Gestão de Processos”. Envolve desenvolvimento de competências, negócios e mercados. (De Sordi, 2008 como citado em

Briaga, 2010, p.78). De forma simples e objetiva Prado Júnior (2013), explica a diferença entre gestão de processos e gestão por processos, na primeira se trabalha com a melhoria contínua dos processos, contudo essa gestão ocorre de forma isolada de um ou mais processos, já na gestão por processos trabalha-se com a prática da análise, modelagem e a implementação dos processos tendo como intuito mudar a estrutura da organização, ou seja, a gestão por processos trabalha baseada em serviços ponta a ponta ao contrário da gestão de processos que possui uma visão tradicional de funções e estruturas administrativas.

Quanto ao sentido, vale ressaltar que a gestão de processos se refere a uma visão limitada da organização onde os processos são monitorados e funcionam conforme planejados, já a gestão por processos trabalha com uma visão sistêmica de toda a operação da organização trabalha de forma dinâmica a interação entre todos os processos. Nesse tipo de gestão se trabalha com diversos setores de forma concomitante identificando os entraves existentes otimizando dessa forma o tempo e unificando toda a empresa mensurando os resultados de forma mais precisa facilitando circunstancialmente nas tomadas de decisão e na melhoria contínua dos processos e serviços tornando dessa forma a empresa mais competitiva no mercado.

MAPEAMENTO DE PROCESSOS

O mapeamento, desenho ou modelagem de processos é o método utilizado para descrever cada processo, analisá-lo e redesenhá-lo. Seu objetivo é a compreensão desses processos por todas as partes interessadas, possibilitando-se analisar criticamente pontos de incremento de melhorias que possam ser aplicados (PAVANI JUNIOR & SCUCUGLIA, 2011).

O mapa de processos é uma ferramenta muito utilizada na gestão e tem como objetivo principal descrever o fluxo de trabalho através de fluxogramas, gráficos, diagramas, onde mostra todos os envolvidos no

processo, assim como evidencia a área onde o processo precisa ser melhorado. Durante a pesquisa soube-se que a alta direção da IESP buscou mapear através de seus gestores todo o caminho percorrido pelo processo acadêmico e os respectivos setores para melhor compreensão e análise dos fatos, para só então tomar uma decisão quanto ao novo modelo de atendimento ao aluno.

Na atividade de mapeamento de processos, é realizado o levantamento do fluxo de atividades que permeia a organização, seguindo a sua passagem por diversos departamentos, áreas e funções, nos quais podem ser identificados gargalos e duplicidade de atividades. (MIYAMOTO CITADO EM HORBEA 2015). Segundo Pradella (2012) citado em Souza (2014, p. 25), “os processos não são totalmente visíveis dentro das organizações, o mapeamento dos mesmos funciona como uma ferramenta onde é possível analisar criticamente cada processo, tornando-o melhor e otimizado”. Os processos são constituídos por diversas tarefas ou atividades inter-relacionadas e gastam recursos na sua ação, tais como dinheiro, tempo, materiais, etc. A atividade de mapear um processo condiz com o trabalho de reproduzir graficamente a sequência das atividades que compreende um processo na empresa. (PAVANI JÚNIOR & SCUCUGLIA. 2011).

O mapeamento de processo funciona como uma ferramenta de detalhamento e aperfeiçoamento que identifica as anomalias nos fluxos buscando soluções e melhorias.

Mapear ajuda a identificar as fontes do desperdício, fornecendo uma linguagem comum para tratar dos processos de manufatura e serviços, tornando as decisões sobre os fluxos visíveis, de modo com que se possa discuti-las, agregando conceitos e técnicas enxutas, que ajudam a evitar a implementação de algumas técnicas isoladamente, formando a base para um plano de implementação e mostrando a relação entre o fluxo de informação e o fluxo de material. (Corrêa citado em Salgado 2011, p. 16).

Dentre os itens a serem definidos no mapeamento de processos em uma IES o primeiro a ser feito é discriminar os processos organizacionais na instituição, logo depois conhecer sua legislação vigente, sua estrutura funcional levando em conta sua missão, visão, objetivos, metas e valores. Fazer todo o levantamento da situação atual, dos fluxos, insumos, produtos e demais informações pertinentes aos processos em questão. (PRADO JÚNIOR, 2013).

Conforme investigação feita sobre o novo modelo de atendimento implantado na IESP, a alta direção baseada nos princípios de mapeamento de processos, fez um levantamento do número de processos acadêmicos em atraso devido ao alto índice de reclamação, analisou e constatou que muitos desses processos permaneciam parados além do tempo determinado para cada serviço em determinados setores, motivo pelo qual designou aos responsáveis pelos setores envolvidos, a geração de relatórios baseado nos fluxos de demanda, a fim de obter parâmetros necessários para uma tomada de decisão em relação a melhoria e implementação do processo em questão. Para que uma organização exerça sua função de maneira eficaz, ela precisa identificar e gerir várias atividades interligadas. Uma atividade que usa recursos e que é gerida de forma a facilitar a conversão de entradas em saídas pode ser julgada um processo.

METODOLOGIA

Cabe ressaltar que antes de qualquer trabalho científico é imprescindível fazer uma pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002), fala que todo trabalho começa com uma pesquisa bibliográfica, fato que proporciona ao pesquisador entender o que já foi analisado e estudado sobre o assunto, contudo, é necessário que o pesquisador seja criterioso ao escolher seu material de pesquisa de modo a não comprometer sua pesquisa com resultados de dados coletados ou

processados de forma errônea. Devido a tal fato, para a elaboração desta pesquisa houve todo o esmero na hora de pesquisar materiais bibliográficos como livros, artigos, dissertações, teses, etc., para construção de elementos que fornecessem o embasamento teórico para a temática aqui tratada.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa quanto à abordagem, foi tanto de origem qualitativa, pois se preocupa com a compreensão dos fatos e o porquê das coisas e o que convém ser feito. “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” Minayo (2001, p.14).

Quanto à natureza trata-se de uma pesquisa aplicada porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais. (GERHARDT& SILVEIRA. 2009). Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória devido à necessidade de se investigar e definir a natureza do problema com maior precisão provendo critérios e compreensão dos fatos. (VERGARA. 2011).

Trata-se também de pesquisa de campo por tratar de fenômenos que ocorrem dentro da instituição analisada e de onde foram coletados dados através de interrogação dos colaboradores.

Foi utilizado o questionário com o propósito de extração de dados e informações que possibilitaram um trabalho de investigação criterioso quanto aos resultados apurados, “O questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa”. (FONSECA, 2002, p. 58).

Foi utilizada também como instrumento de coleta de dados a observação, “os fenômenos a estudar são contemporâneos e estão dentro do contexto da vida real” (YIN, 2005, p.113), a observação é uma técnica de

se conseguir informações apropriadas ao estudo proposto, pois ela contribuiu de forma substancial com o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79). Ainda sob a perspectiva dos autores acima, a observação contribui com o pesquisador de forma substancial constatar e ter provas relacionadas aos objetivos no qual o indivíduo não possui consciência, porém, orientam seu comportamento. Foi aplicada a observação sistemática não participante, onde foram analisados de forma imparcial e sem interferência todos os procedimentos nos setores envolvidos sem que houvesse suspeita sobre a observação, como forma de se obter os elementos necessários para se definir o problema.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa deram-se por meio de instrumentos utilizados para o tipo de pesquisa realizada onde foram feitas as respectivas coletas de dados, a devida pesquisa utilizou-se da revisão de literatura para o amparo legal da cientificidade deste estudo baseada no estudo proposto que foi utilizado pela IESP no seu novo modelo de atendimento ao aluno remodelado através da aplicação da gestão por processos.

Pode-se afirmar que os processos são constituídos de atividades preestabelecidas que são executadas em um sequencia determinada, onde conduzirão a um resultado esperado (DI SORDI, 2008). Contudo, é necessário que seja feito o controle do processo para que se possa averiguar se os resultados estão sendo à altura dos objetivos traçados.

O propósito desta pesquisa foi o de investigar e discutir a implantação do novo modelo de atendimento ao aluno baseado na gestão por processos e de que forma ela influencia ou não no processo de melhoria de atendimento e serviços ao aluno.

Quanto aos resultados encontrados verificou-se que a maioria dos colaboradores envolvidos na amostra da pesquisa já trabalham na instituição em média de cinco a dez anos, o que sugere que mesmo com a alta rotatividade de colaboradores identificada no problema da pesquisa, não reflete negativamente nos demais setores e que a IESP busca manter seus colaboradores em decorrência da experiência adquirida ao longo dos anos de empresa.

No que concerne a existência de demora nas tramitações de processos acadêmicos, segundo resultados coletados, tal situação se deu principalmente pela falta de comunicação adequada entre os colaboradores dos setores a falta de alinhamento de comunicação entre os setores envolvidos no processo causavam informações distorcidas ou a falta dela, Maximiano (2011, p. 251) fala que “a comunicação nas organizações depende da qualidade da comunicação pessoal”, para Chiavenato (2009, p. 86), “a comunicação é o processo de transmissão de informações, de interação e compreensão entre duas ou mais pessoas”. Nota-se que ambos autores defendem a necessidade de uma boa comunicação entre as pessoas dentro de uma organização, o que fica claramente entendido que a falta dela causa várias consequências e entraves na organização.

O novo modelo de atendimento aos serviços prestados ao aluno baseado na gestão por processos se mostrou positivo quanto aos resultados apurados, os fluxos de processos tornaram-se rápidos e o aluno não precisa mais esperar tanto por uma resposta à sua solicitação, porém, existem algumas variáveis que precisam ser ajustadas, levando-se em conta que é um programa recém implantado, ainda precisa de algumas adequações. Quanto à integração de parte dos setores e remanejamento de alguns colaboradores para um único setor verificou-se algumas ressalvas, visto que resultados apontam para uma sobrecarga de serviços e responsabilidades e nenhum tipo de incentivo por parte da IESP.

Pavani e Scucuglia (2011) defendem que na gestão por processos os resultados dos processos precisam ser averiguados mediante três variáveis básicas: o custo, a capacidade e a qualidade. Qualquer melhoria que tenha benefício para a organização em uma dessas variáveis já caracteriza mudanças relevantes. É relevante que se visualize a organização sob a ótica de processos e administrá-los de forma a se obter resultados satisfatórios e alinhados às expectativas do cliente. (DI SORDI, 2008). Foi observado durante o período da pesquisa que a IESP mantém constante preocupação quanto à qualidade dos serviços prestados, buscando assim manter a eficiência e eficácia desejada por qualquer instituição de ensino que busca a consolidação e reconhecimento no mercado.

Mediante os dados resultantes entende-se que a aplicabilidade da gestão por processos nos serviços de atendimento ao aluno em uma IESP pode influenciar de forma positiva na otimização dos processos acadêmicos melhorando todo o seu fluxo de tramitação agregando dessa forma valor ao serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasada nos conceitos teóricos fundamentados na bibliografia revisada que caracterizam que a gestão por processos é considerada uma abordagem disciplinar que trabalha com a gestão pró ativa das atividades e tarefas de uma organização e que tem como principal forma de atuação enxergar a organização sob a visão de processos e cujo objetivo é produzir resultados satisfatórios, concluiu-se que através desses estudos pôde-se compreender que esse tipo de gestão consiste em mapear os processos de modo a localizar e eliminar os entraves existentes e tem como foco principal os processos e não os departamentos.

Observou-se que diante da alta concorrência no mercado de ensino superior privado, além de ter que se manter enquadrada nas normas e critérios exigidos pelo Ministério da Educação que é órgão responsável por

todos os assuntos de ensino no Brasil, a IESP em questão preocupou-se com sua posição no mercado e as possíveis evasões de alunos, fato que buscou melhorar seus serviços de atendimento devido ao grande problema que se tornou a demora nas tramitações e execuções de processos e serviços acadêmicos voltados aos alunos e buscou na gestão por processo a possível solução para o referido problema.

Verificou-se no decorrer da investigação que a escolha por esse tipo de gestão pela alta direção da IESP deu-se após pesquisas de gestores envolvidos no projeto de implantação do novo modelo de atendimento ao aluno e pelo fato que a gestão por processos consiste em um corte do modelo funcional, trabalhando com a interfuncionalidade dos processos ponta a ponta, dessa forma proporciona aos envolvidos o conhecimento de todas as etapas do processo até a sua execução, consentindo assim a agilidade e rapidez nos processos, e pensando na satisfação de seu maior cliente a IESP optou por esse tipo de gestão.

Cabe ressaltar nesta conclusão que a gestão por processos foi implantada inicialmente em apenas parte de três setores distintos que trabalhavam com a tramitação de processos acadêmicos, que são a secretaria acadêmica, assessoria das coordenações e setor financeiro, os demais setores continuam sob a gestão funcional tradicional.

O novo modelo de atendimento inserido a IESP otimizou o tempo de resposta aos alunos, contudo, houve uma mudança no quadro operacional fato esse que pode vir ocorrer uma baixa na produção, já que com a mudança do fluxo de trabalho ao longo desse processo poderá haver uma má distribuição de tarefas onde alguns colaboradores ficarão sobrecarregados e pelo fato da empresa não dá nenhum incentivo, poderá causar futuramente o descontentamento dos mesmos e baixa na produção. Caso ocorra a distribuição correta de fluxo de trabalho os colaboradores terão mais foco e motivação para executar suas atividades e tarefas, a redistribuição baseada na gestão por processos tem

como foco principal a integração dos processos e para tal feito cabe a competência e responsabilidade atribuída a cada colaborador.

Notou-se que a IESP tem intenção de ampliar o novo modelo de gestão para os demais setores da instituição, porém, toda mudança organizacional ocasiona uma carga emocional grande em todos os envolvidos no processo, é necessário que haja uma visão sistemática de todo o processo por parte da alta direção e observar como os setores se integram para haver uma mudança gradativa dos mesmos. Contudo, pode-se observar que tais variáveis são estabelecidas sob diversos aspectos organizacionais e tomada de decisão, cabendo serem analisadas, estabelecidas e direcionadas de tal forma que não venham ocasionar entraves no andamento dos processos.

A observação sistemática e a aplicação do questionário permitiram a compreensão do grau de comprometimento dos gestores e colaboradores envolvidos, assim como também o descontentamento e desmotivação por parte de alguns deles, dessa forma determinou-se uma visão ampliada e comparativa em relação à gestão por processos.

Pôde-se observar a consciência com que a equipe trabalha após a integração de parte dos setores baseado na gestão por processos, o grau de confiança que a equipe deposita no novo modelo de serviço prestado ao aluno no que tange seu atendimento, mesmo havendo opiniões controversas, o quantitativo de aprovação quanto à mudança é concebível dentro do contexto que nem toda mudança é vista com bons olhos, no entanto, os primeiros resultados obtidos já mostram o grande desempenho do novo modelo de atendimento na agilidade dos processos o que contribui com a fidelização e confiança do aluno em relação aos processos acadêmicos.

Conforme evidenciado nesta pesquisa pode-se concluir que as mudanças foram realizadas como estudo das tramitações e embasadas nos principais teóricos da literatura. Esta mudança proporcionou otimização de

respostas e consequente satisfação dos clientes, visto que, ao dá entrada no processo acadêmico, os processos são encaminhados diretamente para o setores responsáveis pela execução dos processos, onde são analisados e despachados, caso haja a necessidade de avaliação dos gestores ou da alta direção o processo é imediatamente enviado e cobrado pelo assistente no prazo máximo de 24 horas, ver-se que houve claramente um encurtamento no processo de tramitação, concluindo dessa forma que parte dos resultados esperados foram alcançados pela instituição.

Conclui-se com este estudo que a aplicação da gestão por processos no modelo de atendimento ao aluno no que tange a eficiência e eficácia das tramitações dos processos acadêmicos solicitados gerou resultados positivos conforme objetivos traçados pela IESP e que o referido modelo de atendimento poderá ser copiado pelas demais IESP visto o sucesso da implantação e o reflexo imediato na rapidez com que a solicitação do aluno é executada, contudo, existem ainda algumas ações que precisam ser estruturadas e alinhadas quanto à participação e motivação dos colaboradores envolvidos.

Diante disto, várias outras linhas de investigação ainda podem ser desenvolvidas e abordadas em novos estudos e que podem colaborar para o aprimoramento das práticas realizadas pela instituição. Pode-se destacar para uma futura linha de investigação a análise da satisfação dos colaboradores da instituição em suas atividades diárias, evidenciando ainda o clima, o relacionamento, o ambiente interno e se os objetivos pessoais estão alinhados com os da instituição.

REFERÊNCIAS

Briaga, Marcos. Minimizando riscos na implantação de BPM (Business Process Management). Artigo. (MBA Executivo) p. 75-89. 2010. Disponível em <<https://estrategica.fiap.br/ojs/index.php/estrategica/article/download/35/32>>. Acesso em: 26 nov 2021.

Chiavenato, Idalberto. Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos – SO&M. Barueri, SP: Ed. Manole, 2010.

Di Sordi, José O.d. Gestão por Processos: uma abordagem da moderna administração. 2ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

Farias, Sergio L.O. Gerenciamento por processos em uma instituição de ensino universitário: o caso do departamento de controle e registro acadêmico. 2009. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19182/000735702.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de dez 2021.

Gerhardt, Tatiana E.; Silveira, Denise T. Métodos de Pesquisa. Ead série educação a Distância. 1ª Edição, Rio Grande do Sul: Ed.UFRGS. 2009.

Horbea, Tatiana. Gestão por Processos: uma proposta de melhoria aplicada a uma pequena empresa no ramo de alimentação. Revista eletrônica Sistemas & Gestão. Santa Maria - RS. nº 2. pp. 226- 237. 2015.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Maximiano, Antônio C.A. Introdução à Administração. 2ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

Minayo, Maria C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

Minayo, Maria C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

Ministério da Educação. Decreto nº 2.208. 17 de abril de 197. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 regulamenta o § 2º dos Arts. 39 e 42 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208>. Acesso em 03 jan 2022.

Pavani, Orlando Jr.; Scucuglia, Rafael. Mapeamento e Gestão por Processos – BPM (BusinessProcess management). São Paulo: M.Books, 2011.

Petenate, Marcelo. Afinal o que é Gestão por Processos. Blog. (artigo) 2017. Acesso em 06 de jan 2022.

Pinto, Diego, O. Qual a importância da gestão por processos em instituições de ensino superior? 2019. Recuperado de: <https://blog.lyceum.com.br/qual-a-importancia-da-boagestao-de-processos-na-gestao-de-instituicoes-de-ensino-superior/>. Acesso em 28 de dez 2021.

PROCESSO. In: MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo. 2018. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/portugues-brasileiro>>. Acesso em: 06 jan 2022.

Salgado, Camila C. R. Mapeamento de Processos: Análise de melhorias na Coordenação do Curso de Administração da UFPB – Campus I. TCC. 104 fls. (Curso de Graduação em Administração). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Acesso em: 12 jan 2022.

Vergara, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E SUAS ESPECIFICIDADES: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DA NOVA REALIDADE

TEACHING IN HIGHER EDUCATION AND ITS SPECIFICITIES: AN ANALYSIS OF THE CHALLENGES AND THE NEW REALITY

Greice Lanna Sampaio do Nascimento¹

Nelson Soares da Silva Neto²

RESUMO

Refletir sobre os desafios da docência no Ensino Superior na atualidade e conhecer os fatores que permeiam sua realidade se faz necessário para que todo docente, no desempenho de sua função, entenda claramente seu papel e busque atuar da melhor forma possível. Diante disso, o presente artigo enseja analisar questões relacionadas à docência no ensino superior, no que concerne à análise e discussão das práticas docentes mais utilizadas na atualidade e os desafios enfrentados pelos profissionais da área. O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do docente no ensino superior diante dos desafios impostos pela nova classe universitária e pelo novo perfil de educação superior. Trata-se de um estudo cujo procedimento técnico utilizado consistiu em pesquisa bibliográfica, visando um maior aprofundamento e o conhecimento de diferentes formas de contribuição científica sobre o assunto, que foi realizado através de consultas a livros, artigos, legislação, textos da internet, etc. A partir das discussões presentes no trabalho, percebeu-se que na docência do ensino superior os saberes da experiência são mais valorizados, que esta ainda acontece de forma tácita e artesanal; Que os conhecimentos específicos da docência são considerados desnecessários; Como a formação é preterida no preparo e na profissionalização do professor; E por fim a evidência na fragilidade da construção e constituição da identidade no ensino superior

PALAVRAS-CHAVE: Docência. Ensino Superior. Desafios

ABSTRACT

Reflecting on the challenges of teaching in Higher Education nowadays and knowing the factors that permeate their reality is necessary so that every teacher, in the performance of his function, clearly understands his role and seeks to act in the best possible way. Therefore, this article aims to analyze issues related to teaching in higher education, in what concerns the analysis and discussion of the most used teaching practices in the present day and the challenges faced by professionals in the area. The purpose of this article is to analyze the role of the teacher in higher education in face of the challenges imposed by the new university class and the new profile of higher education. It is a study whose technical procedure used consisted of bibliographical research, aiming at a deeper understanding of different forms of scientific contribution on the subject, which was carried out through consultations with books, articles, legislation, internet texts, etc. . From the present discussions in the work, it was noticed that in the teaching of higher education the knowledge of the experience is more valued, that this still happens in a tacit and artisan form; That the specific knowledge of teaching is considered unnecessary; As training is deferred in the preparation and professionalization of the teacher; And finally the evidence on the fragility of the construction and and identity formation in higher education.

Keywords: Teaching. Higher education. Challenges

¹ Mestra em Ciência da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** greicelannasamp.fis@hotmail.com

² Mestre em Ciência da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus. **E-mail:** nsoares3@gmail.com

INTRODUÇÃO

As dificuldades da ação docente no ensino superior têm levado, nos últimos anos, a um conjunto de debates importantes sobre a necessidade de se dedicar mais atenção para os aspectos pedagógicos e didáticos nesse nível de ensino. Um dos principais indicadores de que algo anda errado no ensino superior tem sido constatado, principalmente, por meio da comparação dos dados sobre o número de alunos que ingressam e o de alunos concluintes dos cursos. Altos índices de abandono e reprovação são revelados, como prova da dificuldade encontrada pelos estudantes diante da complexidade das matérias, da forma como estas são ensinadas e da desmotivação para a aprendizagem. Se nas últimas décadas as portas das instituições de ensino superior se abriram para a entrada de um maior número de alunos, mas em contrapartida, principalmente as escolas públicas, não tem conseguido cumprir seu papel de ensino de base (alfabetização e operações básicas de raciocínio, por exemplo), então estas instituições, ao recebê-los, devem se comprometer em fazer as devidas compensações entre o que estes alunos aprenderam e o que precisam saber para obter um bom desenvolvimento em sua formação de nível superior, e igualmente orientá-los e motivá-los, para que, ao concluírem seus cursos de graduação, estejam de fato capacitados para a vida, para o mercado de trabalho e para a sociedade. Ao longo dos anos, muito se discute a respeito da formação de professores, sobre os saberes e práticas necessários para o exercício da profissão e sobre as mais diversas formas de se mensurar a capacidade e eficiência do docente. De acordo com Bolzan (2002, p.17) para que a atitude reflexiva se estabeleça, o professor precisa desenvolver algumas características, tais como: não se ver como detentor de um saber acabado, permitindo-se aprender constantemente; compreender que os modelos são construídos em conjunto; lidar com as dúvidas e incertezas como parte do processo de aprendizagem, compartilhando os saberes e fazeres da prática

pedagógica. Considerando-se a relevância do tema abordado por este trabalho, o presente artigo tem como problema de pesquisa: “O docente de Ensino Superior está preparado didaticamente para os desafios desse novo modelo de Educação? Tal questionamento há de requerer uma revisão bibliográfica capaz de permitir que a temática investigada atinja o objetivo geral da pesquisa que é: Analisar a atuação do docente no ensino superior diante dos desafios impostos pela nova classe universitária e pelo novo perfil de educação superior. Para que o presente artigo atinja seus propósitos, é necessário que se faça uma contextualização acerca das teorias e artigos existentes, cujo propósito será o de dar consistência técnica-científica a este trabalho.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Foi realizado um levantamento bibliográfico com uma abordagem aos seguintes temas: Estratégias de Ensino e Aprendizagem versus Naturalização da docência; A realidade do Ensino Superior na atualidade e os desafios enfrentados pela docência no Ensino Superior, que entende-se ser o caminho para a análise do problema suscitado neste artigo.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM VERSUS NATURALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

A prática docente é caracterizada pelo desafio constante dos profissionais da educação em estabelecer relações interpessoais com os alunos, de modo que o processo de ensino aprendizagem seja articulado e que os métodos utilizados cumpram os objetivos a que se propõem (MAZZIONI, 2013), principalmente quando se almeja uma educação de qualidade. Neste caminho, professores se dedicam todos os dias no sentido de prenderem a atenção dos alunos e, mais do que isso, com a intenção de que esses alunos participem e tenham envolvimento ativo na construção do conhecimento em sala de aula e até fora dela,

Ensinar, baseado nos estudos de Nóvoa (2007), vai além da comunicação, pois o docente não pode se posicionar no senso comum, preparando a mesma aula diariamente, utilizando como referências as mesmas estratégias que observou seus próprios professores utilizarem em outras épocas e realidades ou, ao ouvir seus colegas comentando sobre a defasagem de 40 anos de conhecimento dos alunos e sobre o desinteresse que apresentam em sala de aula, preparar unicamente aulas expositivas e automáticas, por considerar que de qualquer forma, se empenhando ou não na busca de estratégias capazes de auxiliar no processo de aprendizagem de seus alunos, estes não se interessarão. Tendo em vista que cada sala de aula apresenta uma realidade e necessidades diferentes e requer planejamentos à nível.

De acordo com Alves (2005) os alunos não precisam gostar do que estão vendo, a partir das orientações do professor, mas precisam ser apresentados para o máximo de possibilidades de visões para que possam fazer suas próprias escolhas no futuro. Pois ensinar é proporcionar ao aluno o conhecimento da existência e do manuseio do máximo de ferramentas possível e levá-lo a construir seu conhecimento, sabendo dessa forma, que o professor não pode transferir-lhe os seus próprios conhecimentos, mas pode e deve ser o mediador entre o conhecimento e o aluno; expondo assim, de forma mais didática, o conteúdo a ser trabalhado.

Um grande desafio a ser superado é a concepção de uma naturalização da docência, onde os conhecimentos são considerados desnecessários, pois os saberes da experiência discentes são mais valorizados, com isso a formação pedagógica é preterida. Nesse sentido, Campos (2011, p. 6) afirma que: “A docência é aprendida a partir da experiência discente, inspirada em antigos professores. Tal representação revela a seguinte premissa: se todos os professores foram alunos de outros professores e viveram as mediações de valores e práticas pedagógicas, lhes é, conseqüentemente,

possível aprender visões de mundo, concepções epistemológicas, posições políticas e experiências didáticas.

Ainda nesse mesmo sentido, Cunha (2006, p. 259) afirma que a “naturalização da docência se refere à manutenção dos processos de reprodução cultural como base da docência, ou seja, o professor ensina a partir da sua experiência como aluno, inspirado em seus antigos professores. Para tanto, o professor precisa despertar o interesse de quem aprende, precisa saber que existe uma reação/equação entre o que ele diz com o que o aluno já traz de bagagem para dentro da sala de aula. É necessário levar em consideração o que o aluno já traz de vivência e de história de vida, pois se o que o professor disser não fizer sentido para o aluno dentro de sua realidade e/ou perspectivas, este não poderá transformar aquilo que ouve numa nova ideia, num efetivo aprendizado,

A REALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NA ATUALIDADE

Por muitos anos acreditou-se, erroneamente que, no ensino superior, o professor precisava apenas dominar o conteúdo a ser passado e saber comunicar-se. A preocupação existente estava relacionada com a preparação de pesquisadores, presumindo-se que quanto melhor fosse o pesquisador, mais competente como professor seria (SILVA; BORBA, 2011). A justificativa dessa afirmação fundamenta-se no fato de o corpo docente das escolas superiores serem constituído por adultos, diferentemente do corpo docente do ensino básico, constituído por crianças e adolescentes. Desta forma, esses alunos não necessitariam do auxílio de pedagogos. (SILVA; BORBA, 2011, p. 02). Entretanto, a realidade no ensino superior provou que não, pelo contrário, o professor precisa ter domínio dos conteúdos e habilidades pedagógicas sobre a área que vai lecionar, além de ter uma visão holística de mundo, de ciência e de educação para formar os alunos.

Segundo Masetto (2003), o século XX chegou ao fim apresentando algumas mudanças no ensino superior

e uma delas diz respeito ao perfil do professor. O docente do ensino superior deixou de ser o foco no cenário do ensino e, conjuntamente com o aluno, passou a ocupar o centro deste cenário, passando ambos a ser coparticipantes do mesmo processo. Mudou-se também a atitude do professor, deixando de ser unicamente um especialista em alguma área de atuação no mercado de trabalho, capaz de ensinar, e transformando-se em um profissional da área de ensino, capaz de motivar e incentivar o aluno no processo de aprendizagem independente da área específica. O professor deixou de ser a única fonte de informações do aluno, e passou a explorar com ele outros ambientes de aprendizagem, valorizando então o processo coletivo, que consiste em aprender com outros alunos, com outros professores de outras áreas e com profissionais não acadêmicos, estendendo o ambiente de aprendizagem para a sociedade de modo geral

A Era da Informação na qual vivemos tira do professor do ensino superior o poder de possuidor de informações as quais só poderiam ser conseguidas no passado por aqueles que estavam matriculados em cursos de graduação. Masetto chama a atenção para o fato de que: ...a sociedade brasileira vive, em diversos níveis, o desenvolvimento tecnológico que afeta dois aspectos que são o coração da própria universidade: a produção e divulgação do conhecimento e a revisão das carreiras profissionais. (...) Hoje, sabemos que as funções de produzir e socializar o conhecimento podem ser realizadas por outras organizações, outros centros, ambientes e espaços, tanto públicos como particulares. (2003, p. 13).

Os alunos têm acesso a informações através de vários canais, principalmente dos meios tecnológicos e podem dispor inclusive de dados que o próprio professor ainda não possui trazendo para a sala de aula uma novidade que é a alta e recorrente probabilidade de o professor ser surpreendido por seus alunos com alguma notícia da qual ainda não soube e advinda de alguma fonte da qual não tem conhecimento. Da mesma forma

que a própria formação do aluno também está diferente, pois lhe são exigidas cada vez mais capacitações, certificações e especializações, formações com o intuito de que com este contínuo processo de desenvolvimento o profissional desenvolva autonomia, criatividade, comunicação, e cooperação e fomenta a iniciação científica.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Ao professor do ensino superior, é atribuída a responsabilidade de formar profissionais competentes para suprir as necessidades do mercado de trabalho. Este professor precisa saber o conteúdo, conhecer os recursos pedagógicos e as novas tecnologias para compartilhar conhecimentos e promover o desenvolvimento de habilidades e competências em seus alunos, mesmo em meio às deficiências e precariedades existentes no processo de formação e nas condições de trabalho.

Para Soares e Cunha (2010) outro desafio que concorre para a complexidade da docência na educação superior diz respeito à especificidade do processo de aprendizagem de pessoas adultas na sua trajetória de formação profissional, mesmo se considerarmos que, na fase inicial da graduação, muitos estudantes estão ainda saindo da adolescência. Talvez o maior desafio esteja em demonstrar aos alunos de que forma o conteúdo teórico se reflete na prática dos discentes e poderá implicar diretamente em suas atuações profissionais. Fernandes e Cunha (2013) apud Saviani (1996) defendem que a formação de professores deve contemplar a articulação entre teoria e prática, contudo acredita-se que esta articulação deve ocorrer também no exercício do docente, durante a formação de profissionais de qualquer área de conhecimento.

A progressão na carreira se coloca como mais um desafio para o docente, pois a ela estão relacionadas atividades que vão além da sala de aula, como projetos

de pesquisa e extensão. As universidades de forma especial dão grande valor à produção científica, e fica a pergunta: Como conciliar mais de uma instituição de ensino, lecionando disciplinas diferentes em cursos variados, com projetos de pesquisa e extensão? Muitos professores exercem outra profissão durante o dia e lecionam durante a noite e/ou fins de semana, e tem a docência como um complemento de renda. Para estes, a ideia de construção de carreira sólida e estável parece distante da profissão docente.

Outro desafio, para Nóvoa (2007) é a necessidade de maior integração entre os professores, um real trabalho em conjunto, compartilhando experiências continuamente. Se realmente há um déficit de práticas e de reflexão das práticas na formação do docente, então o professor deve ficar atento ao desafio de não reproduzir em sala de aula, as aulas convencionais que tenham feito parte de sua formação por insegurança ou por não saber fazer diferente. O professor não pode ser prisioneiro de modelos tradicionais por não ter aprendido a prática e sim, se sentir desafiado diariamente a romper com a barreira imposta por modelos teóricos muito formais e pragmáticos, pois eles não o ajudarão a refletir e a inovar suas práticas e não farão dele um bom profissional capaz de motivar seus alunos da atualidade.

Nóvoa (2007) destaca ainda que existe falta de formação mais centrada nas práticas e na análise das práticas. Ele aponta para a formação do professor que é, “por vezes, excessivamente teórica, outras vezes excessivamente metodológica”, havendo um “déficit de práticas, de reflexão e de trabalho sobre as práticas, de saber como fazer”, formando assim, uma linha tênue entre os dois extremos.

MÉTODO

Utilizou-se o método integrativo de revisão de literatura, visando englobar os conhecimentos científicos produzidos sobre o tema proposto para estudo. Isso

possibilitou a busca, avaliação e síntese das evidências científicas disponíveis para facilitar o desenvolvimento de conclusões sobre o tema. A questão de pesquisa foi: quais os desafios enfrentados pelos docentes do ensino superior e suas especificidades?

A partir de então, para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas algumas técnicas, tais como, pesquisa bibliográfica com a utilização de artigos com embasamento em vários autores que tratam assuntos referentes aos desafios enfrentados pelos educadores do ensino superior. A busca foi realizada no período de junho, julho e agosto do ano de 2019 utilizando as seguintes bases de dados eletrônicas: Scielo, WebQualis, Biblioteca Digital- USP e DEDALUS.

O ano de publicação foi entre 2000 a 2019, e os termos indexadores estabelecidos foram: “docência” “ensino superior” e “desafios”. A estratégia de busca utilizada foi inserir os termos no banco de dados e pesquisa das referidas bases. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados nos periódicos indexados, publicações cujo os termos indexadores constam no título ou resumo das publicações e publicações dentro do período. Os critérios de exclusão foram: artigos incompletos, artigos em um idioma diferente do inglês, português e espanhol. Os resumos foram lidos e os artigos que atenderam aos critérios estabelecidos foram selecionados para o estudo e lidos na íntegra. Foi desenvolvido um instrumento de coleta de informações para responder à questão de pesquisa desta revisão, composto pelos 06 seguintes itens: título e ano de publicação. Após a leitura dos artigos selecionados, foi realizada uma análise e organização dos seguintes temas. A análise, categorização e síntese dos temas foi realizada com o objetivo de obter a melhor descrição e classificação dos resultados, após a leitura dos dessas publicações e constatar a relevância científica para o presente estudo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A busca revelou 797 estudos, dos quais 18 foram considerados elegíveis para análise, sendo que 7 foram incluídos no artigo.

De acordo com os achados pôde observar que uma grande especificidade da docência no ensino superior é o fato de ser direcionado ao aluno adulto, o qual se diferencia do aluno criança, primeiramente pela autonomia de escolha. Observa-se que na fase adulta o aluno participa mais do seu processo de aprendizagem e tem maior consciência quanto aos comportamentos exigidos na sociedade e no ambiente profissional, pois possui maior clareza sobre seus objetivos e sobre os caminhos que deve percorrer para chegar a eles. Mas nem por isso o docente do ensino superior deve esquecer-se da importância deste aluno adulto ser constantemente e adequadamente motivado para mudar seu comportamento caso esta mudança seja necessária para o alcance da construção do seu aprendizado.

No entanto, como cada indivíduo possui características peculiares de desenvolvimento e como para entender o raciocínio do aluno ingressante no ensino superior é preciso compreender que o universo de um adulto é amplo e de difícil categorização, o docente precisará conversar com o aluno para entendê-lo e para que a necessária contextualização das atividades propostas aconteça de forma a propiciar ao professor e ao aluno, o bom desenvolvimento do processo de aprendizagem e envolvimento do processo de aprendizagem.

Para Oliveira (2004), sendo estes alunos adultos, o planejamento das aulas precisa ter intencionalidade, ou seja, o professor precisa informar no início de cada curso o que os alunos serão capazes de fazer ao final do mesmo, deixando-os cientes do plano de estudo a ser desenvolvido. Esta mobilização se deve pelo fato de o aluno do ensino superior precisar conscientizar-se que deve participar e ser também responsável por sua

formação. E que sem isso, ele não irá refletir sobre si ou sobre seu futuro campo de atuação. O autor destaca ainda que este aluno, sendo adulto, trará características muito importantes para o processo de construção de sua própria aprendizagem, e estas características poderão ser aproveitadas nesta estruturação. Alguns estudos, como o que Finatti (2007) desenvolveu na Universidade Estadual de Londrina (UEL) caracteriza o novo perfil do estudante de ensino superior: Jovens, com percentual maior de mulheres em relação aos homens, declarando-se na condição de solteiros; A maioria se mantém, financeiramente, por meio de trabalho formal. Mas existem aqueles que possuem bolsas acadêmicas e outros que sobrevivem de trabalho informal; A situação dos estudantes em relação à moradia é diversificada, porque envolve desde os que residem com os pais (a maioria), até os que moram com amigos, outros familiares ou sozinhos, sobretudo em casas alugadas, em cidades que não são sua cidade natal. Registrou-se ainda percentual negativo em relação à leitura dos alunos, além do fato de não possuírem o hábito de comprar livros, visto que existem facilidades no acesso à literatura por meio de fotocópias. É evidente, diante destas informações, a singularidade expressa em cada história/trajetória destes sujeitos que contribui significativamente para a configuração heterogênea dos usuários do ensino superior na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A postura do professor não deve ser a de “ensinante” nem a de treinador, mas a de “estar com” os alunos, trabalhar com eles, para que o ensinar seja algo vivo e estimulante. Pensar o ensinar desta forma deve estimular os alunos, mas igualmente ao docente, pois ele também, como humano que é, precisa se sentir vivo, fazedor de atividades que lhe tragam prazer e realização pessoais, e não apenas um cumpridor de regras do espaço onde trabalha ou repetidor de métodos

aprendidos quando ele próprio era aluno do ensino superior.

Desta forma, ensinar deve ser parte de um processo criativo, no qual professores e alunos sejam desafiados a todo instante a sempre procurarem mais e, após encontrarem o objeto procurado, tenham a inquietação de procurar por outro, conscientes da importância de mentes ávidas pela construção constante do conhecimento. O professor, inclusive, pode usar a ânsia de conhecer conteúdos novos com a qual o aluno chega ao ensino superior para mostrar-lhe 12 exemplos de práticas que o auxiliem a alcançar o aprendizado permanente e sobre a importância da dúvida para que a geração de novos pensamentos seja possível.

O espírito de aprendizado nos dias atuais está no fato de que o professor precisa comunicar-se com o exterior continuamente para entender o universo do aluno que vem de fora e que está longe do seu convívio profissional tendo em vista que o relacionamento entre professor e aluno pode definir e garantir a efetiva aprendizagem. Assumir-se então como membro do grupo de trabalho e de estudo do qual o aluno faz parte, acreditando que se todos se empenharem, alcançarão os objetivos iniciais, torna-se indispensável para que o professor assuma os papéis de mediador, facilitador e orientador.

Ao estudarmos e levantarmos questões acerca das especificidades, desafios e a realidade do professor do ensino superior, concluímos que esta temática apresenta-se como um amplo campo de estudos, que possibilitam a criação de novos conhecimentos e informações que podem subsidiar as decisões e políticas voltadas a formação de professores atuantes no ensino superior, afim de melhorar a qualidade do ensino nesta esfera.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Koan. In: ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. São Paulo: Papirus, 2005.

CAMPOS, Vanessa Therezinha Bueno. Docência no ensino superior brasileiro: representações de pós-graduandos de instituições federais de ensino superior. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=docencia-no-ensino-superior-brasileiro-representacoesde-pos-graduandos-de-instituicoes-federais-de-ensino-superior>. Acesso em: 02/08/2018.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. INEP, 2011. Disponível em: . Acesso em: 02/08/2018.

CHIAVENATO. Idalberto. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações.3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional:saberes silenciados em questão. Ver. Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n. 32,

ERIKSON, Erik Homburger. O ciclo da vida completo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FINATTI, B. E. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL- Indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. Libertas, Juiz de Fora, v.2, n.1, p. 188–206, dez. 2007.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar e BOLZAN, Doris Pires Vargas. Formação do professor do Ensino superior: Um processo que se aprende? Revista do centro de Educação UFSM, 2001, vol.29,2011.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar, MACIEL Adriana Moreira da Rocha, BOLZAN Doris Pires Vargas. Pedagogia universitária: desafio da entrada na carreira docente. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 425-440, set./dez. 2011.

MASETTO, Marcos Tarciso. Competência Pedagógica do Professor Universitário. São Paulo: Summus, 2003.

MAZZIONI, S. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. Revista Eletrônica de Administração e Turismo, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 93-109, jan./jun. 2013.

NÓVOA. António. Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. Livro publicado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Marisa Martins de. Desenvolvimento psicológico. Disponível em:

<http://www.portalgeobrasil.org/psico/mat/desenvolvimentopsicologico.htm>. Acesso em: 02/08/2018.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo. CORTINOVE, Letícia Carolina. CARVALHO, Dariel de. Estratégias de Ensino Aprendizagem utilizadas nos cursos de história, filosofia e pedagogia: concepções de alunos e professores. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - Itajaí, Jul-Set 2017. Disponível em: www.univali.br/periodicos.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.

SILVA, R. N.; BORBA, E. O. A importância da didática no ensino superior. [S.l.: s.n.], [2011-?].

SOARES, Sandra Regina e CUNHA, Maria Isabel. Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade. Salvador: EDUFBA, 2010. 134 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas, SP: Papirus, 2000. 183 p.

VERAS, Marcelo. Inovação e métodos de ensino para nativos digitais. São Paulo: Atlas, 2011.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRÁTICA DOCENTE COM OS ALUNOS DEFICIENTES NAS ESCOLAS**INCLUSIVE EDUCATION: TEACHING PRACTICE WITH DISABLED STUDENTS IN REGULAR SCHOOLS**

Luciane Pereira Duarte ¹
Francelina Duarte Siqueira ²
Jacineide de Souza Vinente ³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar quais a dificuldade na prática dos docentes perante sua prática pedagógica para com os alunos deficientes inseridos nas salas de aulas regulares do ensino fundamental e EJA em três escolas da zona urbana do Município de Oriximiná, Estado do Pará, na região Norte do Brasil. Os objetivos foram verificar as práticas pedagógicas dos docentes perante o desenvolvimento do ensino-aprendizado dos alunos deficientes inclusive na escola, analisar o espaço escolar em que o aluno deficiente está inserido, investigar as dúvidas e ansiedades que os profissionais da educação possuem sobre a inclusão. O estudo fundamentou-se nos conhecimentos de vários autores teóricos sobre o tema em discussão. O estudo empírico foi realizado com a metodologia qualitativa, a qual teve como recurso o questionário, no qual conteve somente questões fechadas e aplicadas aos docentes educacionais das escolas públicas. Também se utilizou, da observação no âmbito do espaço escolar. As escolas na qual foi realizada essa pesquisa foram identificados por nomes fictícios. Mediante os resultados alcançados através dos dados coletados foram satisfatórios para concretização desse estudo. No entanto as escolas que serviram como fonte deste estudo observou-se que apresenta infraestrutura adequada para atender os alunos deficientes, em relação a formação adequada dos docentes para trabalhar com essa clientela ainda fica muito a desejar, pois são raros os professores que tem formação profissional na área, as três escolas tem em sua folha de matrícula os alunos PDC e os direcionam da melhor forma possível para aprimorar seus conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem de seus discentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva 1. Formação 2. Prática docente 3.

ABSTRACT

This article aims to identify the difficulty in the practice of teachers in the face of their pedagogical practice with disabled students inserted in regular classrooms of elementary school and EJA in three schools in the urban area of the Municipality of Oriximiná, State of Pará, in the region North of Brazil. The objectives were to verify the pedagogical practices of teachers regarding the development of teaching and learning of disabled students included in the school, to analyze the school space in which the disabled student is inserted, to investigate the doubts and anxieties that education professionals have about inclusion. The study was based on the knowledge of several theoretical authors on the topic under discussion. The empirical study was carried out with a qualitative methodology, which used the questionnaire, which contained only closed questions and applied to educational teachers from public schools. Observation within the scope of the school space was also used. The schools in which this research was carried out were identified by fictitious names. Through the results achieved through the collected data, they were satisfactory for the realization of this study. However, the schools that served as the source of this study, it was observed that they have adequate infrastructure to serve disabled students, in relation to the adequate training of teachers to work with this clientele, there is still much to be desired, as teachers who have professional training are rare. In the area, the three schools have PDC students on their enrollment sheets and direct them in the best possible way to improve their knowledge in the teaching and learning process of their students.

KEYWORDS: Inclusive Education 1. Teacher 2. Training and Practice 3.

¹ Graduada em Pedagogia – Faculdade Latino Americana – FRATED; Graduada em Biologia e Química – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; Especialista em Docência Superior e Gestão Educacional – Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e Mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João de Deus. **E-mail:** luarte.orixi@gmail.com

² Graduada em Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil ULBRA; Especialista em Psicopedagogia Institucional – Faculdade Rio Sono e em Docência Superior e Gestão Educacional – Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e Mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João de Deus. **E-mail:** francelinaduarte14@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia em Letras - Universidade Federal do Pará-UFPA; Especialista em Metodologia de Língua Portuguesa e Literatura - Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão - IBPEX e Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH; Mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João. **E-mail:** jacinente@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O tema abordado nessa pesquisa é no Município de Oriximiná-Pará especificamente na zona urbana. O presente trabalho levanta a problemática de como tem se desenvolvido a prática pedagógica dos educadores nas séries iniciais do Ensino Fundamental diante da inclusão de crianças com deficiência sem o subsídio de uma boa formação preparatória, situação está que evidência a importância da predisposição do educador em favorecimento deste aluno em processo de inclusão educacional. Tendo por base este contexto, refletir sobre as práticas pedagógicas dos docentes perante os alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares nas escolas da Região Oeste do Estado Pará no Município de Oriximiná, especificamente em três escolas da zona urbana de Oriximiná as quais possibilitará maior discussão acerca do tema abordado, favorecendo para que os diversos grupos acadêmicos verifiquem a importância do tema em estudo. O projeto será desenvolvido em pesquisa de campo e de revisão bibliográfica relacionando autores da temática abordada, procurando apreender e discutir as relações de influência e incentivo constatará de leituras dos textos, reflexões leitura de teóricos entre outros e principalmente por entrevistas com a equipe responsável pelas Escolas do Município de Oriximiná. O interesse em abordar o tema Educação Inclusiva: As dificuldades na prática docente com relação aos alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares nas escolas públicas do município de Oriximiná, se deu através da necessidade de conhecer como os alunos deficientes estão sendo matriculados nas salas de aulas regulares. No entanto a pesquisa faz uma compreensão sobre a Educação Inclusiva especificamente com relação aos deficientes matriculados na sala de aula regular em consonância como a Lei nº 2394/96 LDBN no seu artigo 59, assim como as formações dos docentes. Deste modo o pesquisador buscará entender através das seguintes questões: Como tem sido a formação dos professores

das classes regulares para lidar com alunos com deficiências? Quais as dificuldades destes professores em lidar com esses alunos? Quais os procedimentos pedagógicos de apoio aos deficientes são desenvolvidos pelas escolas do município?

O objetivo geral desse projeto dissertativo é analisar as dificuldades da prática pedagógica e os procedimentos utilizados de apoio dos docentes perante os alunos deficientes matriculados nas salas de aulas regulares Município de Oriximiná-Pará/ Brasil. Aborda o contexto da educação inclusiva através da fundamentação teórica onde mostrará parte histórica no Brasil e normatização das Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacionais, como também o artigo 205 da Constituição Federal, apresentando as deficiências nas escolas e a formação dos professores, será abordado os métodos científicos, que proporcionaram a coleta de dados e a realização de uma metódica investigação sobre o tema, de modo que o resultado foi alcançado de modo satisfatório e dentro dos padrões científicos, a etapa da a caracterização global do universo da amostra, onde teremos apresentação dos gráficos referentes as questões dos questionários e o tratamento dos mesmos. Pretendemos fazer uma observação detalhada sobre os aspectos mais evidentes e úteis, mencionados na apresentação dos resultados, dando resposta aos objetivos propostos no início deste trabalho, encerrando a pesquisa, com isso abre novas perspectivas de pensamentos e nos leva uma reflexão sobre este artigo e a pesquisa investigativa aqui elaborada.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

É importante ressaltar que a proposta de incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares passou a ser desenvolvido no Brasil em 1990 com o objetivo de incluir todos os alunos com deficiência nas salas regulares e no convívio real com os demais de forma a promover a dignidade, respeito, solidariedade e

cidadania. Essa versão não é a única pela qual cabe dizer que, é neste sentido que Mittler (2003) considera que a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinar aquelas que estão atualmente excluídas por qualquer razão.

Nessa época aconteceu fatos importantes, como a Declaração de Salamanca, de 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular. Nesse contexto histórico aponta alguns documentos envolvidas, como a Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, Mantoan (2003) que afirma que, os pais, no Brasil, contrariamente a outros países, na sua maioria, ainda não se posicionaram em favor da inclusão escolar de seus filhos.

Com base no autor Oliveira (2008, p. 253), "o fortalecimento da inclusão com pessoa com deficiência nas escolas regular" assinada pela Declaração de Salamanca (1994) reafirma que o movimento pedagógico, além das características, deve ser pluralista, devendo garantir o acesso e permanência desse aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando fundamentalmente sua identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deverá considerá-las, promovendo as adaptações necessárias, que atendam às necessidades de aprendizagem de cada pessoas.

Na década de 1990, os debates e os eventos internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos, de acordo com Brizolla (2007), foi nesse período que o conceito inclusão entra no cenário das políticas de Educação Especial, não estando, todavia, limitado a esse setor.

Nesta perspectiva as políticas de inclusão constituem, além de um grande desafio para o século XXI, uma oportunidade para a construção de um outro mundo, mais humano e mais justo, no qual todos possam viver em harmonia. Pois a inclusão não é só uma política, mas um caminho que, ao trilhar, construímos.

O cenário de investigação escolhido serão as escolas da zona urbana do município de Oriximiná Pará, que pertence a mesorregião do oeste do Pará. Para realizar esse estudo será feita a análise dos documentos oficiais (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Constituição de 1988, Política Nacional da Educação Inclusiva PNE) que remetem ao tema da educação escolar educação inclusiva, análise bibliográfico sobre a reflexão e suas práticas educativas, pesquisa de campo nas escolas.

Na obtenção de dados para a pesquisa teremos como sujeito os professores, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas do município. Será usado como metodologia a observação participativa para o funcionamento da educação nas escolas; entrevistas semiestruturadas para os gestores e coordenadores pedagógicos e aplicação de questionários para os professores. Com o objetivo de identificar a dificuldades na prática docente em relação aos alunos deficientes matriculados nas escolas regulares do município de Oriximiná-Pará.

O CURRÍCULO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pode-se dizer que o currículo escolar está pautado nas necessidades de cada comunidade onde a escola está inserida, devendo ser flexível de forma que atenda a todos os alunos sem discriminação, respeitando as diversidades. No contexto da educação inclusiva, esse currículo deve contemplar as especificidades das necessidades educacionais especiais, por meio de ajustes realizados pelo professor no intuito de oferecer ao aluno pleno acesso ao conhecimento. Neste contexto, para

Brasil (2001), fica claro que o projeto educacional expresso nos parâmetros curriculares nacionais demanda uma reflexão sobre a seleção de conteúdo, como também exige uma ressignificação, em que a noção de conteúdos escolares se amplia para além de incluir procedimentos, valores, normas e atitudes. O mais preocupante, contudo, é constatar que faz necessário adequar o currículo com o objetivo de aprimorar o processo de ensino aprendizagem como: a metodologia, os recursos pedagógicos, a organização espaço/tempo no qual favoreça a aprendizagem principalmente dos alunos que tem necessidades educacionais especiais.

Diante esses ajustes se dá o nome de adequações de pequeno porte. Existem também outros ajustes que dependem, além do professor, de esferas governamentais, por se tratar de adequações muito significativas, que são chamadas de adequações de grande porte. Mas vale salientar que as instituições escolares devem preocupar-se em estabelecer em seus Projetos Pedagógicos, ações que viabilizem essas adequações curriculares, como prevê o MEC por meio da Resolução CNE/CEB Nº 2 de 2001. Neste contexto, para Souza et al (2003) fica claro que: A adaptação curricular é toda adaptação que se realiza para atender às necessidades educacionais de um determinado aluno ou de um grupo que apresenta singularidades em relação aos seus colegas para ter acesso ao currículo estabelecido de modo geral.

É interessante, porém que mediante a essa realidade o MEC, se preocupou com a forma em que o currículo vem sendo trabalhado nas escolas, diante desse fator publicou vários documentos que nortear-se os trabalhos nas escolas, dentre esses documentos estão os Parâmetros curriculares nacionais (PCN'S), que tem como base principal a elaboração dos currículos o qual respeita a diversidade cultural existente em todo país. Conforme explicado acima a organização de uma escola realmente inclusiva é retratada no seu currículo e na estruturação do projeto político-pedagógico (PPP), o

qual deve ultrapassar a mera elaboração de planos e exigências burocráticas, ou seja, o PPP caracteriza e identifica a escola. De acordo com Baptista (2003, p. 52) nos traz a ideia de:

O conceito de inclusão [...] evocaria a necessidade de transformação da escola para permitir o atendimento integrado de todos os alunos no ensino comum. Nesse caso, são defendidas as medidas de profundas alterações na organização do ensino, colocando em discussão a necessidade de análise coletivas sobre o projeto pedagógico da instituição; questionando as alternativas didáticas consideradas 'tradicionais' e centradas no professor; propondo a revisão de processos de avaliação (avaliação processual que considere o aluno como parâmetro de si mesmo); construindo dispositivos de apoio complementar ao atendimento no ensino comum, sem excluir o aluno de sua classe de referência; discutindo amplamente a necessidade de formação continuada de professores e demais técnicos que atuam junto às escolas. (Baptista, 2003, p. 52).

No entanto o plano municipal de educação do município de Oriximiná apresenta em seus documentos especificamente no artigo 69.4.4. que aborda sobre a educação especial. 4.4.1 das diretrizes O movimento nacional que vem sendo realizado em prol da inclusão de pessoas com necessidades especiais numa escola de qualidade marca o início de uma nova trajetória, onde várias políticas estão empenhadas no processo...A Organização Mundial de Saúde estima que aproximadamente 10% da população apresentam necessidades especiais, as quais podem ser de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta, superdotação ou altas habilidades. A inclusão escolar constitui-se, hoje, numa proposta que permeia a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos acompanhando a trajetória da luta pelos Direitos Humanos. Como explica o texto acima a Declaração de Salamanca, retoma-se o

encaminhamento de diretrizes básicas para a formação e a reforma de políticas e sistemas educacionais. Que proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro de uma estrutura de educação para todos firmada em 1990. Ela promoveu uma plataforma que firma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. É importante revelar aqui que um modelo de uma escola inclusiva para todo o país, merece destaque a: 69.a formação e capacitação dos recursos humanos, incluindo-se aqui os professores das classes regulares, cuja necessidade é primordial para a efetivação educativa. Fica evidente que uma educação de qualidade pressupõe um projeto pedagógico o qual enfatize a permanência e o acesso, com sucesso, do aluno no contexto escolar. Diante de tal proposta, a LDB vigente oferece respaldo e elementos essenciais que auxiliam na transformação almejada das escolas, de forma que priorize os princípios democráticos que as norteiam, concretizando assim o compromisso assumido pelo país, na efetivação de uma Educação para Todos.

Segundo o plano municipal de educação de Oriximiná A educação especial no município de Oriximiná possui uma trajetória não muito diferente dos demais municípios do país. Sempre houve grandes dificuldades para a inserção dos alunos surdos e cegos no sistema regular de ensino, e dos alunos portadores de outras deficiências. Em relação às políticas públicas, constata-se insuficientes recursos financeiros alocados pela União para implantação e implementação da educação especial e seus serviços.

Observa-se também que há dificuldades dos profissionais em avaliar e identificar o educando com necessidades educacionais especiais e propor uma ação pedagógica voltada para as possibilidades e não para as limitações. Diante desse quadro o currículo ganha notoriedade, isso porque a tensão está posta na

tentativa de construir uma escola para todos, esse elemento acaba muitas vezes por ser uma tensão a ser pensada e discutida para que de fato a escola possa se tornar uma escola na qual garanta acesso e permanência para todos. É preciso ressaltar que o currículo escolar é o fio condutor de nossas ações, pois, por meio das seleções que por ele são estabelecidas, um determinado grupo de alunos têm sido pouco contemplado, o que tem representado uma parcela grande que não consegue aprender pelos mais diferentes motivos, dificuldade de aprendizagem, indisciplina, problemas sociais, afetivos, econômicos, sociais, culturais e pelas deficiências.

Nesse contexto é importante que o projeto inclusivo seja colocado em ação, faz-se necessário que o professor demonstre está disponível e tenha atitude positiva para criar uma atmosfera acolhedora na classe. Mediante isso é primordial que a equipe gestora apoie os educadores em suas atribuições, valorizando suas competências pedagógicas para garantir o ensino de todos os alunos. De acordo com Mendes (2004)

uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (Mendes, 2004, p.227).

De acordo com Campos (2001), a pesquisa qualitativa trata-se, na maioria dos casos, de uma análise pessoal e subjetiva das informações contidas nas respostas dos sujeitos. Este tipo de pesquisa permite compreender o problema no meio em que ele ocorre, sem criar as situações artificialmente, as quais mascaram a realidade ou levam a interpretações ou generalizações equivocadas. Conforme explicado acima a pesquisa qualitativa é entendida como uma abordagem adequada para compreender a problemática que foi estudada.

Sendo assim, enquanto a escola em seu todo não compreenderem de fato o que é educação inclusiva,

esta nunca acontecerá de na realidade, apenas teremos alunos deficientes inclusos na sala de aula sem ter uma qualidade de educação que assistiam suas necessidades educacionais. Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete o que infelizmente não acontece na realidade, o que vemos é apenas os alunos inclusos nas escolas regulares estando ali apenas porque a lei ampara, porém em sua grande veracidade esses alunos estão aí por esta.

MÉTODO: LÓCUS DA PESQUISA

O tema abordado nessa pesquisa é no Estado Pará especificamente no município de Oriximiná na zona urbana. O Estado do Para fica na região Norte do Brasil. A cidade de Oriximiná é banhada pelo rio Trombetas possui uma área de 107.603,992 km² tem uma população estimada de 62.963 habitantes (IBGE, 2010). Sua formação se deu através da lei nº 1 288, de 11 de dezembro de 1886, foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Santo Antônio do Uruá-Tapera, por Joaquim da Costa Barradas, presidente da então província do Grão-Pará. Em 9 de 9 de junho de 1894, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Oriximiná pela Lei n.º 174. E na data de 5 de dezembro de 1894, foi oficialmente instalado com a posse do intendente Pedro Carlos de Oliveira. Porém, no dia 3 de abril de 1900 por desentendimentos políticos, foi extinto como município pela lei n.º 729, sendo seu território anexado ao município de Óbidos. E finalmente elevado à categoria de município, com a restauração da emancipação, com a denominação de Oriximiná, pelo decreto estadual n.º 1.442, de 24 de dezembro de 1934.

Para preservar os nomes das escolas usou-se nomes fictícios, como: “A” Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria, “B” Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Pastor, “C” Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha

As três escolas funcionam de segunda a sexta feira, com os seguintes nos turnos vespertino e diurno com a entrada das 19h. e uma apenas no turno vespertino.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha é uma escola de grande porte, construída em alvenaria, com muro em volta da área de 6.580 metros quadrados que constituem seu terreno, sendo 47 metros iniciou suas atividades escolares no dia 01 de abril de 1987, contendo dois pavilhões com quatro salas de aula cada uma com, capacidade para quarenta e cinco alunos; um pavilhão administrativo com sala para diretoria, supervisão, sala de professores e secretaria; uma copa/cozinha e uma área coberta muito pequena. Possuindo oito salas de aula, a escola pôde funcionar normalmente com 320 alunos por turno a que garante 640 vagas para alunos de 1ª a 4ª série nos turnos matutino e vespertino, sendo constituída de alunos regularmente matriculados, sendo 670 destes matriculados no Ensino Fundamental de primeiro ao quinto ano no período diurno, sendo 331 no turno matutino e 339 no turno vespertino e 230 na modalidade Educação de Jovens e Adultos de primeira à quarta etapa, no período noturno. A escola apresenta apenas 14 alunos com deficiências matriculados no ensino regular os quais são atendidos no Atendimento Educacional Especializado AEE na escola Bom Pastor.

A segunda é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha que está localizada na periferia da cidade próxima a várias áreas de invasão como o Penta e São Lázaro. Funcionando desde o ano de 2014 com o ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), a mesma funciona em três turnos e com aproximadamente 742 alunos. Nos turnos da manhã e tarde funciona o ensino fundamental e EJA. A escola tem um diretor e dois vices - diretores, dois coordenadores pedagógicos, uma (01) sala da direção, uma (01) secretaria, sala dos professores, sala multimídia e biblioteca, cozinha e quadra de esportes. Dos seus 28 professores apenas 10 responderam ao questionário. É

uma da escola que contém o maior número de alunos com deficiências matriculados no ensino regular.

A terceira escola Bom Pastor, foi criada pelo Decreto Nº 023/91 que em seu Art. 3º.- sanciona a fundação da Escola na data de 01 de abril de 1975. Atualmente a Escola “Bom Pastor”, funciona com 50 funcionários para atender uma clientela de 632 alunos, na faixa etária de 08 a 38 anos, distribuídos em 2 turnos. No turno da manhã com 09 turmas do 3º ao 9º ano, e 01 turmas de EJA, no turno da tarde com 8 turmas do 6º ao 9º ano, 02 turmas de EJA, totalizando 20 turmas. A escola consta em um prédio de alvenaria, compreendendo 22 (vinte e duas) dependências distribuídas em 04 (quatro) pavilhões. A Escola conta também com uma quadra para esportes coberta e com arquibancada, uma e uma área livre com uma quadrada de areia, uma passarela que faz ligação com o primeiro pavilhão. Nesse pavilhão, encontra-se, ao lado direito de quem entra, 02 (duas) dependências, sendo 01(uma) copa, (01) depósito de merenda escolar, 01(um) banheiro masculino e 01(um) banheiro feminino, ambos com 06 vasos sanitários. Na lateral à esquerda desse pavilhão, encontra-se 01 (uma) sala para os professores com 01(um) banheiro, 01(uma) sala de apoio à leitura, 01 (uma) sala para Diretoria, 01 (uma) sala para coordenação pedagógica e 01(uma) sala onde funciona a secretaria. No segundo Pavilhão: 01(uma) sala para o Novo Mais Educação, 01(uma) sala Multifuncional, 01(uma) sala de aula, 01(uma) sala Multimídia, 01(uma) sala para as aulas teóricas de Educação Física e 01(uma) sala de Projetos. No terceiro Pavilhão 06(seis) salas de aulas e no quarto Pavilhão 05 (cinco) salas de aula. Essas dependências estão interligadas por passarelas permitindo o acesso. Na entrada encontra-se uma área coberta, utilizada para realizações de eventos. Esta área coberta está anexa ao primeiro pavilhão que liga aos demais da escola, é cercada por muro, sendo que uma parte dele, a que fica na frente é gradeado, permitindo aos transcendententes uma bela visão da escola. Na entrada, encontra-se uma placa com a denominação da escola. A mesma está em

funcionamento a 43 anos, localizada nos bairros adjacentes da cidade. Dos 20 profissionais desta escola apenas 10 se dispuseram a responder ao questionário. A referida escola tem em sua folha de matrícula 40 alunos deficientes (PCD) matriculados no ensino regular. Contudo, podemos também definir que as famílias auto definidas como parda e branca concentrada nos bairros dessa comunidade local são filhos de moradores que trabalham em práticas como domésticas, autônomos, e uma pequena parte empregados pela prefeitura, e uma boa parte são famílias que dependem de benefícios com a bolsa família.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente para conhecer o perfil dos entrevistados foram disponibilizados três campos para resposta: por sexo, idade e cursos de formação. Do total foram 33 entrevistados entre gestores e docentes, das escolas.

Quanto a sua formação dos gestores e docentes entrevistados, verificou-se que apenas 7% apresentam apenas o ensino médio, ou seja, o Magistério e 93% com nível superior em outras áreas como: pedagogia, matemática, ciências naturais, letras, História, Geografia e Língua Inglesa. Sendo que conforme o exigido pela LDB. Para o exercício da docência na Educação Básica, fundamenta-se, do ponto de vista legal, no artigo 62 da Lei 9394/96, a seguir transcrito:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Para aprofundar no tema deste estudo, foram apresentadas as questões com a finalidade de obter um parecer acerca do objetivo da pesquisa.

Questão para análise - CNE/CEB RESOLUÇÃO DE Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO). Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40).

No seu Art. 59 § 1º São considerados *professores capacitados* para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores.

Os professores entrevistados são concursados e funcionários da prefeitura municipal, suas formações são em; 7% apresentam apenas o ensino médio, ou seja, o Magistério e 93% com nível superior em outras áreas como: pedagogia, matemática, ciências naturais, letras, História, Geografia e Língua Inglesa. Como demonstra a tabela 4 acima.

Sendo que conforme o exigido pela LDB. Para o exercício da docência na Educação Básica, fundamenta-se, do ponto de vista legal, no artigo 62 da Lei 9394/96, a seguir transcrito:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

De acordo com os entrevistados a gestão e os professores apresentam baixa formação e conhecimento

para trabalhar com essa clientela como está previsto na resolução 02/11.

O que se observa nas três escolas que onde foi realizada a pesquisa em relação à quantidade de alunos com deficiência matriculados nas referidas escola são de 14 alunos PCD na escola Santa Maria, 40 alunos PCD na escola Bom Pastor e 42 alunos PCD na escola Santa Terezinha observou-se que as escolas Santa Terezinha e Bom Pastor são as escolas que mais possui alunos PCD matriculados no ensino regular.

Conforme preveem a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu Art. 58.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Observou-se que as turmas que apresentam alunos deficientes matriculados obedecem a portaria de lotação para um aluno deficiente matriculado na rede de ensino é menos três alunos sem deficiência matriculados.

A escola Santa Terezinha apresenta 42 alunos PCD com as seguintes deficiências: Mental leve dez (10), mental moderado cinco (05) alunos, mental severo dez (10) alunos, Autismo leve dois (02) alunos, autismo moderado três (03) alunos, autismo severo três (03) alunos, física cinco (05) alunos, baixa visão um (01) aluno, cego dois (02) alunos, TDAH um (01) aluno.

A escola Bom Pastor tem em sua folha de matrícula 40 alunos PCD, com as seguintes deficiências; Mental leve quatro (04), mental moderado sete (07) alunos, mental severo três (03) alunos, Autismo leve dois (02) alunos, autismo moderado dois (02) alunos, autismo severo dois (02) alunos, física quatro (04) alunos, baixa visão um (01) aluno, TDAH dois (02) aluno, síndrome

dwon três (03) alunos, múltiplas dez (10) alunos. Porém a escola Santa Maria apresenta apenas 14 deficientes matriculados na referida escola com as seguintes deficiências; Mental leve dez (10) alunos, Autismo leve dois (02) alunos, síndrome d'wong um (01) alunos, física um (01) aluno. Todos esses alunos matriculados na rede regular são atendidos no atendimento educacional especializado A.E.E. Como demonstra os dados acima.

Art. 11. Recomenda-se às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.

Diante da preparação dos docentes para receber e ensinar os alunos com deficiências em sala aula regular observou-se que os docentes da escola Santa Maria com 26,6%, os docentes da Santa Terezinha 23,3%, e os docentes da escola Bom Pastor com 100% não receberam nenhuma formação adequada para trabalhar com esses alunos em sala de aula. Porém 6,6% dos docentes da escola Santa Maria, 10% os docentes da escola Santa Terezinha, afirmaram que receberam um curso de formação do programa arumã: aperfeiçoamento na educação especial.

De acordo com os entrevistados os gestores e professores das escolas pouco recebem formação continuada para a educação Inclusiva conforme a legislação.

5. Garantir, a partir da vigência desta Lei, formação inicial e continuada aos profissionais da educação, que contemple a temática Educação Inclusiva em seus componentes curriculares e nas suas metodologias, a fim de melhorar a prática inclusiva dos profissionais da rede municipal de ensino; (PME, pág. 7, 2009 a 229

Questão 3. Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de

competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino. De acordo com os entrevistados a escola possui "sim" o PPP, mas precisa atualizar e adequar para atender as necessidades especiais educacionais.

(PME, pág. 69, 2009 a 229) A prática pedagógica e o exercício docente são questionados constantemente pela sua forma convencional de educação. Nessa perspectiva, a escola e o seu projeto político, as diretrizes curriculares, os conselhos que compõem a escola, as parcerias com a comunidade escolar e local, precisam ser revistos e reformulados visando à melhoria na qualidade da educação para todos.

Questão 4. Art. 2 Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Segundo Almeida, ao receber alunos deficientes nas salas de aulas não significa inclusão pois há necessidade do preparo dos docentes para conhecer o tipo de deficiências e sua história de vida dos alunos PCD. Pois se faz necessário o envolvimento dos gestores, pedagogos e principalmente das políticas públicas e privadas, bem como a formação dos docentes envolvidos, pois a educação inclusiva não restringe apenas ao professor de salas de aula, mas sim a todos envolvidos diretamente na comunidade escolar. No entanto a pesquisa demonstra que os docentes da escola Santa Maria, Bom Pastor e Santa, Terezinha, 100%, recebem esses alunos PCD de forma normal como se esses fossem alunos sem deficiência ou seja são inclusos na sala regular, não buscam fazer a interação com os

demais alunos e nem se preocupam em conhecer suas histórias de vidas. Percebe-se nitidamente que a escola ainda tem um pensamento que educação inclusiva é apenas matricular os alunos deficientes nas salas de aulas regulares

De acordo com os entrevistados recebem esses alunos PCD de forma normal como se esses fossem alunos sem deficiência, ou seja, são apenas matriculados na sala regular, não buscam fazer a interação com os demais alunos e nem se preocupam em conhecer suas histórias de vidas.

Questão 5. Art. 8º IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

Vale salienta que o processo da inclusão escolar, faz-se necessário que exista para os alunos que necessitam de auxílio e mediação em tempo integral dentro das salas de aula um professor de apoio para esse aluno. Pois segundo Pelosi e Nunes (2009),

Alunos com déficits motores e intelectuais mais graves muitas vezes não são capazes de falar para responder às solicitações do professor, não escrevem com autonomia e são dependentes em sua mobilidade e autocuidado, mediante a essa realidade é primordial a ajuda de um professor de apoio exclusivo para esse aluno.

Infelizmente nas escolas as quais foi realizada a pesquisa na escola Santa Terezinha 10%, na escola Bom Pastor, 13,3%, apresentam ter um profissional de apoio para os alunos que necessitam. Porém na escola Santa Maria nem dos alunos com necessidade educacional possui esse profissional de apoio, na escola Bom Pastor, 23,3%, na escola Santa Terezinha 20%, dos alunos PCD dessas escolas não precisam desse profissional de apoio.

Questão 1. A Primeira questão trata de uma análise a respeito do **Art. Art. 8º VII** – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa

em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

De acordo com a maioria dos entrevistados, das escolas, Santa Maria 10% não acreditam no processo de inclusão dos alunos PCD, e 23,3% afirmam que sim. Os docentes da escola Bom Pastor e santa Terezinha 6,6% não acreditam na inclusão dos alunos PCD na rede regular e 26,6% acreditam que é possível essa inclusão.

Com base nos dados apresentados percebe-se a importância da formação e conhecimento do assunto dos professores o contexto da educação inclusiva para trabalharem com esses alunos. Plano municipal de educação de Oriximiná (pág., 70 de 2009 a 229).

Verifica-se, muitas vezes, a resistência e, em alguns casos, desconhecimento dos profissionais da educação sobre a política de educação inclusiva. Observa-se também que há dificuldades dos profissionais em avaliar e identificar o educando com necessidades educacionais especiais e propor uma ação pedagógica voltada para as possibilidades e não para as limitações. É necessário haver mais investimento na formação dos professores das classes regulares em relação à educação especial.

Faz-se necessário mais investimento na formação dos profissionais de educação tanto da gestão ao docente, pois sem conhecimento na área não há inclusão.

Questão 2. A segunda questão trata de uma análise do **Art.15**. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos,

respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

De acordo com a maioria dos entrevistados três escolas; escola Santa Maria 10%, Bom Pastor 3,3% e Santa Terezinha apresentaram 6,6% afirmaram que encontram dificuldades na prática metodológica por falta de conhecimento sobre a educação Inclusiva. A segunda pergunta a escola Santa Maria 13,3%, a escola Bom Pastor 10% e a escola Santa Maria 13,3 % apresentaram dificuldades em planejar e ensinar. Na terceira pergunta os docentes afirmam que uma das dificuldades na prática metodológica é a falta de recursos/ matérias; apresentando um percentual de 6,6% os docentes da escola Santa Terezinha, 13,3% os docentes da escola Bom Pastor e 10% os docentes da escola Santa Maria. Na quinta pergunta os docentes afirmam que tem dificuldades na utilização de recursos adaptados como formular provas e atividades adaptadas para os alunos com deficiências, demonstrando assim 3,3% os docentes da escola Bom Pastor. Na sexta pergunta que se refere aos outros como falta de apoio das pessoas especializada na área e acompanhamento pedagógico para ajudar os docentes na prática metodológica com esses alunos, demonstrando assim o percentual; a escola Santa Terezinha com 6,6% e a escola Bom Pastor com 3,3%. Com base nos dados apresentados percebe-se que os professores não são habilitados para sua atuação em sala de aula com esses alunos e não houve uma readaptação no currículo muito menos no projeto político pedagógico das escolas. É importante abordar que no plano municipal de educação (PME) na página 70, que: É necessário haver mais investimento na formação dos professores das classes regulares em relação à educação especial. Em princípio, todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos especiais.

Questão 3. A terceira questão trata de uma análise a respeito do Art. 18. da resolução 02/2012 -

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva, II - Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem.

De acordo com os entrevistados das escolas, Santa Maria com 23,3%, a escola Bom Pastor com 3,3%, e escola Santa Terezinha com 13,3%, os docentes utilizam com os alunos com necessidades educacional metodologia diferenciadas, porém a escola Santa Maria apresenta 6,6%, a escola Bom pastor e Santa Terezinha com 20% dos docentes trabalham com metodologia adaptadas para com os alunos deficientes. Infelizmente as escolas Santa Maria 3,3% e Santa Terezinha 10% utilização a mesma metodologia para todos os alunos com e sem deficiências.

Portanto a educação inclusiva só existirá de fato se forem introduzidas nas salas de aula estratégias e práticas diferentes daquelas que tradicionalmente se praticavam. E isso depende largamente das atitudes, conhecimentos, competências e capacidades dos professores para inovarem e criarem contextos para um ensino que vá de encontro às necessidades e potenciais dos seus alunos. Com base nos dados apresentados, percebe-se nitidamente que os docentes ainda apresentam dificuldades em adaptarem seus métodos pedagógicos para esses alunos inseridos em sala de aula.

Questão 4. Trata de uma análise a respeito da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº13.146, de 6 de Julho de 2015, Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar. XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino.

Notou-se claramente que nenhuma das escolas entrevistadas estão adequadas para atenderem essa

clientela, pois não tem corrimão as passarelas, as causadas não são niveladas, são pisos de autos e baixos, o piso e paredes não apresentam nenhuma sinalização, as portas de entrada das salas não têm a largura adequadas, são salas quentes e escuras. É evidente que para garantir que a educação inclusiva aconteça de fato nas escolas é preciso assegurar;

1. Assegurar condições mínimas necessárias ao acesso e a permanência dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Para isso, é necessário que haja:

- a) adequação da estrutura das escolas, edificando rampas, corrimões e corredores com identificação específica para o uso de cadeirantes, bem como fazer as adaptações necessárias nas embarcações que transportam esses alunos às escolas;
- b) banheiros exclusivos a deficientes;
- c) bibliotecas com acervo específico aos alunos com necessidades educativas especiais;
- d) salas de apoio pedagógico com recursos multifuncionais e equipamentos informatizados com softwares específicos que atendam as deficiências múltiplas;
- e) área de lazer e recreação.

É necessário, portanto, estabelecer e implementar políticas educacionais que propiciem oportunidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com seus direitos garantidos pela Constituição, visando sua participação e inclusão nos processos educacional, cultura, social e profissional, de caráter permanente na cidade de Oriximiná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva está sendo vista pelos docentes sob diferentes enfoques, desde definições mais próximas dos princípios de integração até definições mais relativas sobre a educação inclusiva. Portanto dentre esse contexto a escola precisa urgentemente estar preparada para uma educação que abrange a adversidade, pois sabemos que o Brasil é um país rico em culturas, em

etnias, raças, e credos e possui um número crescente de pessoas com algum tipo de deficiência que estão saindo do enclausuramento em busca de inserção social, educacional e profissional. No entanto ao analisar as dificuldades mencionadas pelos entrevistados, perceber-se que os mesmo demonstram grandes dificuldades em suas práticas pedagógicas, de como conduzir esses alunos a um desenvolvimento no seu ensino aprendido, isso porque muitas das vezes esses docentes não sabem como planejar e ensinar para esses alunos, outra grande dificuldades encontrada é a falta de materiais pedagógicos adaptados, falta de conhecimentos na área e principalmente a falta de apoio de pessoas especializada na área, mediante a essa realidade esses professores ficam a mercê apenas de ministra aulas sem nenhum preparo de adaptação de metodologia para os alunos deficientes inclusos na escola, isso sem falar da infraestrutura que o prédio escolar não oferece, ficando assim o aluno se adaptar a escola e não a escola a eles. Pois a falta de formação dos professores para atuarem com esses alunos, as dificuldades apresentadas pelos entrevistados neste estudo são graves e as quais sugerem que os órgãos governamentais sejam implementados. Nos chama a atenção que mesmo diante das grandes dificuldades de cada instituição de ensino e o descaso dos governantes, os mesmos tentam amenizar essa problemática e procuram encontrar soluções para incentivar e estimular os docentes a uma nova prática metodológica a qual facilite o ensino aprendido desses educandos com necessidades educacionais.

Segundo os professores que estão diretamente com os alunos deficientes nas salas de aula regular, todos tem nível superior porém em áreas que não contempla esses alunos, mediante essa formação inadequada os professores buscam apenas pesquisas na Internet, pouquíssimas tiveram a oportunidade em participar em cursos relacionados a trabalhar com os alunos que tem algum tipo de deficiência, pois podemos afirmar diante desse exposto que a formação dos docentes não está de

acordo com Lei nº 2394/96 LDBN citada no Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Porém a pesquisa deixa claro que nenhum dos profissionais entrevistados nas três escolas não possui a formação adequada conforme a lei citada acima. É importante salientar que por motivo de formação inadequada para trabalhar com essa clientela evidencia que esse seja um dos grandes fatores que apresenta grandes dificuldades na prática pedagógica desses professores, além da falta de materiais de cunho pedagógicos adequados para cada deficiência, e a falta de apoio profissional da área acaba deixando o trabalho desses docentes a desejar, observou-se que nessa complexidade em relação a essa grande diversidade os professores estão praticamente só em busca de melhores aperfeiçoamentos para oferecer um ensino de qualidade para seus alunos. É importante relatar que segundo o art. 59 da Lei nº 2394/96 LDBN diz que: I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Diante dessa realidade é real afirma que os docentes não possuem nenhum tipo de matérias de cunho didático que possam trabalhar, como por exemplo com um aluno de baixa visão, um aluno cego e até mesmo com os alunos como intelectual (mental), o fato é que essas escolas não possuem esses materiais, assim também como um profissional na área para auxiliar de como melhor ensinar esses alunos.

Segundo os professores entrevistados não existe nenhum procedimento pedagógico de apoio ligado diretamente aos deficientes pois o que são oferecidos para esses alunos é o Atendimento Especializado Educacional (AEE) em contra turno o qual não tem ligação nenhuma com a metodologia das salas de aulas regulares.

Assim como na lei também está implícito que a escola tem que está em boas condições de infraestrutura

adequada para as com deficiência de acordo com o plano de municipal e educação (PME), a escola deve estar dentro do padrão do Ministério da Educação (MEC).

As três escolas estão completamente fora da estrutura para atender os alunos com deficiência, pois nenhuma delas tem sinalizações, rampas adequadas, corredores com pequenas elevações, banheiros apenas para pessoa sem deficiência, salas com pouca claridade e com poucas ventilações. É importa evidenciar a necessidade de estabelecer políticas educacionais que propiciem oportunidade às pessoas com deficiência, de acordo com seus direitos garantidos pela Constituição, visando sua participação e inclusão nos processos educacional, (PME, pág. 71), como também cursos de aperfeiçoamento aos professores da rede pública do ensino regular uma vez que são esses que estão de fatos com os alunos deficientes inclusos nas salas de aulas. Além disso que o currículo seja readaptado para garantir um ensino de qualidades.

Como previsto em lei compete ao Conselho de Educação municipal elaborar Diretrizes Curriculares municipais, em diálogo com os profissionais da educação especial, assim como a secretaria de educação oferecer cursos de capacitação e oficinas para que os professores inovem suas práticas metodológicas. Visto que se tenha benefícios no que tange a Educação especial na perspectiva da educação inclusiva para que de fato as pessoas com deficiência recebam uma educação de qualidade e seja protagonista da sua própria história.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio R. Martins, Lucia; Pires, José; Pires, Glauca; Melo, Francisco (Org.) A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. (Edufrn, p. 19-33). Natal, 2008.

BRASIL. Constituição Federal, São Paulo:18° Editora Saraiva, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Esplanada.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptação Curriculares/ Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial Brasília MEC/ SEF/ SEESP, 1988. 3ª ed. Vol. 1. Brasília MEC/SEF,2008.

BAPTISTA, C. R. Sobre as diferenças e as desvantagens: fala-se de qual educação especial? In: MARASCHIN, C. (Org.). Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BRIZOLLA, Francele. Políticas públicas de inclusão escolar: negociação sem fim. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre,2007.

CAMPOS, L. F. L. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia. Campinas: Alínea (2001).

CASTRO, C. M. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGrawHill, 1976.

_____. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Unesco, Brasília.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. MEC; SEEP.

OLIVEIRA, G. C. Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: Acesso em março de 2019.

MITTLER P. Educação Inclusiva: Contextos sociais. 1ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEC - Ministério da Educação. Publicações. 2012. Disponível em: Acesso em março de 2019.

MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

_____. Plano Municipal De Educação Oriximiná Prefeitura Municipal De Oriximiná Secretaria Municipal De Educação Conselho Municipal De Educação, 2009-2019.

PERRENOUD, P. Como se aprende o ofício de aluno? In: PERRENOUD, P. O ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto, Portugal: Porto Editora,1997.

USO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PARA POTENCIALIZAR AS VENDAS DE CURSOS GRADUAÇÃO EAD

USE OF SOCIAL MEDIA AS A MANAGEMENT TOOL TO BOOST SALES OF EAD UNDERGRADUATE COURSES

Dátolly Cortez Grippe¹

Willson Carlos Neves Chagas²

Rodrigo Lima Chagas³

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral analisar o uso das mídias sociais como uma ferramenta de gestão para potencializar as vendas de cursos graduação EaD no Pará. E como objetivos específicos verificar quais as mídias sociais que são mais utilizadas no ensino a distância no Pará nas IES pesquisadas, quantificar o número de alunos matriculados e que frequentam o EaD no Pará nas IES pesquisadas, e avaliar a mídias sociais que são mais utilizadas como ferramenta de gestão que potencializam as vendas de cursos de graduação no formato EaD no Pará nas IES pesquisadas. Este estudo se caracterizou como estudo teórico bibliográfico e documental, e ainda de campo do tipo exploratório e descritivo. A amostra do estudo foi do universo da população, porém foram excluídos 11 tutores que não responderam o questionário enviado, por não devolverem o questionário de pesquisa no período determinado, mesmo estando de acordo em participar da pesquisa, portanto ficando a amostra com 13 tutores. A coleta de dados se deu de forma on line, durante o período de duas semanas no mês de abril por meio de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas disponibilizado no Drive Google da pesquisa. E a análise dos dados foi feita de forma predominantemente quantitativa, tanto na pesquisa teórica quanto na pesquisa de campo, utilizando-se a estatística descritiva simples por meio de percentual simples. Pode-se observar que a maioria dos pesquisados atuam de 1 a 4 anos no formato EaD. Mais da metade dos pesquisados atende mais de 40 alunos por semestre. Os aplicativos mais usados nas aulas com os alunos são o WhatsApp e o Facebook. Conclui-se que é dado muito valor, pelos tutores, às mídias sociais. As instituições buscam cada vez mais possibilidades de comunicação mais econômicas e eficientes para o formato de ensino. E entende que o processo de inovação no EaD depende de um bom planejamento estratégico.

PALAVRAS-CHAVE: EaD; Mídias Sociais; Ferramentas de gestão.

ABSTRACT

The general objective of the study was to analyze the use of social media as a management tool to boost sales of undergraduate distance education courses in Pará, quantify the number of students enrolled and attending Distance Education in Pará in the HEIs surveyed, and evaluate the social media that are most used as a management tool that enhance the sales of undergraduate courses in Distance Learning in Pará in the surveyed HEIs. This study was characterized as a bibliographic and documentary theoretical study, as well as an exploratory and descriptive field study. The study sample was from the population, but 11 tutors who did not answer the questionnaire were excluded, as they did not return the research questionnaire within the specified period, even though they agreed to participate in the research, thus leaving the sample with 13 tutors. Data collection took place online, during the two-week period in April, using a questionnaire containing open and closed questions made available in the Google Drive of the survey. And the data analysis was done in a predominantly quantitative way, both in theoretical research and in field research, using simple descriptive statistics through simple percentage. It can be seen that the majority of respondents work from 1 to 4 years in the distance learning format. More than half of those surveyed serve more than 40 students per semester. The most used apps in class with students are WhatsApp and Facebook. It is concluded that social media is highly valued by tutors. Institutions are increasingly looking for more economical and efficient communication possibilities for the teaching format. And he understands that the process of innovation in distance education depends on good strategic planning.

KEYWORDS: Distance education; social media; Management tools.

¹ Acadêmico do curso de Maestría em Administración y Dirección de Empresas da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: dattolly@gmail.com

² Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: wilsonchagas@gmail.com

³ Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias E-mail: rodrigolchagas2@gmail.com

INTRODUÇÃO

Olhando um pouco para o passado, não tão distante, nossa comunicação com as pessoas que estavam distantes de nós, entre cidades, estados e países era feita por carta ao longo de muito tempo e somente a partir de 1840 é que as cartas eram enviadas de forma menos demorada com a utilização de selos oficiais. O telegrama passou a ser usado a partir de 1844. Posteriormente avançamos e nossa comunicação com o uso do telefone, a partir de 1876. Sentido a necessidade de termos mais informações nossa comunicação evoluiu para a televisão, a partir de 1928, inicialmente preto e branco, mais tarde de forma colorida, no Brasil a partir de 1972. Depois avançamos ainda mais para mais comunicação e mais informações por meio da informática, especialmente por meio da internet.

Com a ampliação e melhorias obtidas com a transmissão de dados pela internet surgiram as mídias sociais as quais cada vez mais avançaram e ainda avançam no nosso cotidiano, com isso todos os diversos serviços oferecidos ao população em geral no mundo passaram a “depende” também das mídias sociais, tais como serviços bancários, saúde e de educação. Especialmente a educação sofreu e vem sofrendo muita influência da utilização da internet por meio de mídias sociais, plataformas digitais, e muitos outros recursos que a transmissão *on line* possibilita. Com isso surge efetivamente, e se estabelece, o formato do Ensino a Distância – EAD com possibilidades como EAD semipresencial, ou totalmente à distância, como conhecemos hoje.

Esta modalidade de ensino surgiu “na cidade norte-americana de Boston. Desde então, vem revolucionando o ensino da educação seja de nível médio ou superior e já passou por diversas mudanças em seu formato. O método de educação a distância foi criado pelo professor Caleb Phillips, no século XVIII, de acordo com Estúdio Site (2020, p.1). No Brasil o EaD

iniciou em 1904, com o curso de datilografia por correspondência.

QUESTÕES A INVESTIGAR

Pelo exposto este estudo buscará responder a seguintes indagações:

- 1- Quais as mídias sociais que são mais utilizadas no ensino a distância no Pará nas IES pesquisadas?
- 2- Quais as mídias sociais que são mais utilizadas como ferramenta de gestão que potencializam as vendas de cursos de graduação no formato EaD no Pará nas IES pesquisadas?
- 3- Qual o quantitativo de alunos matriculados e que frequentam o EaD nas IES pesquisadas?

OBJETIVO GERAL

Analisar o uso das mídias sociais como uma ferramenta de gestão para potencializar as vendas de cursos de graduação EaD no Pará.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Verificar quais as mídias sociais que são mais utilizadas no ensino a distância no Pará nas IES pesquisadas.
- 2- Quantificar o número de alunos matriculados e que frequentam o EaD no Pará nas IES pesquisadas.
- 3- Avaliar as mídias sociais que são mais utilizadas como ferramenta de gestão que potencializam as vendas de cursos de graduação no formato EaD no Pará nas IES pesquisadas.

JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela importância da temática considerando que hoje no mundo a educação no formato EaD é uma realidade em franca expansão.

No Brasil este formato cresceu nos últimos anos de forma exponencial, de acordo com oead.com.br (2020, p. 1) “na última década o crescimento do EAD foi cerca de 17,6% em 2017. De quase 50 mil alunos inscritos nessa modalidade em 2003, passamos a mais de 1,3 milhão atualmente”.

MÍDIAS SOCIAIS:

SURGIMENTO, TIPOS E COMO PODEM SER UTILIZADAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD

Enfatiza-se que a educação a distância (EAD) vem se apresentando como diferencial na educação brasileira nas últimas décadas. Sua diversidade e variedade de acesso, de materiais, de formas de estudar atraem cada vez mais pessoas para descoberta desta nova modalidade de ensino. Da mesma forma como a EAD trouxe novidade para o meio educacional, onde se incluem as mídias digitais ao ato de ensinar, sendo consideradas uma inovação, porque transformou grandemente a forma como as pessoas se comunicam hoje em dia. Diversas são as mídias sociais utilizadas, cada uma com seu propósito, sua formatação, vantagens e desvantagens, e com a possibilidade de que seus integrantes participem de uma ou mais redes ao mesmo tempo.

SURGIMENTO DAS MÍDIAS SOCIAIS

Historicamente, o surgimento da internet (interconnected network) se deu como arma de guerra em 1957, em plena guerra fria¹, com a finalidade dos norte-americanos mostrarem sua superioridade tecnológica e científica, sobre a União Soviética e suas zonas influenciadoras (GASTALDEL, 2011).

Com isso, surgiram projetos nessa área da tecnologia e ciência apoiados pelos Estados Unidos, pois naquela época eram ligados a informática, sistemas operacionais e redes de computadores. Assim, um desses projetos foi a criação da primeira rede de

computadores, denominada ARPANET, que entrou em funcionamento em 1º de setembro de 1969. Menciona-se que a esta rede era aberta aos centros de pesquisa que colaboravam com o Departamento de Defesa dos EUA, na qual os cientistas também a utilizavam na comunicação entre os entusiastas da ficção científica (CASTELLS, 2012).

No Brasil, a Internet surgiu através da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), no ano de 1989. Daí em diante até aproximadamente 2000, a internet se manteve em fase de montagem, infraestrutura, desenvolvimento de tecnologias e aplicações avançadas de redes, chegando em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, com a utilização da internet americana, pois a espinha dorsal da rede brasileira ainda não estava totalmente consolidada (GASTALDEL, 2011).

Com a expansão da mídia *online*, a Internet adquiriu uma interface-pública com a Web 1.0, a qual se caracterizava por "uma versão on-line das primitivas estratégias de comunicação empresarial; por meio desse mecanismo, os executivos enviavam mensagens a seus grupos de interesses, que as 'digeriam'" (GASTALDEL, 2011, p.18).

Com o advento da internet, de acordo com dados da União Internacional das Telecomunicações, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) o mundo, no ano de 2015, chegou a 3,2 bilhões de usuários, cerca de 40% da população mundial (CASTELLS, 2012).

Os efeitos da globalização modificaram o pensamento das pessoas em relação à comunicação em rede, surgindo a Web 2.0, onde se tornou a segunda geração de serviços *online* por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo (STEIN; NODARI & SALVAGNI, 2018).

O conceito que define a Web 2.0 seria:

Web 2.0 é a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nessa plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva (TORRES, 2009, p.349).

A citação indica que a Web 2.0, é a capacidade que os internautas têm de produzir conteúdo e de interagir bem mais com o mundo. Entretanto, estudos recentes indicam que se está caminhando para uma nova fase de internet, a Web 3.0, definida em um momento futuro, com o uso da internet de forma mais inteligente, consciente e eficiente por todos (GASTALDEL, 2011).

Denominada de terceira geração da internet, a Web 3.0, é também chamada de *web* semântica, em que a interação entre computadores e pessoas é maior.

(STEIN; NODARI & SALVAGNI, 2018). Portanto, as mídias sociais, desde o seu surgimento, além da criatividade, interação e rapidez das novas tecnologias, apresentaram vantagens utilizadas pela comunicação por meio das tecnologias sociais na web em que o usuário interage ao trocar informações, repassar notícias e conteúdo para a rede de conhecidos, na qual se pode afirmar que faz parte da vivência do ser humano (GASTALDEL, 2011).

Com o advento da Internet diversas mudanças ocorreram à sociedade, com a possibilidade de expressão e sociabilização por meio das ferramentas de comunicação mediadas pelo computador a mais significativa, uma vez que nesta categoria, os espaços virtuais "possuem mecanismos de individualização e mostram as redes sociais de cada ator de forma pública e possibilitam que os mesmos construam interações nesses sistemas" (RECUERO, 2011, p. 103).

Desta forma, a fusão entre as mídias, a internet e a sociedade geraram o aparecimento das mídias sociais servindo como canais de tecnologia que

contribuem no estabelecimento, fortalecimento e aceleração das relações sociais. A comunicação, mediada pelo computador no ciberespaço, tem proporcionado às redes sociais um novo modelo de comunicação dos indivíduos nesse espaço que são representados pelos atores (pessoas que interagem com a rede) e suas conexões, sites ou páginas (SOUZA & GIGLIO, 2015).

Estes, por sua vez, configuram-se em espaços de interação onde são criadas as construções identitárias mostrando sua personalidade e individualidade. Logo, as redes sociais são expressas na internet por meio dessas ferramentas que possibilitam uma sociabilização e visibilidade, através desses espaços privados (CASTELLS, 2012).

A mobilidade de pessoas organizadas dentro das redes sociais propicia aos mecanismos digitais e virtuais o uso dessas ferramentas técnicas geradas pela internet, conhecidas como mídias sociais.

TIPOS DE MÍDIAS SOCIAIS

A educação à distância (EAD) vem se apresentando, ao longo dos anos, como diferencial na educação brasileira nas últimas décadas. O acesso a variedade de materiais e de formas de estudar atraem cada vez mais pessoas para descoberta desta nova modalidade de ensino. Da mesma forma como a educação a distância trouxe novidade para o meio educacional incluindo as mídias digitais ao ato de ensinar, a utilização de redes sociais também foi uma inovação, transformando grandemente a forma como as pessoas se comunicam hoje em dia.

Diversas são as redes sociais utilizadas, cada uma com seu propósito, sua formatação, vantagens e desvantagens, e com a possibilidade de que seus integrantes participem de uma ou mais redes ao mesmo tempo.

GOOGLE CLASSROOM

O Classroom faz o gerenciamento e manipulação dos conteúdos, utilizando o modelo de plataformas (Learning Management System- LMS) que é o “sistema de gestão de aprendizagem”, que são utilizadas em encontros presenciais, semipresenciais ou a distância.

Foi desenvolvida e criada para ser trabalhada no âmbito escolar, onde professores e alunos possam interagir e construir conhecimentos, servindo como apoio tecnológico e pedagógico em sala de aula. Além de facilitar um alcance maior na comunicação dentro e fora de sala de aula.

O Google Classroom (GC) foi criado em parceria com professores e alunos, com o intuito de facilitar a comunicação da turma, acompanhar o progresso dos alunos e ainda permitir que professores e alunos atinjam melhores resultados (GOOGLE, 2016).

Além de o Classroom contar com as principais características de gerenciamento de conteúdo como registrador, possui a característica de abordagem ativa, possibilitando a interação por parte dos alunos com a manipulação e inserção de seus próprios conteúdos e trabalhos, possibilitando a verificação e avaliação de trabalhos realizados.

TWITTER

O Twitter é vista como uma ferramenta de representação da alta tecnologia, mesmo sendo considerado um serviço relativamente novo (2006), por isso, vem sofrendo atualizações periódicas. Ele também é percebido como um componente que ajuda na criação de um simulacro, por fazer parte do ciberespaço, assim como seus usuários constroem seus perfis da maneira que desejam ser vistos (SILVA, 2010).

Neste tipo de mídia também há espaço para empresas e lojas de *e-commerce*, cuja prática comum entre elas é oferecer descontos aos seus seguidores, estimulando dessa forma o consumismo e fomentando práticas hedonistas. O *Twitter* tornou-se uma rede de

publicação na qual fica a critério do usuário publicar o que desejar.

FACEBOOK

Um das redes sociais que disseminou pelo mundo inteiro foi o Facebook. São várias razões para isso: pelo seu caráter inovador, pelas múltiplas possibilidades de uso e pelo grande número de membros. Logo, acredita-se que esta ferramenta pode ser utilizada também como instrumento didático na educação, especialmente na educação a distância visto que esta modalidade de ensino se utiliza de ferramentas tecnológicas e de ambientes virtuais de interação.

O Facebook disponibiliza diversos recursos que podem ser utilizados nas instituições de ensino superior, por exemplo, é interessante que o professor crie um perfil apenas para fins educativos, neste perfil, é possível criar um grupo para cada turma do professor. Por meio da utilização destes grupos, o professor pode comunicar-se com suas turmas e realizar propostas de trabalhos, debates e outros, com cada turma, separadamente. Caso haja alguma publicação que seja de interesse comum para todas as turmas, o professor poderá postá-la na página principal do seu perfil, dessa forma, todos os alunos que estão adicionados ao professor terão acesso a esta publicação (LEKA, 2014, p.4).

Como se vê é possível observar a utilização de ferramentas do Facebook que têm inúmeras opções de uso, inclusive o de cunho educacional, podendo perpassar por diversos níveis de ensino e modalidades.

WHATSAPP

É o aplicativo de mensagens instantâneas mais famoso e que pode ser também uma boa ferramenta para aproximar o ensino de seus alunos, permitindo a

troca de mensagens, áudios, fotos e vídeos de maneira ágil e prática. Nota-se que as redes sociais, que antes poderiam ser consideradas vilãs do ensino, quando bem utilizadas podem ser excelentes aliadas na promoção da comunicação nos dias atuais. Contudo, é preciso saber adequar-se ao ambiente e buscar o equilíbrio entre as práticas convencionais e modernas, mas tudo isso com o foco na melhoria da qualidade dos serviços.

INSTAGRAM

A premissa do Instagram é a publicação de imagens com legendas. Para se utilizar essa rede social em favor do estreitamento de laços entre a aprendizagem e os alunos, deve-se se possível promover a divulgação dos projetos feitos pela Instituição de Ensino por meio de fotos e pequenos vídeos. Com isso, além de servir como incentivo para os alunos, funciona bem para o engajamento das instituições nas mídias sociais, assim como outras plataformas sociais.

Um exemplo disso são as lives assistidas em tempo real por milhares de pessoas, pois chega a ter um engajamento, por meio deste aplicativo digital, muito maior em relação à média dos outros formatos de publicação.

Os benefícios das lives tem um papel primordial para a construção, aumento e manutenção da audiência. Trata-se de uma estratégia aparentemente simples (gravar e transmitir os lançamentos), mas que potencializa o buzz, curiosidade e interesse em torno dos seus produtos.

YOUTUBE

A maior plataforma digital de compartilhamento de vídeos não poderia ficar de fora. O YouTube já é um grande aliado quando o assunto é educação a distância, mas também pode ser usado para

disponibilizar conteúdo além do que é apresentado em sala de aula. A parte dos comentários serve para criar uma discussão sobre o assunto e ser o ambiente ideal para expor dúvidas e opiniões.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CIBERESPAÇO: NOVOS OLHARES E NOVOS CAMINHOS

A revolução tecnológica ocorrida na passagem do século XX para o atual trouxe significativas mudanças nos meios de comunicação e de produção: as tecnologias digitais possibilitaram mais um espaço social, com o diferencial de uma dinâmica físico-temporal sem precedentes que ocasionou a formação de novas práticas culturais (CASTELLS, 2012).

Esse lugar foi chamado de ciberespaço, cuja definição passa por um sistema de comunicação integrado baseado na linguagem digital, em que permite a distribuição de palavras, sons e imagens em escala global, resultando na circulação em escala global de bens culturais, com o alcance em indivíduos que poderão deles se apropriar e personalizá-los conforme sua identidade (CASTELLS, 2012).

Um ponto a ser destacado no sistema de comunicação que se configura como um dos traços distintivos dessa rede interativa é a velocidade com que ela e seus conteúdos se transformam, dificultando uma análise da cultura digital (LÉVY, 1999).

Desse modo, as interfaces tecnológicas podem se converter em recursos didático-pedagógicos possíveis de serem empregados em diferentes contextos e níveis educacionais, pois sua incorporação às práticas educativas deve ser feita “[...] sem negligenciar a indispensável mediação humana do acesso ao conhecimento” (LÉVY, 1999, p.173).

Isso significa que a educação mediada pelas tecnologias conectadas em rede deve ter como objetivo uma pedagogia alicerçada pela cultura digital com os seguintes aspectos: flexibilidade, abertura, interlocução, intercâmbio, complexidade, criação,

colaboração. Afora tais características, o foco nos resultados, deve ser permeado por uma prática educativa que deve se interessar por processos, relacionamentos e trocas estabelecidos entre e pelos sujeitos participantes do ato educacional (PANIAGO, 2016).

Nessa linha de raciocínio, ilustra-se que a EAD é uma modalidade que já vem experimentando significativo crescimento, o aprimoramento e a acessibilidade às tecnologias digitais. Para tal, pontua-se que por meio do acesso facilitado à internet, houve acesso com as conexões síncrona⁴ e assíncrona⁵ entre indivíduos situados em diferentes espaços e, assim, a EAD se apropriou desse fator para criar sua “sala de aula”, o chamado ambiente virtual de aprendizagem (AVA) (PANIAGO, 2016).

Com isso, é possível citar os desdobramentos desse feito, no qual permitiu àqueles impedidos de frequentar a escola convencional ou àqueles em busca de uma forma mais aberta de educação uma oportunidade de educar-se e profissionalizar-se formalmente, por meio de práticas educativas que permitem maior autonomia do estudante para organizar seu tempo e espaço de estudo.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: APORTE TEÓRICO

A educação a distância (EAD) é uma modalidade de ensino relativamente nova que trouxe muitas mudanças para a educação tradicional no Brasil. De acordo com os referenciais de qualidade para educação a distância do Ministério da Educação no país, a EAD obteve respaldo legal para sua concretização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que dispõe, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelos Decretos nº 2.494 e nº 2.561, de 1998, mas ambos revogados pelo Decreto nº 5.622, em

vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Diante dos diplomas legais supracitados, percebe-se que é a partir da publicação da LDB 9394/96, que a EAD encontra fundamentação legal para sua implementação em programas públicos com a expansão na rede privada e pública de ensino, mesmo com a existência de iniciativas desta modalidade no país anos antes da promulgação da lei educacional. Contudo, reitera-se que a referida lei, foi vista como um marco na história atual da modalidade a distância.

MÉTODO: CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

Este estudo se caracteriza como estudo teórico bibliográfico e documental, e ainda de campo do tipo exploratório e descritivo.

POPULAÇÃO DO ESTUDO

A população do estudo é composta por 24 tutores em curso de educação física EaD (licenciatura e bacharelado) de duas IES pesquisadas do sistema privado de ensino.

AMOSTRA DO ESTUDO

Constituiu-se do universo da população, porém foram excluídos 11 tutores que não responderam o questionário enviado, por não devolverem o questionário de pesquisa no período determinado, mesmo estando de acordo em participar da pesquisa, portanto ficando a amostra com 13 tutores.

COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados de forma *on line*, durante o período de duas semanas no mês de abril por meio de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas disponibilizado no Drive Google da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados de forma predominantemente quantitativa, tanto na pesquisa teórica quanto na pesquisa de campo, utilizando-se a estatística descritiva simples por meio de percentual simples.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscando analisar de forma profunda os aspectos relacionados a gestão através das mídias sociais e como isso ocorre no processo de Ensino a Distância (EAD), foi solicitado que os professores tutores respondessem um questionário online sobre essa questão. Na primeira parte do questionário buscamos compreender o perfil amostral.

Foram tutores de ambos os sexos, de idade média de 38 anos (7,96), em sua maioria do sexo feminino (84,6%), sendo masculino apenas 15,4%. Residentes nas cidades de Belém, Altamira, Tucuruí, Novo Repartimento, Tailândia, Marabá e Cametá. Sendo em sua maioria especialistas (71,4%), conforme podemos conferir nas tabelas e gráficos abaixo, respectivamente:

TABELA 01 - Gênero e Idade

GÊNERO	Nº
FEMININO	11
MASCULINO	2
IDADE MÉDIA	38 ANOS

FONTE: Coleta de dados, 2020.

O estudo de Anuário (2007) relata o perfil dos alunos da EAD no Brasil e apresenta as seguintes características: quanto aos aspectos de gênero, o sexo masculino é predominante para os cursos de educação básica/técnica/EJA (credenciamento estadual) e o sexo feminino para cursos de graduação e pós

(credenciamento federal); quanto à idade média dos alunos, prevalece o número de estudantes com mais de 30 anos de idade (ANUÁRIO, 2007). Isso significa dizer que mesmo com a amostra pequena, o perfil do estudo corrobora com os resultados obtidos conforme a tabela 1.

Na segunda parte do questionário nos aprofundamos na atuação dos tutores/gestores. 33,3% atuam no EAD no município de Tucuruí, e em segundo lugar 25% da amostra se encontra no município de Belém. Sendo que 71,4% atua na instituição Unopar e 28,6% na Uniasselvi.

O município de Tucuruí faz parte da mesorregião do sudeste paraense, possui 97.109 habitantes e 2.086 km² e situa-se a 310 km de Belém, capital do Estado do Pará. Faz limites com os municípios de Baião (ao norte), Novo Repartimento (ao sul), Breu Branco (a leste) e Pacajá (a oeste), segundo informações do IBGE (2010).

Ainda acompanhando a atuação profissional dos tutores, foi questionado sobre o tempo em atividade, quantitativa de alunos em média que eles atendem, se essa média aumenta a cada semestre, e a média de alunos no atual semestre (1/2020). De acordo com os gráficos a seguir, respectivamente.

Os tutores dividiram-se em experiência na EAD de 1 a 2 anos (28,6%), 2 a 3 anos (28,6%) e 3 a 4 anos (28,6%), apenas 14,3% atuam a mais de 5 anos. O sucesso do enfoque inovador da educação a distância requer a construção coletiva de várias figuras envolvidas, principalmente a experiência dos especialistas, corpo docente, tutores e até mesmo os alunos e prepare a formatação de um banco de modelos ou de casos que serão compartilhados entre todos os envolvidos (ARAÚJO, et. al., 2013) para que todo o sistema esteja em harmonia para atender necessidades emergenciais.

Quanto ao quantitativo de alunos, verificou-se que os tutores atendem em média 38 alunos (Gráfico 6) e que segundo 42,9% deles essa quantidade aumenta a cada semestre, e 35,7% afirma que esse acúmulo pode variar (Gráfico 7). No semestre atual, (1/2020) foi aferido que a quantidade de alunos foi entre 41 e 50 alunos em 35,7% dos tutores (Gráfico 8).

Entre os anos de 2004 a 2007, o crescimento da EAD foi de 24,9% no número de alunos e de 14,2% de instituições que ofertam a modalidade (ARAÚJO, et. al. 2013). Em detrimento a esse aumento no número de matrículas, deve-se considerar a qualidade do ensino, pois segundo Moore e Kearsley (2008), as instituições educacionais devem monitorar os seguintes fatores relacionados à qualidade: quantidade e qualidade de consultas e matrículas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mídias sociais possuem papel fundamental na mudança da natureza das comunicações dentro e fora das organizações. A imersão da mídia social baseada na internet possibilita que uma pessoa se comunique com centenas e milhares de pessoas sobre produtos e empresas.

Nesse ambiente, as empresas têm buscado possibilidades de comunicação mais econômicas e eficientes para seus produtos e serviços. Portanto, as organizações têm buscado usar as mídias sociais para conseguir benefícios em seus negócios, como o aumento de vendas, otimização de seus sites e melhoria do relacionamento com seus clientes. E como vimos, as instituições educacionais não ficam de fora, principalmente na Educação a Distância, buscando matrículas, feedback de alunos para a otimização do serviço e consequente qualidade no processo de ensino.

O processo de inovação na Educação a Distância depende intrinsecamente de um

planejamento estratégico firmado em componentes e áreas interligadas que suportem mudança radical da estrutura da instituição e da cultura organizacional representada nos diferentes estratos do sistema de tomada de decisão e dos colaboradores.

REFERÊNCIAS

ADOLPHO, Conrado. **Os 8 Ps do Marketing Digital** - o Seu Guia Estratégico de Marketing Digital, 2011.

ARAÚJO, E. M. et al. **A gestão da inovação na educação a distância**. Gest. Prod. v. 20, n. 3, p. 639-651. São Carlos, 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4.ed. Campinas: Editores Associados, 2006. 115p.

BRASIL, **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. In: Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Disponível em: <http://www.portalmeec.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.622**, DE 19 DE dezembro DE 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2005.

BRANCO, Lílian Soares Alves. **O Papel do Aluno e tutor Na Educação a Distância**. Artigos 08/05/2017. <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-papel-do-aluno-e-tutor-na-educacao-a-distancia>. Acesso em 14 mai. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** - a era da informação. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CYSNEIROS, P. G. **Novas Tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora?** Informática Educativa, Uniandes-LIDIE, v. 12, n. 1, p. 11-24, 1999.

FARIAS, Moisés Rocha; NUNES, Maria Simone Mendes. O uso da rede social Facebook como ferramenta em EAD. **Revista Aprendizagem em EAD**, 2019, vol 8, Taguatinga—DF Agosto/2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead>. Acesso 2 abr. 2020.

GASTALDEL, Amanda Henriques da Silva. **Eu curto: As possibilidades do uso das redes sociais na comunicação das empresas**. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social. Faculdade de Comunicação Social da UFJF, 2011, 84p.

IAQUINTO, K. **Caminho estreito para a banda larga**. Conjuntura Econômica, v. 64, n. 9, p. 27-31, set. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JOVITA, A. G. **As Redes Sociais como Ferramenta de Otimização no Mercado**. Inn Congresso Internacional de Administração: Gestão Estratégica: Criatividade e Interatividade. 2013.

KIMURA, H. et al. **Redes Sociais e o Marketing de Inovações**. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE • Volume 9, n. 1, p. 157-181. São Paulo, 2008.

KANTER, Beth. **8 Principles for Using Social Media Effectively**. Disponível em: <http://www.beth.typepad.com/beths_blog>. Acesso em: 7 abr. 2020.

EKA, ALINE REGIS. Grinkraut. Melanie Lerner. In: **A utilização das redes sociais na educação superior**. 2015. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br>>. Acesso 4 abr. 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, S. **Six factors to consider when planning online distance learning programs in higher education**. Online Journal of Distance Learning Administration, v. 6, n. 1. Spring, 2003.

LITTO, F. FORMIGA, M. **Educação a Distância**: O estado da arte. v. 2. Pearson Educacion do Brasil, São Paulo, 2012.

LINHARES, R.N., CHAGAS, A.M., and SILVA, E.M.R. **Interações no ciberespaço**: estudos e pesquisas sobre o Whatsapp na educação no Brasil e Portugal. In: PORTO, C., OLIVEIRA, K.E., and CHAGAS, A., comp. Whatsapp e educação: entre mensagens, imagens e sons [online]. Salvador: Ilhéus: EDUFBA; EDITUS, 2017, pp. 87-111.

LOPES. Maria Cristina Lima Paniago. **Educação a distância no ensino superior**: uma possibilidade concreta de inclusão social. 2010.

LORENZO, Eder Maia. **O papel das redes sociais na Educação a Distância**. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/47629/o-papel-das-redes-sociais-na-educacao-a-distancia#ixzz3LGVZb4zd>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MADEIRA, Carolina Gaspar; GALLUCCI, Laura. **Mídias Sociais, Redes Sociais e sua Importância para as Empresas no Início do Século XXI**. Intercom –

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2019.

MILL, Daniel; BRITO, Nara; SILVA, Aparecida Ribeiro da; ALMEIDA, Leandro Fagner. Gestão da educação a distância (EAD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EAD. **Revista Vertentes** nº 35. Universidade Federal de São João Del Rey, janeiro a julho de 2010.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza.(Org.).**Redes de Aprendizagem na EaD**.Atena Editora, 2019.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez / UNESCO, 2000.

MOORE, M., KEARSLEY, G. **Distance education: a systems view**. Belmont: Wadsworth Publishing Company. 290 p 1996.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: A REALIDADE NO DISTRITO FEDERAL, O ESTADO DA CAPITAL DO BRASIL**PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS: THE REALITY IN THE FEDERAL DISTRICT, THE STATE OF THE CAPITAL OF BRAZIL**Willson Carlos Neves Chagas¹Rodrigo Lima Chagas²Dátolly Cortez Grippe³**RESUMO**

O presente estudo tem como tema as Parcerias Público-Privadas (PPPs). São analisados seus aspectos no Brasil e no Distrito Federal (DF) (unidade da federação onde fica Brasília, a capital brasileira), além de discorrer sobre as PPPs no exterior. Após abordar o Estado brasileiro e suas nuances, no que tange a PPPs este estudo apresenta primeiro os aspectos internacionais, para em seguida entender como a definição brasileira é uma subclasse da internacional, e então alude como as PPPs ocorrem no Distrito Federal. Como a infraestrutura é tida hoje por requisito para que um país se desenvolva social e economicamente, a pergunta-problema deste estudo é: "As Parcerias Público-Privadas são uma forma eficiente de parceria / negócio / atração de investimentos?". Para esse efeito, procedeu-se a uma revisão de literatura e uma pesquisa de campo. A revisão bibliográfica baseou-se em diversos autores competentes no assunto e no que há de mais atual sobre o tema. A pesquisa de campo foi realizada seguindo metodologia de questionários aplicados a profissionais atuantes na área de PPPs no Distrito Federal. Cada um dos 15 (quinze) profissionais que se encaixaram nos requisitos estabelecidos para integrar a amostra respondeu perguntas desenhadas a averiguar a realidade prática atual das Parcerias Público-Privadas e avaliar se elas são uma forma eficiente de parceria / negócio / atração de investimentos. Com a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo obteve-se informações importantes, dentre elas a satisfação geral com os moldes atuais, apesar de possíveis e desejáveis melhorias terem sido apontadas, e a verificação de que as PPPs exercem papel relevante no desenvolvimento social e econômico do país. Dentre as informações importantes obtidas, além da relativa satisfação geral com os moldes atuais, evidencia-se que os resultados até então obtidos, apesar de favoráveis, ainda não são contundentes quando se avalia o benefício resultante para os cidadãos; havendo, todavia, consenso de que o Governo do Distrito Federal (GDF) está tirando boas lições e evoluindo no processo das PPPs. Concluiu-se, também, que, apesar de aprimoramentos serem desejados por profissionais da área, as Parcerias Público-Privadas são de grande valia para os desenvolvimentos interno e externo do país.

PALAVRAS-CHAVE: Parceria Público-Privada; Infraestrutura; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study focuses on Public-Private Partnerships (PPPs). Its aspects in Brazil and in the Federal District (DF) (state where Brasília, the Brazilian capital, is located) are analyzed, in addition to discussing PPPs abroad. After exploring the Brazilian State and its nuances, referring to PPPs this study presents first the international aspects, then understand how the Brazilian setting is a subclass of the international, and then alludes how the PPPs occur in the Federal District. As infrastructure is now a prerequisite for a country to develop socially and economically, so the question-problem of this study is: "Public-Private Partnerships are an effective way to attract investments?". For this purpose, the bibliographic review was based on several authors competent in the subject and on what is most actual on the subject. The Field research was carried out following methodology of questionnaires applied to professionals in the area of PPPs in the Federal District. Each of the 15 (fifteen) professionals who fit the requirements established to integrate the sample answered questions designed to assess the current practical reality of Public-Private Partnerships and assess whether they are an efficient form of partnership / business / investment attraction. With the analysis of the data obtained in the field research important information was obtained, among them the general satisfaction with the current molds, although possible and desirable improvements have been pointed out, and the verification that the PPPs play a relevant role in social and economic development of the country. Among the important information obtained, besides the relative general satisfaction with the current models, it is evident that the results obtained until then, although favorable, are still not conclusive when evaluating the resulting benefit for the citizens; but there is a consensus that the Federal District Government (GDF) is taking good lessons and evolving in the PPP process. It was also concluded that, although improvements are desired by professionals of the area, Public-Private Partnerships have great value for the internal and external developments of the country.

KEYWORDS: Public-Private Partnership; Infrastructure; Development.

¹ Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. **E-mail:** wilsonchagas@gmail.com

² Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias **E-mail:** rodrigochagas2@gmail.com

³ Acadêmico do curso de Maestría en administración y dirección de empresas da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. **E-mail:** dattolly@gmail.com

INTRODUÇÃO

Algo de grande relevância e que influencia os aspectos econômicos e sociais do país é a infraestrutura. É ela que possibilita a boa fluidez do comércio e da vida nas localidades; é ela que possibilita ampliações e acréscimos no volume de negócios; é da infraestrutura que depende um país para conseguir firmar relações comerciais com outro.

O Brasil era promotor direto das suas obras de infraestrutura, porém muitas vezes com desenvolvimento, custos e gestão questionáveis. Diante destas constatações e do fato de que o país carece de infraestrutura para se desenvolver, tanto econômica quanto socialmente, surgem as PPPs como alternativa.

Parcerias Público-Privadas – PPPs – são acordos entre os setores público e privado para a realização conjunta de determinado serviço ou obra de interesse da população.

A intenção com as PPPs é proporcionar obras e serviços de melhor qualidade à população e ao país como ente. Isso aliado ao compartilhamento de riscos e de investimentos entre os setores público e privado.

Em uma PPP, é usual que o financiamento, a execução do projeto e sua operação fiquem a cargo do parceiro privado. Em contrapartida o Estado remunera seu parceiro conforme desempenho no serviço prestado. Ao fim do contrato, que tem prazo determinado, o que foi construído fica para o Estado.

Dessa forma as Parcerias Público-Privadas se apresentam como alternativa para preencher as lacunas de infraestrutura. Esse tema é abordado no presente estudo.

Para preencher tais lacunas, as PPPs se prestam primordialmente como captadoras de investimentos; respeitando os objetivos para os quais as Parcerias Público-Privadas foram criadas.

Em relação ao acima exposto, o tema deste trabalho foi escolhido por causa da sua relevância no que

diz respeito ao desenvolvimento microeconômico e social de uma região e ao desenvolvimento macroeconômico de um país.

O presente trabalho tem como objetivo geral explorar se as PPPs são uma forma eficiente de parceria / negócio / atração de investimentos e como objetivos específicos descrever a história das Parcerias Público-Privadas, mostrar como é feita a parceria no exterior, mais especificamente em Portugal, e apresentar como são feitas as PPPs no Brasil, abordando mais pontualmente a realidade no Distrito Federal.

O ESTADO BRASILEIRO

O Estado é conhecido como a coletividade organizada politicamente dentro de um território definido. Dessa forma, o Estado é uma conexão entre a realidade sociocultural e os fenômenos políticos, envolvendo um território, conjunto de pessoas e o poder político voltado para a consecução do interesse coletivo (Mozzicafreddo, 2001).

No que diz respeito à sua estrutura interna, entende-se que o Estado é possuidor de uma composição dualista, em que coexistem a autoridade e a sujeição, conectando o poder e a coletividade. O Estado, ao mesmo tempo em que busca compreender o interesse coletivo, também se baseia na unidade, pois a prevalência do poder juntamente com a coesão territorial depende da centralização da comunhão coletiva.

No início da década de 1990, começaram a surgir várias idéias quanto à atual atuação do Estado, com aspectos assentados em um Estado menos intervencionista, tendo o mercado o principal agente na condução da economia, ou seja, o Estado Liberal.

Devido às mudanças ocorridas a partir da Reforma Administrativa brasileira e outras que ocorreram ao longo do tempo, considerando-se também o crescente endividamento externo no Brasil nos anos 80, surgiu a

necessidade de a administração pública do país encontrar alternativas para atender às demandas coletivas sem comprometer os cofres públicos.

Nos dias atuais o governo deve buscar a otimização de seus investimentos e, assim, dirigir seus esforços para atividades preferenciais, como infraestrutura, e sua eficiência.

Diante do exposto, surge questão sobre contribuição das PPPs na potencialização dos investimentos em infraestrutura dentro do país.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Entende-se por Políticas públicas os conjuntos de ações, atividades e programas implementados direta ou indiretamente pelo Estado, contando com a participação de entes privados ou públicos, que têm por objetivo assegurar direitos de cidadania, sejam eles constitucionais ou afirmados pelo reconhecimento social ou pelos poderes públicos.

A formalização do tema políticas públicas está diretamente relacionada a Harold Lasswell, sendo muito utilizado como tema de pesquisa no ensino graduado e pós-graduados EUA na década de 1930. Nos anos de 1960 e 1970 este assunto ganhou aspecto

interdisciplinar. Na década de 1980, o ramo mais importante da administração pública se tornou o estudo das políticas públicas.

O setor privado marcou sua participação no aumento e na prática de investimento em projetos públicos que foram impulsionados pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995². Conforme Dagoberto Antônio Redoschi (2014) conceitua, esta lei instituiu um novolimito jurídico para a prestação de serviços públicos por administradores privados conforme acolhido no artigo 175 da Constituição Federal. Diante de um processo licitatório de concorrência, uma empresa privada ou consórcio desta prestará um serviço de caráter público, antecedido ou não da execução de obra pública.

Devido à complexidade que a sociedade moderna vem demonstrando, se fazem necessários vários processos de negociação e troca para o financiamento de políticas públicas.

Redoschi (2014) diz que ao ser comparado com países mais progredidos, no Brasil o desenvolvimento e a implementação de projetos de investimentos que compreendam a cooperação entre os setores público e privado ainda são muito recentes, quer seja na forma de concessões comuns ou sob o regime das PPPs.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

Atualmente o Estado eficiente não configura apenas a contínua modernização da administração pública no ocidente, mas também a admissão de novos moldes de gestão empresarial e orientação para uma postura administrativa focada em resultados e impactos econômicos no mercado.

Nesse sentido, Moraes (2003) afirma que o princípio da eficiência impõe à administração pública, direta e indireta, e a seus agentes a persecução do bem comum, utilizando da melhor forma possível os recursos públicos, evitando desperdícios e possibilitando crescimento na rentabilidade social.

Verificou-se que nas duas últimas décadas desenvolveu-se um processo quase contínuo de reforma da gestão pública e de rearranjo nas relações tradicionais existentes entre o Estado, a economia e a sociedade.

Dessa forma, as mudanças vieram por meio de redução do quantitativo de agentes públicos, privatizações, reestruturação da administração pública, novos tipos de regulação e responsabilização, e aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos. Esta estratégia de modernização da administração assenta na ideia de maior liberdade de gestão mediante o estabelecimento de contratos de gestão com a administração e os ministérios respectivos, onde é definida uma série de elementos, tais como as tarefas, os resultados, os objetivos, os recursos e o pessoal, visando

particularmente uma articulação especial entre o público e o privado na procura de uma melhoria da qualidade dos serviços e da eficiência nas tarefas de execução. (Mozzicafreddo, 2001, p. 5).

A década de 90 deu início à abertura comercial brasileira, o que requereu ajustes e modificações relevantes das empresas nacionais para que estivessem aptas a ingressar no disputado mercado mundial. No entender de Périco e Rebelatto (2005), essas mudanças empresariais não foram apenas internas aos escritórios, mas também chegaram à administração das cadeias produtivas das empresas. Périco e Rebelatto (2005) destacam ainda que esta sustentação econômica requerida depende de uma série de fatores como: Controle dos gastos e do déficit público e investimentos em infraestrutura, com o objetivo de aumentar a competitividade e produtividade das empresas brasileiras. Infraestrutura está intimamente relacionada ao aumento da produtividade da indústria.

Entretanto, o tal controle dos gastos públicos caminha na direção contrária à necessidade de investimentos em infraestrutura, tradicionalmente efetuados pelo Estado. (Périco e Rebelatto, 2005, p. 1033). Em decorrência da insuficiência de recursos governamentais para serem aplicados em investimentos, sobretudo em infraestrutura, surgiu, neste cenário, espaço para a iniciativa privada no financiamento de obras e serviços públicos. Várias são as arrumações de contrato entre os setores público e privado, sendo mais recente o relativo a Parcerias Público-Privadas (PPP) (Périco e Rebelatto, 2005).

INFRAESTRUTURA NO BRASIL

É de valia iniciar esta parte do estudo com uma frase da célebre Margaret Thatcher, onde diz: “Eu e você andamos de ônibus, mas os economistas andam de infraestrutura”.

Várias nações enxergam infraestrutura como fator prioritário para seus países. Diante desta colocação,

Raiser et al. (2017) destacam que para se desenvolver economicamente, para obter correlação entre os mercados interno e externo e para conseguir proporcionar oportunidades econômicas a todos, um país precisa de infraestrutura, e em diversos setores.

A infraestrutura é citada, também pelo Banco Mundial, como uma das formas de melhor acelerar o crescimento brasileiro.

Conforme o exposto pelo McKinsey Global Institute (2014), o Brasil:

Precisará explorar novos modelos de financiamento para atender às enormes necessidades de infraestrutura nos próximos anos. Aproximadamente 75 por cento do total de investimentos realizados nos últimos quatro anos contou com financiamento público, mas essa proporção será difícil de sustentar (Quadro 35). Na verdade, o governo vem sinalizando que não será capaz de realizar todos os investimentos necessários nos próximos anos. O Brasil terá que criar mecanismos para atrair uma maior participação do investimento privado, caso pretenda fechar a lacuna de infraestrutura. (Elstrodt et al., 2014, p. 81)

Com a permanente repressão da demanda mundial depois da recessão global dos anos de 2007-2008, “o investimento em infraestrutura é visto como uma receita para despertar o crescimento econômico” (IMF, 2014); (World Bank Group, 2017).

Todavia, para Raiser et al., (2017) são vários os países em que quase sempre o incremento de infraestrutura é confrontado com dois desafios:

- Em primeiro lugar – aplicar em infraestrutura com discernimento e eficiência não é simples. Por vezes questões políticas se chocam com as técnicas e acabam por obscurecer a eleição do projeto mais apropriado, além de não se poder relevar os aspectos sociais e ambientais.
- Segundo lugar - em muitos países, os recursos públicos encontram-se exauridos devido a anos de baixo crescimento e compromissos rígidos de despesas com

previdência social. Embora o investimento privado em crescido consideravelmente desde a década de 1990, em muitos casos ele não foi suficiente para compensar o declínio do investimento público.

Nos estudos apresentados por Raiser et al., (2017) o principal argumento é que o Brasil precisa e pode majorar expressivamente a eficácia dos seus custos com infraestrutura, bastando, para tanto, refazer sua competência em planejamento, bem como melhor gerir os ativos de infraestrutura. O financiamento público continuaria restrito devido à postura de ajuste fiscal em vigor, porém, o investimento privado proporcionaria uma possibilidade de se tornar um substituto eficaz, a menos que houvesse melhora na governança de infraestrutura. Segundo o Banco Mundial (2017), o estoque de infraestrutura física no Brasil está aquém do que a maioria dos países com nível de renda parecido, o que pode ser constatado nos casos específicos da infraestrutura de transportes e de saneamento básico. Depois de apreciáveis melhorias que foram alcançadas nos 20 últimos anos, consta dizer que o alcance a telecomunicações e a eletricidade está na média dos países com renda intermediária. Por um lado, esse fato se dá pela dimensão do território brasileiro, que, ao passo em que eleva os desafios, reflete o quão importante é investir em conectividade.

Ainda diante da conceituação de Raiser et al., (2017), o acesso a serviços infraestruturais no Brasil cresceu na última década e os principais motores desse avanço foram:

Os efeitos tardios dos programas de privatização dos anos 1990 (principalmente no setor de telecomunicações); a adoção de programas públicos visando à expansão da cobertura em áreas remotas (principalmente no setor elétrico, graças ao programa Luz Para Todos); e a combinação do aumento rápido da renda familiar e da redução da desigualdade até 2014, o que atraiu investimento privado para melhorar a prestação de serviços em áreas remotas. (Raiser et al., 2017, p. 3).

MÉTODO

O presente trabalho inclui pesquisa de campo do tipo Quanti-Qualitativo de caráter descritivo.

Enquanto a análise quantitativa é prioritariamente baseada em números, quantificações e uso de perguntas fechadas para levantamento, a análise qualitativa é principalmente focada em aspectos qualitativos de uma determinada questão; a parte subjetiva do que abordam o problema.

Diz-se de uma análise Quanti-Qualitativa que ela reúne elementos tanto do tipo quantitativo quanto do tipo qualitativo; uma vez que não são excludentes entre si.

A pesquisa de campo deste trabalho agrupa aspectos de análise quantitativa e de análise qualitativa à medida em que aplica questionário praticamente fechado, analisa dados numericamente, mas aborda subjetividade relativa ao tema das Parcerias Público-Privadas.

O tipo Quanti-Qualitativo se mostra, mais uma vez, quando o que se observa é o comportamento, a opinião e a posição de um grupo de profissionais, mas há tratamento em números destes resultados e a amostra de pessoas pesquisadas é reduzida.

O caráter da pesquisa de campo do presente trabalho é descritivo, uma vez que tema e a questão-problema são explorados com base no posicionamento atual e real dos entrevistados.

Segundo Lakatos e Marconi, 2003, a pesquisa de caráter descritivo tenta descrever mais detalhadamente fatores que ajudam nossa compreensão a respeito do tema e da questão-problema. Para tanto, coleta-se um grande número de informações sobre uma questão delimitada.

Esta pesquisa de campo confirma seu caráter descritivo e se afasta do caráter exploratório ao passo em que visa definir opiniões, atitudes e comportamento de um determinado grupo e é, ao mesmo tempo, pré-

planejada e estruturada para que as informações coletadas possam ser estatisticamente inferidas em uma determinada população de profissionais do mesmo ramo dos entrevistados.

Para tanto, foi aplicado um questionário. Tal método utilizado é predominantemente composto por perguntas fechadas (questionário fechado ou *survey*). Porém, por haver campo para manifestação aberta em duas perguntas, mesmo que opcionais às opções fechadas de respostas, o questionário utilizado deve ser teoricamente classificado como misto, de acordo com Vergara, 2012.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em síntese do que se apurou com a pesquisa de campo, os profissionais públicos questionados acreditam que as Parcerias Público-Privadas são positivas para o desenvolvimento brasileiro, sendo hábeis para combater gargalos de infraestrutura. Assim, seria difícil para o governo, apenas por meio de suas empresas, promover as iniciativas necessárias ao crescimento da economia, independentemente de ter ou não recursos suficientes.

O modelo atual das PPPs foi considerado satisfatório do ponto de vista de colaboração entre o setor público e o setor privado para promover tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento social, apesar de que por apenas uma resposta a maioria dos respondentes considera que o valor mínimo para contratos de PPP deveria ser reduzido, uma vez que num contexto de mercado restrito e de baixa atratividade do país para grandes empresas investidoras, abrir-se-ia a possibilidade de participação de empresas de menor porte nas parcerias que demandem menores valores.

Apesar de o modelo presente ser satisfatório, a realidade não passa a mesma confiança. Por uma diferença apertada, oito dos quinze respondentes acham que a maioria dos projetos viabilizados por meio de PPP não protegeram o interesse público como deveriam ou não maximizaram o benefício para os cidadãos, talvez

pela menor capacidade dos administradores públicos na elaboração dos projetos ou pela execução questionável por parte do parceiro privado. Essa falta de unanimidade recebe apoio no fato de que 87% dos profissionais consideram que o governo do Distrito Federal está tirando boas lições com as PPPs que já contratou e, com isso, vem evoluindo no processo das Parcerias Público-Privadas.

A pesquisa de campo indicou que as Parcerias Público-Privadas, apesar da distância existente entre a teoria do negócio e a execução prática, são vistas como uma possibilidade positiva para o desenvolvimento econômico e social, melhorando assim a condição de progresso do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como tema as Parcerias Público-Privadas e a maneira como essa modalidade de parceria se dá atualmente no âmbito do Governo do Distrito Federal. Abordou-se o universo das PPPs desde seu surgimento até os dias de hoje (2018), pincelando o contexto internacional e tratando do seu desenvolvimento, sua estrutura e seus objetivos.

Parceria Público-Privada é um fenômeno recente, uma ferramenta administrativa e de negócio de parceria concebida para promover políticas públicas e infraestrutura por meio da atração de investidores.

Num mundo de constantes transformações, onde as demandas devem ser bem observadas, gradualmente se manifesta a imposição de que governos passem para o setor privado algumas atribuições tradicionalmente públicas. Desse modo, observa-se, em geral, que o Estado vem deixando o papel de produtor de bens e serviços e assumindo mais o papel fiscal e de regulador econômico e mercadológico.

No início, o Estado era tido como o promovedor predominante da economia brasileira, desenvolvendo praticamente por si só a infraestrutura do país. As causas seriam a ideologia nacionalista e o fato de o setor privado

não poder investir em negócios com investimentos altos e retornos demorados. Além disso, não havia obtenção direta de recursos estrangeiros, o que veio a acontecer mais tarde.

No decorrer dos anos, para que o desenvolvimento continuasse era necessária a continuidade nos investimentos. Para tanto, o governo utilizava recursos das empresas públicas ou fiscais, além de contratar empréstimos no Brasil e no exterior, o que desencadeou um grande endividamento do Estado.

Porém, houve mudanças na realidade brasileira com restrições das fontes nacionais e internacionais de recursos e com falhas estruturais no Poder Público, o que configurou redução dos investimentos em infraestrutura no país.

É nesse contexto que tentou-se melhorar o panorama brasileiro dando início às privatizações e a mudanças no governo. O foco maior do Estado passa a ser fiscalização e regulação, em vez de atuar por meio de empresas.

Mesmo com esses moldes, o Estado brasileiro tinha que arcar com os compromissos legais e continuar respondendo pelas reivindicações essenciais da sociedade. Diante disso, as Parcerias Público-Privadas surgem como alternativa para que o Estado continuasse a exercer sua função.

A PPP é uma possibilidade, bem como as privatizações e as concessões que acontecem no processo de modificação do papel estatal na economia, tal como também ocorre em outros países. No Brasil o Estado passa de construtor a fiscalizador e regulador, ou seja, este modelo está relacionado à propriedade que o Estado tinha em diversos setores, como mineração, petroquímica, siderurgia, comunicações e transportes. O próprio crescimento e o amadurecimento econômicos com o desenvolvimento do país requerem iniciativas e recursos tão variados que o Estado brasileiro desassistido, por meio apenas de suas empresas, não tem capacidade de oferecer.

As Parcerias Público-Privadas se mostram como um instrumento crucial para que a administração pública (governo federal, estados e municípios) venha a retirar o foco da administração dos investimentos, passando-os ao setor privado, mantendo suas funções regulatória e fiscalizadora.

A cada nova PPP, surge um novo desafio e uma nova motivação, apontando o aprimoramento constante do modelo, quer seja no referente a gestão, contrato ou regulação, visando promover cada vez mais garantias a todos e melhor alocação do capital.

Da presente forma, tem-se a Parceria Público-Privada como uma evolução institucional que propicia investimentos em infraestrutura, campo vital para a preservação do desenvolvimento da economia.

Conforme o Banco Mundial (2017), a maior parte das outras nações com nível parecido de renda têm estoque maior de infraestrutura do que o Brasil. Tal fato se comprova mais especificamente no relativo a saneamento básico e a transportes.

Gargalos na infraestrutura restringem a produtividade e geram um país de baixa atração para investidores, sejam de dentro ou de fora do Brasil. Ao mesmo tempo, a infraestrutura social, por não receber investimentos, mantém a marginalização e a desigualdade sociais. Por outro lado, a cooperação entre os setores público e privado por meio de parcerias poderia resultar em um Estado mais eficiente, com mais investimentos em infraestrutura e, assim, contribuir tanto com o desenvolvimento econômico quanto com o social.

REFERÊNCIAS

Barbosa, M., Cabral, S., & Loiola, E. *Mitigação de riscos em PPP: o caso do emissário submarino de Salvador, na Bahia*. In **Panorama das Contas Públicas**, v.1, p.149 – 162, 2009. ISSN: 2176-8803. Acesso em 11 Out. 2017. Disponível: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25554>

Barros, C. M. *Parceria Público-Privada: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente*. Artigo –

Azevedo Sette advogados. Acesso em: 29 Out. 2017. Disponível em: www.azevedosette.com.br/ppp/artigos/exibir/parceria_publica_privada_um_breve_estudo_sobre_a_experiencia_internacional_recente/20

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil* - Presidência da República - Casa Civil - DOU de 05.10.1988. Acesso em: 17 Out. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. Decreto nº 36.554 de 17 de junho de 2015. DODF nº 13, Edição Extra de 17/06/2015. Acesso em: 17 Out. 2017. Disponível em: www.parceria.df.gov.br/component/docman/cat_view/256-marco-legal.html

_____. Decreto nº 35.083 de 16 de janeiro de 2014. DODF nº 14 de 17/01/2014. Acesso em: Out.2017. Disponível: www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=35083&txtAno=2014&txtTipo=6&txtParte=

_____. Lei Distrital nº 4.828 - Altera a Lei nº 3.792, de 2 de fevereiro de 2006, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal e dá outras providências. Poder Executivo - DODF de 07.05.2012. Acesso em: 17 Out.2017. Disponível em: www.parceria.df.gov.br/component/docman/cat_view/256-marco-legal.html

_____. Lei n 11.079, 30 de dez. 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração Pública. Acesso em: 18 Out. 2017. Disponível: www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm

_____. Lei n 14.868, 16 de dez. 2003. Dispõe sobre o programa estadual de Parcerias Público-Privadas. Acesso em: 18 Out 2017. Disponível: www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=14868&ano=2003

_____. Lei nº 8.987 de 14 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil, DOU de 14.02.1995 e republicado em 28.09.1998. Acesso em: 17 Out. 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987cons.htm

_____. Lei nº 3.792 de 02 de fevereiro de 2006. DODF nº 29 de 08/02/2006. Acesso em: 18 Out. 2017. Disponível: www.parceria.df.gov.br/component/docman/cat_view/256-marco-legal.html

_____. Governo do Distrito Federal. (2017). Parceria Público-Privada. Acesso em 02 de Mar. 2018. Disponível em: <http://www.parceria.df.gov.br>.

_____. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. Projeto de Lei nº 2.546 de 19 de novembro de 2003. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública. Brasília: Diário Oficial da União

Brito, B. M. B., & Silveira, A. H. P. *Parceria Público-Privada: Entendendo o Modelo*. In Revista do Servidor Público, nº 1, Vol. 56. p. 7-21.

Cagni, P.; & Bresciani, E. "Comperj dará prejuízo de R\$45 bilhões à Petrobras". O Globo. Acesso em 09 Out.2018. Disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133>

Campos, C., Calabi, A., Monteiro, J., Coutinho, L., Vellutini, R., Amancio, F., et. al., (2014). FGV - Fundação Getúlio Vargas. Cadernos Projetos. Parcerias Público-Privadas no Brasil. Janeiro 2014. Ano 9. nº 23. Acesso em: 15 Out. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11647>.

GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO DE CONFLITOS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS NA CAPITAL DO BRASIL

PEOPLE MANAGEMENT: A STUDY ON CONFLICT MANAGEMENT IN FEDERAL PUBLIC BODIES IN THE CAPITAL OF BRAZIL

Rodrigo Lima Chagas¹

Willson Carlos Neves Chagas²

Dátolly Cortez Grippe³

RESUMO

Por bastante tempo os conflitos foram vistos, equivocadamente, como prejudiciais dentro de uma organização. Contudo, com o rumo que as corporações modernas tomaram e com o enriquecimento das teorias organizacionais, foi dado novo desígnio ao conceito de conflito. Nessa linha de conceito revisado, gerir conflitos se mostra um aspecto decisivo na administração de qualquer estabelecimento, especialmente nos públicos, onde suas particularidades podem facilitar disputas internas por poder e busca de interesses isolados dos atores. O presente trabalho faz revisão de literatura a respeito do tema Gestão de Conflitos no Serviço Público e traz pesquisa de campo com servidores públicos na Capital federal brasileira, abrangendo como eles lidam com este fenômeno. Este estudo tem como objetivo geral explorar os conflitos e as formas possíveis e melhores de se lidar com ele no serviço público. Foi elaborado questionário para apurar respostas de servidores públicos, havendo retorno, dentro do período estabelecido para a pesquisa de campo, de 160 (cento e sessenta) questionários respondidos. Desses 160 servidores, 110 (cento e dez) trabalham no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e 50 (cinquenta) são do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Para apresentação e análise dos dados utilizou-se exame de conteúdo, que permitiu concluir não haver um padrão nas formas de lidar, evitar e gerenciar conflitos por parte dos servidores públicos analisados, o que remete à necessidade de melhor gestão de pessoas por meio de treinamentos. Concluiu-se, também, ser preciso melhoria por parte dos órgãos analisados, tanto no tocante à parte física da instituição quanto à parte normativa.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito. Gestão de pessoas. Organizações Públicas. Gestão de Conflitos.

ABSTRACT

For quite some time the conflicts were mistakenly seen as harmful within an organization. However, with the direction that modern corporations have taken and with the enrichment of organizational theories, the concept of conflict has gained a new design. In this revised concept line, managing conflicts is a decisive aspect in the administration of any establishment, especially in the public, where its particularities can facilitate internal disputes for power and search of isolated interests of the people. This paper reviews the literature on Conflict Management in the Public Service and brings research with public servants in the Brazilian federal capital, addressing how they deal with this phenomenon. This study aims to explore conflicts and the best and possible ways to deal with them in the public service. A questionnaire was elaborated to determine the responses of public servants, with 160 (one hundred and sixty) questionnaires answered within the period established for field research. Of these 160 employees, 110 (one hundred and ten) work in the Federal District and Territories Court and 50 (fifty) are from the Federal District and Territories Public Ministry. In order to present and calculate the data, it was used the content analysis, which allowed to conclude that there is no standard in the ways of dealing, avoiding and managing conflicts by public servants analyzed, which refers to the need for better management of people through training. It was also concluded that the organizations analyzed should be improved, both in terms of the physical part of the institution and in terms of the normative part.

KEYWORDS: Conflict. People management. Public Organizations. Conflict management.

¹Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
E-mail: rodrigo1chagas2@gmail.com

²Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
E-mail: wilsonchagas@gmail.com

³Acadêmico do curso de Maestría en administración y dirección de empresas da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. **E-mail:** dattolly@gmail.com

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, o fato de conflitos não existirem era característica de um bom ambiente e, no caso das organizações, sinal de competência. Porém, um aspecto importante dos conflitos é que eles fazem parte do processo de evolução dos seres humanos e é visto, inclusive, como ‘um mal necessário’ para o desenvolvimento e o crescimento de sistemas familiares, sociais, políticos ou organizacionais.

Atualmente, a visão em relação aos conflitos é a de que eles podem ser aliados do bom rendimento e do crescimento profissional, como resultantes dos diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, pois desse embate podem surgir novas ideias e perspectivas que tendem a acrescentar às organizações.

É importante identificar e aproveitar aspectos positivos das situações conflituosas. A gestão de conflitos deve tentar extrair benefícios para atingir metas e resultados positivos. Os órgãos públicos têm, em regra, finalidades, objetivos e culturas organizacionais diferentes das organizações de iniciativa privada. Conseqüentemente, a normatização, as relações entre as pessoas e o comportamento individual dos seus funcionários também são, normalmente, diferentes.

O presente trabalho tem como objetivo geral explorar os conflitos e as formas possíveis e melhores de se lidar com eles na Administração Pública. Os objetivos específicos se mostram em delimitar quais são os tipos de conflitos gerados, definir as possíveis principais causas dos conflitos gerados, e descrever quais as possíveis soluções para amenizar os conflitos.

O tema deste trabalho foi escolhido por causa da sua relevância no que diz respeito ao impacto que o serviço público gera para o desenvolvimento estatal e para a população. Nesse sentido, alude Meirelles:

Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou

secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado. (Meirelles, 2013, p. 374).

REVISÃO DA LITERATURA

Previamente ao conceito de Organizações, vale ressaltar o porquê de elas existirem. Segundo Coelho (2004), as organizações surgiram a partir da necessidade de se juntar pessoas e insumos para a produção ou fornecimento de recursos à sociedade. A partir daí, hoje as organizações são responsáveis por produzir ou fornecer bens e serviços que as pessoas demandam para viver.

Segundo Meireles (2003), organização é “uma associação articulada de recursos, métodos e pessoas, delimitada por um conjunto de imperativos determinantes (crenças, valores etc.) e voltada para um determinado fim”.

Já Maximiano (2007) pensa numa organização como um agrupamento de recursos (materiais, financeiros e humanos) que visam atingir um mesmo objetivo.

O INDIVÍDUO E AS ORGANIZAÇÕES

Para Carvalho et al. (2015), uma organização se dá quando vários indivíduos formam um grupo e todos os seus componentes buscam objetivos comuns, interagindo por meio de uma estrutura sistêmica.

Chiavenato alude que os Recursos Humanos trabalham em um contexto de organizações e de pessoas quando gerenciar pessoas quer dizer trabalhar com pessoas capazes de realizar alguma coisa e que estejam dispostas a participar de todo o processo da organização. E que a “influência das organizações sobre a vida das pessoas é de grande relevância; a maneira como as pessoas vivem, compram, trabalham, se alimentam, se vestem, seus sistemas de valores, expectativas,

convicções são profundamente influenciados pelas organizações” (Chiavenato, 2008, p. 22).

O grande segredo, no entender de Carvalho et al. (2015), é incentivar que cada colaborador venha a se transformar num administrador de suas próprias tarefas de modo correto dentro da empresa, não sendo levado em conta o nível da organização ou qual atividade queira executar. Assim, “empresas e colaboradores constituem a estrutura fundamental na qual funcionam os Recursos Humanos”. A partir de então, Carvalho et al. (2015) observam que a cooperação entre os indivíduos é de extrema importância para que haja uma organização de sucesso, pois essa só existe quando as pessoas são capazes de compartilharem, estão dispostas a contribuir com ação e a fim de cumprirem um propósito comum.

Nos estudos de Chiavenato (2009) foi observado que os colaboradores podem contribuir com ações significativas para o desenvolvimento das empresas.

A disposição de contribuir com ação significa, sobretudo, disposição para sacrificar o controle da própria conduta em benefício da coordenação; porém, essa disposição de se confiar à organização varia de indivíduo para indivíduo, de maneira que o sistema total de contribuições é instável, pois é o resultado das satisfações e insatisfações obtidas realmente ou percebidas imaginariamente por cada um. Todavia, a cooperação não se baseia unicamente nas relações entre as pessoas, mas depende também de outras variáveis (Chiavenato, 2009, p. 8).

Barnard assim estabelece as limitações individuais em duas variáveis:

- As características biológicas: são aspectos naturais, fisiológicos da pessoa. A exemplo de características da formação do indivíduo, como facilidade na resolução de adversidades, capacidade de foco no trabalho, mente criativa e eloquência.
- Os aspectos ambientais de onde a pessoa está. É vista como influência na produtividade gerada pela força do meio nos indivíduos. Essa influência que o meio exerce sobre as pessoas pode ser positiva ou

negativa; destacando-se o fato de que, algumas vezes, é possível implementar mudanças no ambiente (Chiavenato, 2009, p. 99).

A segunda limitação, conforme expõem Carvalho et al. (2015), anuncia um limite no que diz respeito ao ambiente físico. Já a primeira, é uma limitação que faz referência à pessoa. No passado, pode-se afirmar certamente que as primeiras organizações foram desenvolvidas para suplantar as restrições físicas do ambiente, como o abater para poder se alimentar, conseguir proteção contra as intempéries do tempo etc.

Também para Carvalho et al. (2015), há Organização quando várias pessoas trabalham em conjunto, com um objetivo proposto, como por exemplo movimentar uma grande pedra.

Existe um argumento entre as forças onde surge uma organização. Entretanto, as organizações são formadas por indivíduos que sobrepõem as suas limitações individuais e que sabem trabalhar em grupo. Juntando cada parte, cada ideal, cada tipo de indivíduo que compõe uma organização, é possível criar metas e objetivos e atingir o sucesso das organizações. (Carvalho et al., 2015, p. 2).

No entanto, e diante do aqui exposto, para que seja realizado o objetivo de movimentar uma pedra de tamanho desproporcional, é preciso, acima de tudo, ação antecipadamente planejada, instituindo a cada um a idealização necessária sobre esta tarefa a ser executada na sua mais completa perfeição. E então entra aí, neste ponto, a qualificação do serviço prestado por cada pessoa.

SERVIÇO PÚBLICO

O conceito dado na Constituição Federal de 1988, no caput do art. 175, para o Serviço Público prevê: “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.”

No entender de Celso Antônio Bandeira de Mello a expressão “serviço público” tem múltiplos sentidos, podendo ser definido de diversas maneiras pela doutrina, mas sua própria definição é:

Serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais – instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo. (Mello, 2004, p. 612)

“Todo o serviço prestado pela Administração ou por seus delegados, sob as normas e controles estatais, para satisfazer as necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado” (Meirelles, 2013, p. 99).

“Toda atividade material que a lei atribui ao Estado, para que exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente as necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público” (Di Pietro, 2013, p. 144).

“Toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob o regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da sociedade” (Carvalho Filho, 2013, p. 309).

Citando Francieli Pisetta⁵, Sarturi (2014, p. 1) defende a ideia de que o serviço público está profundamente ligado à função do Estado, ou melhor, “ao motivo de sua existência e ao seu papel na sociedade. Para a materialização do bem comum, o Estado, ao realizar a atividade administrativa, presta serviço público”.

Abona Sarturi (2014) que, na época em que o Estado iniciou seu afastamento dos princípios do Liberalismo Clássico, justificando desta maneira que atenderia com maior agilidade as reclamações de seus

administrados, passou a intervir abertamente no exercício de algumas atividades comerciais e industriais, vistas até aquele momento como exclusividade da trajetória privada; a partir de então a análise do tema ganhou maior relevância. Paralelamente, Rolim (2004) ilustra que o Estado compreendeu não dispor de uma adequada organização para que fossem executados todos os serviços que eram da sua competência; por conseguinte, delegou para particulares sua execução.

Segundo Braga (1998), é de responsabilidade da sociedade brasileira:

Garantir que o Estado possa prover condições essenciais para o exercício da cidadania. Os servidores públicos, especialmente, devem cumprir à risca essa tarefa, por ser imperativo ético, moral e legal. Contudo, fatores como a consolidação histórica de um Estado autoritário, sua condução política distante das demandas sociais, o quadro de deterioração do aparelho administrativo, a desarticulação da sociedade civil, aliados a uma cultura de serviços que não releva os interesses-fim da Administração Pública, têm dificultado a construção da cidadania. (Braga, 1998, p. 9)

Ultimamente, e impelido por argumentos sócio-político-econômicos específicos, Rolim explica que:

O Estado pode centralizar a execução de todos os serviços públicos, tanto os considerados essenciais à manutenção do próprio Estado e do corpo social como também aqueles entendidos como necessários, úteis ou oportunos aos interesses dos administrados. Ainda, pode ser levado por imperativos de segurança nacional ou interesses coletivos, ou transferir a execução desses mesmos serviços e atividades a pessoas jurídicas de direito privado ou a entidades por ele criadas ou autorizadas para esse fim. (Rolim, 2004, p. 30)

O surgimento de uma lacuna na competência da prestação de serviços públicos, diante da falta de recursos para acolher as demandas da sociedade com uma eficiência minimamente admissível, induziu que

serviços públicos fossem praticados pela iniciativa privada. Dessa forma, tais serviços ensejam adaptação à realidade a modelos de concorrência (Carrasqueira, 2006).

Quanto à classificação dos serviços públicos, Di Pietro (2003) destaca que são denominados como 'Próprios' os serviços públicos assumidos e executados de forma direta ou indireta pelo Estado e que são dedicados às demandas da coletividade. Já os classificados como 'Impróprios' diferem apenas por não serem assumidos nem executados pelo poder público, apesar de serem autorizados, regulados e fiscalizados pelo Estado.

Ainda segundo Di Pietro (2003), o serviço público pode ser classificado quanto ao objeto como: social, administrativo e comercial ou industrial.

- Administrativos - São destinados a atender demandas internas dos órgãos ou preparação para serviços que atenderão demandas externas;
- Comerciais ou industriais – São serviços próprios direcionados às demandas de ordem econômica.
- O serviço público social – Visa atender os chamados direitos sociais. Atende demanda da sociedade em casos que, além da atuação estatal, encontra-se atuação da iniciativa privada (Di Pietro, 2003, p. 103).

No tocante ao modo em que os serviços atuam na satisfação do interesse geral, eles podem ser: 'uti singuli' ou 'uti universi', sendo estes os serviços em que não é possível determinar a quantidade utilizada por cada pessoa individualmente, enquanto naqueles é possível mensurar a utilização por parte de cada usuário.

Há ainda a classificação de serviços entre originários e derivados, trazida por Di Pietro (2003):

- Originários: também chamados congênitos, são serviços relativos à atuação estatal essencial; e

- Derivados: também chamados de adquiridos, são serviços relativos a atividades facultativas (Di Pietro, 2003, p. 104).

- Por fim, a última classificação para Di Pietro (2003) se refere à possibilidade de o serviço ser prestado ou não por particulares:

- Exclusivos: só podem ser prestados pelo Estado. Estão assim determinados na Constituição Federal.

- Não exclusivos: além do Estado, também podem ser prestados por particulares (Di Pietro, 2003, p. 106).

- O segundo a opinar é Carvalho Filho (2009). Ele menciona as seguintes classificações:

- Quanto à possibilidade de execução por particulares:

- Delegáveis: além do Estado, podem ser executados por particulares; e

- Indelegáveis: podem ser executados apenas pelo Estado. Quanto à utilização:

- De utilidade pública: são os serviços destinados de forma direta aos indivíduos, para sua utilização direta.

- Quanto à destinação:

- Coletivos: serviços 'uti universi', sem destinação a algum grupo específico de pessoas; e

- Singulares: serviços 'uti singuli', com destinação a usuários específicos. Quanto ao caráter:

- Sociais: são serviços de caráter social, que atendem a demandas básicas da sociedade.

- Econômicos: são serviços revestidos de caráter comercial, inclusive com possibilidade de geração de lucro (Carvalho Filho, 2009, pp. 311-313).

Diante do exposto, são várias as classificações de autor para autor quanto a serviços públicos, apesar de guardarem bastante similaridade.

MÉTODO

Importantes transformações nas organizações vieram com o desenvolvimento tecnológico e com a visão de nova abordagem sobre como lidar com conflitos, sua importância e seus efeitos. Esses fatores impactam diretamente no clima organizacional.

Os avanços em tecnologia e no conhecimento do ser humano se mostram como promovedores de desenvolvimento para as organizações. Porém, ao passo em que esses avanços acontecem é natural que conflitos surjam, posto que mudanças impactam diferentemente em cada indivíduo ou grupo dentro da empresa. Diante da geração de conflitos, se faz necessário saber lidar com eles para que a organização obtenha benefícios.

Nesse contexto, esta pesquisa objetiva analisar as formas de lidar com os conflitos dentro da administração pública, abordando como os servidores públicos tratam este fenômeno, procurando identificar também quais as suas causas, tipos, onde estão presentes, como tratá-los, como sobreviver no trabalho sem transformá-lo em um ambiente hostil, consequências e modos de lidar com os conflitos, como evitar que ocorram, como geri-los e como solucioná-los.

Dessa forma, esta pesquisa foi desenhada de modo a explorar a realidade dos envolvidos em conflitos no serviço público: os servidores públicos.

Para tanto, o presente trabalho foi desenhado de um modo que o caracteriza como de caráter descritivo e exploratório e de natureza quanti-qualitativa.

No entender de Filho e Filho (2013), uma pesquisa descritiva se caracteriza por objetivar descrever as características de determinado público ou ocorrência, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para os autores, uma pesquisa exploratória objetiva maior

familiaridade com o problema, visando explicitá-lo ou a construção de hipóteses.

Nessa linha, a pesquisa de campo é caracterizada como uma pesquisa descritiva e exploratória, conforme observa Salomon (1999), pois tem como objetivo melhor definir determinado problema, além de proporcionar possíveis soluções, descrever comportamento de certos fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis. Apresenta-se na modalidade de pesquisa por questionário.

Conforme Filho e Filho (2013), uma pesquisa tem abordagem quantitativa quando parte de uma visão quantificável, o que representa converter opiniões e informações em números para poder melhor classificá-los e analisá-los. Já uma pesquisa tem, para os autores, abordagem qualitativa quando há interpretação de fenômenos; o que, neste trabalho, está presente por parte do pesquisador, apesar de não tanto quanto por parte dos pesquisados.

Portanto, a abordagem da presente pesquisa é quantitativa no sentido de que a coleta de dados é objetiva e numérica, na visão de apontando comportamentos, preferências e ações de um determinado grupo de pessoas; e residualmente qualitativa ao passo em que, de acordo com John Van Maanen ¹⁶, compreende técnicas interpretativas que tendem a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo essa abordagem como principal objetivo traduzir e expressar o sentido dos elementos do mundo social, encurtando a distância entre teoria e ação (Neves, 1996).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário aplicado na pesquisa de campo mostrou que a maioria dos servidores já enfrentou algum tipo de conflito no seu local de trabalho. 68,12% dos servidores lidaram com situações conflituosas em que eles eram partes diretamente envolvidas.

Quanto aos fatores referentes ao gestor das unidades, observou-se que a parte normativa não exerce grande influência no surgimento de conflitos, diferentemente do que tange ao comportamento pessoal do chefe. Falhas na comunicação e modo inadequado no trato profissional já possuem grande potencial para gerar conflitos no trabalho, principalmente quando a diferenciação tida como injusta permeia o fator financeiro dos subordinados.

Desentendimentos podem surgir pela simples existência de servidores de cargos diferentes trabalharem no mesmo setor, mas tal possibilidade realmente se manifesta quando esses servidores são postos a trabalhar executando as mesmas tarefas, apesar de terem cargos diferentes.

Seguindo o que se apurou com os fatores relativos aos gestores, no que diz respeito aos colegas de trabalho o que mais se mostra capaz de gerar conflitos no ambiente laboral é a conduta pessoal. Há grande possibilidade de conflitos quando atitudes de colegas entram na esfera pessoal de outros. Referente aos colegas, o único fator mais capaz de gerar conflitos do que atrapalhar a particularidade alheia é o aumento de serviço causado por desídia de quem deveria fazer tal tarefa.

Em relação ao órgão de trabalho, o fator que mais pode causar conflitos é a desigualdade com que o órgão trata servidores. O fato de o órgão não tratar equanimemente os servidores é algo que afeta pessoalmente os que se consideram preteridos.

Quanto à tentativa de administrar seus conflitos no trabalho, a opção mais procurada pelos servidores foi a de buscar resolver ele mesmo com o outro envolvido, propondo soluções e até abrindo mão de parte do que queria. Recorrer a outras pessoas também se mostrou alternativa procurada, primeiramente a colegas da repartição, logo em seguida a pessoas de fora do setor, depois ao gestor da seção.

Ao analisar-se qual das alternativas foi a primeira a ser tentada, identificou-se que o acordo foi a mais

votada; não recorrer a terceiros e tentar resolver única e diretamente com o outro envolvido se mostrou a primeira opção para a maioria, para 30% deles. Por outro lado, o afastamento, a acomodação e o apelo a setor oficialmente responsável por lidar com conflitos internos não foram a primeira opção de nenhum dos questionados.

A exemplo do que se analisou a respeito da primeira tentativa tida como a de maior probabilidade de sucesso na resolução de conflitos, apurou-se que o acordo, sem recorrer a terceiros, foi eleita a forma mais efetiva na administração dos conflitos que os respondentes tiveram. Ao passo em que recorrer ao setor oficialmente responsável não obteve respostas.

Justamente em relação ao setor responsável por administrar conflitos, averiguou-se que a imensa maioria dos servidores nem tem conhecimento desse tipo de seção nos órgãos em que trabalham. Dos que têm conhecimento, a maioria nunca o acionou. Dos que já acionaram, vencendo por apenas 1 (um) voto, apareceram os que ficaram insatisfeitos com o resultado.

Por fim, o questionário veio apurar o saldo pós conflito; se positivo, negativo ou inalterado. A grande maioria, 65%, considerou que o saldo foi positivo, que o clima organizacional melhorou após a gestão do conflito. 24,37% dos servidores consideraram que o clima organizacional não sofreu alteração, mantendo-se do mesmo jeito que era antes do conflito. E para apenas 10,62% dos pesquisados houve piora no clima organizacional após ocorrência do conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo constatou-se que o conflito é parte do cotidiano e, mais dia menos dia, você enfrentará um deles em sua vida. O conflito faz parte dos meios sociais, políticos e organizacionais.

Notou-se, também, o efeito pós conflito. O quão importante é o desfecho das situações conflituosas. É mais raro não haver mudança, sob qualquer aspecto que

seja, do que haver mudanças no ambiente, na organização e nas pessoas ao fim de um conflito.

No serviço público as pressões sofridas pelos servidores são diferentes das sofridas pelos funcionários privados. O estilo de chefiar e o que os gestores das seções pretendem também diferem da iniciativa privada. As interações entre subordinados e com os gestores não são do mesmo tipo. A necessidade de superação visando garantia de emprego e salário constitui ponto extremamente descontraído entre essas duas realidades.

O serviço público não é uma organização empresarial, mas continua sendo uma organização. Há funcionários, chefes, setores de trabalho, demandas, processos e os diversos aspectos pessoais de cada integrante. O objetivo final não é o lucro, e sim o atendimento às necessidades dos cidadãos, mas há objetivo, há trabalho a ser feito e há os aspectos cotidianos de uma rotina laboral, como nas empresas privadas.

Como visto na revisão bibliográfica, antigamente o que se buscava era a evitação de conflitos a qualquer custo. A ideia era que o conflito só traria más consequências aos envolvidos. Hoje, conforme diversos autores citados, o conflito aparece como algo tolerável até desejável.

Antes, a ideia era que as consequências seriam negativas, como afastamento entre os envolvidos, queda na produtividade do setor, focos destrutivos, desestabilização do grupo, polarização negativa, dentre outras, acabando por prejudicar as pessoas e as organizações. Hoje vê-se que por meio dos conflitos a organização evolui, aprimora processos, enxerga falhas até então não vistas, conhece melhor seu ambiente, presta atenção em fatores que desencadeiam conflitos, conhece melhor empregados, distribui melhor as funções e monta melhor os grupos, acabando por contribuir positivamente para indivíduos, grupos e organizações.

Resultados positivos após conflitos devem muito à gestão de pessoas. A organização deve entender seu funcionário primeiramente como ser humano; deve entender suas tarefas, seus comportamentos, conhecer bem as características do seu trabalho, sua interação com os demais funcionários, suas metas e o clima em que está inserido. Alguns desses aspectos devem ser avaliados independentemente de haver ou não conflito, e outros especialmente para analisar a situação exata de algum determinado conflito.

Também ressaltando a importância das pessoas, o papel do responsável por administrar o conflito é fundamental, seja em relações sociais ou profissionais. É função desse gestor procurar conhecer bem as personalidades dos envolvidos, suas atribuições, seus desejos, suas fragilidades, o que lhe foi ofendido ou ameaçado para que o conflito começasse, os valores compreendidos e o que ele espera com aquele conflito. Do lado organizacional, esse gestor deve conhecer os processos empresariais, as funções delegadas e os objetivos de curto, médio e longo prazo da empresa.

Além de lidar proveitosamente com conflitos iniciados ao acaso, algumas organizações incitam situações conflituosas. Segundo alguns autores atuais, a organização precisa de conflitos. Tal necessidade se apoiaria na suposição de que a organização cresce após conflitos. Como visto, a empresa pode apurar falhas, consertar erros, receber novas ideias, pensar em novas tarefas, novos processos e, até novos produtos; aspectos que colaborariam para o desenvolvimento da organização.

No serviço público não existe essa cultura de provocação de conflitos, mas há preocupação com a administração destes. Há órgãos que disponibilizam serviço de gestão de conflitos, realizado por servidores treinados e/ou setor delimitado a isso; apesar de que, segundo a pesquisa de campo, tal serviço costuma não ser conhecido e, quando o é, tende a não ser procurado.

A realidade pública em relação a conflitos foi exposta pela pesquisa de campo, que contou com 160

(cento e sessenta) respondentes, sendo 84 homens e 76 mulheres, com idades entre as faixas de 18 a 24 até mais de 54 anos, funcionários em setores diversos e órgãos distintos: TJDFT e MPDFT.

Perguntados sobre o efeito que o gestor da seção exerce na capacidade de geração de conflitos, a maioria dos servidores de seções em que isso acontece considera que a falta de clareza quanto às atribuições de cada servidor não gera conflitos.

Já em relação à falta de clareza quanto à linha de comando no setor, apesar de na maioria das vezes isso não estar presente, os servidores que convivem com essa realidade disseram que tal fator tem capacidade para gerar conflitos, mas pouca.

Quanto à falta de clareza do gestor para os subordinados, os poucos casos em que isso está presente no setor foram classificados como incapazes, por si só, de gerar conflitos.

Porém, a desproporcionalidade nas tarefas executadas pelos subordinados sem que haja motivação formal para isso apresentou resultados diferentes dos anteriores. Em que pese 63 (sessenta e três) pesquisados não vivenciarem o descrito em sua seção e 45 (quarenta e cinco) disserem que isso, por si só, não tem capacidade para gerar conflitos, 52 (cinquenta e duas) pessoas se manifestaram diferente. 36 (trinta e seis) servidores acham que tal fato tem pouca capacidade de gerar conflitos e 16 (dezesesseis) consideram que essa desproporcionalidade injustificada tem grande capacidade na geração de conflitos.

O primeiro quesito em que a maioria dos pesquisados não responde que tal fator não é encontrado no seu setor foi a atribuição de gratificação pecuniária para algum subordinado em detrimento de outro(s) com maior capacidade e aptidão. Dentre os que enfrentam essa realidade, apenas 16 (dezesesseis) disseram que ela não gera conflitos; 64 (sessenta e quatro) a consideram com capacidade de causar conflitos, apesar de pouca, e 32 (trinta e dois) acham que tal fator é muito capaz de produzir conflitos.

Um dos fatores que menos ocorrem nos setores dos pesquisados é a repreensão de subordinados por parte dos gestores de modo vexatório. E, nos locais em que isso ocorreu, não foi considerado como grande gerador de conflitos.

O não cumprimento das regras por parte do gestor não foi pontuado por nenhum dos pesquisados como capaz de gerar conflitos, seja com pouca ou muita capacidade.

Já a falta de comando do gestor, deixando o setor por conta de subordinados, apesar de na maioria das vezes não acontecer ou não ser vista como geradora de conflitos, recebeu votos para pouca e para muita capacidade de gerar conflitos; 15 (quinze) para cada.

O excesso de rigidez do gestor mostrou ser fator que não tem capacidade para causar conflitos; e, na maioria dos setores, nem existe.

Alguns servidores serem tratados de forma diferente sem motivo formal, apesar de não acontecer frequentemente e de 33 (trinta e três) pesquisados dizerem que isso, por si só não tem capacidade para gerar conflitos, é capaz de produzir conflitos para 32 (trinta e duas) pessoas; metade atribui pouca capacidade e metade atribui muita capacidade.

Agora com foco nos cargos dos servidores - Técnico e Analista -, desentendimentos que têm como motivo básico ou velado a simples polarização por diferença de cargos não acontecem na maioria dos setores. Para 15 (quinze) pessoas não têm capacidade de gerar conflitos, e para 32 (trinta e duas) mostram pouca capacidade.

Apesar de continuar sem votos para grande capacidade conflituosa, os desentendimentos que têm como motivo básico ou velado o fato de servidores com cargos diferentes executarem o mesmo serviço apresenta números diferentes em relação ao item anterior. 64 (sessenta e quatro) pessoas não vivem tal realidade, 47 (quarenta e sete) não enxergam capacidade conflituosa nela, e 49 (quarenta e nove) a consideram com capacidade de gerar conflitos, apesar de pouca.

Em relação aos colegas de trabalho, há os que falam alto demais a ponto de atrapalhar os outros servidores. Apesar de a maioria não vivenciar isso e de 51 (cinquenta e uma) pessoas não verem capacidade conflituosa, 31 (trinta e uma) enxergam pouca capacidade de gerar conflitos e 15 (quinze) muita capacidade.

Para 99 (noventa e nove) pesquisados não há colegas fofoqueiros no setor. Para os demais, 32 (trinta e dois) não enxergam nisso capacidade conflituosa, 13 (treze) veem pouca capacidade e 16 (dezesseis) atribuem a tal fator muita capacidade de gerar conflitos.

Quanto à intromissão de um colega na vida do(s) outro(s), a maioria não vive isso na seção em que trabalha e 55 (cinquenta e cinco) acham que esse fator não gera conflitos. Dos restantes, 14 (quatorze) consideram pouca capacidade para desencadear conflitos e 17 (dezessete) muita capacidade de causar conflitos.

A falta de clareza na comunicação entre os colegas não acontece na maior parte dos setores e para a maioria dos restantes não tem capacidade geradora de conflitos. Já para 22 (vinte e dois) pesquisados isso tem pouca capacidade conflituosa, e para 15 (quinze) isso apresenta muita capacidade.

O fato de, por vezes, um colega não fazer seu trabalho de forma esperada, agindo com desídia, acarretando sobrecarga para os outros, não é encontrado na maioria dos setores. Porém, quando isso ocorre, mostra pouca capacidade conflituosa para 49 (quarenta e nove) pesquisados, muita capacidade para 22 (vinte e dois), e sem capacidade para apenas 12 (doze) servidores.

Colegas que não respeitam a individualidade, a privacidade ou a intimidade dos outros não são encontrados na maior parte das vezes. Quando isso ocorreu na amostra, 26 (vinte e seis) pessoas consideraram sem capacidade para gerar conflitos, 23 (vinte e três) consideraram com pouca capacidade e 21 (vinte e uma) com muita capacidade conflituosa).

Passando a tratar dos órgãos públicos, 42 (quarenta e dois) pesquisados disseram que o tamanho do local de trabalho é adequado. Para a maioria dos servidores o fato de o setor ser grande ou pequeno demais, por si só, não gera conflitos. 22 (vinte e dois) consideram tal fator com pouca capacidade de gerar conflitos e 15 (quinze) com muita capacidade conflituosa.

O quesito com maior número de servidores que não encontra tal fator no local onde trabalham é o do local de trabalho sem janela (sem vista para o exterior). Dos que vivem essa realidade, 16 (dezesseis) disseram não ver capacidade conflituosa nisso e 11 (onze) enxergam nesse fator pouca capacidade para gerar conflitos.

Trabalhar com pouca iluminação também não acontece para a maioria dos pesquisados. 38 (trinta e oito) servidores passam por tal fator, mas dizem que ele não tem, por si só, capacidade de gerar conflitos. E para os últimos 10 (dez), isso tem pouca capacidade conflituosa.

Noventa e seis pesquisados consideram que as normas gerais do órgão em que trabalham são adequadas. 20 (vinte) acham que, apesar de considerarem as normas inadequadas ou ineficientes, isso não tem capacidade de gerar conflitos no setor. Já para os 44 (quarenta e quatro) restantes, metade vê pouca e metade vê muita capacidade conflituosa nesse quesito.

O fator que mais é encontrado nos setores é o de que o órgão não trata servidores com igualdade; apenas 12 (doze) servidores não vivem tal realidade no setor. Apesar disso, a maioria – 63 (sessenta e três) pessoas – diz não ver nesse fator capacidade conflituosa. Oitenta e cinco servidores pensam de forma diferente: 55 (cinquenta e quatro) consideram tal fator com capacidade para gerar conflitos, apesar de pouca, e 31 (trinta e um) o consideram com muita capacidade conflituosa.

REFERÊNCIAS

Andrade, R. O. B., Alyrio, R. D., e Macedo, Marcelo A. S. **Princípios de negociação: Ferramentas e gestão.** São Paulo: Atlas. 2004.

Argyris, C. Personalidade e organização: **O conflito entre o sistema e o indivíduo.** Rio de Janeiro: Renes. 1979

Berg, E. A. **Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia.** 1. ed. Curitiba: Juruá. 2012

Braga, D. G. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública.** RJ. Fiocruz. 1998.

Brantes, C. A. A. Competências e desenvolvimento de pessoas no setor público: Mudanças após o Decreto 5707/2006. Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/carolina_brantes.pdf>. Acesso em: 30 Out. 2017.

Burbridge, R. M., e Burbridge, A. **Gestão de conflitos: Desafios do mundo corporativo.** São Paulo: Saraiva. 2012.

Camões, M. R. S., e Meneses, P. P. M. (2016). Gestão de pessoas no governo federal: análise da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Brasília. ENAP. Disponível em: <www.enap.gov.br/documents/52930/707328/160704_caderno_45.pdf/7e04bcff-013b-4201-bf8ac806da13ddd3>. Acesso em: 30 Out. 2017.

Carrasqueira, S. A. **Revisando o regime jurídico das empresas estatais prestadoras de serviço público.** In: Direito Administrativo. Marcos Juruena Villela Souto (Coordenador-Geral). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Carvalho Filho, J. S. **Manual de Direito Administrativo.** 22ª ed. São Paulo: Atlas. Carvalho Filho, J. S. **Manual de Direito Administrativo.** 26ª ed. São Paulo: Atlas. 2013.

Carvalho, P.A.S., Torres, K. A., Borba, E. L., e Martins, P. L. (2015). Análise da gestão de pessoas na administração Daft, R. L. (2002). **Organizações Teoria e Projetos.** São Paulo: Pioneira.

pública: um estudo de caso. IN: Simpósio De Excelência em Gestão e Tecnologia – XII SEGET. Disponível em: <www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/33022365.pdf> Acesso em: 17 Out. 2017.

Chiavenato, I. (1999). **Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Editora Campus. 1999.

Chiavenato, I. **Teoria Geral da Administração: Abordagens Prescritivas e Normativas da Administração.** 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2001.

Chiavenato, I. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: Como incrementar talentos na empresa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Chiavenato, I. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos.** 5. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

Chiavenato, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 4. ed. Rio de Janeiro: Manole. 2019

Corrêa, K. História da pesquisa de clima organizacional. 2008. Disponível em: <<http://www.administracaoegestao.com.br/planejamento-estrategico/modulo-i-conceitos/historia-da-pesquisa-de-clima-organizacional/>>. Acesso em 15 outubro 2017.

Costa, F. L. **História das reformas administrativas no Brasil: narrativas, teorizações e representações.** Revista do Serviço Público, 59(3), pp. 271-288.

Torres, S. C. **Estilos de gestão construtiva de conflitos numa organização empresarial.** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. 2012.

POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO EM PRINCESA ISABEL / PB: TENSÃO DOS OPOSTOS ENTRE 2000-2008

PUBLIC POLICY AND EDUCATION IN PRINCESS ISABEL / PB: TENSION OF OPPOSITES BETWEEN 2000-2008

Clodoaldo José de Lima ¹

RESUMO

Esta pesquisa analisa as políticas públicas para a educação básica no município de Princesa Isabel/PB e tem como objeto de investigação a análise das políticas implementadas no período de 2000 a 2008, cujo tema central se refere à tensão dialética entre gestores e professores no fenômeno da educação político-prática municipal. A pesquisa em seu contexto evoca uma leitura reflexiva das matizes que integram a construção do processo educacional, partindo-se da concepção de Estado, de sociedade e de política como direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988, até a identificação das ações políticas efetivamente implementadas pelo município no recorte temporal citado. O problema constitutivo emerge na seguinte forma expressiva: a política pública e a educação em Princesa Isabel formaram uma unidade dual do processo educativo entre 2000-2008? Tendo em vista ter sido dada prioridade à construção e implementação do eixo político-pedagógico, o método dialético aparece em todo o texto, mais explicitamente na dialética de leitura, quando se promove a leitura dos instrumentos de coleta de dados onde se faz uma análise criteriosa da tensão dialética constatada entre os opostos, pela mediação dos indicadores de leitura subordinados às categorias estudadas. O primeiro capítulo contextualiza as categorias política pública e educação dentro do espaço epistêmico da sociedade como atividade de conhecimento de poder estatal, a partir de um processo de tomadas de decisões que culmina na escolha das prioridades que vão definir os interesses públicos, de onde emergem os objetos material e formal da pesquisa. O segundo, mapeando o binômio política-educação em Princesa Isabel, identifica as práticas político-pedagógicas efetivamente implantadas no município à luz da leitura dos instrumentos de coleta de dados postos sob o ângulo da tensão histórico-dialética dos opostos em busca da síntese como prática histórica da construção de um processo educacional democrático e libertador. O terceiro e último, constitui-se no eixo principal da pesquisa, cujos referenciais são extraídos por meio de uma análise criteriosa dos instrumentos utilizados no decorrer do trabalho, onde se trabalhou acerca da complexidade dualista existente entre política e educação e constatou-se que, em face da complexidade dialética verificada pela tensão dos opostos e das relações de influências recíprocas que uns exercem sobre os outros, as ações educativas devem ser trabalhadas de maneira tal que os atores envolvidos no processo mantenham uma estreita e correlata interação, onde o diálogo deve ser o fio condutor dessa construção. Os resultados evidenciam a confirmação do hipotético como tese de que a política pública e a educação em Princesa Isabel não realizaram a unidade político-pedagógica entre os anos 2000 a 2008.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Educação. Gestão. Municipal. Dialética.

ABSTRACT

This research analyzes the public policies for basic education in the municipality of Princesa Isabel, Paraíba State and the purpose of this investigation is the analysis of policies implemented in the period 2000 to 2008, the central theme of which refers to the dialectical tension between managers and teachers in the phenomenon of municipal educational policy and practice. The research in its context evokes reflective reading of the nuances that make up the construction of the educational process, starting from the conception of the State, society and politics as a subjective public right guaranteed by the Federal Constitution of 1988, to the identification of policy actions effectively implemented by the municipality in the time frame mentioned previously. The problem arises in the following constitutive expressive form: public policy and education at Princesa Isabel formed a dual unity of the educational process between 2000-2008. In order for it to have been given priority in the construction and implementation of pedagogical-political axis, the dialectical method appeared throughout the text, most explicitly in the dialectics of reading, when promoting reading of the data collection instruments by critical analysis the dialectical tension of opposites was found, through the mediation of the indicators read subject to the categories studied. The first chapter contextualizes the categories of public policy and education within the area of epistemic activity of society as knowledge of state power, from a decision-making process that culminates in the choice of priorities that will define the public interest, from which emerge the objects of material and formal research. The second, maps the binomial education policy in Princesa Isabel, identifies the political-pedagogical praxis effectively implemented in the municipality in light of reading the data collected from the viewpoint of the historical and dialectical tension of opposites in search of synthesis such as the historical praxis of the construction of a democratic and liberating educational process. The third and last, constitutes the main axis of the research, whose frames of reference are extracted through critical analysis of the instruments used in this work, which concerned the complexity of the dual existence of politics and education and found that, in view of the complex dialectics, verified by the tension of opposites and the relationship of reciprocal influences they exert on each other, educational activities should be worked in such a way that those involved maintain close and correlated interaction, where the dialogue should be the guiding principle of this construction. The results evidence confirmation of the hypothetical theory that public policy and education at Princesa Isabel did not undergo politico-educational unity in the years 2000 to 2008.

KEYWORDS: Politics. Education. Management. Municipal. Dialectics.

¹ Acadêmico do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnológicas.

E-mail: doutorclodoaldo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa busca analisar e aprofundar a discussão sobre as políticas públicas para a educação básica no município de Princesa Isabel/PB¹, no período de 2000 a 2008, sob o ponto de vista da tensão dialética do processo educativo instaurada entre gestores e professores, tema considerado de fundamental importância não somente no contexto educacional, mas também no social, que instiga todos os atores envolvidos no processo e que anseiam por uma educação democrática sob a égide do princípio do ideário libertador.

Ao desenvolver o estudo sobre as políticas públicas, como programas governamentais que se destinam à concretização de objetivos específicos em dado lapso temporal

(BUCCI, 2006), notadamente as viabilizadas na cidade de Princesa Isabel², constitui interesse em específico, o que já está sendo realizado em termos de educação. Analisando se essas ações estão (ou não) formando uma unidade dual no processo educativo, com o fito de proporcionar uma efetiva melhoria nas condições sociais de todos, levando-se em consideração a tensão verificada entre os opostos, ou seja, entre os professores, responsáveis diretos pela execução das políticas educacionais e os gestores, que detêm a legitimidade para traçar os programas governamentais.

Qualquer análise sobre a educação brasileira, notadamente municipal, necessita ser compreendida no contexto de uma sociedade em constante transformação (AZEVEDO, 2000) e esse se constitui de intenso debate e efetivação de reformas educacionais em todo o Brasil e conseqüentemente no município de Princesa Isabel, discussão que está gestada em todo o trabalho.

Essa luta por uma educação pública de qualidade vem sendo travada, historicamente, por meio de fóruns, congressos, encontros e movimentos organizados por grupos comunitários, instituições públicas e em especial

pelos próprios professores como anseio de uma gestão mais democrática com a efetiva participação de todos os sujeitos direta e indiretamente ligados à educação, que passam a exigir do Estado que a construção do processo das políticas públicas educacionais seja promovida com a efetiva participação de todos os interessados nos resultados a serem obtidos.

A investigação se justifica pela importância de avançar no conhecimento sobre a realidade com base científica das políticas públicas para a educação básica no âmbito municipal, cujo objetivo central é detectar a identidade do espaço existente entre os gestores e professores, oriundo do conflito dialético entre ambos que impedem a concretização da unidade político-pedagógica do processo educacional.

Para compreensão das ações desenvolvidas no interior da escola, é de suma importância analisar e verificar as políticas públicas educacionais planejadas pelo governo municipal e como efetivamente os professores se apropriam e executam essas políticas, identificando possíveis situações que possam desencadear uma ruptura em termos político-prático na educação de Princesa Isabel.

Como se sabe, não há neutralidade na educação (FREIRE, 2010). Aquilo que é planejado em termos políticos, sociais e pedagógicos por um lado representa, em grande parte, os interesses individuais de cada uma destas classes; por outro, não significa que seja aceito, na íntegra, pelos sujeitos sociais, pois estes dão seus próprios significados às leis e aos planejamentos, em face do permissivo legal previsto na Constituição Federal de 1988 que alicerça o Estado Democrático de Direito, como garantia da liberdade do eixo político-educacional (TEIXEIRA, 2007).

Em meio a essas assertivas, foi desenvolvida uma pesquisa acadêmica que arbitrase a relação da compreensão do binômio **política pública e educação**, permeando as relações sociais criadas a partir da apropriação e execução destas políticas pelo professor, do ângulo devista da relevância acadêmica e científica de

se ter uma visão das práticas dos docentes da rede pública de ensino sobre as políticas adotadas no período da pesquisa.

Os docentes da rede pública municipal de ensino de Princesa Isabel se constituem objeto desta pesquisa, ao passo que as políticas públicas educacionais para a educação básica tornaram-se fontes auxiliares ao desenvolvimento deste trabalho que possibilitará a identificação da *tensão dialética* existente entre os sujeitos da ação educativa pontos focais da pesquisa.

A opção pelo período 2000 a 2008, como tempo de estudo e pesquisa para a dissertação de mestrado em educação, nasceu da experiência vivida pelo autor quando fora convidado pelo prefeito do município a assumir o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, passando daí a manter íntima ligação com o processo educativo cuja tensão dialética com o corpo docente, fruto de experiências de gestões anteriores, buscou contornar durante toda a sua gestão, implementando um novo modelo de governação com a efetiva participação de toda a comunidade escolar por meio de uma gestão democrática como forma de realizar a unidade político-pedagógica no município de Princesa Isabel.

Neste contexto histórico e epistêmico, o título da dissertação evoca uma leitura reflexiva dos matizes que integram a construção do processo educacional, partindo-se da concepção de Estado, de sociedade e de política como direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988.

O problema constitutivo para a dissertação emerge na seguinte forma expressiva: a política pública e a educação em Princesa Isabel formaram uma unidade dual do processo educativo entre 2000-2008? Este problema se sustenta, como questão, em face da experiência vivida pelo autor deste trabalho quando ao assumir o cargo de gestor educacional do município se deparou com uma enorme resistência por parte dos professores, tendo se constituído em árdua tarefa essa desmistificação de uma necessária tensão entre os

opostos, que somente foi possível face à relação dialógica democrática e constante mantida durante todo o período em que ocupou a pasta.

A superação do fascínio pelas políticas públicas educacionais, na direção da cientificidade deste dado de formação de conhecimento da humanidade, fez-se no assumir os seguintes desafios:

- Identificar a maneira como os professores da rede pública de ensino se apropriam e executam as políticas públicas para a educação básica implantadas no município de Princesa Isabel entre 2000- 2008;
- Analisar os conceitos que norteiam as políticas educacionais para a educação básica direcionadas pelo município de Princesa Isabel em regime de cooperação com o Estado e União, por intermédio do Ministério da Educação;
- Identificar se as efetivas práticas educacionais executadas pelos professores em sala de aula com base nas determinações advindas das políticas públicas formaram uma unidade dual do processo educativo.

Assumindo esses desafios, espera-se contribuir para a diminuição do espaço existente entre gestores e professores causado pela tensão dialética destes opostos. A novidade está em estudar as políticas públicas educacionais sob o ponto de vista da tensão dialética do processo educativo.

REVISÃO DA LITERATURA

Para compreensão das categorias **política pública** e **educação**, necessário se faz uma contextualização destas, dentro do espaço epistêmico da sociedade como atividade de conhecimento de poder estatal, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos, bem como diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados ao conjunto de processos que culmina na escolha adequada e coletiva das prioridades que irão definir os interesses públicos,

competindo situar a educação como ato político indicotomizável face à proximidade e relações de influências recíprocas que política e educação exercem uma sobre a outra. Este é o conteúdo da primeira unidade do presente trabalho.

A segunda unidade adentra na contextualização do binômio política-educação em Princesa Isabel, onde se discorre sobre o sistema municipal de ensino como um todo, identificando os detalhes dos Projetos Político-Pedagógicos implantados e trabalhados pela Secretaria de Educação no período do recorte temporal deste trabalho, finalizando o tópico, com uma leitura dos instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa, consistente nos questionários aplicados a amostra probabilista dos professores selecionados, bem como nas entrevistas realizadas com os gestores que se sucederam no período pesquisado.

Na terceira unidade apresenta-se o eixo principal da pesquisa, cujos referenciais são extraídos por meio de uma análise criteriosa dos instrumentos utilizados no decorrer do trabalho, cujos dados foram cruzados na temática apresentada no segundo capítulo, onde se trabalhou acerca da complexidade dualista existente entre política e educação como fato causador de graves danos à construção do processo educativo e constatou-se que as políticas públicas educacionais, em face da complexidade dialética verificada pela tensão dos opostos e das relações de influências recíprocas que uns exercem sobre os outros, devem ser trabalhadas de maneira tal que os atores envolvidos no processo mantenham uma estreita e correlata interação, onde o diálogo é o fio condutor dessa construção. Ao final, verifica-se que não há como se pensar em educação como fenômeno dissociado da política, pois essa separação seria um contra-senso ao princípio da liberdade democrática que funda o ideal político de que a educação é um fenômeno de civilização.

Numa palavra, procurou-se responder ao objetado previamente, confirmando-se o dado hipoteticamente proposto de que a política pública e a

educação em Princesa Isabel não realizaram a unidade político-pedagógica entre os anos 2000 a 2008.

As ações desenvolvidas pelo Estado, em face das constantes modificações que a sociedade sofre com o decorrer dos tempos, podem resultar consequências diferentes das esperadas, notadamente por se destinarem aos mais variados grupos sociais, cujo “impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder” (HOFLING, 2001:35).

Como forma de reverter o desequilíbrio social emanado dessas relações e no desempenho do seu papel de atender aos reclames e anseios de toda a sociedade, a administração pública deve prioristicamente implementar programas de ação universalizantes, possibilitando o agrupamento das conquistas sociais pelos grupos e setores menos favorecidos (cf. HOFLING, 2001:39). Desta forma, mais do que ofertar serviços sociais, como a educação, as ações públicas em um Estado democrático, devem ser concebidas como um **direito público subjetivo** que visam resguardar interesses individuais quando os mesmos coincidem com o interesse público.

No contexto da liberdade democrática que forma o ideal político de uma civilização, a figura do direito público subjetivo, quando aplicada a um direito social como a educação,

deve ser interpretada de forma ampliada em relação ao momento de seu surgimento, sob a égide do Estado Liberal, a fim de assegurar a exigibilidade coletiva e não apenas individual, do bem jurídico protegido. O seu objeto também deve ser alargado, para incluir as políticas públicas. [...] Na realidade, o fato de a Constituição atual ter enunciado de forma expressa o direito público subjetivo como regime específico do direito ao ensino fundamental conferiu aos indivíduos, irrecusavelmente, uma pretensão e uma ação para exigirem seus direitos, o que, no caso de outros direitos sociais, vem suscitando maiores objeções, pois o seu

objeto primário é a realização de políticas públicas (DUARTE, 2004:116).

Sob um ângulo constitucionalista, sendo a educação um **direito público subjetivo**, afigura-se, destarte, como um direito fundamental, que, na visão de Bonavides (2009:560) tem como fim precípua “criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana”, como princípios basilares que fundamentam o Estado democrático de direito, cujas normas são “expressão imediata da vontade do corpo social” (BONAVIDES, 2009: 275). Como alhures dito, o princípio fundamental do governo democrático é a liberdade (cf. ARISTÓTELES, 1985:193§6) e o papel do Estado democrático é justamente tomar a si próprio a tarefa de manter essa liberdade que é imprescindível como fator de propulsão da sociedade e, conseqüentemente, da educação, mantendo os serviços educacionais longe das influências imediatistas dos governos e das ideologias partidárias porque a profunda afinidade entre educação e regime democrático provém menos do fundamento do segundo no voto popular, que da sua necessária imparcialidade doutrinária e confiança no progresso da humanidade, em que uma e outro devem assentar. Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias, em teorias, que desfecham, na prática, em fracassos inevitáveis (TEIXEIRA, 2007:58-59).

Vê-se, desta forma, que a construção do processo democrático lastreia-se no embate entre sociedade e Estado, que culmina com as definições, reformulações ou desativação das políticas públicas, conforme o grau de mobilização da sociedade e do próprio Estado e como elemento fundamental desse processo de afirmação da democracia, donde a educação é vista como modo de organização social e político da coletividade humana. Constitui-se, assim, em importante requisito a fim de que sejam acionados e consolidados canais adequados de participação, com o propósito de garantir o exercício dos direitos políticos e sociais, por intermédio da constante luta pela sua conquista, bem como pelas práticas

políticas voltadas para a garantia da efetividade desses direitos.

Nestes moldes, infere-se que “a educação é um fenômeno de civilização” (TEIXEIRA, 2007:42) que serve de princípio basilar para a reconstrução da própria sociedade ao longo dos tempos, onde naturalmente transfere por herança seus costumes, hábitos, capacidades, aspirações, sendo, portanto, uma prática social constitutiva e constituinte das relações sociais, geradas a partir das discussões sobre as mais diversas concepções de homem, mundo e sociedade (cf. DOURADO, 2007:923).

A educação se constitui como direito humano universal, sendo a chave para a erradicação de várias mazelas sociais e fonte para o desenvolvimento humano sustentável, sendo responsabilidade do Estado a promoção das políticas públicas necessárias para o atingimento desse fim precípua.

Deve, portanto, ser entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem e deve sempre estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual está inserida, cujo processo contínuo de interação entre os conhecimentos adquiridos progressivamente e os padrões de comportamento adotados dentro do sistema de valores adotados pela sociedade se integram ao ambiente sociocultural que, em resposta a essa inter-relação, dará “garantias especiais ao homem através de seu enraizamento nele” (cf. FREIRE, 1990:35).

Sobre a construção do processo educacional, deve-se levar em consideração que

a educação é assim, não uma alavanca para a transformação da sociedade, mas, sem sombra de dúvidas, essencial para a transformação, que só é possível à medida em que as pessoas vão tomando consciência de sua condição de oprimido(a), buscando conquistar sua libertação e sua humanização, aliado à descoberta de que mesmo sendo iletrado(a), são portadores(as) de saberes/conhecimentos, portanto, cultos, vão aos poucos percebendo que assim

como são capazes de transformar com seu trabalho aquilo que não fazem – a natureza –, são capazes de transformar a sociedade que fazem [...] (OLIVEIRA, 1999:42).

Sendo, pois, um processo histórico de formação, capacitação e transformação, contribuindo para a elaboração e aquisição de conhecimentos, bem como de formação da consciência da sociedade, a educação é um ato político, cujo eixo central torna inseparáveis as ações educacionais e as ações políticas em face da proximidade e das relações de influências recíprocas que uma exerce sobre a outra, visto que *a politicidade do ato educativo é concomitante à educabilidade do ato político; a educação é sempre política e a atividade política educa* (SCOCUGLIA, 2006:81).

Considerando a sociedade como fonte inesgotável de crescimento e evolução em todos os aspectos, e os indivíduos que a compõem seres em constante crescimento e expansão no plano intelectual, físico, espiritual, moral, criativo e social, o sistema educacional deve privilegiar o desenvolvimento dessas diferentes dimensões, fomentando valores como o respeito aos direitos humanos, além da participação social na vida pública, sempre em condições de liberdade e dignidade (cf. DUARTE, 2004:115).

MÉTODO

Indubitavelmente, a metodologia teve fundamental importância por ter de ultrapassar os aspectos formais das políticas públicas educacionais, para, junto da dialética histórica (BRITO; CHANG, 2002), possibilitar uma hermenêutica na busca da síntese na tensão dos opostos, o que se fez possível com a contribuição de Paulo Freire (1981; 1987; 1990; 1995; 2000; 2001; 2010).

Em face da exigência do tema foi utilizado o método dialético histórico para identificarmos de sobremaneira as contradições inerentes ao fenômeno da tensão dialética entre os opostos, considerando as ações

envolvidas em-si e para-si, a fim de descobrirmos as determinações do entendimento (BRITO; CHANG, 2002), com base na reconstrução formal dos fatos, estabelecendo o processo de continuidade e entrelaçamento entre os fenômenos dados.

O processo dialético articula as atenções dos sujeitos em face à habilidade dos protagonistas, penetrando o mundo dos fenômenos, por intermédio de uma ação bipolar (tese e antítese³), da contradição inerente ao fenômeno da mudança que ocorre na sociedade, cujas circunstâncias pressupõem atitudes concretas em relação ao fenômeno, possibilitando objetivar-se o comportamento, as estratégias e os meios democráticos na tensão dialética dos opostos.

O método dialético pode ser compreendido pela dinâmica tese + síntese + antítese, o que implica dizer que “tudo é conseqüência de idéias e forças que na oposição geram a realidade concreta. Esta, ao se tornar síntese, torna-se tese outra vez, pois traz consigo seu oposto, a antítese. Por sua vez, a antítese lutará de novo e fará surgir nova síntese” (LOPES, 2007:19).

O método dialético foi utilizado, entre outros autores, por Marx para compreender e explicar as mudanças que se realizaram na história da humanidade, onde ele estudava os componentes contraditórios e procurava o elemento que ocasionava, através da transformação dos elementos, um fato novo, que tinha como corolário a continuidade à história. Nesse norte, Marx desenvolveu, ainda, “a concepção materialista da História, o que quer dizer que o modo pelo qual a produção de uma sociedade é feita torna-se o fator que institui a organização política e a organização das representações intelectuais de um tempo” (LOPES, 2007:20).

No caso da análise das políticas públicas voltadas para a educação fundamental, dar movimento aos pensamentos é o mesmo que refletir a partir do empírico, quer dizer, refletir a respeito da situação educacional, como realidade dada à luz das práxis de todo o processo, e, através de elaborações de reflexões

chegar a dados concretos que desvelam a historicidade real educacional.

Desse modo, a análise das políticas públicas educacionais tem êxito ao se conseguir observar sua mais simples manifestação para que se percorra seu pensamento, reflita-se sobre ela e se analise o fenômeno pesquisado, motivo pelo qual o método contribui de sobremaneira neste trabalho para que “se ampliem as releituras e interpretações das políticas públicas através da percepção do princípio da contraditoriedade da realidade histórica e do que existe de relações profissionais sociais” (LOPES, 2007:21).

O método utilizado constrói-se se montando um novo sistema de hipóteses por meio de uma intervenção crítica num trabalho de pesquisa consistente em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade contemporânea e para melhor compreender o papel que atualmente desempenham na sociedade, estabelecendo, destarte, o processo de continuidade e de entrelaçamento entre os fenômenos abordados.

Para a investigação das políticas públicas adotadas no município de Princesa Isabel na área de educação foi adotada a abordagem qualitativa consistente num processo de investigação em base no diálogo entre o investigador e os respectivos sujeitos, visto que

os estudos qualitativos não são ensaios impressionísticos elaborados após uma visita rápida a determinado local ou após algumas conversas com uns quantos sujeitos. O investigador passa uma quantidade de tempo considerável no mundo empírico recolhendo laboriosamente e revendo grandes quantidades de dados. Os dados carregam o peso de qualquer interpretação, deste modo, o investigador tem constantemente de confrontar as suas opiniões próprias e preconceitos com eles (BOGDAN, 1994:67).

Como procedimento elegeu-se para o presente trabalho uma pesquisa qualitativa consistente na análise de documentos, aplicação de questionários à amostra representativa dos docentes da rede pública municipal de ensino, além de entrevistas parcialmente estruturadas aos secretários municipais que se sucederam no decorrer do período da pesquisa.

A. Da análise documental:

A pesquisa teve início com base na análise dos documentos existentes tanto na SECEDU, bem como todo o acervo de leis encontrado na Câmara Municipal de Vereadores do município de Princesa Isabel/PB, além de vasta pesquisa na rede mundial de computadores, em específico no sítio do Ministério da Educação e do Planalto Central.

Cumprir registrar que neste tipo de pesquisa

os documentos aportam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los... Onde, nesse caso, tratar o limite entre a coleta e a análise? Pois atribuir um código, associar a uma categoria, já é analisar, ou até interpretar. Para simplificar, pode-se concluir que a coleta da informação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes. (LAVILLE, DIONNE, 1999:167-168).

Foram analisados os vários documentos legais relativos à política educacional brasileira e ao Sistema Municipal de Educação de Princesa Isabel/PB, tais como: a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, o Decreto 6.094/07, que estabelece o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação, Lei Orgânica Municipal de

DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Princesa Isabel, a Lei Complementar nº 02/99, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Princesa Isabel, a Lei nº 866/0202 que dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino, dentre outras.

A análise documental foi feita através de consulta aos documentos legais já citados, sendo uma técnica que contribuiu para a análise da implementação das políticas públicas referentes à educação no município de Princesa Isabel.

B. Da aplicação dos questionários:

Sobre a forma da coleta de dados ainda foram utilizados questionários com os professores cujo procedimento metodológico serve para interrogar os indivíduos que compõem a amostra, cuja abordagem mais usual consiste em preparar uma série de perguntas sobre o tema visado escolhidas em função da hipótese. Para cada uma dessas perguntas, oferece-se aos interrogados uma opção de respostas, definida a partir dos indicadores (LAVILLE, DIONNE, 1999:183).

C. Da realização das entrevistas:

Em relação aos secretários municipais de educação que se sucederam no período da pesquisa, optou-se por realizar entrevistas parcialmente estruturadas, cujos temas foram particularizados com questões abertas preparadas antecipadamente, entretanto utilizou-se do acréscimo de algumas perguntas improvisadas que se mostraram necessárias no decorrer das entrevistas em face das respostas ofertadas pelos entrevistados. (cf. LAVILLE, DIONNE, 1999:188).

Na entrevista parcialmente estruturada se privilegia a entrevista semi-estruturada porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade

necessárias, enriquecendo a investigação, ficando-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos entrevistados.

A entrevista contou com roteiro de perguntas (conforme Apêndice II) disposto em dois grupos. O primeiro tratou de questões relacionadas a variáveis, como formação, idade, sexo, tempo de experiência, local de atuação, função atual e tempo de exercício na função. O segundo teve por base perguntas voltadas às políticas públicas para o Ensino Fundamental no município de Princesa Isabel no período de 2000 a 2008, privilegiando o enfoque pedagógico e preservando as condições de espontaneidade e liberdade dos interlocutores. As entrevistas foram realizadas após prévio agendamento de hora e local, depois da explicação do objetivo e da importância de sua participação na pesquisa.

CAMPO E ATORES DA PESQUISA

A pesquisa teve como campo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Princesa Isabel, cujo contexto foi discutido no Capítulo 2 deste trabalho, bem como as escolas da rede pública municipal de ensino, além de visitas às residências dos secretários entrevistados.

A amostra representativa dos entrevistados consistiu na escolha do percentual de 30% (trinta por cento) do total geral dos docentes da rede pública municipal de ensino, que corresponde atualmente a 47 (quarenta e sete) professores. Vale salientar que

o caráter representativo de uma amostra depende evidentemente da maneira pela qual ela é estabelecida. Diversas técnicas foram elaboradas para assegurar tanto quanto possível tal representatividade; mas, apesar de seu requinte, que permite diminuir muitas vezes os erros de amostragem, isto é, as diferenças entre as características da amostra e as da população de que foi tirada, tais erros continuam sempre possíveis, incitando os pesquisadores a exercer vigilância e seu senso crítico. (LAVILLE, DIONNE, 1999:169)

Os professores foram selecionados dentre os que se encontrem em pleno exercício das atividades no sistema municipal de ensino no período compreendido entre os anos de 2000 a 2008, sendo 32 (trinta e dois) que lecionem na sede do Município e 15 (quinze) que lecionem nas escolas do campo. Metade do total dos entrevistados será de professores das séries iniciais e metade de professores das séries finais do ensino fundamental. Foram selecionados professores de ambos os gêneros com qualificação técnica nos termos da legislação educacional. Neste sentido, importa ressaltar que

uma amostra probabilista é composta a partir de uma escolha ao acaso, tendo todos os elementos da população uma chance real e conhecida de serem selecionados. Esse conhecimento das oportunidades de cada um permite ao pesquisador calcular o erro de amostragem, isto é, avaliar os riscos de se enganar, generalizando para toda a população as conclusões de seu estudo sobre a amostra (LAVILLE, DIONNE, 1999:170).

Destarte, optou-se por uma amostragem por estratos onde

divide-se a população, a de nossos médicos, por exemplo, em estratos ou subgrupos em função de certas características úteis aos fins do estudo, como foi feito na amostragem por quotas, para em seguida estabelecer uma amostra aleatória de cada um desses estratos. Essa maneira de fazer permite principalmente reduzir o erro de amostragem sem aumentar a extensão da amostra global. (LAVILLE, DIONNE, 1999:171)

Como alhures dito, optou-se por uma amostra representativa no percentual de 30% (trinta por cento) do total geral dos que atuam no magistério da rede pública municipal do ensino fundamental, que à época

do recorte temporal desta pesquisa (2000-2008) estivessem em pleno exercício das suas atividades e obviamente se enquadrassem nos critérios úteis ao estudo em pauta, para que fossem os programas, projetos, políticas e ações voltados à educação fielmente avaliados pela amostra da população selecionada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste último tópico, apresenta-se o eixo principal da pesquisa cujos referenciais são extraídos, por meio de uma análise criteriosa, dos instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa, contudo, neste momento, buscou-se responder, à luz dos dados colhidos e dos critérios de cientificidade, se as políticas públicas para a educação básica de Princesa Isabel formaram ou não uma unidade dual no processo educativo do município

Contraposto à unidade dual detectou-se uma complexidade dualista existente entre **política e educação** como fato causador de graves danos à construção do processo educativo, onde a ausência de uma **relação dialógica, interacionista e democrática** de gestores e professores provocou uma quebra na fundação das políticas educacionais, que somente será contornada se superado for o dualismo existente pelo consenso dos interlocutores envolvidos.

Os dados analisados mostram que as políticas públicas educacionais, em face da complexidade dialética verificada pela tensão dos opostos, e das relações de influências recíprocas que uns exercem sobre os outros, deveriam ser trabalhadas de maneira que pudessem os atores envolvidos no processo manter uma estreita e correlata interação, onde o diálogo fosse o fio condutor dessa construção que pusesse de frente os homens em relação aos fatos e acontecimentos externos que embasam o fenômeno.

Verifica-se, portanto, que não há como se pensar em educação como fenômeno dissociado da política, pois essa separação seria um contra-senso ao princípio da liberdade democrática que funda o ideal político de

que a educação é um fenômeno de civilização, se constituindo numa prática indispensável ao homem para aquisição do conhecimento, sendo a unidade político-pedagógica a única fonte mediata capaz de superar a tensão dialética identificada entre os opostos. Tematizar-se-á o binômio **política e educação** cruzando dados á luz do pensar teórico da educação sob a dialeticidade dos opostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido a educação político-pedagógica em Princesa Isabel entre 2000-2008 objeto desta pesquisa, possibilitou manusear-se como objetivo desta pesquisa o modo como os professores se apropriaram e executaram as políticas públicas para a educação básica, tendo como problema a ser explicitado se os atores deste processo formaram ou não uma unidade político-pedagógica no período delimitante desta especulação.

A presença do dualismo no processo educativo em Princesa Isabel se constata claramente pela simples leitura do Gráfico 5, onde para 64% dos professores as políticas públicas implementadas pela SECEDU foram parcialmente concretizadas, cujo percentual é bastante significativo, exigindo a adoção de medidas enérgicas e imediatas consistentes numa reavaliação do sistema operacional das políticas educativas municipais.

Este inaceitável e alarmante percentual de professores que explicitamente deixam transparecer seu descontentamento com a sistemática procedimental do processo de criação e implementação das políticas educacionais gestada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura converge ao entendimento lógico da inexistência de uma unidade dual no implemento do processo político-pedagógico educacional em Princesa Isabel.

Nesse direcionamento, torna-se indispensável a manutenção urgente de uma relação dialógica entre os atores do processo educativo, não havendo como manter essa distância que separam gestores e

professores, a fim de evitar que o processo educacional se torne ainda mais complexo, iniciando daí uma crise sem precedentes que poderá dar causa a um indesejável colapso educacional provocando um rompimento do processo educativo que é a essência do saber.

De igual modo, percebe-se na leitura do Gráfico 9 que a SECEDU deve encontrar meios para disseminar ao alcance de todos e de maneira mais clara os objetivos, metas e os fins aos quais se prestam as ações políticas junto à comunidade docente visto que 38% destes não souberam ou não quiseram responder sobre o nível de satisfação para com as ações do PAR, bem como o considerável percentual de 26% dos professores também não souberam ou não quiseram responder sobre o nível de satisfação com as ações do CME. Essa constatação leva a crer que estas as ações ou não estão sendo desenvolvidas a contento ou necessitam de uma maior publicidade como forma de assegurar uma gestão democrática, competindo aos gestores reverem esse panorama e tornarem mais públicas suas ações para que todos, sem exceção, possam conhecer a fundo suas atribuições, competências e atividades desenvolvidas em prol da educação municipal.

Restou sobejamente configurado que a tensão vivenciada entre os opostos se dá quando professores se dizem oprimidos pela falta de clareza das políticas e que estas não de amoldam à realidade do município, impulsionada pela carência de uma gestão mais democrática, ao mesmo tempo em que os gestores se defendem apontando uma ferrenha resistência à mudança e falta de interesse por parte dos professores.

Nos termos da constatação acima apresentada, torna-se praticamente impossível asseverar que política e educação formaram uma unidade dual em Princesa Isabel no processo educativo durante o período dado, levando-se em consideração que as políticas públicas são encaradas como processo que culmina na escolha adequada e coletiva das prioridades que irão definir os interesses públicos, em cujo processo se contrapõem os

direitos, deveres, ônus e faculdades dos vários interessados na execução das políticas escolhidas.

Dessa forma, se essas escolhas na visão dos demais interessados não estão sendo adequadas à realidade local, política e educação não formaram uma unidade dual na construção do processo educacional de Princesa Isabel, cujo rompimento do processo se configura pela ausência de uma relação dialógica, interacionista e democrática entre gestores e professores que somente será absorvido e contornado se for buscada a superação do dualismo, sem prescindir da diferença, mas construindo a unidade.

Nessa perspectiva, as políticas públicas traçadas para a educação básica de Princesa Isabel devem ser equacionadas sob o prisma da cumplicidade epistêmica que a tensão causa, em face da proximidade e das relações de influências recíprocas que gestores e professores exercem uns sobre os outros.

No decorrer desta pesquisa, restou comprovada a existência de uma complexidadedialética entre gestores e professores na construção do processo educacional em Princesa Isabel, visto que estes últimos apontam como motivos ensejadores da não concretização das ações a não adequação das políticas públicas à realidade educacional do município, na visão de 45% dos professores, bem como a falta de clareza destas ações na visão de 33% destes profissionais, consoante se extrai da leitura do Gráfico 5. Ao mesmo tempo nas entrevistas realizadas com os gestores estes por sua vez apontam que as maiores dificuldades enfrentadas pelos mesmos para implementação das políticas foram justamente a resistência à mudança e a falta de interesse por parte dos professores, situação está típica que vai de encontro ao ideal de uma educação libertadora face à complexidade dialética vivenciada entre os opostos. Nesse limiar nota-se que a complexidade dialética é presente em todo o processo de construção das ações educativas em lugar da cumplicidade dialética, onde a ausência de um processo interativo entre os sujeitos desse cenário cognitivo por meio da uniformização da linguagem entre os atores

envolvidos na ação se configura como vetor do insucesso das ações políticas para a educação básica de Princesa Isabel.

Urge ressaltar que para a construção democrática das ações educativas torna-se imprescindível a existência de uma relação dialógica entre gestores e professores, já que não subsiste sem o pensar de ambos dentro da realidade em que se inserem, sendo necessário que o gestor seja capaz de conhecer as condições estruturais nas quais o pensar e a linguagem do professor, dialeticamente, se constituem.

No entanto, a evidência da tensão dialética constatada nesta pesquisa sugere que, embora diversas medidas de política educacional tenham potencial de contribuir para o aprimoramento da educação municipal, a magnitude do desafio da qualidade está além do potencial das políticas traçadas, sugerindo que a perspectiva da continuidade não pode abrir mão da criatividade e da inovação, sob o aprimoramento constante da relação dialógica dos sujeitos na integração do processo político-pedagógico.

Assim posto, não deve a construção desse processo em Princesa Isabel se deixar abalar pela complexidade dualística, já que avanços são detectados na tensão dialética por experiências exitosas que se encaminham a uma unidade político-pedagógica embrionária, gestada pela cumplicidade dialética interativa por meio da uniformização da linguagem entre os atores envolvidos na ação educativa.

Registre-se, ainda, que o presente trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas de contribuir para o debate sobre as políticas educacionais para a educação básica no município de Princesa Isabel, apresentando dados concretos de uma determinada situação que trouxe à tona a identificação da tensão dialética entre os opostos na construção das ações que fundam o fenômeno educativo.

Infere-se que as considerações extraídas da relação entre os sujeitos envolvidos na construção do processo educacional não servem apenas para ser mais

um dado isolado geograficamente num país de dimensões continentais, mas para poder ser compartilhado, compreendido e aproveitado por outras pessoas e por quem valoriza a experiência político-educacional, face ao princípio da unicidade que rege o nosso sistema.

Considerando-se esse aspecto, confirma-se o hipoteticamente dado: a política pública ea educação em Princesa Isabel não realizaram a unidade político-pedagógica entre os anos de 2000 a 2008, entretantes, é verossímil dizer-se que o processo educacional de Princesa Isabel não se deixou abalar pela complexidade dualística, mas tem avançado na tensão dialécticarumo à unidade político-pedagógica de ação por ter sido esta gestada na experiência que lhe é peculiar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1995.
- ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o plano de ações articuladas. **Cadernos de Pesquisa**, [online]. 2008, vol.38, n.135, pp. 779-796. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a12.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Tecnoprint,1985.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Globo,2008.
- AZANHA, José Mário Pires. Uma idéia sobre a municipalização do ensino. **EstudosAvançados**, [online]. 1991, vol.5, n.12, pp. 61-68. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n12/v5n12a05.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.
- AZEVEDO, José Clóvis de. Escola cidadã, mercoescola e a reconversão cultural. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Fragmentos daglobalização na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo:Malheiros, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. Estabelece o Plano de Metas CompromissoTodos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2007.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 fev. 2011.
- _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- _____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.
- BRASIL. Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jul. 2008.
- _____. Ministério da Educação. Disponível em : <www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 mar.2011.
- _____. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília:MEC, 2008.
- _____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em : <<http://www.fnede.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2011.
- _____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões,princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/INEP, 1997.
- _____. Ministério da Educação. **Políticas públicas e educação**. Brasília: INEP/Fundação Carlos Chagas/UNICAMP, 1987. Série Encontros e debates; 1.
- BRITO, Emídio Fontenele de; CHANG, Liz Harding. **Filosofia e Método**. São Paulo:Loyola, 2002.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e direito administrativo**. São Paulo:Saraiva, 2006.
- CORRÊA, Marilda Siqueira. **Políticas públicas para a educação municipal: um estudo do município de Paraisópolis – MG**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,Belo Horizonte, MG, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas,1999.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. [online].Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2011.

GESTÃO PÚBLICA NA ACESSIBILIDADE DO IDOSO AO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO: UMA AVALIAÇÃO NARODOVIÁRIA CENTRAL DE BRASÍLIA, A CAPITAL DO BRASIL

PUBLIC MANAGEMENT IN THE ACCESSIBILITY OF THE ELDERLY TO THE URBAN COLLECTIVE PUBLIC TRANSPORT SYSTEM: AN ASSESSMENT IN THE CENTRAL HIGHWAY IN BRASÍLIA, THE CAPITAL OF BRAZIL

Carlos Augusto Ribeiro Silva ¹

Edson Júnior Santana ²

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma realidade. O Brasil será, em breve, o sexto país em número de idosos no mundo. Dentre as iniciativas do poder público para atendimento dessa população crescente, destaca-se a gestão do transporte público urbano, cuja demanda aumenta proporcionalmente ao número de idosos, que se deslocam diariamente a trabalho ou lazer. Esta dissertação propôs-se a analisar a acessibilidade dos usuários idosos ao Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano no Terminal Rodoviário do Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal. Pesquisa de campo foi realizada nesse terminal, por onde circulam, diariamente, cerca de um milhão de pessoas. Foram escolhidos pontos de maior concentração de usuários do transporte público rodoviário urbano do Distrito Federal, e em horários de maior movimento. A pesquisa mostrou que, para os usuários idosos, os principais problemas de acessibilidade foram referentes à falta de informação, atitude nem sempre amistosa de motoristas e funcionários do Terminal Rodoviário e a infraestrutura do local. Tais aspectos permitiram concluir que as políticas públicas voltadas à acessibilidade do idoso têm sido muito tímidas, fazendo-se necessária a implementação de ações que possam contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade dos usuários idosos de transporte público no Terminal Rodoviário do Plano Piloto.

PALAVRAS-CHAVE: Terceira Idade, Acessibilidade, Transporte Público Urbano.

ABSTRACT

Population aging is a reality. Brazil will soon be the sixth country in number of elderlies in the world. Among the initiatives of the public agencies to serve this growing population, we highlight the management of urban public transport, whose demand increases proportionally to the number of elderlies, who commute for work or leisure. This dissertation aimed to analyze the accessibility of elderly users to the Urban Collective Public Transport System at the 'Plano Piloto' Bus Terminal in Brasília, Federal District. A field research was conducted at this terminal, where about one million people circulate daily. Were chosen points of greater concentration of users of urban road public transport of the Federal District, and at busy times. The survey showed that, for elderly users, the main accessibility problems were related to the lack of information, not always friendly attitude of drivers and employees of the bus station and the infrastructure of the site. These aspects led to the conclusion that public policies aimed at accessibility for the elderly have been very timid, and it is necessary to implement actions that can contribute to the improvement of accessibility conditions for elderly users of public transport at the Plano Piloto Bus Terminal.

KEYWORDS: Third Age; Accessibility, Urban Public Transportation.

¹ Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias da. **E-mail:** silvacarloaugusto@gmail.com

² Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanas e Tecnologias. **E-mail:** Edson@aclconsultoriaeconomica.com.br

INTRODUÇÃO

O fato é que todos nós desejamos um setor público eficiente, ágil e de qualidade. Para isso é preferido reconhecer os problemas da cidade e procurar resolvê-los através de uma boa preparação na administração desta mesma cidade.

Até 2050, o número de pessoas com 60 anos ou mais NO MUNDO chegará a 2 bilhões, mais que o dobro dos 900 milhões de indivíduos nessa faixa etária registrados em 2015. Os idosos representarão um quinto da população do planeta (<https://nacoesunidas.org/oms-cobra-melhorias-no-atendimento-aos-idosos/> - acessado em 20.03.2108 – (OMS, 2017)), e superarão pela primeira vez na história o número de crianças, isto é, a estimativa é de que, até a primeira metade do século XXI, os demais países industrializados cheguem a esse patamar.

O Banco Mundial, em seu documento: Envelhecendo em um Brasil mais Velho (2010, p. 10), afirma que, até 2050 o Brasil, irá mais que triplicar sua população idosa, passando dos atuais 20 milhões para aproximadamente, 65 milhões de idosos, o que representa 29,7% da população total.

Em 2007, acompanhando a tendência mundial de crescimento da população idosa, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2007), até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas, além disso, mais da metade da população atual, segundo relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2007), está vivendo em áreas urbanas, e, até 2030, esse número deverá chegar a quase 5 bilhões de pessoas, correspondendo a cerca de 60% da população mundial. Com isso, essa população precisa ser atendida pelos meios de transportes para realização de suas atividades, tais como trabalho, estudos, saúde, entre outros. Essa necessidade por deslocamentos tornou-se um grande problema nos grandes centros urbanos.

No Brasil, em consequência da infraestrutura precária de transportes públicos, a população se vê obrigada a optar pelo transporte particular, ocasionando

enormes engarrafamentos. Os longos percursos e a necessidade de percorrê-los cada vez mais rapidamente fizeram com que meios de transporte não motorizados, como bicicleta e os deslocamentos a pé se tornassem quase inviáveis. As políticas públicas, cada vez mais, priorizam o transporte particular, que superlota as vias causando demora dos deslocamentos e longos congestionamentos, aumentando a poluição do ar e sonora, reflexos do atual modelo de mobilidade adotado no Brasil, a ponto de os estudiosos apontarem o Transporte Público Coletivo Urbano de qualidade como a saída para o colapso do sistema viário das grandes cidades.

De acordo com Associação Nacional de Transporte Público (ANTP, 2004), trata-se de um modelo que privilegia automóveis e motos, que, juntos, respondem por apenas 20% das viagens urbanas, em detrimento do transporte público coletivo urbano. No entanto, os problemas apresentados no transporte não são somente de ordem operacional, mas, também, de sustentabilidade. Vários fatores contribuem para a redução da demanda de passageiros, como o crescimento do transporte individual, aumento de transporte clandestino, empobrecimento da população, falta de investimentos públicos permanentes no setor e a falta de flexibilidade de gestores e operadores em qualificar e tornar mais eficiente os equipamentos e os serviços. Para a ANTP (2004), é preciso fazer com que o transporte público de qualidade seja definitivamente um direito essencial mantido para todos.

Nesse contexto, a acessibilidade deve assegurar a todos igual oportunidade de uso de uma forma direta, imediata, permanente e o mais autônoma possível deve ser levada em conta, pois quando quantificada e analisada a mesma pode mostrar a facilidade que a população tem em se deslocar.

No Distrito Federal algumas medidas foram tomadas em relação à acessibilidade do usuário ao transporte público rodoviário, mas todas direcionadas ao portador de deficiência física; como exemplo ônibus com

piso rebaixado para “cadeirantes”. Enquanto isso, não se observa medidas que venham a garantir acessibilidade ao usuário idoso de transporte público rodoviário, o que torna evidente a relevância do tema apresentado nesse estudo, que poderá auxiliar na melhoria significativa do uso da estrutura já construída, além de guiar futuros investimentos a fim de atender à parcela crescente da população idosa que necessita do transporte público para seus deslocamentos.

Nesse sentido, e tendo em vista a previsão crescente da população de idosos e suas necessidades de deslocamento por meio do transporte público rodoviário, o foco deste trabalho será o estudo da acessibilidade dessa população ao transporte público urbano, daí a pesquisa a ser efetiva por meio de questionário aplicado na rodoviária do plano piloto a usuários do sistema de transporte público do Distrito Federal visa determinar como a população do distrito federal utiliza o sistema de transporte público rodoviário urbano para seus fins pretendidos, como se deslocar para: trabalho, lazer, estudos, e outros, como bem determinado no questionário a ser aplicado ao usuário desse sistema, procura, também, determinar políticas públicas que possa melhorar as condições à acessibilidade dos usuários a esse sistema de transporte público.

REVISÃO DA LITERATURA

Com os níveis crescentes de engarrafamentos e poluição oriundos dos gases produzidos pelos veículos de passeio, ninguém questiona a importância do transporte público numa cidade como forma de diminuir a emissão desses gases e melhorar a qualidade de vida da população.

O Transporte público eficiente traz benefícios não só aos que o utilizam, mas a toda população, pois são responsáveis pelo deslocamento de grande quantidade de pessoas, contribuindo sobremaneira para diminuição

dos veículos em circulação nas cidades, e conseqüentemente com a diminuição da poluição.

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES

A preocupação com a mobilidade urbana e com a qualidade de vida nas grandes cidades é um dos maiores desafios da atualidade, pois afeta diretamente o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países

O planejamento sobre as vias urbanas é fundamental para o desempenho do serviço de transporte coletivo. Sendo este uma das principais prioridades na mobilidade urbana, as ruas devem ser planejadas para a trafegabilidade dos ônibus; ter condições ideais de pavimentação e de tráfego, incluindo acessos entre bairros e acostamentos de pontos de ônibus (paradas).

Na maioria das cidades do país, os ônibus disputam espaço com os automóveis, trafegam em vias sem condições de trafegabilidade, ocasionando constante manutenção, o que leva ao aumento de custos e conseqüentemente aumento de tarifa, além disso, não há infraestrutura adequada em terminais e paradas para os usuários do transporte público coletivo. Estes problemas influenciam no custo do serviço e na insatisfação do cliente, fazendo com que as viagens levem mais tempo, ocasionando menor utilização do veículo. A situação do transporte público coletivo. Considerando o transporte de passageiros, podemos dizer que o transporte coletivo é mais eficiente do que o privado, transportando mais passageiro e retirando mais veículos das vias públicas, diminuindo os engarrafamentos e a poluição, em conseqüência, oferece maior potencial para melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentado.

Estudo divulgado pela Associação Nacional de Transporte Urbano (NTU) mostra que o número de passageiros que usaram o ônibus como transporte

público em 2015 teve uma redução de 9% por mês em relação a 2014. O estudo considerou dados de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, que representam a maior demanda nacional por esse tipo de transporte.

Nessas localidades, o número de passageiros transportados por mês caiu de 382,3 milhões em 2014 para 347,8 milhões em 2015. Segundo o levantamento anual da NTU, ao projetar a redução de 9% registrada nessas cidades para o restante do país, estima-se que 3,22 milhões de passageiros deixaram de usar ônibus como transporte público por dia.

Em estudo mais recente realizado por essa associação, a tendência de declínio do transporte urbano sendo verificada.

Dados do Anuário 2017-2018 revelam que, no ano de 2017, a redução média de demanda foi de 9,5% (a terceira maior desde o início da série histórica), equivalente à perda diária de 3,6 milhões de passageiros em todo País, em comparação a 2016, superior àquela estimada em 2015.

Acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com deficiência e com algum tipo de limitação motora, seja por problemas físicos ou pela de locomoção pela idade, participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informação, mas também a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população (Cardoso, 2006).

As edificações, mobiliários e equipamentos devem ser adaptados para essas pessoas que possuem algum tipo de limitação em sua mobilidade, seja por problemas físicos causados por acidente ou naturais da idade. Pois diante de uma infraestrutura que coloca barreiras, acabam esses indivíduos sendo privados de participarem ativamente do contexto social, segregando-os, deixando-os à margem dos direitos mais básicos, e, sobretudo, do direito de ir e vir (art. 5º Constituição Federal - 1988). Sendo assim devemos ter a ideia de que

uma cidade é muito mais que um modelo de planejamento, muito mais do que um núcleo de polarização social quando nela está inserido e respeitado o direito do idoso.

Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população.

A alma de uma cidade, a força vital que a faz respirar, progredir, existir, reside em cada um dos seus cidadãos, em cada pessoa que nela aplica e nela esgota o sentido de sua vida. A cidade não pode ser apenas um emaranhado de ruas, nem uma soma de unidades produtivas, nem um conjunto de casas e edifícios, a cidade é o cenário do encontro. Encontro este que deve ser promovido em todas as atividades urbanas.

Pode-se dizer que a acessibilidade é um dos fatores que promovem o progresso de uma cidade e de seus cidadãos, quando ela é possibilitada aos mesmos. No entanto se não há acesso, há um retrocesso, estagnação do meio, ou seja, o crescimento puro e simples é vazio de significado se ignorar o acesso das pessoas às ruas, suas casas, seu ônibus, seu trabalho, enfim, às edificações e mobiliário urbano de uma cidade.

A acessibilidade pressupõe a ideia de que todo e qualquer avanço, progresso, deve ser partilhado ou estar a serviço do maior número de pessoas, na medida em que isso seja compatível com a natureza da nova conquista. Podemos entender a acessibilidade como um componente da melhoria da qualidade de vida das pessoas dentro da vida urbana.

Ao falar em acessibilidade, outros itens nos são remetidos, como: integração e inclusão, por exemplo. Na primeira palavra - integração - a ênfase está na diferença, a deficiência centra-se no indivíduo e o que se pensa é que 'apenas' para esses indivíduos com deficiência há a necessidade de serem realizadas adaptações, já na inclusão, o foco é a diversidade, a deficiência passa a ser entendida como resultado da relação do indivíduo com o

meio ambiente e todos os espaços, objetos, veículos e formas de comunicação passam a ser pensados para que sejam desfrutados e utilizados por todos, independente de idade ou condição física.

Dessa forma, a acessibilidade converte-se no pensar dirigido à diversidade humana visando a possibilidade e o direito de todos - inclusive daqueles com restrições permanentes ou temporárias na sua mobilidade ou na percepção visual, auditiva ou cognitiva - de compreender um espaço, integrar-se nele, comunicar-se com os seus conteúdos com autonomia e independência. Ao assumir esse conceito, a deficiência transforma-se numa construção social, que se estrutura diariamente nas relações entre as pessoas e, conforme o arquiteto Eduardo Joly (2002), "*algo que se constrói nas decisões que tomamos, nas atitudes que assumimos, na forma que estruturamos nosso entorno físico, social, cultural e ideológico*".

Acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com algum tipo de limitação em sua mobilidade, seja ela física, provocada por acidente ou naturais da idade, participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população.

A acessibilidade é de grande importância para as pessoas portadoras de necessidades especiais, pois promove qualidade de vida e garante o exercício da cidadania, como o direito de ir e vir. A dificuldade de acesso não é somente para as pessoas portadoras de necessidades especiais, como os usuários de cadeiras de rodas, mas também às pessoas com mobilidade reduzida (idosos, grávidas, deficientes visuais e auditivos).

MÉTODO

A Metodologia Científica pode, entre tantas outras abordagens, utilizar-se de metodologia qualitativa ou pesquisa quantitativa, ou até mesmo valer-se das

duas conforme os objetivos da pesquisa. (Lakatos, E. (2017)

Lakatos (2017, p.302), afirma que "os métodos, em geral, englobam dois momentos distintos: a pesquisa, ou coleta de dados, e a análise e interpretação, quando se procura desvendar o significado dos dados."

A visão foi incorporada a esta pesquisa, na qual dados obtidos em pesquisa de campo e tratados estatisticamente são analisados do ponto de vista **qualitativo**.

Essa 'conotação qualitativa' num levantamento quantitativo justifica-se por ser necessário um conjunto de dados sobre o grupo social em questão – os idosos, e desejar-se conhecer melhor sua interação com a situação em estudo – a Rodoviária do Plano Piloto, local da pesquisa de campo, conforme será apresentado a seguir.

Para a coleta dos dados necessários para a análise qualitativa, optou-se por efetuar uma pesquisa de campo, realizada por meio de aplicação e questionário com perguntas diretas aplicadas na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.

A Rodoviária do Plano Piloto foi escolhida como ponto a ser aplicado o questionário, tem em vista que é um lugar central do Distrito Federal que liga os eixos rodoviários sul e norte e por onde transitam quase 1 milhão de pessoas todos os dias.

Portanto será apresentada a proposta metodológica com vistas a avaliar a acessibilidade do Idoso ao Transporte Público Coletivo em Terminal Rodoviário, bem como, o desenvolvimento de procedimentos que possibilitarão a avaliação dessa acessibilidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A expectativa de vida do brasileiro ao nascer cresceu na última três décadas e passou de 70 anos, em 1997, para algo em torno de 76 anos, em 2016, sendo hoje de 75.8 anos (IBGE 2018). A melhora na expectativa de vida e a queda na mortalidade da população são

consideradas os grandes responsáveis por um aumento considerável no número de idosos no Brasil.

A população de pessoas de 60 anos ou acima dessa idade cresceu 47,8%, contra um crescimento total da população brasileira de apenas 21,6%. Sendo que as pessoas maiores de 60 anos representam 10,5% dos brasileiros e somam quase 20 milhões de pessoas, com 83% deles vivendo nas cidades.

É visível a mudança no perfil da população brasileira. A participação da terceira idade em todos os aspectos da sociedade é cada vez maior. A população brasileira está envelhecendo.

Daí a importância da presente pesquisa, que vem num momento crucial de transição de uma população jovem para uma população de idosos, pois precisamos ter políticas públicas que atendam essa parcela crescente da população brasileira, com serviços de qualidade. Precisa-se pensar num futuro cada vez mais próximo e aplicar todos os estudos e recursos na busca da melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Na análise dos resultados da pesquisa, pôde-se observar que é grande o contingente de idosos que estão presentes no mercado de trabalho e que se utilizam do sistema de transporte público rodoviário urbano como forma de acessibilidade para se deslocar de sua residência para seu local de trabalho.

A pesquisa mostrou a dificuldade que o idoso tem para efetivar seu deslocamento. Essas dificuldades, agravadas pelas suas condições naturais de mobilidade do ser humano nessa faixa etária de vida, tampouco são mitigadas pelos serviços públicos colocados à disposição. Ao contrário, são diversos os obstáculos que afetam sua acessibilidade e conseqüentemente sua mobilidade.

Especificamente em relação à acessibilidade do idoso ao sistema de transporte público no Distrito Federal, no local de acesso mais movimentado do Distrito Federal ao sistema de transporte público rodoviário urbano do Distrito Federal, o terminal rodoviário do Plano Piloto, a pesquisa mostrou que a acessibilidade dos idosos sofre diversos obstáculos, que

vão desde a falta de informações, de funcionários mal treinados, mal educados, violência, informações de linhas de ônibus, horários, até questões de circulação, com pisos mal conservados, podendo ocasionar quedas, tornando, tudo isso, uma verdadeira peregrinação para ter acesso ao transporte público que o levará ao seu destino pretendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou a dificuldade que os idosos têm de acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário urbano do Distrito Federal, numa cidade relativamente jovem, com 60 (sessenta) anos de idade somente, mas que já sofre das mesmas mazelas que as grandes cidades brasileiras.

Remetendo-se à pesquisa, destaca-se também que a falta de informações, falta de funcionários treinados a disposição do público, sinalização inexistente, desrespeito de motoristas no embarque e desembarque de passageiros idosos, efetuando manobras bruscas e perigosas, infraestrutura carente, formam um conjunto de obstáculos a serem transpostos pelos idosos para que tenham acesso ao sistema de transporte público rodoviário urbano no Distrito Federal, que precisam utilizar esses serviços na rodoviária do Plano Piloto na busca de seus objetivos.

Da análise dos dados obtido na pesquisa, conclui-se que falta muito ainda para que os idosos tenham respeitado seu direito de ir e vir com dignidade, tranquilidade, saber que terá condições facilitadas para desenvolver suas atividades por meio de políticas públicas adequadas que foquem na melhoria da acessibilidade do idoso ao sistema de transporte público rodoviário urbano do Distrito Federal.

Para tanto deverá haver melhoria nas condições de informações fixas:

- Com a instalação de letreiros fixos, luminosos, atentando para as suas dimensões, já que a capacidade de visão, reflexo, mobilidade dos idosos se tornam mais

lentos com o passar do tempo, com indicação dos locais de embarque, desembarque, escadas rolantes, elevadores, entrada e saída do terminal rodoviário;

- Melhoria nas condições de informações móveis, com treinamento e capacitação de funcionários da rodoviária, e em quantidade suficiente, não só para prestarem informações, mas, sobretudo, respeito aos idosos;

- Treinamento e capacitação, periódica, dos motoristas e cobradores dos ônibus, com a finalidade de atentar para os passageiros idosos, afetados em suas condições físicas naturais pelo tempo;

- Embarque solidário, com preferência para os idosos;

- Melhoria na infraestrutura do terminal rodoviário: escadas rolantes em pleno funcionamento e mais espaçosas, bancos para os idosos sentarem enquanto aguardam o ônibus de seu destino; número maior de lixeiras, limpeza constante do terminal, iluminação eficiente, melhorando a visibilidade;

- Melhoria na segurança do terminal, com disposição de Policiais Militares no interior da rodoviária para inibir e evitar a ação de marginais.

Há, portanto, necessidade de ações especiais em políticas públicas que concentrem medidas e investimentos para identificar e intervir na qualidade do atendimento prestado ao passageiro idoso do Distrito Federal.

Faz-se necessário maior zelo por parte do Estado, ao rever falhas na aplicação da lei em vigor e monitorar as empresas para o cumprimento da lei.

Julga-se necessário realizar a promoção de campanhas educativas, visando sensibilização das empresas prestadoras do serviço e demais usuários do transporte coletivo urbano; dar visibilidade à qualidade do atendimento oferecido aos idosos que precisam utilizar o transporte urbano e despertar na população atitudes que demonstrem a importância da

“responsabilidade social” para a melhoria do transporte coletivo urbano para idoso no Distrito Federal.

O que se pode esperar é que as políticas públicas não se limitem a ofertar transportes com degraus rebaixados, mas que essas políticas visem a melhoria de todas as condições de acessibilidade do idoso ao sistema de transporte público rodoviário urbano do Distrito Federal, como anteriormente exposto.

As políticas públicas de acessibilidade do idoso ao sistema de transporte público rodoviário urbano do Distrito Federal, devem ser direcionadas a essa população crescente de idosos no Distrito Federal, estabelecendo leis e fiscalizando o seu cumprimento com rigor, a fim de que os idosos, bem como toda a população, sintam prazer de se dirigir aos seus diversos ramos de atividades utilizando o transporte público, sabendo que transporte público de qualidade, gera menos transtornos com engarrafamento, poluição e produz melhor qualidade de vida aos seus usuários.

REFERÊNCIAS

Andrade, K. R.; Paula, V. A.; Mesquita, A. P.; Villela, P. A. **Problemas Relacionados aos Pontos de Parada do Transporte Público nas Cidades de Porte Médio**, IV, 2004

Alves, L. C.; Amoy, R. A.; & Pinto, R. L. **A questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e a atuação do Ministério Público Estadual na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ**. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano VIII, Nº 10. 2007

Batista Jr. Edgard Dias e Senne, Edson Luiz França. **Um Novo Método para Avaliar o Desempenho de Sistemas de Transporte Urbano de Passageiros**. 2002

Cardoso, C. E. P. **Acessibilidade – alguns conceitos e indicadores**, *Revista dos Transportes Públicos – ANTP – Ano 29 – 4º trimestre*.

CODEPLAN - Disponível em – www.codeplan.df.gov.br – acessado em 20 de maio de 2009.

Constituição Da República Federativa Do Brasil (1988) - Disponível em www.planalto.gov.br - acessado em 6 de junho de 2009.

Dalvi, M. Q. **Behavioral modelling accessibility, mobility and need: concepts and measurement.** In: Hensher, D.A.& Stopher, P.R. (eds). **Behavioral Travel Modelling.** London: Croom Helm

Decreto 21.005 (2000) – Disponível em www.df.gov.br – acessado em 4 de junho de 2009.

Decreto Nº 5.296/2004 – Disponível em: www.planalto.gov.br – acessado em 26 de maio de 2009.

DETRAN (2008) – Disponível em www.detrans.df.gov.br – acessado em 20 de maio de 2009.

EBTU (1998). Planejamento e Operação; Elementos Intervenientes, v. 2. Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, Brasília.

Ferraz, A.C.P. **Transporte Público Urbano.** EESC/USP/Editora Multicópias. Ribeirão Preto, São Francisco. 1999

Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas (2009) - Disponível em www.fipe.org.br - acessado em 18 de dezembro de 2009.

Fundo De População Das Nações Unidas - (UNFPA/ONU,2007) - Disponível em www.unfpa.org.br – acessado em 17 de abril de 2009.

Goto, M. **Uma análise da acessibilidade sob a ótica da equidade:** o caso da região metropolitana de Belém. Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, SP. 2000

Handy, S. L. **Regional versus local accessibility.** Neotraditional development and its implications for non-work travel. *Built Environment*, v.18, n.4, p.253-267. 1992

Hanson, S. **Urban transportation in context.** In: Hanson, S., ed *The geography of Urban transportation.* New York/London, The Guilford Press., p.3-25. 1995

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009) - Disponível em www.ibge.gov.br acessado em 01 de dezembro de 2009 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008

Ingram, D.R. **The concept of accessibility:** a search for an operational form. *Regional Studies*, v.5, n.2.

Januario, M.H. **Acessibilidade do sistema de transportes.** 1997

Joaquim F.M. **Qualidade de vida nas cidades:** o aspecto de acessibilidade às atividades urbanas. São Carlos. Dissertação (Mestrado) de Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 1999

Koenig, J.G **Indicators of urban accessibility:** theory and application. *Transportation Research*, v.9, n.2, p.145- 172.

Lakatos, E. **Metodologia científica** (7a. ed.). São Paulo: Grupo Gen - Atlas.

Lei Nº 10.048/2000 - Disponível em: www.planalto.gov.br – acessado em 26 de maio de 2009.

Lei Nº 10.098/2000 - Disponível em: www.planalto.gov.br – acessado em 26 de maio de 2009.

Lei Nº 10.741, DE 01/10/2003 – Disponível em: www.planalto.gov.br – acessado em 26 de maio de 2009.

Lei Nº 4.011/2007 - Disponível em: www.df.gov.br – acessado em 26 de maio de 2009.

Lima, P. D. B. **Excelência em Gestão Pública.** Recife: Fórum Nacional de Qualidade. 2006

Ministério Das Cidades – Disponível em www.cidades.gov.br – acessado em 26 de março de 2009.

Ministério Dos Transportes – Disponível em www.transportes.gov.br - acessado em 05 de maio de 2009.

Morris, J.M; Dumble, P.L.; W Igan, M.R. **Accessibility indicators for transport planning.** *Transportation Research*, v.13A, n.2, p.91-109

Organização Das Nações Unidas - (ONU,2009) - Disponível em www.onu.org.br – acessado em 17 de abril de 2009.

Organização Mundial Da Saúde (OMS,2007,2009) – Disponível em www.omsbrasil.com.br – acessado em 17 de abril de 2009.

IMPACTO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE – FCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE GOIÁS: UM ESTUDO MULTICASOS NO ESTADO DE GOIÁS – BRASIL**IMPACT OF THE CONSTITUTIONAL FUND OF THE CENTRAL WEST – FCO FOR THE DEVELOPMENT OF INDUSTRY IN THE STATE OF GOIÁS: A MULTICASE STUDY IN THE STATE OF GOIÁS – BRAZIL**

Edson Júnior Santana¹
Carlos Augusto Ribeiro Silva²

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o impacto de desenvolvimento empresarial das indústrias do Estado de Goiás que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO), no período entre 2004 a 2014. Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, em que os dados foram coletados por meio do Instrumento de Entrevista Semi estruturada e documental, com a participação de três indústrias, sendo uma de Goiânia, Abadia de Goiás e Trindade, no período entre maio a junho de 2018. O estudo contemplou dados que mostraram que houve um significativo impacto na economia regional e conseqüentemente na geração de empregos e renda para a população goiana. Os investimentos foram desde infra-estrutura até vagas de empregos operacionais, impactando de forma direta na economia da Região Metropolitana de Goiânia. As indústrias são de segmentos diversos, porém, investiram os valores da referida linha de crédito em benfeitorias, no aumento da produção. Diante dos resultados apresentados junto a três indústrias de diferentes segmentos, pode se notar que cabe ressaltar os avanços da política regional brasileira, seja do ponto de vista da maior disponibilidade de recursos, seja em termos do seu aprimoramento institucional e legal, seja do processo de monitoramento e avaliação da política.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Constitucional de Financiamento. Indústrias. Impacto econômico. Empregabilidade.

ABSTRACT

To analyze the impact of business development on the industries of the State of Goiás, which benefited from subsidized resources from the Central Western Constitutional Fund (FCO), between 2004 and 2014. This is a quantitative-qualitative research, in which the data were collected through the Semistructured and Documentary Interview Instrument, with the participation of three industries, one from Goiânia, Abadia de Goiás and Trindade, between May and June 2018. Results: The study included data that showed that there was a significant impact on the regional economy and consequently on the generation of jobs and income for the population of Goiás. The investments went from infrastructure to vacancies of operational jobs, impacting directly on the economy of the Metropolitan Region of Goiânia. The industries are of different segments, however, they invested the values of said line of credit in improvements, in the increase of the production. In view of the results presented to three industries from different segments, it can be noted that it is worth noting the advances of the Brazilian regional policy, from the point of view of the greater availability of resources, in terms of its institutional and legal improvement, process of monitoring and evaluating the policy.

KEYWORDS: FCO. Industrias. Economic impact. Employability.

¹Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanas e Tecnologias. **E-mail:** edson@aclconsultoriaeconomica.com.br

²Acadêmico do curso de Mestrado em Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias da. **E-mail:** silvacarloaugusto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O contexto do presente trabalho se desenvolve por meio de análises de dados existentes de um estudo em três empresas na área industrial localizadas no Estado de Goiás, as quais usufruíram de financiamento empresarial FCO para expansão de seu parque produtivo, o trabalho contém números obtidos através de pesquisas voltadas ao contexto de investimentos destinados a gestão empresarial com subsídios governamentais. Essa dissertação busca contribuir com a discussão sobre a política de crédito público, considerando que a mesma se faz necessária. Uma vez que as questões que envolvem o custo de capital o tornam inviável na esfera privada para o financiamento empresarial.

Analisando a série histórica de 1989, há um balanço muito positivo referente à contribuição do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO) para a redução das desigualdades regionais e a expansão de oportunidades para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo o Ministério da Integração Nacional, em vinte e cinco anos de existência, o investimento conjunto do FCO foi superior aos R\$ 166 bilhões, permitindo 6,5 milhões de empréstimos.

O contexto desta discussão parte de um fato que historicamente o Brasil sempre foi guiado pelas políticas governamentais e o governo sempre teve grande influência nas atividades econômicas, situação essa que a economia trata em relação aos países pobres o estado precisa desenvolver a parte estrutural, pois o retorno há longo prazo não atrai o setor privado (Bresser-Pereira, 2008).

No século XX o Brasil passou por várias transformações no que tange aos modelos econômicos de desenvolvimento, quando em meados do século passado a política intervencional passou a ocupar um papel de destaque para o desenvolvimento e com isso

houve a criação de instituições voltadas ao desenvolvimento local e regional com intuito de diminuir as disparidades econômicas (Bresser-Pereira, 2008).

A partir dos anos 1970 o poder intervencionista do Estado aumentou e com esse enfoque o país começou a desfrutar de números de crescimento econômicos maiores e as regiões periféricas passaram a sediar novas empresas com isso melhorou a questão de distribuição do emprego e renda. Essa mudança apesar de pequena historicamente foi determinante para novas políticas com intuito de descentralizar o processo de industrialização e de produção que algumas regiões dominavam (Abreu, 1990).

Com intuito de atenuar as desigualdades quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, criou-se os Fundos Constitucionais, esse processo foi desenvolvido com intuito de diminuir e atenuar as disparidades no desenvolvimento regional do país, algumas regiões foram contempladas, sendo elas a região norte e nordeste e também a região centro oeste, para a mesma houve a criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), que contempla os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Borges, 2014).

O Estado de Goiás é marcado por uma grande divergência regional de renda, a qual setorna um entrave ao processo de desenvolvimento econômico. Isso pode ser revelado em vários indicadores, como renda, PIB, PIB per capita e IDHM. Segundo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), em 2012 o Índice de Gini calculado para a variável PIB, no período 2002 e 2012, ficou entre 0,77 e 0,80, revelando a grande concentração de renda no Estado de Goiás.

Outro fato que revela essa desigualdade regional é o fato do PIB per capita municipal variar mais de vinte vezes entre o município mais rico e o mais pobre. Diante dessa realidade regional, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) pode ser uma ferramenta importante para a dinamização da economia local, de modo a combater essa

desigualdade. O FCO foi criado pela Constituição de 1988, com o intuito de reduzir a desigualdade regional, promovendo e financiando as atividades econômicas nas regiões menos favorecidas, de modo a dinamizar suas economias locais (Resende, Cravo & Pires, 2010).

Porém, pode-se dizer que em partes o país vem conseguindo alcançar alguns dos objetivos, apesar de muito questionamento essa política de crédito com subsídio, vem trazendo alguns resultados. O Brasil não pode ser considerado um país com um alto grau de atraso econômico. Houve alguns avanços em áreas importantes nas últimas décadas, estabilizou seu crescimento populacional, e mantém a inflação sob controle (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O Brasil se destaca por possuir algumas vantagens como a alta produtividade de sua agricultura, detém tecnologias complexas como a da exploração do petróleo em águas profundas (Pré sal), fábrica de jatos e computadores e ostenta um Produto Interno Bruto (PIB) que se alinha entre os maiores do mundo. Mas também existe outro lado de maneira negativa, possui uma escalada da criminalidade afrontosa, a carga tributária elevadíssima, os serviços públicos em regra deficientes, com altas taxas de juros, a exploração dos recursos naturais predatória, o crescimento econômico medíocre e milhares de pessoas que sobrevivem em condições subumanas (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

Devido à necessidade de maior competitividade por meio de inovações tecnológicas, visando o crescimento, empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos de desenvolvimento alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Esse processo de evolução tecnológica leva as empresas e nações a um novo modelo de comportamento no cenário global (Silva, Resende & Silveira Neto, 2009; Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O atual processo de globalização em que a tecnologia e todos os meios de comunicação são de uma maneira em que tudo ocorre de maneira instantânea, o

mesmo se encontra da em evolução na forma de integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo (Silva, Resende & Silveira Neto, 2009).

Dentro de um cenário internacional os países que saíram da forte crise mundial com início através da bolha imobiliária americana, tiveram como pilar da política econômica a abundância do crédito. Os EUA mantiveram as taxas de juros em 0,25% a.a. por longo período entre 2008 e 2014, e os ajustes recentes foram parcimoniosos, exatamente pela preocupação do investimento produtivo o país foi elevando a taxa de juros gradativamente a 1,25% a.a., patamar abaixo da inflação daquele país (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

A união europeia através da Zona do Euro vem mantendo a taxa de juros (taxa de refinanciamento) em zero e a compra de títulos em volumes elevados, o que amplia a oferta de moeda e a pressão baixista nas taxas de juros de mercado. O Japão (-0,10%), a Suécia (0,50%) e a Suíça (-0,75) mantêm taxas negativas. No Reino Unido está em 0,25% a.a., e no Canadá e Noruega, em 0,50% a.a. Ainda há de se ressaltar que a economia mundial passou por uma forte crise pelo efeito da bolha imobiliária americana no ano de 2008, com intuito de analisar o período pré e pós crise o recorte deste trabalho se fará a partir do ano de 2004 até o ano de 2014, em que o último recorte se faz necessário em virtude de verificação de dados disponibilizados na esfera macroeconômica (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O patamar europeu e dos Estados Unidos, ainda não foi inserido dentro do contexto político e econômico brasileiro, onde se faz necessário uma prática de situação de “subsídios” no investimento produtivo através de linhas oficiais. A justificativa para a pesquisa e a investigação objeto deste trabalho, reside no fato de que a identificação adequada de uma ou mais fontes de financiamentos, e se constitui em um dos elementos mais importantes para a

atividade empresarial na medida em que a utilização adequada dos recursos obtidos contribui para sua dinâmica, eficiência e inovação (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O sistema financeiro é o responsável pelo papel de intermediação bancária, mas sofre influência diretamente do governo. Assim, conforme Araújo e Dias (2006) afirma que o efeito da interferência governamental dentro do sistema financeiro nacional, a maior imposição de reservas tem efeitos deletérios sobre a taxa de crescimento da economia. O crescimento é afetado porque a imposição de uma alíquota mais elevada de reservas aos bancos impõe um imposto à acumulação de capital. No próximo item, baseia-se em explorar o papel dos processos socioeconômicos sobre as políticas territoriais no Estado de Goiás.

O objeto de análise da presente dissertação é mensurar a mudança com este fundo criado especificamente para desenvolver certas regiões e atenuar a desigualdades regionais.

O presente trabalho é um estudo de múltiplos casos com três indústrias de vários setores em Goiânia e região metropolitana: a empresa A, a empresa B e a empresa C. O estudo de múltiplos casos foi eleito pelo autor para responder a seguinte problemática: Quais os impactos que as indústrias que utilizaram o FCO entre 2004 e 2014 ocasionam na economia regional?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o(s) possível(eis) impacto(s) de desenvolvimento empresarial e econômico de indústrias do Estado de Goiás, que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).

E, ainda, de maneira específica:

- Compreender a economia e a participação do Estado;
- Descrever as formas de subsídios da linha de crédito do FCO;
- Analisar o impacto do subsídio para o desenvolvimento da economia e três indústrias em seus

vários aspectos.

- O estudo se justifica, pois, de acordo com a necessidade de maior competitividade através de inovações tecnológicas, visando o crescimento, as empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos privados e de desenvolvimento, alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Vamos analisar as empresas que usufruíram do Fundo Constitucional do Centro Oeste.

- As políticas não podem ser exclusivamente locais ou exclusivamente regionais, mas devem se adequar tanto a nível nacional como internacional e sistemas territoriais. Assim, subscrevem não só a cooperação entre empresas, mas também a articulação para apoiar as instituições como fatores-chave para o desenvolvimento.

- Uma análise exploratória sugere que, paralelamente à ação estatal e à existência de recursos naturais dos municípios de Goiás com maior participação social, arranjos institucionais o poder político teve melhores condições para promover o desenvolvimento econômico.

- A dissertação se encontra dividida em três capítulos, sendo descrito no primeiro *Capítulo* a base teórica para subsidiar a pesquisa empírica; no segundo *Capítulo* esta o desenho metodológico do estudo; no terceiro *Capítulo* se encontra os resultados da pesquisa com multicasos desenvolvido em três indústrias, e, ao final as considerações finais seguidas referências e apêndices.

REVISÃO DA LITERATURA

Para Rebouças (2015), a gestão estratégica é o planejamento, monitoramento, análise e avaliação contínuos de tudo o que é necessário para uma organização atingir suas metas e objetivos. A inovação acelerada, as tecnologias emergentes e as expectativas do cliente forçam as organizações a pensar e tomar decisões estrategicamente para permanecerem bem-

sucedidas. O processo de gestão estratégica ajuda os líderes da empresa a avaliar a situação atual da empresa, definir estratégias, implementá-las e analisar a eficácia das estratégias implementadas.

De acordo com Andréas (2005) o processo de gerenciamento estratégico envolve a análise de decisões de negócios multifuncionais antes de implementá-las. A gestão estratégica envolve tipicamente: Analisando os pontos fortes e fracos internos e externos; Formulando planos de ação; Executando planos de ação e Avaliar em que medida os planos de ação foram bem-sucedidos e fazer alterações quando os resultados desejados não estão sendo produzidos. A gestão estratégica exige um compromisso com o planejamento estratégico, que representa a capacidade de uma organização de definir metas de curto e longo prazo e, em seguida, determina as decisões e ações que precisam ser tomadas para alcançar esses objetivos.

O autor comenta que o processo de gestão estratégica é uma técnica de gerenciamento usada para planejar o futuro: as organizações criam uma visão desenvolvendo estratégias de longo prazo. Isso ajuda a identificar processos e alocação de recursos necessários para atingir esses objetivos. Também ajuda as empresas a fortalecer e apoiar suas principais competências. Ao determinar uma estratégia, as organizações podem tomar decisões lógicas e desenvolver novas metas rapidamente para acompanhar o ambiente de negócios em constante mudança. A gestão estratégica também pode ajudar uma organização a obter vantagem competitiva e melhorar a participação no mercado.

Planejar é fazer o plano ou planta é projetar, traçar, um bom arquiteto planejará um edifício, fazer um planejamento é programar, planificar, planejar, tencionar, fazer tenção ou resolução, projetar. Mesmo antes do dia nascer, as pessoas inconscientemente já começam a fazer o planejamento para o dia. Os administradores projetam suas ações, e mesmo o ser humano com menos ocupação faz os seus planos com

vista a conseguir em um determinado prazo (Brondani; Santos, 2003).

Essencialmente, planejamento é o ato de antecipar-se. É a definição prévia de como a situação que se vai enfrentar será conduzida, que resultado se espera e que providências serão tomadas caso ocorra algum imprevisto. Como já é comum se dizer, constitui-se um exercício de viajar até o futuro, ver o que está acontecendo, voltar para o presente e preparar-se para enfrentar aquela situação que se enxergou. Conforme Rebouças (2015, p. 259):

O planejamento é uma técnica para observar a incerteza sobre o futuro e permitir maior consistência no desempenho das obrigações. Planejamento lida com o futuro. Começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los com eficiência e eficácia. Assim planejar significa definir o que vai fazer antecipadamente, o melhor curso para as ações com custo mínimo e o menor esforço possível.

Rebouças (2015) compreende que o planejamento começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível. O mesmo define onde se pretende chegar, ou o que deve ser feito, quando, como e em que sequência. A gestão estratégica é um processo que começa com os objetivos e define os planos para alcançá-los. Essa definição faz do estabelecimento dos objetivos a serem alcançados o ponto de partida do planejamento. A fixação dos objetivos é a primeira coisa a

ser feita: saber onde se pretende chegar e consequentemente de como chegar lá. Objetivos são resultados futuros que se pretende atingir. São alvos escolhidos que se almeja alcançar dentro de um espaço de tempo, aplicando-se determinados recursos disponíveis ou possíveis. Assim, são pretensões futuras

que uma vez alcançadas, deixam de ser apenas objetivos e passam ser uma realidade.

PLANEJAR

Na visão de Megginson, et al (1998), o planejamento pode ser definido como O processo de estabelecer objetivos ou metas, determinando a melhor maneira de atingi-las. O planejamento estabelece o alicerce para as subseqüentes funções de organizar, liderar e controlar, e por isso é considerado função fundamental do administrador.

O planejamento é condição básica para o sucesso de qualquer trabalho que procure a melhoria da qualidade. O planejamento deverá ser feito desde a pesquisa de mercado, o projeto, o conhecimento do melhor fornecedor e até a prestação do serviço e do produto desejado pelo consumidor. De acordo com Bernardi (2007, p. 102), “planejamento é a definição de um futuro almejado e dos meios e alternativas mais eficazes de alcançá-lo. Desta definição, entende-se que planejamento é a busca de um futuro desejado”.

O planejamento se assemelha muito aos objetivos, pois será a partir de um planejamento sólido e organizado que se estabelecerá as metas e objetivos a serem seguidos. Assim, para que haja um planejamento eficaz é necessário o estabelecimento de objetivos, simples, claros e definidos e a definição dos caminhos que levaram aos objetivos almejados. É uma função gerencial que abrange a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançá-las e o desenvolvimento de uma hierarquia abrangente de planos a integrar e coordenar atividades.

Segundo Chiavenato (2007, p.138):

O planejamento representa a primeira função administrativa, por ser exatamente a que serve de base para as demais funções, como organização, direção e controle. Na verdade o planejamento é a função administrativa que determinam antecipadamente quais são os objetivos a

serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los da melhor maneira possível. Trata-se, pois, de um modelo teórico para ação futura.

O planejamento é elaborado de meios diferentes nos vários níveis organizacionais. Em razão disso existe uma hierarquia de planos. Há três níveis distintos de planejamento: Planejamento estratégico, Planejamento tático e planejamento operacional. Segundo Chiavenato (2007 p.139).

- **Planejamento estratégico:** é o mais amplo e envolve e abrange toda a organização como um sistema único e aberto.
- **Planejamento tático:** é o planejamento elaborado em cada departamento no nível intermediário da organização. Cada unidade organizacional deve elaborar seu planejamento tático subordinado ao planejamento estratégico.
- **Planejamento operacional:** é o planejamento que se refere a cada tarefa ou atividade em particular.

Maximiano (2006) traz em seu livro conceitos de vários autores estudiosos sobre planejamento estratégico, como um processo de escolha de oportunidades, em relação aos termos de clientes a serem atendidos e produtos a serem oferecidos e, ao mesmo tempo, como o processo de tomar decisões sobre investimento de recursos com o intuito de atingir os objetivos.

Batman e Snell (2005), para esses autores, a definição de estratégia está ligada ao padrão de ações e de alocação de recursos planejados para conseguir alcançar os objetivos da organização. A estratégia que a organização implementa tem por finalidade compatibilizar as competências e os recursos da organização com as oportunidades do ambiente externo.

Para os autores Mintzberg; Ahlstrand; Lampel (2005) a definição clara de estratégia é considerar um

padrão, isto, é, consistência em comportamento ao longo do tempo. O autor explica que há plano padrão em que se deve considerar o passado e entender o futuro dos

negócios. Ele conceitua esse processo de estratégia pretendida e a estratégia realizada, onde as empresas nem sempre conseguem cumprir as estratégias pretendidas.

Segundo Porter (2004), entende-se por estratégias competitivas os meios pelos quais uma organização utiliza-se para competir mais eficazmente no mercado, obtendo uma vantagem em relação aos concorrentes. A partir daí, o autor diz que a vantagem competitiva surge fundamentalmente do valor que uma empresa tem condições de criar para seus compradores.

Desta forma segundo Pinho (2001, p.89),” antes de conceituar planejamento estratégico, é necessário lembrar que, na consideração dos grandes níveis hierárquicos, podem-se distinguir três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.” Oliveira (2001, p. 89), “planejamento estratégico é um processo gerencial que possibilita ao executivo estabelecer o rumo a ser seguido pela empresa, com vistas a obter um nível de otimização na relação da empresa com seu ambiente.”

Oliveira (2001, p.89), o planejamento estratégico:

É normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa, e diz respeito tanto à formulação de objetivos, quanto à seleção das estratégias empresariais a serem seguidas para a consecução desses objetivos, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada.

De forma resumida Chiavenato (2000, p.121 A 125), afirma que as quatro estratégias competitivas são:

- Estratégia defensiva: adotada por empresas que possuem domínios definidos de produtos/mercados que

pretendem manter ou defender da ação de concorrentes. Os dirigentes são capacitados e eficientes e estas empresas raramente fazem grandes modificações em tecnologia. Procura concentrar todas as atenções na manutenção ou no aumento da eficiência das operações atuais.

- Estratégia ofensiva: adotada por empresas que, de maneira constante, buscam novas oportunidades de mercado e experimentam regularmente reagir com respostas potenciais às tendências emergentes do meio ambiente. Estas empresas são os elementos criadores de mudanças e de incertezas no meio ambiente. A preocupação com mudanças e inovações faz com que estas empresas não se esmerem o suficiente para extrair de suas operações atuais o máximo de rendimento possível, o que as torna pouco eficientes, tal fato explica por que todo e qualquer domínio de produto serviço/mercado é, do ponto de vista de uma estratégia ofensiva, sempre transitório e substituível pela inovação que virá a caminho.

- Estratégia analítica: é uma estratégia compartimentada adotada por empresas que operam em dois tipos de domínio produto-serviço/mercado: um estável e outro mutável. A empresa mantém e defende um domínio já garantido de produto/mercado, procura aproveitar oportunidades ambientais em novos domínios. Assim os executivos observam os concorrentes em busca de novas idéias e adotam rapidamente aquelas que lhes parecem mais promissoras.

- Estratégia reativa: enquanto as três estratégias anteriores são proativas (isto é, se antecipam às ocorrências do ambiente), esta é uma estratégia reativa(isto é, reage com atraso às ocorrências do ambiente), despreparada e improvisada. A adoção de qualquer das três estratégias estáveis pode proporcionar sucesso empresarial por períodos longos de tempo, pois são respostas válidas e adequadas às mudanças ambientais. A estratégia reativa, contudo, é inadequada às demandas ambientais, pois os executivos da empresa se apercebem com muito atraso da mudança e da incerteza que ocorrem no meio ambiente em que sua empresa está inserida, tornando-se incapazes de

articular uma resposta empresarial pronta e eficaz. O resultado é a tendência à adoção de estratégias que já dão mostras de envelhecimento, bem como adoção de estratégias que deram bons resultados no passado e em outras circunstâncias anteriores.

MÉTODO

De acordo com a necessidade de maior competitividade através de inovações tecnológicas, visando o crescimento, as empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos privados e de desenvolvimento, alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Vamos analisar as empresas que usufruíram do Fundo Constitucional do Centro Oeste e o impacto em sua gestão por meio desses recursos.

As políticas não podem ser exclusivamente locais ou exclusivamente regionais, mas devem se adequar tanto a nível nacional como internacional e sistemas territoriais. Assim, subscrevem não só a cooperação entre empresas, mas também a articulação para apoiar as instituições como fatores-chave para o desenvolvimento.

Uma análise exploratória sugere que, paralelamente à ação estatal e à existência de recursos naturais dos municípios de Goiás com maior participação social, arranjos institucionais o poder político teve melhores condições para promover o desenvolvimento econômico. Os procedimentos da pesquisa se referem às etapas “mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos” (Lakatos & Marconi, 2003: 221).

Depois de estudar as teorias, foram analisadas as informações que necessitavam ser coletadas das indústrias para que os objetivos de pesquisa fossem atingidos. As informações necessárias foram sobre: FCO, investimentos, projetos, custos – benefício, objetivos,

estratégias e impacto na geração de emprego. A seleção das empresas pesquisadas foi realizada de forma intencional pelo autor que trabalha com várias outras indústrias prestando assessoria financeira. O autor solicitou via e-mail a autorização para as três indústrias para responderem a entrevista.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo teórico apresentado demonstrou que o desempenho do setor industrial em Goiás é um assunto com grande relevância a ser discutido, uma vez que, atualmente, existe uma crise política e econômica no país. O termo desenvolvimento significa a passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior. Logo, desenvolvimento é sinônimo de progresso, evolução, melhoria da qualidade de vida.

Verifica-se que o contexto desta discussão parte de um fato que historicamente o Brasil foi guiado pelas políticas governamentais e o governo tem influência nas atividades econômicas. A partir dos anos 1970, houve no Brasil números de crescimento econômico maiores, concomitante ao aumento do poder intervencionista do Estado. Como consequência, as regiões periféricas passaram a sediar novas empresas com isso melhorou a questão de distribuição do emprego e renda.

Com intuito de atenuar as desigualdades quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, criou-se os Fundos Constitucionais, esse processo foi desenvolvido com a fim de diminuir e atenuar as disparidades no desenvolvimento regional do país, algumas regiões foram contempladas, sendo elas a região norte e nordeste e também a região centro oeste, para a mesma houve a criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), que contempla os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Os resultados mostraram que a gestão estratégica é a coleção abrangente de atividades e

processos contínuos que as organizações usam para coordenar e alinhar sistematicamente recursos e ações com missão, visão e estratégia em toda a organização. As atividades de gerenciamento estratégico transformam o plano estático em um sistema que fornece *feedback* de desempenho estratégico para a tomada de decisões e permite que o plano evolua e cresça à medida que os requisitos e outras circunstâncias mudam. A execução da estratégia é basicamente sinônimo de gerenciamento estratégico e equivale à implementação sistemática de uma estratégia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentes pesquisas têm mostrado que houve um avanço no setor industrial em Goiás. A industrialização é um processo socioeconômico que visa transformar uma área da sociedade, inicialmente anacrônica, em uma fonte de maior riqueza e lucro. Isso acontece por meio de maquinários específicos nas indústrias, substituindo algumas funções antes exercidas pelo homem, pressupondo também a existência de capital humano e de mão-de-obra qualificada.

O processo de industrialização traz urbanização, conseqüentemente, crescimento econômico. Dentre as principais características do mesmo pode-se observar: aumento na divisão de trabalho, avanços na produtividade industrial e agrícola, crescimento da renda per capita e do padrão de consumo, além da expansão das receitas públicas.

Foi observado na pesquisa que o Estado de Goiás avançou o processo de industrialização na década de 1970 e tornou-se mais robusto na década de 1990, mediante aos incontáveis sacrifícios estatais para atrair novas indústrias, através de políticas fiscais agressivas de atração de investimentos, fazendo com que as mesmas permanecessem no Estado.

E assim, para atrair novos investidores, foram criados vários programas públicos de financiamento objetivando a implantação e a expansão de indústrias no

território goiano. O Estado em conjunto com os municípios doou terrenos com infraestrutura básica para que as fábricas pudessem começar a trabalhar, gerando condições para que as mesmas se mantivessem no local e promovessem crescimento, para, no futuro serem criados os parques industriais.

Uma vez entendida a necessidade da interferência do Estado na economia, o focopassa a serem os instrumentos utilizados para tal finalidade. Esses instrumentos podem ser entendidos como as políticas de intervenção ou controle da economia quando necessário. Keynes defendia a ação do Estado através de empresas estatais, as quais seriam responsáveis por prover os bens públicos, sendo financiados através de taxaço sobre a demanda. Para que Keynes constituísse uma base teórica para estudar os impactos da execução do Governo em relação ao nível de atividades econômicas, ele desenvolveu a análise de equilíbrio geral. Pode-se observar que nessa análise, no curto prazo, a eficiência da produtividade permanece inalterável de modo que os níveis de renda, preços e emprego se alteram em função da modificação da demanda agregada.

A persistência histórica dos desequilíbrios regionais no Brasil foi o pano de fundo para o estabelecimento de políticas regionais apoiadas por fundos públicos, com o objetivo de promoção do desenvolvimento e diversificação da produção das regiões mais pobres o país. Esta percepção também esteve presente na última assembleia constituinte nacional quando as questões regionais e federalistas eram objetos de debates que culminaram no artigo 159 da Constituição Federal de 1988.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988 determinou que 21,5% e 22,5% do ingresso do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados, traduzido como Imposto sobre Bens Industrializados (IPI) seriam aplicados, respectivamente, nos Fundos Estaduais (FPE) e Fundos Municipais (FPM). Isso criou condições objetivas para o processo de

descentralização fiscal no país, o que aumentou a capacidade dos governos subnacionais entidades para a prestação de serviços e políticas públicas.

Em segundo lugar, também reservou 3,0% desse mesmo influxo (IR + IPI) para aplicação em programas de financiamento para o setor privado cujos investimentos foram encontrados no Norte, Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Através do financiamento financeiro regional do Governo Federal instituições, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, metade dos recursos destinados a sua região foram reservados para o semi-árido da região Nordeste Brasil. A obrigação da formulação, financiamento e implementação de políticas regionais de desenvolvimento foram recuperadas com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas políticas abandonadas no contexto da crise dos anos 80 abalaram os fundamentos da economia brasileira.

Os resultados empíricos demonstraram que as três indústrias estudadas mesmo de segmentos diferentes, por meio de seu crescimento em sua receita e aumento de vagas disponíveis de emprego, somaram com a implementação e execução dos projetos financiados pelo FCO, o que se percebeu com o número foi que mesmo diante de um cenário nacional de economia fragilizada, o Estado manteve sua economia ainda que de forma tímida mais crescente em número, e houve um impacto positivo na empregabilidade no Estado, confirmando a hipótese de que o referido crédito assume o seu viés de contribuir com a economia regional e consequentemente a nacional, e até mesmo em exportações.

Os resultados apontaram que os recursos do FCO apresentaram impacto positivo sobre o crescimento do PIB per capita do Estado, resultado dos empréstimos concedidos aos vários segmentos.

Com base no desenvolvimento desta dissertação, bem como uma visão crítica e científica dos acontecimentos históricos tanto no país como no Estado

em relação ao FCO, pode-se concluir que, as empresas estão mais atentas aos créditos de subsídios no governo, para alavancarem e impactarem a economia local e com projeções a partir dos investimentos em exportações, visto que as indústrias fazem investimentos com o intuito de aumentar a escala de produção e consequentemente abrir novos postos de trabalho.

Ainda, há entraves deste contexto, quais sejam, como o principal objetivo do FCO é promover a redução da desigualdade regional, há necessidade de que, nas regiões pouco dinâmicas, promova a elevação do crédito e/ou incentivos para que estimule a expansão da economia e assim contribuir para aumento do emprego e renda.

REFERÊNCIAS

Abreu M. P. A. **Ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

Agência de Fomento de Goiás S/A. Elaboração: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN- GO/ Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas-2016;

Arraes, R. A., & Teles, V. K. **Qualidade institucional e crescimento econômico**. Revista Econômica do Nordeste, v.31, n.esp., p.882-897, nov. 2000.

Arriel, M. F. (2010). **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)**.

103 f, Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/perfil-produtivo-e-dinamica-espacial-da-industria-goiana-1999-2007.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Arriel, M. F., & Castro, S.D. **O perfil produtivo da indústria goiana. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.15**. SeplanGO, p. 14-24, set. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj15/arquivo02.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.

Antunes, F. Reformas do Estado e da educação: o caso das escolas profissionais em Portugal. **Revista Brasileira de Educação, (29), 40-51**. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200004> Acesso em: 30 abr. 2018.

Araújo, E. C. & Dias, J. Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico: uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003). **Revista de Economia Contemporânea**, 10(3), 575-609. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482006000300005> Acesso em: 30 abr. 2018.

Amaral, A. P. X. **Incentivos Fiscais E O Programa “Produzir” Em Goiás: Impactos**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração Contabilidade e Economia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Goiânia/GO, 103f.

Araujo, E. S. **Avaliação dos Programas de Incentivos Fiscais do Estado de Goiás entre 2000 e 2013**. *Economia-Ensaios*, v. 30, n. 2, p. 65-87.

Bandeira, A. J. P. **Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970-1990)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Batista Jr, P. N. (2016). **A economia como ela é** 3. ed. São Paulo: Boitempo.

Bartik, T. J. **Solving the problems of economic development incentives**. *Growth and Change*, v. 36, n. 2, p. 139-166, 2005.7

Bernardi, L A. **Manual de empreendedorismo e gestão**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bobbio, N. **Dicionário de política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília. (1988). Liberalismo e democracia. São Paulo, Editora Brasiliense.]

Borges, E. B. **Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: Análise de Impactos dos Programas Fomentar e Produzir (1995-2011)**, (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Batista, C & Simpson, X. Determinantes políticos do déficit fiscal nos estados brasileiros (1987-1997). **Revista de Sociologia e Política**, 18(35), 131-149. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000100009> Acesso em: 30 abr. 2018.

Bresser-Pereira, L. L; Oreiro, J. L; Marconi. **Developmental Macroeconomics: new developmentalismas a growth strategy**. Routledge: Londres.

Brasil._____.Lei nº 4.320, de 17 março de 1964 – Estatui Normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de

outubro de 1988/ organização, revisão, atualização e índices por Geraldo Magela Alves e Equipe. – Rio de Janeiro: Forense, 2001- Artigo nº 107.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA COMUNITÁRIA RURAL MUNICIPAL SÃO JOÃO BOSCO (ECORM) DE JAGUARÉ-ES

DEMOCRATIC AND PARTICIPATIVE MANAGEMENT: THE EXPERIENCE OF THE MUNICIPAL RURAL COMMUNITY SCHOOL SÃO JOÃO BOSCO (ECORM) IN JAGUARÉ-ES

Samuel Jorge Messias ¹

RESUMO

Esta pesquisa apresenta alguns apontamentos acerca das experiências de gestão democrática e participativa promovida pela Escola Comunitária Rural Municipal São João Bosco-Jaguaré (ES) - ECORM, que trabalha com a Pedagogia da Alternância. Trata-se de uma experiência alternativa de educação para o meio rural que se encontra em pleno desenvolvimento desde 1990. Além disso, apresento um balanço histórico desde sua gênese na França, a chegada no Brasil. Com isso, queremos provocar uma reflexão das possibilidades de uma educação diferenciada, alternativa e filosoficamente contra hegemônica aos modelos de gestão padronizados por uma cultura apolítica, já que percebemos nas práticas dessa experiência a formação de uma cultura política que protagoniza os sujeitos. A Educação do Campo, enquanto modalidade da educação básica brasileira caracteriza-se por diferentes formas de organização metodológica e de gestão das escolas e, neste contexto, a Pedagogia da Alternância é reconhecida no âmbito da prática pedagógica, como uma forma apropriada de organização para as escolas do campo. A Pedagogia da Alternância é uma forma de organização escolar, que dialoga, sobretudo, com a realidade camponesa, indígena e quilombola, que supõe uma relação orgânica entre os meios de vida comunitário e escolar, que se integram a partir de uma práxis pedagógica em que o estudante alterna períodos de aprendizagem no espaço familiar e comunitário (Tempo Comunidade), em seu próprio meio, com períodos na escola (Tempo Escola), em que esses tempos estão interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática. Pedagogia da alternância. Escola Comunitária Rural Municipal.

ABSTRACT

This research presents some notes about the experiences of democratic and participatory management promoted by the Municipal Rural Community School São João Bosco-Jaguaré (ES) - ECORM, which works with the Pedagogy of Alternation. It is an alternative experience of education for the rural environment that has been in full development since 1990. In addition, I present a historical balance since its genesis in France, the arrival in Brazil. Thus, we want to provoke a reflection of the possibilities of a differentiated, alternative and philosophically counter-hegemonic education to management models standardized by an apolitical culture, since we perceive in the practices of this experience the formation of a political culture that leads the subjects. Country Education, as a modality of Brazilian basic education, is characterized by different forms of methodological organization and management of schools and, in this context, The Pedagogy of Alternation is recognized in the context of pedagogical practice, as an appropriate form of organization for schools in the field. The Pedagogy of Alternation is a form of school organization, which dialogues, above all, with the peasant, indigenous and quilombola reality, which supposes an organic relationship between the means of community and school life, which are integrated from a pedagogical praxis in which the student alternates periods of learning in the family and community space (Community Time), in their own environment, with periods in school (Tempo Escola), in which these times are interconnected through specific pedagogical instruments.

KEYWORDS: Democratic management. Pedagogy of alternation. Municipal Rural Community School.

¹Acadêmico do curso de Mestrado em Docência e Gestão Educacional da Florida University USA. E-mail: vsucesso2015@gmail.com

INTRODUÇÃO

A ideia desta pesquisa surge a partir de uma percepção quanto ao modelo de gestão praticado pela Escola Comunitária Rural Municipal (ECORM) São João Bosco em Jaguaré (ES). Durante atividades realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), onde percebi um modelo de gestão mista, diferenciada do modelo tradicional da pedagogia da alternância.

Construir uma nova lógica de gestão, que conte com a participação da sociedade e dos atores diretamente envolvidos com a prática pedagógica, implica rever o modelo adotado pelos sistemas públicos, cuja estruturação e funcionamento vivem até hoje características de um modelo centralizador. (DOURADO, 2006, p.59).

Na cidade Jaguaré, é onde se encontra implantada a Escola Comunitária Rural Municipal São João Bosco. É uma cidade pacata, localiza-se a 206 km de Vitória e faz parte da Região do Verde e das Águas. À beira da BR-101Norte, é uma pequena cidade que foi colonizada por italianos nas décadas de 40 e 50. Hoje vive um dos seus melhores momentos na sua economia. É um dos maiores produtores e exportadores de café (conilon) do país, e também com grande destaque para a produção de pimenta-do-reino. A partir da segunda metade da década de 1980, lideranças da comunidade católica e luterana de Jaguaré, precisamente das comunidades da região de Jirau, São João Bosco, Japira e São João do Estivado, reivindicavam do poder público a implantação de escolas de ensino fundamental de anos finais.

Essas lideranças propunham uma escola que segue o mesmo padrão pedagógico e regime de funcionamento das Escolas Famílias Agrícolas, mantidas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), porém com um diferencial no que se referia à manutenção.

Sobre o processo de discussão e opção por esse modelo de escola é importante mencionar que esse iniciou precisamente em 1985, segundo Cruz, (2004), pelos agricultores motivados pelo desejo de verem seus filhos e filhas estudando próximo ao ambiente familiar e numa escola que se opusesse ao discurso hegemônico estabelecido.

Assim, essa escola não poderia ser nos moldes da escola urbana ou meramente adaptada à realidade rural. Pelo contrário, os agricultores sabiam exatamente qual escola queriam, porque já conheciam a experiência da escola em alternância, pois muitos deles eram ex-estudantes dessa escola. Eles queriam uma escola “igual” a Escola Família Agrícola de Jaguaré.

A partir de entrevistas com agricultores que participaram da discussão da criação dessas escolas, constatou-se que dois nobres motivos impulsionaram essas pessoas: o desejo de verem seus filhos (as) estudando na comunidade, pois ficavam preocupados em mandá-los para a cidade e muitos não tinham condição de deixá-los em casa de parentes para continuarem os estudos; por outro lado o curso oferecido pela Educação e Formação de Adultos (EFA) na época era na modalidade de supletivo, portanto só se era admitido a partir dos catorze anos de idade. Esses fatores contribuíam para que muitos jovens que terminavam a quarta série interrompessem os estudos por alguns anos até completar a idade de ser admitido no curso supletivo da EFA, ou simplesmente parassem de estudar. O outro motivo desses agricultores era mais a nível subjetivo a partir de valores, crenças, ideologias e de sentimento de pertença cultuados e cultivados por eles (as) que desejavam que fossem transmitidos para as novas gerações. Estamos falando de viver em comunidade, ir à igreja todos os domingos, defender a fauna e a flora ainda existente na região, lutar pela preservação e pela conservação das águas, terras e outros bens da natureza, cultivar valores como: solidariedade, coletividade e coletivismo. Esses ideais marcaram a trajetória das discussões desde o início.

Cruz (2003) essa perspectiva de preservação dos valores e da cultura camponesa, sobretudo através da educação, presentes no imaginário e nas ações dos agricultores de Jaguaré faz parte de um movimento mais amplo de expansão das Escolas Famílias Agrícola, que ocorreu no norte do Estado do Espírito Santo, nas décadas de 70 e 80.

Até 1984, havia nessa região, asEFAs de Jaguaré, Nestor Gomes – Km 41, Bley em São Gabriel da Palha e a de Rio Bananal, onde além de oferecerem apenas o curso de supletivo três delas atendiam apenas os jovens do sexo masculino e apenas a do Km 41 atendia as jovens do sexo feminino.

A partir daí inicia-se as discussões para transformar as escolas em alternância em escolas mistas onde estudariam moças e rapazes no mesmo espaço. Também já começava a preocupar a quantidade de estudantes porque já se tinha dificuldades de encontrar jovens acima de catorze anos que pretendiam continuar os estudos na EFA.

Nessa época somente a EFA de Olivânia no município de Anchieta, no sul do Estado atendia crianças com idade inferior a catorze anos e também oferecia o curso de Técnico em Agropecuária. Essa realidade descrita se caracterizava como uma limitação na medida em que essa escola deveria atender os estudantes que concluíam o Supletivo em todo o Estado. Sem contar os custos das famílias com a manutenção econômica dos filhos longe de casa.

Essas dificuldades motivaram a necessidade da transformação de Escolas Famílias em escolas mistas e a mudança de curso de Supletivo de Suplência para Ensino Regular e também a criação de outras escolas para atender a demanda existente na região norte do Estado. Assim, em 1996, com o apoio das escolas já existentes cria-se a EFA de 2º Grau de Boa Esperança com o curso de Técnico em Agropecuária, o que possibilitou a criação de mais cursos de 2º Graus.

Por outro lado, o município de Jaguaré vivia um momento propício para avanços no campo. Os

movimentos sociais se organizavam na luta por terra conquistando a criação do assentamento Córrego de Areia, o primeiro do Estado onde foram assentadas 31 famílias do município de São Mateus, três meses depois foi criado outro assentamento na comunidade de São Roque assentando mais dez famílias. Nesse contexto vale lembrar que após a conquista da terra, as famílias assentadas fazem outras lutas para permanecerem nela e a educação certamente é uma das principais bandeiras.

Assim as EFAs de Jaguaré e do Km 41 ajudaram na discussão da criação da escola em alternância do Assentamento Córrego da Areia. Visto que os trabalhadores entenderam que essa pedagogia seria uma alternativa para garantir formação escolar aos seus filhos sem que esses e suas famílias tivessem que se desvincular da terra e de sua cultura camponesa.

Essas ações desenvolvidas e as conquistas que foram sendo alcançadas acabaram motivando as pessoas envolvidas, refletindo na maneira de pensar sobre o direito à terra e à educação, sobre a necessidade de organização e sobretudo no desejo de fazer algo em benefício daqueles que se encontravam em desvantagem social.

As lideranças estavam convencidas da necessidade de se criar um projeto novo, pois de acordo com um dos fundadores era preciso unir a fé com a obra, necessitando juntar mais gente para essa empreitada difícil, pois ninguém sabia como seria de fato essa escola, mas eles sabiam o principal: que essa escola deveria atender à necessidade das comunidades rurais e ter a filosofia e a metodologia idêntica às Escolas Famílias.

De acordo com Cruz, a EFA de Jaguaré assumiu inicialmente esse projeto como pai e mãe realizando as discussões nas comunidades do município através dos monitores, outra ação foi a reestruturação do Conselho Administrativo da EFAJ garantindo a participação de representantes de todas as comunidades do município para que o trabalho de conscientização sobre a escola rural conseguisse atingir a maioria dos agricultores. Esse trabalho se iniciou no ano de 1985 e foi retomado

posteriormente com o Movimento de Ação Política (MAP) criado com a finalidade de organizar politicamente as comunidades do município.

O trabalho de discussão com as comunidades envolvendo o conselho e a diretoria da EFA estava sendo feito através daqueles que já estavam convencidos da necessidade desse projeto educativo para o município. Uma medida importante foi uma articulação política geral com os vereadores eleito pelo Partido dos Trabalhadores para o exercício do mandato no Poder Legislativo Municipal. Assim, com o projeto em mãos o grupo de articulação buscou a Câmara de Vereadores para conseguir a sua aprovação.

REVISÃO DA LITERATURA

Será utilizada como marco teórico a obra de Heloisa Luck, *Dimensão da Gestão Escolar e Suas Competências* (2009), e seu pensamento.

A Educação que sempre preparou para a vida como um todo genérico, entender o mundo e capacitar para o trabalho, hoje se torna uma necessidade muito mais ampla. Deve dar também a capacidade de aprender constantemente, e o conhecimento tecnológico. Pois para realizar até os pequenos atos do dia a dia como acessar informações, operar equipamentos eletrônicos, abrir aplicativos, além da educação geral que não se destaca, mas sim vem em conjunto com as técnicas, amálgama fundamental para avançar através dos níveis escolares. Pedro Demo afirma que “com as novas tecnologias, habilidades tecnológicas digitais fazem também parte da alfabetização” (2015, p.58). Não basta saber ler, escrever e contar. A criança deve saber também acessar a informação e fazer informação, para conseguir viver bem em um universo cibernético presencial e virtual, em que as máquinas estão em todos os lugares e as mudanças com seu progresso, se dão em curtos espaços de tempo, e não a cada década ou século. Não mais existe um pano de fundo de conhecimento

tecnológico, sobre o qual aparecem lentamente as mudanças.

[...] e a metamorfose técnica do coletivo humano nunca foi tão evidente. Não existe mais um fundo sociotécnico, mas sim a cena das mídias. As próprias bases do funcionamento social e das atividades cognitivas modificam-se a uma velocidade que todos podem perceber diretamente. Contamos em termos de anos, meses (LEVY, 2010, p. 8).

Neste ambiente de mudanças atuam as organizações encarregadas de orientar o ensino, funcionando através de estruturas instaladas conforme normas gerais do Sistema Educacional Nacional, apresentando um conjunto de normas, órgãos e departamentos que se espalham internalizando sua ação para todos os subsistemas no território brasileiro. A visualização e descrição da Política Educacional Brasileira e do Sistema Educacional Nacional, como se depreende a seguir, depende do ponto de vista de cada autor, de seu posicionamento político e varia com a concepção de educação que abraça.

Para Heloisa Luck (2009), no contexto da democratização da escola, de modo a torná-la uma instituição aberta à comunidade e de qualidade para todos, além dos preceitos legais para a sua democratização, conforme proposto na legislação vigente, uma nova estratégia tem sido acrescentada, qual seja a escolha de diretores pela comunidade escolar, a partir dos pressupostos de que na medida em que a comunidade escolhe o seu diretor, compromete-se em apoiar a implementação de projeto político-pedagógico construído coletivamente, e passa a sentir-se parte atuante desse processo e da comunidade escolar. A prática dessa escolha surgiu em contrapartida à indicação de diretores por políticos, a partir de interesses partidários, que demonstrou constituir-se em um elemento desvirtuador do princípio de que a educação das crianças, jovens e adultos está acima dos interesses

de grupos específicos, sejam eles quais forem, que a qualidade da educação deve realizar-se mediante orientação da mais elevada competência e conhecimento profissional. Percebemos aqui que a Comunidade, Política, o Estado e a Educação estão sempre juntos em suas ações (2009, p. 09).

[...] a convivência em instituições promove a formação de culturas escolares específicas que constituem saberes, práticas, hábitos, mitos, valores etc. Esse processo promove a organização de ambientes culturais específicos, que moldam e são moldados pelos diferentes sujeitos escolares, em suas diversas interações (CORDIOLLI, 2014, p.22).

Pedro Demo (2015) em outra linha de pensamento defende não a mudança das estruturas educacionais, mas sim a mudança de Sistema de Ensino, para um Sistema de Aprendizagem, em que: haverá menor número de aulas e mais pesquisa como princípio pedagógico, levando os alunos a buscarem e reconstruírem o conhecimento existente, aproximando-se aos poucos da autonomia, a capacidade de elaborar as conclusões de seu estudo, com suas palavras e seu raciocínio, ou seja, serem autodidatas.

No pensamento de Pedro Demo (2015), os sistemas de Educação são descritos como um devir, formação e transformação contínua, sempre como resultado de políticas educacionais derivadas dos objetivos e necessidades visualizadas pela gestão escolar, no ambiente em que se dá o encontro do professor com o aluno.

Então as políticas educacionais devem nascer nas salas de aula, que passando seus influxos e necessidades para a administração escolar, a leva a atuar no sentido de fazer os anseios da aprendizagem atingirem os níveis políticos de atuação, e assim serem implementados, pois ali são criadas as normas a serem seguidas por todos, melhorando assim a educação, vista

por ele como conteúdo, pesquisa e elaboração: as componentes da aprendizagem.

[...] tempos que pedem mentes capazes de reconstruir conhecimento, unindo domínio de conteúdo com habilidades de pesquisa e elaboração, pensamento crítico autocrítico, uso da autoridade do argumento, autoria sempre renovada (DEMO, 2015, p. 2).

Freire, educador autor de clássicos da Pedagogia, em pensamento que contraponto ao pensamento supra, a educação e a política educacional são reflexos da atuação política, por representantes ou através da prática de cada um. Em todos os seus aspectos e assim deve ser por não existir uma posição neutra para se permanecer. O educador deve escolher sua posição, defendendo-a ao ensinar e o aluno deve ter a liberdade de defender suas idéias. Baseada nesta maneira de ver a educação escolar deve haver uma reflexão político-pedagógica que leve à consciência política e à opção por uma prática pedagógica que interaja com o pensamento do professor (2015, p. 43/44).

Sua visão sobre as sociedades, ontológica, descreve o ser humano como que programado para aprender e ensinar, fugindo a este tipo de proceder, apenas se forçado por forças políticas externas. Vê o homem com certezas que não são radicais, aceitando outras verdades além da sua e colocando a formação permanente como a melhor qualidade da Educação, ela é sempre um devir, um vir a ser resultante da ação política de todos: comunidade, alunos, professores, escolas, estado...

No fundo, conceitos: autoritarismo, ensaio democrático, espontaneísmo, que só fomos capazes de inventar porque, primeiro somos seres programados, condicionados e não determinados; segundo, porque, antes de inventá-los, experimentamos a prática abstratizada por eles (FREIRE, 2015, p.17).

Vê a política educativa como: a vontade de um grupo dominante, expressa no conjunto de normas impositivas, que indicam quais os campos de atuação mais importantes para a administração naquele determinado momento; mas que também recebe, à revelia, o influxo do local onde atua esta política, e daqueles a quem ela atinge e que praticam uma política educacional já transformada por eles.

[...] diminuir o poder pessoal das diretoras, criar instâncias novas de poder com os Conselhos de Escola, deliberativos e não apenas consultivos e através dos quais, num primeiro momento, pais e mães ganhassem ingerência nos destinos da escola de seus filhos, esperamos, é a própria comunidade local que, tendo a escola como algo seu, se faz igualmente presente na condução da política educacional escolar (FREIRE, 2015, p. 87).

Este posicionamento radical de Paulo Freire, defendendo uma educação primordialmente política, é combatido por outros autores, como Pablo Santos:

[...] essa concepção de Educação [...] foi escolhida por sua grande simplicidade e precisão, mesmo se opondo a perspectivas como a de Paulo Freire, autor consagrado que concebe Educação como um ato político – e que a reduz a essa dimensão (SANTOS, 2014, p.3).

Referindo-se também ao pensamento de Paulo Freire, Cordioli afirma que a Educação não pode ser observada a partir de apenas um enfoque, o político, existindo outras variáveis a serem descritas e verificadas como as necessidades sociais, a instrumentalidade da educação ao desempenhar suas funções (2014, p. 23).

Com visão ampliada, António Teodoro (2012) nos apresenta percepção diferenciada dos sistemas educativos, não só do Brasil, mas globalmente através da participação das organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas e Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – OCDE,

entre outras, que legitimam as políticas educacionais nacionais, principalmente de países periféricos, levando pelo seu reconhecimento interno e externo como legislação aceitável, a uma normalização (padronização) das políticas educacionais se aproximando da formação de uma sociedade mundial, um sentimento difuso, mas perceptível na educação internacional (2001, p.409).

Ao olhar esta descrição geral da lenta ‘padronização’ da educação, percebe-se que ela sofre os efeitos das mudanças por que passam as sociedades em todo o mundo. Estas mudanças que se iniciaram há muito tempo e que se aceleraram a partir das revoluções burguesas, culminando na atual globalização com sua revolução informática, isto é, o aumento da importância do global e do local, em detrimento do nacional. Não são só mudanças sociais globais, mas tecnológicas e morais, que se refletem em questões internas comuns a muitos países

Assumiu-se, como prioridade das políticas públicas, a construção de uma escola que acolhesse todos, independentemente de sua condição social e econômica, grupo étnico ou diferença cultural, e a todos permitisse oportunidades de promoção social, profissional e cultural. [...]. Nas últimas duas décadas do século 20, assistiu-se à afirmação de um novo senso comum no discurso e nas políticas públicas de educação[...]. As organizações internacionais de natureza intergovernamental desempenharam um papel fundamental na construção desse novo senso comum, sendo elas os seus poderosos agentes globalizadores (TEODORO, JEZINE (orgs.), 2012, p. 8).

Esta “regulação” internacional se dá em um primeiro momento de forma *soft* (suave), termo de Direito Internacional que indica a aceitação de ideais e objetivos comuns a serem alcançados pelos países, e internalizados por serem objetivos que qualquer estado quer alcançar, como: progresso, igualdade, direitos humanos, formando uma cultura comum a ser implementada através dos sistemas educacionais. Após

a internacionalização, esta regulação torna-se coerciva, constando então como norma efetiva, obrigatória para os países que aceitam o acordo com as Nações Unidas. A ação efetiva desta regulação internacional sobressai, entre várias, com a “Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável”, implementação da Resolução 57/254, liderada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, visando obter o compromisso prático das nações, de aprender a viver sustentavelmente.

Mas o que é exatamente a Década? É um conjunto de parcerias que procura reunir uma grande diversidade de interesses e preocupações. É um instrumento de mobilização, difusão e informação. [...] pelo qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático de aprender a viver sustentavelmente (UNESCO, 2005, p. 9).

Outra posição apresenta Pablo S. M. Bispo dos Santos (2014). Ensina que a gestão democrática educacional é resultante de um sistema de ações que tem como objetivo maior o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

O professor que não tem tal consciência e também a competência pedagógica necessária, isto é "um professor medíocre conseguirá que os alunos sejam mais instruídos, porém não mais cultos; pois o professor desenvolverá apenas a parte mecânica da escola e o aluno sendo um cérebro ativo terá que, com a ajuda do seu ambiente social desenvolver e organizar os conteúdos" (GRAMSCI, 1982, p. 132).

A política educacional aparece aqui apenas como uma parte das políticas de estado / governo, as políticas públicas, que podem ser distributivas, direito à educação gratuita por exemplo, ou redistributivas como as cotas, ou ainda políticas regulatórias que no caso da educação é exteriorizada diretamente através da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96 e outras leis e decretos.

A posição de Santos (2014) se apresenta mais complexa que as de Paulo Freire (uma dimensão: política), e de Marcos Cordioli (três dimensões: política, social e econômica). Santos intui a possibilidade de encontrar inúmeras componentes para se analisar, comparar, concluir e alterar as políticas educacionais (políticas públicas educacionais), sendo este enriquecimento do número de enfoques gerador de uma melhor visão dos sistemas, de seus resultados e das ações a serem efetivadas.

Libâneo, Oliveira e Toschivêem a política educacional como uma das organizações possíveis para o sistema educacional, sendo formada pela legislação educacional e pelas estruturas administrativas institucionais estabelecidas (ministérios, órgãos, departamentos, escolas...). Consideram a política educacional como uma das formas de gestão da educação (2012, p. 327).

Segundo este pensamento, (figura 10) inexistente no Brasil um sistema nacional de educação, pois não há a articulação educacional entre os planos federal, estadual e municipal, que têm administração própria, podendo organizar seus sistemas e baixar normas de funcionamento, formando assim uma simples ‘organização’ da educação, mas não se constituindo em um sistema nacional.

Para existir um sistema nacional de educação seria necessário que a política educacional apresentasse propriedades, características de política pública de estado e não de governo. Os Sistemas Educativos regionais e locais deveriam ser verdadeiros subsistemas e não sistemas justapostos, lado a lado, como ocorre atualmente.

Na atualidade, ocorre que os órgãos educacionais são apenas consultivos, dependendo de aprovação dos governos do momento para adquirirem validade, como é o caso do Conselho Nacional de Educação, que não possui força normativa, seguindo as

normas emanadas de órgãos externos, e dependendo da aprovação de seus pareceres pelo Ministro da Educação.

A versão não aprovada da LDB [...] previa a existência de um sistema nacional de educação [...] de um Conselho Nacional de Educação, que seria o órgão articulador dos vários sistemas de ensino. Com caráter deliberativo, normativo [...]. Na lei aprovada, a LDB de 1996, o sistema nacional de educação foi substituído pela organização da educação nacional [...] (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 329).

Pelo exposto acima percebe-se que embora todos os autores visitados, com exceção de António Teodoro com seu enfoque globalizante (2012), tratem das mesmas políticas educacionais e dos sistemas educacionais delas derivados, eles têm posicionamentos diferentes, dando maior importância para certas dimensões e menor para outras, utilizando de diferentes meios e fontes para descrever o que vêem.

Com diferentes movimentos de pensamento realizados pelos autores, inclusive socorrendo-se eles mesmos de seus pares (citam-se uns aos outros) sustentam suas formas de interpretação. Demonstram ter consciência destas divergências mútuas e buscam com seus argumentos chegar a um conhecimento comum.

Ao estudar estas posições e divergências, observar a troca de idéias entre eles e perceber a flexibilização dos meios e formas de cada um agir, sente-se a força e influência deste pensamento educacional deles emanado. Com eles vislumbra-se a possibilidade de políticas públicas e sistemas educacionais harmônicos, articulados e perenes como verdadeiras instituições de Estado, e também os pontos importantes a serem investigados (categorias), para aprofundamento dos conhecimentos sobre nosso tema, os princípios e sua permeabilidade no sistema educacional.

Portanto, vamos ter em mente que a palavra categoria está relacionada à

classificação ou, mais precisamente, a um agrupamento de elementos que são sistematizados pelo pesquisador [...]. Quando falamos em categorias teóricas estamos nos referindo às leituras convergentes ao tema central de estudos (OLIVEIRA, 2016, p. 94).

Com a riqueza de interpretações e enfoques aqui cotejados, chegamos às categorias teóricas: gestão democrática e participativa, princípios e valores do Sistema Educacional Brasileiro; funcionamento do Sistema Educacional (organização e permeabilidade); e o Sistema Educacional na visão dos atores envolvidos direta e indiretamente. Com elas, o desenvolvimento dos instrumentos e procedimentos de investigação torna-se mais acessíveis e podem ser corretamente direcionados, e esta pesquisa pode sim alcançar seus objetivos e responder à questão proposta.

MÉTODO

A pesquisa verificará quanto dos princípios da gestão democrática participativa (teorias, práticas e de leis educacionais e seus princípios) transforma-se em política regional e comunitária, indicando sua transversalidade e eficiência no contato com a realidade de nossa sociedade. Esta verificação se dará através das informações analisadas com base no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e serão coletadas, classificadas e codificadas, proporcionando assim a possibilidade da construção de novo conhecimento. As trocas entre as necessidades, vontades da instituição e seus arredores, com as determinações deliberadas pelo conselho escolar que lhes chegam, serão analisadas e as constatações serão aproveitadas pelos estudos de Educação. A pesquisa fornecerá dados e conclusões que servirão para o mais correto direcionamento e ordenação das práticas em gestão educacional e democrática, de forma que atinjam os círculos mais interiores do sistema educacional, sendo os meandros deste percurso

estudados e esclarecidos a partir do PPP da Base Curricular Nacional- BCN, até os acordos didáticos, nas salas de aula. As atuações dos atores educacionais serão analisadas, em como, sua influência nesta transposição, serão também investigadas, perfazendo então todo o circuito, que conhecido indicará de que maneira a participação dos diversos atores educacionais pode ser expandida, para se alcançar a consecução dos planos educacionais por um todo. Para seu desenvolvimento será utilizada a pesquisa qualitativa, com pesquisa documental bibliográfica e eletrônica (revisão da literatura, busca e compilação dos princípios existentes nos sistemas educacionais advindos das políticas efetivadas), comparação entre as políticas Públicas que geraram o Sistema Educacional Brasileiro, e as políticas públicas efetivas encontradas em seus subsistemas mais internos. Serão localizados os documentos e projetos orientadores da ação escolar institucional, os quais serão copiados (são documentos públicos: Projeto Político-pedagógico; Regimento Escolar; Regulamentos; Contratos Didáticos; Orientações Pedagógicas...) para estudos, comparação e análise

Pela observação assistemática, serão conhecidas a estrutura e funcionamento da escola, e os meios físicos existentes. Será utilizada concomitantemente a pesquisa de campo, com a técnica das visitas à instituição de Ensino, para observação intensiva (entrevista) e extensiva (questionário). Será um estudo de campo pensando na metodologia do sistema “bottomline” ou 3P(Peoples-Planet-Profit), analisando assim todo o sistema educacional da ECORM.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O CEFFA tem como fundamento para a implementação de seu trabalho o mecanismo da AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO, por assim ser a avaliação é um processo permanente de todas as ações dos três setores: pedagógico, agropecuário e administrativo, contemplando a participação dos envolvidos no processo.

A avaliação da aprendizagem dos educandos, se dá a partir de observações durante as atividades, atividades integradas, avaliações de cada disciplina, avaliação das atividades do Caderno da Realidade, avaliação de Habilidade e convivência que contempla o desempenho nas atividades práticas, de estudo e convivência. Ao final de cada trimestre se realiza o Conselho de Classe, onde se analisa os resultados de cada ano/estudante a fim de se traçar um plano de intervenção pedagógica, visando à melhoria do desempenho do estudante e/ou turma nas dimensões: habilidades intelectuais, domínio dos conteúdos mínimos; habilidades práticas e habilidades de convivência, vida de grupo. Em todos os anos letivos se realiza a avaliação das atividades realizada no CEFFA. Discute-se no Conselho Escolar a dimensões que devem ser avaliadas. Constitui-se um grupo de trabalho, com representação de cada segmento que compõe o CEFFA. Esse grupo organiza as questões que nortearam a avaliação em cada segmento, bem como cronograma das etapas e levantamentos de problemas e desafios, que darão origem ao Plano de Ação do ano seguinte.

para avaliar a instituição também se utiliza uma ferramenta do Ministério da Educação, PDDE-interativo, disponível no Sistema Integrado de monitoramento de execução e controle-SIMEC. O grupo de trabalho supramencionado, também se responsabiliza pelo preenchimento e levantamento dos desafios selecionados pelo sistema e encaminhamentos referentes a esses. Todos os segmentos são envolvidos no processo de avaliação da instituição, bem como na elaboração e aprovação do Plano de Ação, planejamento de objetivos, metas e ações da instituição. Trabalho que se realiza na última Assembléia Geral e na última Assembléia de Estudante de cada ano letivo. Os elementos constitutivos da Proposta Político Pedagógica são avaliados continuamente, à medida que os colocam em prática. As alterações necessárias são amplamente debatidas, nas coordenações dos setores, equipe de funcionários, coletivo dos estudantes, Conselho Escolar, famílias. Dependendo da proposição se discutem na

Comissão Municipal, coordenações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, coletivo das três ECORMs e Conselho Municipal de Educação. Em relação as avaliações externas e olimpíadas nacionais, o CEFFA desenvolve um trabalho de incentivo a participação, apresentando o propósito dessas atividades, realizando oficinas e/ou simulados relativos aos conteúdos abordados. Os resultados são analisados primeiramente pela coordenação pedagógica e divulgada no coletivo escolar, fundamentando reflexões relativas ao desempenho escolar dos estudantes e a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido no CEFFA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da realização dessa pesquisa em campo possibilitou-me ter uma percepção holística quanto a eficiência do modelo de gestão escolar praticado na ECORM- São João Bosco-Jaguaré -ES por meio de uma gestão altamente democrática e participativa, onde todos os atores sociais da comunidade participam direta e indiretamente em várias situações, bem como uma vivência e compreensão de todos os processos pertinentes a estrutura da gestão da educação do campo dentro da Secretaria Municipal de Educação. Existem ainda muitos desafios, dentre eles uma vigilância constante na manutenção das conquistas e buscas por avanços que possam promover a perenidade desse modelo educacional, e assim promover o bem-estar dos moradores do campo, e a permanência da juventude através de políticas públicas de inclusão tecnológica. Diante do envelhecimento da população do campo e a predominância de monoculturas, faz-se necessário que os poderes: executivo, legislativo, judiciário e ministério público, juntamente com as entidades que representam o movimento da educação do campo promovam um grande debate quanto ao futuro da educação do campo, e apresentem propostas e projetos efetivos para

execução, caso contrário, muito em breve o campo ficará desértico e sem vida devido a migração dos jovens para os centros urbanos. Logo, faz-se necessário a efetivação de políticas públicas voltadas para as áreas de inovação e tecnologia voltadas para a permanência dos jovens no campo. Essa juventude do campo com formações adequadas desenvolverá novas habilidades e competências, de maneira a fortalecer a agricultura familiar, assim como, manterá suas raízes, tradições, crenças e costumes. Com essa tecnologia acessível, essa juventude do campo desenvolverá e executará projetos de geração de trabalho e renda em áreas de profissões diversas numa perspectiva de mundo, e entenderá a relevância da diversificação de culturas produtivas, bem como, terão uma maior produtividade em suas lavouras gerando maiores ganhos financeiros, o que possibilitará novos investimentos em tecnologia de produção, e conseqüentemente promoverão o bem-estar dos seus pares. As escolas da educação do campo precisam ser fortalecidas através de políticas públicas e um grande sistema educacional que promova a valorização dos docentes, das comunidades, das famílias dos estudantes. A educação do campo é condição "sine qua non" para o desenvolvimento social, sustentável e econômico do campo através de experiências inovadoras que agucem e despertem os discentes numa perspectiva de mundo enquanto sujeitos em seus territórios, assim como, suas possíveis intervenções enquanto autores sociais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. Na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 2012.
- APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2009.
- BEDIN, José. **O Recado dos inocentes.** Revista de Problemas Humano-Cristãos N° 47.
- BEGNAMI, João Batista. **Pedagogia da Alternância como Sistema Educativo.** Revista da Formação por Alternância Ano 1- nº 2 -julho de 2006

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos.** Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 2013.
- BORDIGNON, Genuíno. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares.** Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2007.
- BORDIGNON, Genuíno. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares.** Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2007.
- CÁS, D. **Manual teórico-prático para elaboração metodológica de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Jubela Livros, 2008.
- CHINAZZO, C. L.; MATTOS, P. N.; WEBER, O. J. **Instrumentalização científica.** Canoas: Ulbra, 2008.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2016.** V. 2. Brasília: CNJ, 2016.
- CORDIOLLI, M. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil.** Curitiba: Intersaberes, 2014.
- CRUZ, Nelbi Alves da. **Ressignificando a relação pais-monitores no cotidiano da Escola Comunitária Rural de Jaguaré –ES.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.
- CRUZ, V. A. G. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- DEMO, P. **Avaliação qualitativa.** 4ª edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1994.
- DEMO, P. **Metodologia da investigação em educação.** Curitiba: IBPEX, 2005.
- DEMO, P. **Pensando e fazendo educação: inovações e experiências educacionais.** Brasília: Líber Livro, 2011.
- DEMO, P. **Aprender como autor.** São Paulo: Atlas, 2015.
- DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** 4ª edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1994.
- DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.** In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis: Vozes, 2016.
- DICIONÁRIO ENC. ILUSTRADO LAROUSSE. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.
- ESPIRITO SANTO. **Regimento Comum das Escolas Comunitárias Rurais de Jaguaré –** Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2005.
- ESPIRITO SANTO. **Proposta Política Pedagógica de Jaguaré – ES.** -Secretaria Municipal de Educação e Cultura- Setor Pedagógico. Jaguaré – ES: Gráfica Tribuna do Cricaré LTDA, 2006.
- FINCATO, D. P. **A pesquisa jurídica sem mistérios: do projeto de pesquisa à banca.** Porto alegre: Nota dez, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** SP: Cortez, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GADOTTI, M. e JOSÉ e ROMÃO (Org.). **Autonomia da Escola: Princípios e propostas –** 3 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. – (Guia da Escola Cidadã, V. 1).
- GADOTTI, M. e JOSÉ e ROMÃO (Orgs). **Autonomia da Escola: Princípios e propostas –** 3 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. – (Guia da Escola Cidadã, V. 1).
- GANDIN, D. e GANDIN, L. A. G.; **Temas para um projeto político pedagógico –** 6ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GIMONET. Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GRACINDO. Regina Vinhaes. [et.al.] **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares. Conselho escolar e a educação do campo.** Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2007.
- GRACINDO. Regina Vinhaes. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas SP: Autores Associados, 2007.
- IMONET. Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes, 2007.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF – 2011/ 2012. Indicador de analfabetismo funcional. Analfabetismo funcional: Uma realidade brasileira.** São Paulo: Ação Educativa, 2016. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/antigo/images/stories/pdfs/informe%20de%20resultados_inaf2011.pdf. Acesso em 22.01.2017
- LAKATOS, E.M.; Marconi, M.A. **Fundamentos de Metodologia científica.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e Suas Competências**. 2ª ed. Curitiba, PR: Editora Positivo 2009

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São. Paulo: Cortez Editora, 2011.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. In: BALL, S.; MAINARDES, J. Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. 12 ED. São Paulo: Malheiros, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?** In: Caderno de saúde pública da escola nacional de saúde pública da Fiocruz; Rio de Janeiro, jul/set 1993.

MOREIRA, Flávio. **Formação e práxis dos professores em Escolas Comunitárias – Por uma Pedagogia da Alternância**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

MOREIRA, Flávio. **Formação e práxis dos professores em Escolas Comunitárias – Por uma Pedagogia da Alternância**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

MOREIRA, Flávio e BEGNAMI, João Batista. **Os fundamentos da Pedagogia da Alternância**. Monografia de Pós-graduação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1996.

MOREIRA, Flávio e BEGNAMI, João Batista. **Os fundamentos da Pedagogia da Alternância**. Monografia de Pós-graduação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1996.

NOSELLA, Paulo. **Uma nova educação para o meio rural**. Sistematização e problematização da experiência das escolas da família agrícola do MEPES. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

NOSELLA, Paulo. **Uma nova educação para o meio rural**. Sistematização e problematização da experiência das escolas da família agrícola do MEPES. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resultados do índice PISA**. 2015. Disponível em: <http://www.compareyourcountry.org/pisa/country/BRA>. Acesso em 23.02.2017.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, P. C. P.; PEREIRA, A. P. B.; PINTO, D. P. **Introdução ao estudo da hermenêutica jurídica**. Viçosa: Ed. UFV, 2012 Pedagogia da Alternância. - Alternância e desenvolvimento. Primeiro Seminário Internacional – Salvador –BA, 1999.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. - **Alternância e desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional – Salvador –BA, 1999.

PIAZZI, Pierluigi. **Ensinando inteligência – Manual de instruções do cérebro de seu aluno**. 2ª ed. São Paulo: Aleph 2014.

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DE JAGUARÉ – ES. Secretaria Municipal de Educação e Cultura /Setor Pedagógico. Jaguaré – ES: Gráfica Tribuna do Cricaré LTDA, 2006.

SALMASO, J. L. e Fermi **Projeto Político Pedagógico: Uma perspectiva de identidade no exercício da autonomia**.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Avaliar por quê? Avaliar como? Critérios e instrumentos**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, I. E. 12ª ed. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Niterói: Impetus, 2016.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da política educacional no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas SP: Mercado de Letras, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Lourdes Helena. **As Representações sociais da relação educativa escola família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

SOUZA, Joseline de Rodrigues. GRAMSCI: **Educação, Escola e Formação**. 1ª ed. Curitiba-PR: Editora Appris, 2014

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**. SP: Editora Ática, 1995.

TEODORO, A. JEZINE, E. Apresentação. In: TEODORO, A.; JEZINE, E. (orgs.) **Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais**. Brasília: Líber Livros, 2012.

TEODORO, António. **A Construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo**. Santa Maria da Feira: Afrontamento; Rainho & Neves, 2001.

UCHOA CARNEIRO, M. S. S. *Prefácio*. In CARNEIRO, M. A. *LDB Fácil: Leitura crítico-compreensivo, artigo a artigo*. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ULISSES, F. A. **A Construção de Escolas Democráticas: história sobre complexidade, mudanças e resistências**. São Paulo: Moderna, 2002.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Década das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável**. UNESCO, 2005.

VASCONCELOS, C. S. Planejamento: **projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 13ª ed. São Paulo: Editora Libertad. 2006.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 18ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

VERBI SOFTWARE. **Maxqda -12: the art of analysis. Guia de introdução**. 2016. Disponível em www.maxqda.com/info-brasil. Acesso em 24.07.2017

METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PROCESSO DE ESCRITURA - ORIXIMINÁ-PARÁ

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING LEARNING METHODOLOGY: WRITING PROCESS - ORIXIMINÁ-PARÁ

Jacineide de Souza Vinente¹

Francelina Duarte Siqueira²

Luciane Pereira Duarte³

RESUMO

Nosso principal objetivo, ao pôr em evidência à produção de textos dos alunos dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas do Município de Oriximiná, Estado do Pará, na região Norte do Brasil, é verificar os meios como se propõem e se planejam a produção de escrituração tendo em vista as competências e habilidades dos alunos de acordo a BNCC; assim como verificar os procedimentos adotados por professores e suas propostas metodológicas, buscando exemplificar problematizações da escrita dos nossos alunos. Tudo isso fundamentado em vários teóricos e ressaltar as preparações que seguem uma escrituração: a leitura e oralidade, o contexto e fatores linguísticos e o trabalho do professor (macroprocesso) e o aluno (micro processo), no qual será demonstrado por um estudo empírico e investigação qualitativa, com base em métodos de inquérito por questionários de questões fechadas e aplicadas em quatro escolas públicas. Para não envolver nomes reais, identificamos os nomes das escolas e profissionais da educação com heterônimos. Todo o resultado demonstrado aqui ressalta a concretização do esforço de toda a comunidade escolar em procura melhorar a qualidade do ensino. Contudo, todo esforço ainda se reflete em questões de investimentos, as salas de aulas precisam ser melhoradas afim de proporcionar melhor aprendizagem; assim como seus acervos precisam ser renovados; e bibliotecas com pessoal qualificado para orientar todos aqueles que procuram.

PALAVRAS-CHAVE: Escritura, sala de aula, escrita e leitura.

ABSTRACT

Our main objective, in highlighting the production of texts by students in the final years of elementary school in public schools in the Municipality of Oriximiná, State of Pará, in the North region of Brazil, is to verify the means by which the production is proposed and planned. of bookkeeping in view of the competences and abilities of the students according to BNCC; as well as verifying the procedures adopted by teachers and their methodological proposals, seeking to exemplify the writing problems of our students. All of this is based on several theorists and with the exception of the preparations that follow a bookkeeping: reading and orality, the context and linguistic factors and the work of the teacher (macroprocess) and the student (micro process), which will be demonstrated by an empirical and qualitative research, based on survey methods using closed-ended questionnaires applied in four public schools. In order not to involve real names, we identify the names of schools and education professionals with heteronyms. The entire result shown here highlights the achievement of the effort of the entire school community in seeking to improve the quality of education. However, every effort is still reflected in investment issues, classrooms need to be improved in order to provide better learning; just as its collections need to be renewed; and libraries with qualified personnel to guide all those who seek.

Keywords: Scripture, classroom, writing and reading.

¹ Graduada em Pedagogia em Letras - Universidade Federal do Pará-UFPA; Especialista em Metodologia de Língua Portuguesa e Literatura - Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão - IBPEX e Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH; Mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João. **E-mail** jacividente@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil ULBRA; Especialista em Psicopedagogia Institucional – Faculdade Rio Sono e em Docência Superior e Gestão Educacional – Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e Mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João de Deus. **E-mail:** francelinaduarte14@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia – Faculdade Latino Americano – FRATED; Graduada em Biologia e Química – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; Especialista em Docência Superior e Gestão Educacional – Faculdade de Teologia Hokemâh Fateh – FATEH e Mestra em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica – Escola Superior João de Deus. **E-mail:** luarte.orixi@gmail.com

INTRODUÇÃO

Vivenciamos momentos de investigação e modificações no âmbito escolar que visam favorecer gradativamente o ensino e a aprendizagem que está sendo cada vez mais analisado e observado através de pesquisas e sob essa perspectiva que apresentamos: uma metodologia de ensino aprendizagem: com abordagem sob a percepção do estudo de língua portuguesa no ensino fundamental.

O trabalho está relacionado principalmente às preocupações que o professor de Língua Portuguesa demonstra quando utiliza o livro didático: suas frustrações principalmente quando o livro traz textos e informações que mostram realidades que não estão condizentes com as do aluno. De um lado temos o professor, e de outro, o Governo Federal disponibiliza os livros didáticos, cujos os mesmos em questão abordam de forma equilibrada a alfabetização e letramento.

“Compêndios são os livros que expõem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares [...] livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático”. (OLIVEIRA, 1980, p. 12 apud OLIVEIRA et al., 1984, p. 22).

Atualmente, o livro didático é uma ferramenta que é disponibilizada pelo Governo Federal através do Programa Nacional do livro didático- PNLD, adquiridos e distribuídos pelo Ministério da Educação -MEC para todo o país por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDE, após uma criteriosa avaliação da Secretaria de Educação Básica para que professores e alunos recebam materiais de qualidade física e pedagógica. Além de disso, os livros são um material reutilizável, e, devem ser manuseáveis por três anos

consecutivos e, também, estimulam a conservação e a devolução a cada ano de uso.

Já que o livro didático vem diretamente para as escolas e está à disposição da nossa comunidade escolar, este deve auxiliar os professores através do processo de leitura e de exercícios orais e escritos, os mesmos devem trazer os elementos básicos que contém nos currículos. São esses elementos de uma organização do livro – os textuais, interpretativos, gramaticais e de produções - que favorece tanto usos coletivos, quanto individuais. E que como tal, apresentam relevância, em diversos textos e contextos, e também, um elemento indispensável do processo de ensino-aprendizagem.

As discussões acerca da língua materna perpassam principalmente pelas questões metodológicas utilizadas pelo professor de sala de aula, que tornam o ensino sistematizado e prejudica o entendimento de nossos aprendizes que torna muitas vezes mecânico com regras e normas.

É nesse sentido que apresentamos a aplicação deste projeto, pois é preciso que o professor seja capaz de propor ao aluno um ensino que traga a importância do saber falar e escrever de forma culta; assim como também, respeitar e levar em consideração as individualidades do aluno tornando-o capaz de identificar as variedades linguísticas e como utilizá-la em cada situação do dia a dia.

De acordo com Heidegger, pode-se dizer que a linguagem vai muito além de normas técnicas:

“A linguagem é a casa do ser. O homem, habitando-a, existe. Ela se constitui a passagem obrigatória de todos os trajetos do pensamento, revelando em palavras a existência do ser homem, de sua essência. O homem é o pastor do ser, seu guardião. Nesse caso, guarda o sentido do ser, ou seja, cuida de ser através da linguagem.” (HEIDEGGER, 1991; APUD, SANTOS, 2009; p.60).

Contudo, pelo histórico e pela vasta literatura, e ainda considerando que o livro é um recurso indispensável à sala de aula, este material abre precedentes para uma compreensão para análises gramaticais e linguísticas, pois cada autor considera suas visões e estudos sobre a língua Materna que não estão em acordo com os contextos de cada região do Brasil.

O tema, chama a atenção, primeiramente porque vivenciamos essas situações de sala de aula como professora de Língua Portuguesa sobre quais os métodos de ensino são mais eficazes em relação à aprendizagem e, destes quais têm sido mais utilizados pelos professores na percepção dos alunos?

Tal tema inquieta, não só porque estamos inclusos nas escolhas de livro didático. Diante desse contexto, já foram de várias escolhas, muitas delas sem saber o que era mesmo o que estava analisando? Hoje, tendo outras visões e possibilidades de teorizar quanto à essas escolhas, percebemos o quanto é importante essa análise de referências bibliográficas; os métodos de trabalho, os procedimentos, as questões gramaticais, a variações linguísticas e as atividades abordadas em sequência. Diante deste cenário o tema é bem adequado neste período, pois é quando acontece as escolhas dos livros didáticos para o triênio subsequente 2017, 2018 e 2019.

Saviani (1996) faz referência aos saberes que devem ser construídos pelos professores em seu processo de formação inicial e continuada, e afirma que sendo o processo educativo um fenômeno complexo, os saberes envolvidos também o são. Conforme o autor, há cinco categorias de saberes, sendo elas o saber atitudinal, o saber crítico-contextual, os saberes específicos, o saber pedagógico e o saber didático curricular e, salienta que são esses os saberes que todo educador deve dominar, e desta forma, devem fazer parte do seu processo de formação.

Com o presente trabalho, o principal desafio é proporcionar melhorias para o ensino de Língua Portuguesa, apresentando métodos de ensino mais

eficazes em relação ao ensino aprendizagem que possam estar em consonância com os livros e com a realidade dos nossos educandos.

Não se considera aqui a língua como um mero instrumento de transmissão de mensagens e nem como veículo de comunicação por meio da qual alguém diz ou escreve algo para alguém que deve compreender o que ouve ou que lê, mas um processo de interação entre os falantes de Língua Portuguesa.

Letramento é o estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral.

Já que, toda comunicação produzida, nas mais diversas atividades humanas, está relacionada a usos variados da língua, tanto oral como escrito. Entretanto, com as mudanças sociais, econômicas e culturais, novas situações de comunicação foram surgindo, como o e-mail, por exemplo. Daí surgem formas discursivas novas, tais como editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, tele mensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (e-mails), bate-papos virtuais, aulas virtuais e assim por diante.

Como afirma Marcuschi, em que afirma que os gêneros textuais têm uma função comunicativa compreendendo assim, aspectos linguísticos estruturais. No Brasil, por exemplo, Tais fundamentos aparecem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais retomam a ideia com expressões diferenciadas, assim como reconhece a necessidade de aplicação de novas metodologias. Essa é nova ferramenta de trabalho, para muitos educadores, apresentam complexas e dificultosas, no entanto, tornou-se a base e o eixo norteador do ensino, mas questionamentos quanto a sua metodologia e uso didático circundam as discussões

educacionais, a começar pela sua escolha. Saber qual gênero textual melhor se adapta a um universo e de que forma o trabalhar é, para muitos, uma grande dúvida ao abordar gêneros textuais, porque, há de se considerar o que os estudiosos apresentam teoria concernentes a gênero textual.

[...] Implica uma apreensão, um conhecimento da realidade que circunda. Essa leitura primeira que faz da realidade se modifica, se reconstrói a partir de uma visão pessoal, e se manifesta mediante o uso de uma linguagem. E ao manifestar essa reconstrução do real, o produtor do texto está se dirigindo a um interlocutor a quem tem intenção de atingir. (PILETTI, p. 38)

Nesse sentido, o Governo Federal disponibiliza os livros didáticos que de forma equilibrada alfabetização e letramento com meio para verificar quais gêneros o compõem e se o tratamento dado aos textos deste livro dá conta de promover o letramento dos alunos.

Compêndios são os livros que expõem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares [...] livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático. (OLIVEIRA, 1980, p. 12 apud OLIVEIRA et al., 1984, p. 22).

O estudo justifica-se pela importância de o meio acadêmico conhecer as metodologias de ensino que os alunos consideram mais eficazes para sua aprendizagem e, com base nessas informações melhor gerenciar as atividades de ensino e, se necessário for, revisar a política de ensino adotada. Nesse sentido, os resultados deste estudo visam contribuir e subsidiar decisões de gestão do processo ensino-aprendizagem, tanto do ponto de vista da docência quanto, principalmente, de políticas das instituições de ensino superior.

De acordo com Miranda (2006), a expansão e variedade das Instituições de Ensino Superior, faz com que essas instituições se atentem às práticas de gestão e desenvolvimento de novas estratégias para se sobressair às demais. Entretanto, na concepção de Canterle e Favaretto (2008), os desafios impostos às IES são referentes à gestão e a construção da qualidade, em um cenário altamente dinâmico, constituem desafios impulsionando-as para que busquem novas alternativas de gerenciamento e eficiência para fornecer ensino de qualidade à sociedade.

Nesse contexto, considera-se que homens e mulheres usam a linguagem para desenvolver certos graus de letramento, como no processo de produção de textos, que é uma forma de expressar ideias, pensamentos e intenções. Essa prática estabelece caráter interpessoal entre os interlocutores de uma mesma língua porque oferece e recebe influências do outro (emissor e receptor), alterando representações que aparecem da realidade da sociedade e o rumo das (re) ações.

A escrituração dentro da escola, tem encontrado pouco espaço para um trabalho bem eficaz e detalhado de acordo com as previsões de atividades por etapas, pois se refuta sobre a questão de como se aprende e como se ensina? Visto que essa prática ainda serve como um dos principais instrumentos de avaliação da aprendizagem. Assim, ao analisar os métodos de ensino na Língua Portuguesa e sua eficiência no município de Oriximiná – Pará, ao compararmos livros didáticos de autores que abordam procedimentos metodológicos e como adequar à realidade do aluno.

Ao descrever minuciosamente essas análises, pode-se afirmar que podemos enumerar algumas fases de escrituração: como o planejamento, a produção e o direcionamento do professor, e assim como o planejamento a exposição e a avaliação centrada no aluno, além de a reescritura. A partir dessas sequências lógicas, pode-se afirmar que o aluno desenvolverá

maturação intelectual, que é expressa em habilidades e competências.

Hoje, na escola, no trabalho e em qualquer lugar que a pessoa se apresente, é imprescindível saber escrever “bem”, ou seja, utiliza com sabedoria o poder de argumentação que é ter clareza e objetividade na sua informação ou comunicação.

Embora a prática de produção de textos já tenha sido muito mensurada por autores, ainda assim surgirão especulações difíceis ou insuficientes para responder todas as problemáticas. Contudo, a proposta é, mais uma vez examinar minuciosamente algumas obras documental e não documental e, a partir de então, apresentar novos direcionamentos para essa prática.

Além de contribuir para o fortalecimento do trabalho das práticas de produção de textos do professor, o tema torna-se de suma importância para professores de Língua Portuguesa para desenvolverem alternativas metodológicas que proporcionem ao discentes condições de desenvolver habilidades e competências em sala de aula assim como em qualquer área do conhecimento linguístico.

ESCRITURAÇÃO: UMA PROPOSTA CONTEMPORÂNEA

A escrita é um dos elementos fundamentais criados para a sociedade em que se vive. Além de permitir exercer atividades pessoais e sociais, quem desenvolve essa habilidade demonstra um alto grau de maturação linguística, por isso, se uma pessoa consegue por meio da escrita expressar suas ideias com competência e habilidade de argumentação. Neste caso, é na escrita que se demonstra com clareza e objetividade dos argumentos; o ponto de vista do escritor, na mesma dimensão e no mesmo valor.

Saber utilizar-se e apropriar-se do código linguísticos escrito é revelar-se para todos os leitores. Você se revela: Quem é você? O que faz? No que acredita? E do que gosta? Enfim revela sua verdadeira

identidade que pode se manifestar em frase ou num texto.

Hoje, o texto é a principal manifestação da linguagem, entendido como unidade básica de comunicação, considerado por estudiosos mais que uma forma de comunicação. É um processo que envolve etapas de produção. Para tanto, os Linguística Moderna conceberam uma nova terminologia – escritura- capaz de abarcar toda forma de escrita que fosse entendida como um todo: o texto.

O ensino de Língua Portuguesa não apresenta espaço para se trabalhar a prática de produção de textos, visto que os componentes do currículo são extensos e, na maioria cobrados do professor, uma vez que ele deve desenvolver durante o ano letivo pelo menos 75% desses conteúdos em sala de aula.

Assim, a maioria dos professores acaba por tentar cumprir todo o conteúdo, outros tentam diversificar suas aulas com produções aleatórias, só que essas produções acontecem de qualquer jeito, não se levando em conta a preparação, a orientação e o direcionamento do ato de produção.

Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos na prática de produção de textos pode-se ressaltar que ela só poderá se desenvolver a partir da prática de leitura. **A leitura** é seguramente um dos meios mais indicados para o aprimoramento da redação. É nela que o escritor encontrará suporte para a escritura, pois a leitura fornece a escritura elementos considerados essenciais para seu desenvolvimento, como: conteúdos, parâmetros e conhecimento linguístico. Para tanto, faz-se necessário saber o tipo de texto se quer produzir, assim o tipo de leitura a ser realizada é alerta para alguns pontos que conduzem a melhores resultados: leitura de contato com a obra (de preferência sem interrupção); resolução dos problemas de decodificação do vocábulo; apreensão das ideias principais do autor; ler utilizando marcador, estabelecendo código pessoal; esquematizar as ideias mais gerais e elaborar frases-resumo a partir do que foi marcado.

A esquematização das ideias de um texto facilita a aprendizagem e a retenção de informações básicas; facilita a redação de novos textos. Nesse sentido, o objetivo principal da produção é trabalhar a elaboração de mensagem como instrumento de comunicação, além de ser uma atividade que possibilita a construção do raciocínio lógico de argumentos convincentes.

Além da leitura, o escrito também utiliza elementos pragmáticos como: pausas, hesitações, alongamentos de vogais e consoantes, repetições, ênfases, truncamentos e outros. Entretanto, com o aparecimento da linguística e com os estudos do texto, o enfoque principal vai deixando de fixar-se no produto e se desloca para o processo de produção, fazendo com que linguagem falada deixe de ser vista como mera verbalização, passando a ser incorporada nas análises textuais como um suporte para a produção de textos- a oralidade.

Segundo Marcuschi (1993, p.10), a língua falada representa uma dupla proposta de trabalho: por um lado trata-se da descrição da fala e por outro lado, por ser variada e diversificada de elementos é um convite para que a escola amplie seu leque de atenção. Nesse sentido, a ciência linguística vem dedicando atenção ao estudo da fala, procurando conscientizar os educadores que não se trata, obviamente, de “ensinar a fala”, mas de mostrar aos alunos a grande variedade de usos da fala, conscientizando-os de que a língua não é homogênea e nem monolítica, procurando sempre trabalhar os diferentes níveis de linguagem (do mais coloquial ao formal) das duas modalidades da fala (o falado e o escrito).

“[...] não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita como pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo descobriria a importância da língua

falada, mesmo par a aquisição da língua escrita. (CASTILHO, A. T.: 1998, P.13)

Haqira Osakabe (1982, p. 154-155) afirma que do ponto de vista da aprendizagem, a língua escrita e a língua oral apresentam dificuldades de natureza distinta: a escrita atua como complemento da oralidade, cumprindo certas atribuições que situam além das propriedades inerentes a esta, nesta proposição podemos afirmar que uma depende da outra.

Atualmente, vem se desenvolvendo entre os estudiosos a consciência de que oralidade tem um papel fundamental no ensino de língua materna, e deve ser utilizada como um dos suportes para a escrituração. Dessa forma, pode-se enfatizar que todas as fases das práticas de sala de aula são mecanismos que se sobressaem como exercícios para levar o aluno à capacidade de expressão de seu pensamento, possibilitada principalmente, pelo processo de oralidade.

“...a questão não é falar certo ou errado e, sim saber que forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e, porém, se diz determinada coisa”. (PCNs)

No ensino de língua materna deve ser proporcionado ao aluno o desenvolvimento do texto na modalidade oral como um primeiro ensaio para o texto na modalidade escrita, isso permitirá ao aluno a capacidade de falar sobre determinado assunto e expressar suas ideias por meio de formulações mentalmente de um período e proferi-lo em voz alta. Nesse caso, se o aluno não conseguir formulá-lo em linguagem falada, é óbvio que não terá condições de colocá-lo no papel de forma coesa e clara, porque a

escrita exigirá muito mais esforço para a produção de um bom texto.

A leitura e a oralidade são práticas de escrituração que juntamente com os fatores linguísticos e extralinguísticos formarão uma relação de interdependência na produção textual, a esses elementos estão atrelados alguns fatores que estabelecem o entendimento entre os interlocutores - a coerência, e só podem ser compartilhados através de conhecimentos do emissor e receptor. Esses fatores são: inferência, conhecimento compartilhado, conhecimento linguístico, focalização, intertextualidade, informatividade, consistência e relevância e os fatores de contextualização.

A coerência se liga a dois fatores básicos: ao conhecimento extralinguístico do emissor e do receptor, envolvendo sua visão de mundo, e ao conhecimento linguístico, envolvendo os fatos pertinentes à língua como um todo. Daí a importância do conhecimento compartilhado, pois corresponde a um dos fatores que contribui para a construção da coerência, ligando conhecimentos entre o escritor e o leitor. A fim de aprimorarmos nossa competência no que tange às técnicas composicionais da linguagem escrita, um outro elemento que colabora para a clareza textual é a coesão: é o conjunto de recursos linguísticos responsáveis pelas ligações que se estabelecem entre os termos de uma frase, entre orações referentes a um período, fazendo com que, esteticamente, os parágrafos se apresentem de forma harmoniosa, tornando o texto agradável à leitura.

De acordo com Giora (1985), mais dois requisitos básicos devem ser utilizados para se estabelecer coerência textual, que são eles: a consistência e a *relevância*. A consistência exige que cada enunciado de um texto seja verdadeiro, para dar credibilidade aos enunciados anteriores; e a relevância exige que o conjunto de enunciados sigam uma mesma temática.

Deve ter ficado claro, neste estudo, que a coerência não é apenas um traço ou uma propriedade do

texto, mas sim que ela se constrói pela interação entre o texto e seus usuários, numa situação comunicativa concreta, em decorrência de todos os fatores aqui citados.

PROCESSO DE ESCRITURA

Para muitos estudiosos da língua, o termo escritura é desconhecido. No entanto, Roland Barthes, na obra *Le degré zero l'écriture*, publicada entre 1947 e 1953, já pregava o termo escritura com uma realidade formal situada entre a língua e o estilo, numa relação de independência. A explicação para ele era que, se a língua é “um corpo de prescrições e de hábitos comuns a todos”, e o estilo é “uma herança do passado individual”, então, a escritura é a relação que o escritor mantém com a sociedade, de onde sai sua obra e para a qual se destina. “A reflexão social do escritor sobre o uso social de sua forma e escolha que ele assume” revela essencialmente a moral da forma, a escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a natureza de sua linguagem.

Sabendo-se que a escritura é uma questão de enunciação, porque parece que se manterá estável nas sucessivas redefinições barthesianas da escritura. Como afirma *Le degré zero l'écriture*: “a escritura é uma questão de tom, de recitação(débit), de finalidade, de moral”. Isso quer dizer que a escritura é ao mesmo tempo uma modulação da fala e uma modalidade de ética, que dispõem de uma mesma língua, vivem a mesma história, mas podem ter escrituras totalmente diferentes, porque a escritura depende do modo como o escritor vive essa história e pratica essa língua.

A produção de escritura é um ato extremamente diversificado que usa todos os recursos linguísticos e extralinguísticos para funcionar como unidade significativa global, sendo assim, há de se considerar as etapas de desenvolvimento a que está sujeito todo o trabalho de organização, seleção e rascunho das ideias, ou seja, o processo de produção,

que envolve a articulação entre os agentes do processo ensino-aprendizagem – professor e aluno - assim também, com a prática de produção de escritura que pode-se dividir o em duas vertentes: Centrado no professor – o macro processo; e Centrado no aluno – o micro processo.

MACROPROCESSO: O TRABALHO DO PROFESSOR

O professor, como mediador do processo da prática de escritura, será o facilitador do ensino-aprendizagem. Para isso, desenvolverá estratégias com ações pedagógicas e metodológicas que propiciem ao aluno produzir seu texto, tendo possibilidades de desenvolver habilidades e competências, com isso garantirá uma maior eficiência do processo.

Aqui nessa fase, o professor é o facilitador da aprendizagem, que como coautor seguirá na sua atuação na sala de aula como desencadeador de várias etapas do processo de escrituração. Para tanto, o processo de escrituração, ficará sob a responsabilidade do professor em que se desenvolverá no momento da pré-produção – o antes, no momento da produção – o durante, e no momento de pós-produção – o depois.

O antes, é considerado como o planejamento, aqui as ações do professor, a priori, dentro e fora da sala de aula, pressupõe um trabalho organizado em torno de um planejamento, que será destinado a cada atividade desenvolvida no ambiente escolar. É nesse momento que o professor organiza e prepara todas as metodologias e atividades que vai trabalhar em suas aulas do dia a dia, a fim de buscar uma melhor eficiência no processo de ensino e aprendizagem.

O planejamento caracteriza-se por uma organização de atividades que serão executadas como propostas pedagógicas e como previsão metódica de uma ação a ser desencadeada pela racionalização dos meios para se atingirem os fins. Neste caso, de acordo com Maura Barbosa, “O planejamento nasce a partir do

estabelecimento de metas e de objetivos que a escola deseja alcançar.”

Durante a tessitura do texto do aluno, o professor desenvolverá momentos de produção para coordenar o micro processo (mencionado nos 3.2). No primeiro momento, antes da produção propriamente dita, o professor vai orientar o aluno: quanto às tipologias que um texto pode apresentar (narrativa, dissertativa e descritiva); quanto aos gêneros (contos, fábulas, poesias, cartas, etc.); quanto à forma (prosa e verso); e principalmente, quanto à estrutura textual – fala-se aqui, do texto com relação à parágrafos e às partes do texto (introdução, desenvolvimento e conclusão).

No exercício da produção, seguindo de acordo com as orientações do planejador, o aluno contará com outro momento que serão as observações do professor. É nesta etapa que o professor só vai observar como o aluno está produzindo a sua escritura; e também, o professor aparece aqui disponível para esclarecer eventuais dúvidas que possam aparecer.

O depois, o direcionamento ou destino que terá o texto finalizado do aluno. É nesse momento que se deve levar em conta a importância da escritura como um veículo de comunicação; um material didático que deve servir como suporte linguístico disponível para desenvolver inúmeras atividades em sala de aula. Assim, a atitude do professor, diante da produção de escritura do aluno, consistirá em direcionar a utilização do texto produzido, dividindo-o em várias sequências de atividades: a primeira atividade será o uso do texto como forma de interação em sala de aula. Nesse caso, o professor fara a socialização das escrituras, por meio de leituras para que se compreenda o que, na verdade, cada aluno escreveu, explique porque escreveu, e o que ele quis dizer. E, para que após a leitura o aluno escute e perceba, o que escreveu em cada período e observe pontos confusos e obscuros na sua escritura. A leitura do texto não será utilizada apenas para a socialização das escrituras, mas também para análise linguística.

Após ser realizada a análise linguística, como metodologia para uma outra atividade, seria pôr em prática a reescritura de textos, que consiste na reelaboração do texto escrito. O método permitirá que o aluno se distancie do seu texto de forma crítica, e observe e reconheça os próprios erros, e possam adquirir gradativamente habilidade da autocorreção. Neste sentido, vale ressaltar que a prática de reescritura vem também sendo reforçado pelos PCNs. de Língua Portuguesa:

“Os processos de refacção começam de maneira externa pela mediação do professor que elabora os instrumentos e organização das atividades que permitem aos alunos sair do complexo (textos), para o mais simples (as questões linguísticas e discursivas que estão sendo estudadas) e retornar ao complexo”. (PCNs)

Diante do exposto, fica evidente o fato de que o professor melhore sua metodologia de ensino com relação a produção; que deve ser uma maior interação com os alunos em sala de aula, deixando de lado estereótipo de “sabe tudo” a fim de poder garantir o ensino aprendizagem.

O MICRO PROCESSO – CENTRADO NO ALUNO

O ato de produção centrado no aluno, constitui um micro processo que se caracteriza, exclusivamente, pelas ações do sujeito-aluno, o qual contara com poucas horas para pensar, selecionar, escrever e revisar seu próprio texto. Entretanto, pode-se dividir o ato de produção de escritura do aluno em três fases contínuas: a fase do planejamento, a fase de exposição das ideias e a fase de avaliação.

O planejamento, assim como no macroprocesso (citado no 3.1), o ato de planejar também faz parte das práticas do aluno, por exemplo, o que vai escrever é fundamental para o desenvolvimento de uma produção de escritura. É nessa fase que o aluno distribuirá o tempo

reservado à sua escritura como forma de economizar o tempo do processo. É o momento de solicitar esclarecimento ao professor e conhecer os reais objetivos ao final da produção (a avaliação). Se consideramos o tempo disponível para a produção de escritura em sala de aula, varia de duas ou quatro tempos de aulas. Ressalvando-se que esse tempo poderá ser ampliado pelo professor para a produção realizada em caso qual pode estabelecer alguns dias ou semanas.

Escolher o tema, estabelecer o objetivo central do texto, o qual, na maioria das vezes, é professor quem determina, e cabe ao aluno delimitar o conteúdo do texto, mas pode haver casos em que o professor apenas sugere o assunto e ao aluno escolher qual aspecto irá abordar.

Após delimitar o assunto, quais perspectivas de causa serão expostas, para isso, os alunos devem fundamentar o tema por meio de levantamento de pontos de vistas e argumentos, sempre procurando esclarecer o objetivo do seu texto. E, deve decidir se o seu objeto de avaliação vai ser utilizado sobre as estilísticas do aluno, ou se pretende somente convencer alguém de uma ideia, ou se pretende somente divertir. Neste caso, vale ressaltar que um texto pode apresentar vários objetivos, mas o aluno não deve fugir do objetivo central da escritura.

A exposição do texto é a fase em que o aluno desenvolverá ideias e opiniões acerca do tema escolhido, sendo assim, tentará seguir todos os passos propostos pelo professor. Mesmo que, independentemente do tipo de estrutura, o aluno conceberá na sua escritura todas as fases sugeridas pelo professor.

Na hora da produção de texto, surgem novas ideias, compreende-se melhor algumas intuições: e se consegue articular melhor os próprios argumentos. Para isso, o roteiro utilizado na planificação deve ser revisto não para ser descartado, mas para ser verificado com mais exatidão o que se deve argumentar.

Neste caso, ao montar a sua estrutura, para passar de uma ideia para outra, o aluno deve ficar atento

para fazer as relações certas utilizando os elementos de coesão (termos verbais e suas conjugações, frases de ligação, conectivos) que ajudem o leitor a seguir o fio condutor do seu raciocínio e da decisão sobre sua forma correta que também estão relacionados com a linguagem e cultura. Assim, esses dados, irão contribuir para a exposição de ideias, porque para se entender um texto e ajude na compreensão dos mesmos.

Considerada a última fase tanto do macroprocesso quanto do microprocesso, **a avaliação** é o momento mais difícil para o aluno, que em poucas horas, deve fazer as devidas correções necessárias do seu texto. É por esse motivo que a maioria das redações quando passada a limpo para o texto final não se diferencie dos rascunhos elaborados, ou então, isso acontece porque o escritor revê seu texto com uma releitura rápida e pouco crítica, em vez de fazer uma revisão como se deve, passo fundamental para a produção de em texto, é neste momento que o aluno faz uma avaliação de sua própria escritura.

Na primeira versão, ou seja, no borrão se presta mais atenção na gênese das próprias ideias. Durante a avaliação (revisão), a atenção deve se voltar preferencialmente, sobre a constatação de que as ideias sejam expressas de modo organizado, claro e coerente, para tanto o processo de revisão pode ser repetido mais de uma vez: várias revisões contribuem para melhorar a forma final do texto.

A revisão é, normalmente, desenvolvida pelo próprio autor da escritura. Nesse momento, deve-se verificar, antes de tudo, que o texto seja bem estruturado, especialmente quanto à ordem e a organização dos parágrafos. Sendo assim, cada parágrafo deve desenvolver uma ideia relacionada com a tese do texto, e a dos parágrafos deve ir construindo progressivamente a tese que se quer desenvolver. Para tanto, as passagens que não apresentam relação com o restante da escritura devem ser integradas com o que segue ou antecede, utilizando, para isso, conjunções ou frases de ligações para que se estabeleça a coerência.

Na maioria das vezes, a revisão também na verificação dos aspectos gramaticais, como: acentuação, pontuação e ortografia; assim como também na sintaxe, como regência, colocação e concordância de palavras. Desse modo, cortar e simplificar períodos longos demais e redundantes, suprimir palavras como pronomes adjetivos ou provérbios supérfluos. Esse tipo de correção efetua transformações locais aos textos que se referem à forma da escritura. Normalmente, a simplificação aumenta sua legibilidade. A legibilidade num texto, exige, antes de qualquer coisa, que o conteúdo da escritura seja coerente e interessante.

Depois de revisar e corrigir os pontos obscuros, que foram mal expressos pelo escritor, deve-se finalmente escrever a versão final da escritura, sempre procurando fazer uma boa apresentação de texto, não só no aspecto estético, mas na composição, para facilitar a leitura: utilizando letra legível e organizando em parágrafos as ideias. Assim, ajudará bastante a compreensão da estrutura da relação para os leitores.

Nessa fase, ainda é possível acrescentar exemplos e detalhes esquecidos que podem reforçar as ideias que permitam ao leitor uma melhor compreensão da leitura.

Após toda a avaliação sobre a própria escritura, o aluno deve encarar a escritura como processo de produção em que se pode dizer que o professor é um coautor da escritura do aluno. Assim, o desenvolvimento do texto produzido não dependerá só da atuação do aluno, mas também do professor.

METODOLOGIA

O professor não pode mais ser aquele que tem uma didática definida com papel de apenas ensinar o conteúdo, ele deve assumir seu papel de mentor e facilitador, deve priorizar e intermediar o acesso do aluno à informação, como se pode obter através da concepção apoiada pelo teórico Veiga (2006). Com isso, suas técnicas devem ser aprimoradas constantemente e

seus métodos e metodologias de ensino, conseqüentemente, atender às necessidades que vão surgindo.

Diante deste contexto, expõem-se a questão norteadora deste estudo:

- Quais os métodos de ensino são mais eficazes em relação à aprendizagem e, destes quais têm sido mais utilizados pelos professores na percepção os alunos?
- Que gêneros textuais do livro didático foram priorizados no ensino- aprendizagem?

Desta forma, o objetivo consiste em analisar as práticas de produções de textos e seus métodos de ensino na Língua Portuguesa para o desenvolvimento da leitura nas escolas públicas dos anos finais do ensino fundamental, preferencialmente em Oriximiná-Pará-Brasil. Nesse contexto, verificar os procedimentos adotados, analisar as produções de textos e suas possíveis adequações a realidade do aluno.

MÉTODOS

Os autores destacam que para dar conta dos objetivos traçados, os professores utilizam os saberes das disciplinas, os saberes curriculares, os saberes da formação profissional e os saberes da experiência. Os saberes docentes podem ser vistos sob três óticas, a da experiência, do conhecimento e dos saberes pedagógicos, como afirma o estudioso Pimenta (1997). No que diz respeito aos saberes da experiência, são aqueles que o professor em formação traz consigo, relativo à sua experiência e vivências como aluno e em atividades docentes.

Entretanto, vale destacar os saberes pedagógicos, não bastando apenas experiência e conhecimentos específicos, mas é preciso também saber ensinar, e isso o professor adquire, constrói e aprimora ao longo de sua formação docente com seu próprio fazer (PIMENTA, 1997).

O estudo justifica-se pela importância do meio acadêmico conhecer as metodologias de ensino que os

alunos consideram mais eficazes para sua aprendizagem e, com base nessas informações melhor gerenciar as atividades de ensino e, se necessário for, revisar a política de ensino adotada. Nesse sentido, os resultados deste estudo visam contribuir e subsidiar decisões de gestão do processo ensino-aprendizagem, tanto do ponto de vista da docência quanto, principalmente, de políticas das instituições de ensino.

Para desenvolver o nosso trabalho, verificar quais os métodos de ensino se mostram mais eficazes em relação à aprendizagem, na percepção dos alunos e, destes, quais têm sido mais utilizados pelos professores, realizou-se uma análise descritiva no que se refere aos objetivos, com abordagem quantitativa quanto ao problema, por meio de pesquisa de levantamento.

Seguindo este raciocínio, a seleção, a avaliação e a comparação das escolas terão como âncora um medidor padrão do desempenho dos alunos, porém a compreensão dos mecanismos e dos resultados da gestão escolar levará em conta a qualidade do processo organizacional. Na verdade, o que se pretende mostrar com neste trabalho é que há, nas melhores escolas dos pares selecionados, uma maior conexão entre estes dois elementos.

Um fato importante no ensino é o planejamento, a definição de quais métodos serão utilizados para o desenvolvimento das atividades. Nesse contexto, Gil (2012, p. 94) reflete sobre a falta de criatividade com que muitos professores ainda planejam seus cursos “simplesmente seguem os capítulos de um livro-texto, sem considerar o que é realmente necessário que os alunos aprendam”, além disso, o autor destaca que muitos professores também utilizam sempre os mesmos métodos de ensino e procedimentos de avaliação, não acompanhando assim as mudanças e evoluções que vêm ocorrendo.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

As principais informações as produções de texto foram obtidas, primeiro pelas investigações bibliográficas, pois existe um seria de autores e teóricos que mencionam sobre produção textual, principalmente sobre o processo de escrituração, e a partir dessas informações, complementar a nossa tese através das respostas dos professores que gentilmente atenderam-nos bem.

A coleta de dados foi realizada dentre os meses de março e abril 2018. Os questionários foram todos direcionados aos docentes, sendo que nem todos se dispuseram a responder ao questionário, mas mesmo assim os resultados recolhidos foram suficientes para a concretização deste estudo.

As sete (07) questões foram elaboradas de forma fechada e com resposta de múltipla escolha. Sendo elas detalhadas assim:

1. Você propõe a seus alunos produções textuais?
2. Você costuma planejar suas produções textuais?
3. Quais as principais metodologias utilizadas para as produções de texto?
4. Você utiliza vários gêneros textuais?
5. A produção de seus alunos tem contribuído para o processo de aquisição de leitura e escrita
6. Sua escola dispõe de uma Biblioteca?
7. A escola tem algum projeto que fortaleça a produção de textos?

Após a análise dos questionários foram elaborados gráficos contendo as respostas em forma de porcentagem com o intuito de verificar como a produção textual, vem sendo trabalhada no ensino fundamental e no ensino médio em escolas da rede pública de ensino do município de Oriximiná, descrevendo quais as metodologias utilizadas pelos docentes para utilizar a produção de textos, bem como os diferentes gêneros textuais. Reconhecendo que essa prática tem contribuindo para o processo de aquisição de leitura de seus discentes no ensino fundamental.

SÍNTESE E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir das questões destinadas à nossa pesquisa constatou-se que entre os nossos professores, a maioria atuante, como regente de sala de aula no componente curricular de língua Portuguesa prevalece os do sexo feminino: dos nove entrevistados todos são mulheres.

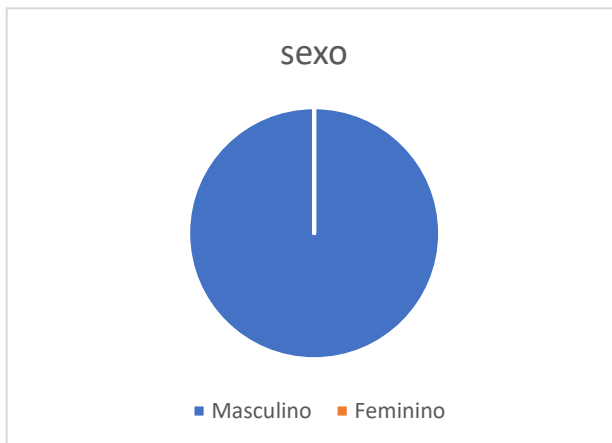


Figura 1: Respostas dos professores - "Você propõe a seus alunos produções textuais?" Há uma unanimidade nas respostas quanto ao item "sim" e rejeição quanto ao "não".

Fonte: Dados originais da pesquisa

Quando fizemos a pergunta nº 1 "Você propõe a seus alunos produções textuais?" Há uma unanimidade nas respostas quanto ao item "sim" e rejeição quanto ao "não", no entanto, ainda temos um ou outro professor que fica na dúvida quanto ao item "às vezes". Veja o gráfico 02:

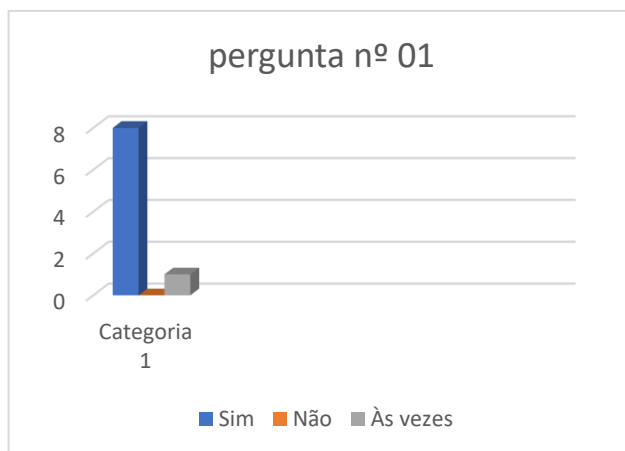


Figura 2: Respostas dos professores - "Você costuma planejar suas produções textuais?" Todos àqueles que responderam à pergunta nº01, o item sim, e

complementaram que seu planejamento consta com pelo menos uma proposta de produção textual por bimestre, ou seja, dos nove questionados: cinco (05) responderam por bimestre, três responderam por mês e apenas um (01)

Fonte: Dados originais da pesquisa

Ao analisarmos a segunda pergunta “2. Você costuma planejar suas produções textuais?” Todos àqueles que responderam à pergunta nº01, o item sim, e complementaram que seu planejamento consta com pelo menos uma proposta de produção textual por bimestre, ou seja, dos nove questionados: cinco (05) responderam por bimestre, três responderam por mês e apenas um (01) por semana. Veja o gráfico 03:

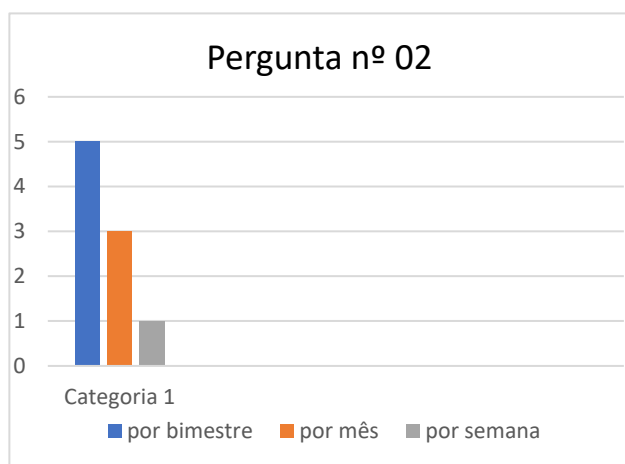


Figura 3: Respostas dos professores - “Quais as principais metodologias utilizadas para as produções de texto?” Constatou-se que, muitos educadores seguem à risca as propostas metodológicas que vem proposta pelos livros didáticos e muitos nem sabe o que seguir, pois tantas informações.

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Para questão nº 03 do questionário foi desenvolvida a seguinte pergunta: “Quais as principais metodologias utilizadas para as produções de texto?” Constatou-se que, muitos educadores seguem à risca as propostas metodológicas que vem proposta pelos livros didáticos e muitos nem sabe o que seguir, pois tantas informações. Contudo, quanto aos alunos em final de terceiro ano do ensino médio, no caso foram três professores que se dispuseram a responder os mesmos foram unânimes a em afirmar que os temas sugeridos

para as produções textuais são propostos a partir de sugestões ou acordos com os alunos selecionados entre os que estão em destaque na mídia, Daí afirmar que eles seguem um planejamento próprio. Observe o gráfico: 04

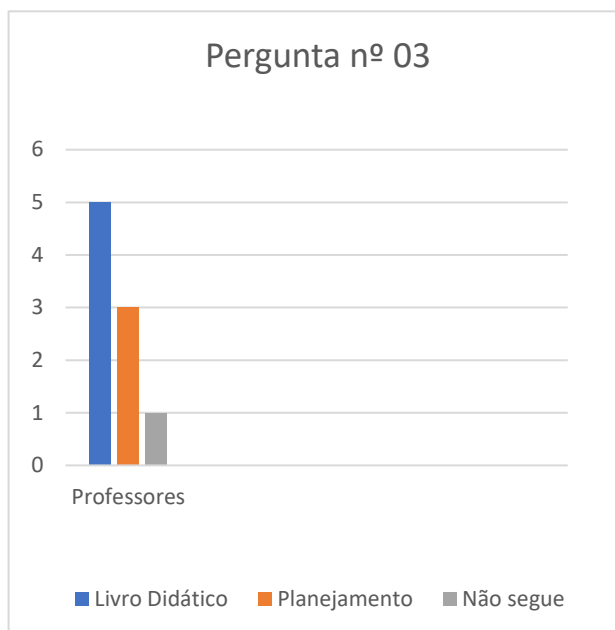


Figura 4: Respostas dos professores - “Você utiliza vários gêneros textuais?” Nessa pergunta gostaríamos de ter mais fundamento quanto aos gêneros textuais. Pois as respostas ficaram entre “narrativos” e “argumentativos”.

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Já para a pergunta nº 04 “Você utiliza vários gêneros textuais?” Nessa pergunta gostaríamos de ter mais fundamento quanto aos gêneros textuais. Pois as respostas ficaram entre “narrativos” e “argumentativos”. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que os gêneros abordados variam de acordo com o nível escolar.

Para os alunos de ensino fundamental são propostas produções textuais práticas (bilhetes, convites...) e literários (poemas, contos, crônicas fábulas) atividades práticas, os professores responderam os do gênero narrativo. Porém, no Ensino médio, essas propostas ficam principalmente em textos de cunho informativo e acadêmicos.

Então, as respostas foram unânimes no gênero argumentativo.

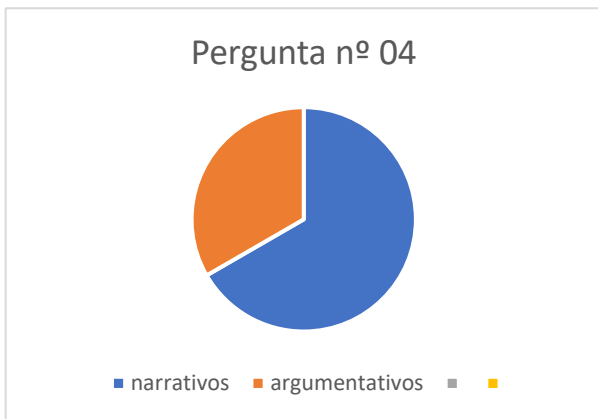


Figura 5: Respostas dos professores - “A produção de seus alunos tem contribuído para o processo de aquisição de leitura e escrita?”, como fala a pergunta de número cinco (05), fica em pausas, no entanto quando voltam em si, afirmam como mostra as respostas que “sim”, porque os alunos que escrevem bem são àqueles que leem muito, que pesquisam, frequentam outros lugares e principalmente, são os mais informados
Fonte: Dados originais da pesquisa.

Quando se questiona aos profissionais sobre “A produção de seus alunos tem contribuído para o processo de aquisição de leitura e escrita?”, como fala a pergunta de número cinco (05), fica em pausas, no entanto quando voltam em si, afirmam como mostra as respostas que “sim”, porque os alunos que escrevem bem são àqueles que leem muito, que pesquisam, frequentam outros lugares e principalmente, são os mais informados. Já para a resposta “não” equivale a 10 % dos entrevistados, mas ainda tem algumas respostas referentes à “apenas de alguns”. Veja o gráfico nº 06.

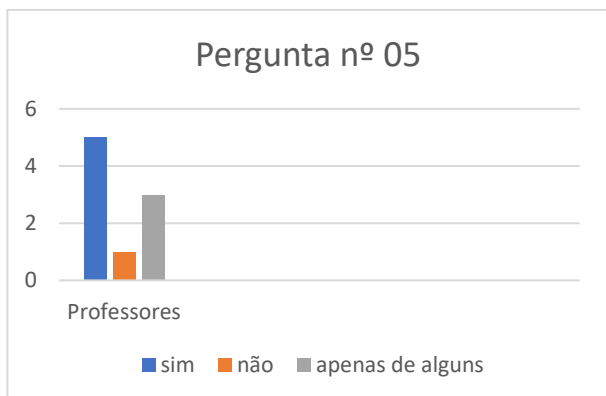


Figura 6: Respostas dos professores - “Sua escola dispõe de uma Biblioteca?” Todas as escolas tanto do ensino fundamental e ensino médio apresenta Biblioteca, afirmando o “sim”.
Fonte: Dados originais da pesquisa

No questionamento nº 6 “Sua escola dispõe de uma Biblioteca?” Todas as escolas tanto do ensino fundamental e ensino médio apresenta Biblioteca, afirmando o “sim”. Mas como já foi mencionado acima, sua biblioteca é decadente, falta livros, falta um profissional qualificado, e que fica fechada a maior parte do ano por falta de manuseamento. Veja o gráfico 07:

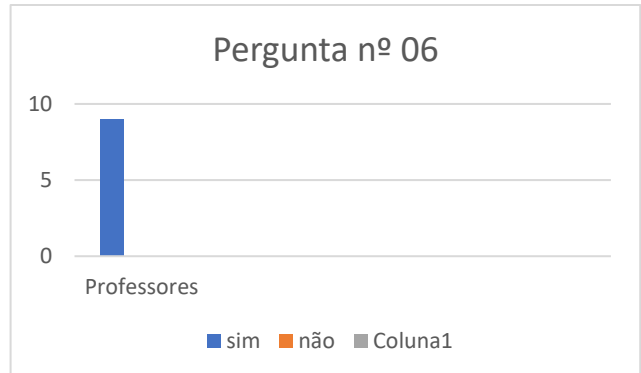


Figura 7: Respostas dos professores - “Sua escola dispõe de uma Biblioteca?” Todas as escolas tanto do ensino fundamental e ensino médio apresenta Biblioteca, afirmando o “sim”.
Fonte: Dados originais da pesquisa.

Quanto a pergunta nº 07 “A escola tem algum projeto que fortaleça a produção de textos?” As respostas ficaram entre o “sim” e o “não”, muitos não sabem porque trabalhar produções textuais dos alunos. Isso reflete os índices do governo no IDEB, na Prova Brasil e no ENEM. Contudo vemos um pouco do reflexo do ensino nas escolas pública de Oriximiná.

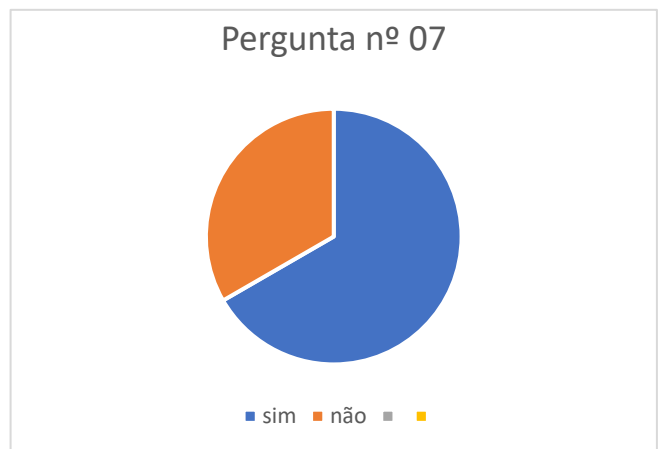


Figura 8: Respostas dos professores - “A escola tem algum projeto que fortaleça a produção de textos?” As respostas ficaram entre o “sim” e o “não”, muitos não sabem porque trabalhar produções textuais dos alunos.
Fonte: Dados originais da pesquisa

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS GRÁFICOS

- A escrita é um dos elementos fundamentais criados pela sociedade em que se vive: permitir exercer atividades pessoais e sociais, mas além de tudo isso, o escritor tem que praticar leitura; oralidade; assim como contextualizar e situar o seu texto às questões ligadas ao contexto situacional;
- Hoje, o texto escrito é a principal manifestação da linguagem, entendido como unidade básica de comunicação, considerado por estudiosos mais que uma forma de comunicação. É um processo que envolve etapas de produção. Para tanto, os Linguística Moderna conceberam uma nova terminologia – escrita- capaz de abarcar toda forma de escrita que fosse entendida como um todo: o texto;
- Toda atividade que envolve a prática de escritura possui dois elementos que permeiam todo o processo, **o professor e o aluno**, que aqui seguem sobre ações planejadas pelo professor, constituindo-se de **macro processo** (o antes, o durante e o depois) e o **micro processo** (o planejamento, a exposição e a avaliação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escritura tem procurado se afirmar com uma prática fundamental para o ensino-aprendizagem na disciplina Língua Portuguesa. A partir de pesquisas acerca dessa prática de sala de aula, descobriu-se que muito já se especulou sobre ela, mas pouco se utiliza na prática pedagógica. Em vista disso, é preciso que se reveja o ensino de língua materna, buscando os fundamentos básicos nos PCNs, pois assim, será constatada a necessidade de reforçar aos profissionais da educação que a escritura deve ser trabalhada no cotidiano, como maneira de desenvolver o raciocínio

lógico do aluno, apresentando-lhe temas que pertençam a sua realidade.

Baseados nessas sugestões, para se chegar à escritura, o aluno deve percorrer caminhos simples: primeiro, devem se trabalhar leituras que abordem temas que se pretendam desenvolver; e segundo, deve ser trabalhada a produção oral do aluno para ser observada a sequenciação de ideias que eles produzem antes de escrever. Nesse caso, é preciso que se mostre ao aluno que para se chegar ao texto final ele deve reconhecer todas as fases a percorrer para obter finalmente seu texto escrito.

Ainda se considera que a questão cultural do não gosto pela leitura, como um fator predominante marcante característico do povo brasileiro, e essa se torna a principal barreira para que os alunos se desenvolvam bons escritores, no sentido amplo da palavra. Porque isso reflete em uma das dificuldades da produção textual.

REFERÊNCIAS

_____, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **O papel da lingüística no ensino de línguas**. ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANASTASIOU, L. G. C. **Metodologia de Ensino na Universidade Brasileira: elementos de uma trajetória**. Campinas: Papirus, 2001.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Ed. 70, Lisboa, 1977.

BATISTA, A. A. G. & ROJO, R. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In: VAL, M. da G. C. & MARCUSCHI, B. **Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.13-45.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDEIRA, A. M. S. A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana. **Cadernos de Pesquisa**, v. 95, 1995.

- CANTERLE, N. M. G.; FAVARETTO, F. Proposta de um modelo referencial de gestão de indicadores de qualidade na instituição universitária. **Ensaio**, v. 16, n. 60, p. 393-412, 2008.
- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo, Contexto, 1998.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Tradução de R. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Tradução de R. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.
- CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa. **UNIREVISTA**, vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006). Disponível em: <<http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/ART%2005%20BCorsetti.pdf>> Acesso em: 21/04/2011.
- COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA VAL, M. das G. & CASTANHEIRA, M. L. Cidadania e ensino em livros didáticos de alfabetização e língua portuguesa. In: COSTA VAL, M. das G. &
- COSTA VAL, M. das G. & CASTANHEIRA, M. L. Cidadania e ensino em livros didáticos de alfabetização e língua portuguesa. In: COSTA VAL, M. das G. & MARCUSCHI, B. (Orgs.). **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.
- CUNHA, E. R. Os saberes docentes ou saberes dos professores. **Revista** Disponível em <http://www.marcosbagnio.com.br/formarcuschi.htm>. Acesso em 17/04/2007, às 16h 15min.
- DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (DIEB). Disponível em <http://www.educabrasil.com.br>. Acesso em 17/04/2007, às 10h 05min.
- DIONÍSIO, M. de L. da T. **A construção escolar de comunidade de leitores: leituras do manual de português**. Portugal: Almedina, 2000.
- FAVERO, Leonor Lopes. **Oralidade e escrita: uma perspectiva para o ensino de Língua Materna**. 3ª ed. São Paulo. Cortez, 2002;
- FREGONESI, D.E. Livro Didático de Língua Portuguesa: liberdade ou opressão? In: GREGOLIN, M.R.F.V. & LEONEL, M.C.M. (Orgs.). **O que quer e o que pode esta língua?** Brasil/Portugal: o ensino de língua portuguesa e de suas literaturas. Araraquara, SP: Cursos de Pós-Graduação em Letras, FCL-UNESP-Ar, 1997, p.127-145.
- FREITAG B. et al. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GAUTHIER, C.; MARTINEAU, S.; DESBIENS, J.-F.; MALO, A. e SIMARD, D. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Editora Unijuí, 1998.
- GIL, A. C. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2012.
- <http://pt.slideshare.net/susanafleite/a-muitas-facetas-magda-soares> Acesso em 21/07/2016.
- IMENES, L. M. & LELLIS, M. **Avaliação do livro didático: o caso da matemática**. Pátio – Revista Pedagógica. Porto Alegre. ano 3. n 9. p. 46-8. maio/junho de 1999.
- KOCH, I. V. & TRAVÁGLIA, Luís Carlos. **A coerência textual e Contexto**. In **repensando a Língua Portuguesa**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**, v. 5, n. 1, 2005.
- LEITE, Marli Quadros. Interação pela linguagem: o discurso do professor. In: ELIAS, V. M. (Org.). **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.
- LEITE, Marli Quadros. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna**. 8. Ed. São Paulo: Cortez 2012.
- LISBOA, Wandré Guilherme Campos de. **Os fios do Tapete: Educação por interfaces**. 1ª ed. Gráfica Alves, Belém-PA, 2004;
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. São Paulo.
- MAZZIONI, S. **As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis**. Chapecó, Unochapecó, 2006.
- MIRANDA, C. M. S; DOMINGUES, M. J. C. de S. Razões para escolha de uma IES: uma abordagem sobre o perfil socioeconômico de alunos interessados em cursar administração. **ENANGRAD**, v. 17, p. 67-70, 2006.
- MIRANDA, G. J.; NOVA, S. P. C. C.; CORNACHIONE JÚNIOR, E. B. Os segredos dos professores-referência no ensino de contabilidade. **Anais...** In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo/SP. 2012.
- NÉRICE, I. G. **Didática geral dinâmica**. 10 ed., São Paulo: Atlas, 1987.
- NICOLA, J. de. Assessoria pedagógica. In: TERRA, E. & CAVALLETE, F. **Português para todos**: 5ª série. São Paulo: Scipione, 2004.
- NOGUEIRA, A. J. F. M.; BASTOS, F. C. Formação em Administração: O Gap de Competências Entre Alunos e Professores. **REGE - Revista de Gestão**, v. 19, n. 2, 2012.
- NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 27-42, 2001.
- OLIVEIRA, J. B. A. et al. **A política do livro didático**. São Paulo: Unicamp, 1984.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores-saberes da docência e identidade do professor. **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 3, n. 3, 1997.

RANGEL, E. Livro didático de língua portuguesa: o retorno do recalado. In: DIONÍSIO, A. P. & BEZERRA, M. A. (Orgs.). **O livro didático de português**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 13-20.

SAVIANI, D. **Os saberes implicados na formação do educador**. Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.

SILVA, E. T. da. **Criticidade e leitura**. Ensaios. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista brasileira de educação**, v. 13, n. 5, 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991.

TERRA, E. & CAVALLETE, F. **Português para todos**: 5ª série. São Paulo: Scipione, 2004.

VAILLANT, D.; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar**. As quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012.

VALENTE, N. T. Z.; KUSNIK, L. F.; ABIB, D. B. Análise dos estilos de aprendizagem dos alunos e professores do curso de graduação em ciências contábeis de uma universidade pública do estado do Paraná com a aplicação do inventário de David Kolb. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 51-74, 2007.

VEIGA, I. P. A. **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. Papirus Editora, 2006.

ZELENY, M. **Multiple criteria decision making**. New York: McGraw-Hill, 1982.



ISSN 2595-8704



excellence
REVISTA CIENTÍFICA

Revista Científica Excellence - Periódico Multidisciplinar.

Periodicidade: Bimestral.

Editora Inova | ISSN: 2595-8704.

E-mail: revista@excellenceeduc.com

Site: www.excellenceeduc.com